

Aline Weschenfelder
Antônio Fausto Neto
[Organizadores]

Comunicação Aprendizagens e Sentidos:

difusão, mediação, interfaces, bifurcações





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

Diretor

Conselho Editorial

Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
Jordeana Davi Pereira (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
José Tavares de Sousa (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)
Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)
Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB) Flávio Romero Guimarães (UEPB)
Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)
Diego Duquelsky (UBA) Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)
Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)
Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)
Germano Ramalho (UEPB) Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)
Glauber Salomão Leite (UEPB) Vincenzo Carbone (UNINT/IT)
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT) Vincenzo Milittelo (UNIPA/IT)
Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Aline Weschenfelder
Antônio Fausto Neto
(Organizadores)

Comunicação, aprendizagens e sentidos:
difusão, mediação, interfaces, bifurcações



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

C741 Comunicação, aprendizagem e sentidos: difusão, mediação, interfaces, bifurcações [Recurso eletrônico]/Aline Weschenfelder, Antônio Fausto Neto[et. al...] (Organizadores). – Campina Grande: EDUEPB, 2020.

000 kb – 524 p.: il.

ISBN FÍSICO: 978-65-87171-07-4

ISBN DIGITAL: 978-65-87171-03-6

Nota 1: Apresenta texto em português, espanhol e francês.

1. Comunicação. 2.Semiótica aberta. 3. Práticas comunicacionais. 4.Coronavírus – Efeitos sociais. I. Weschenfelder, Aline (orga.). II.Fausto Neto, Antônio (org.).

21. ed.CDD 302.2

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15ª/368

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Aline Weschenfelder
Antônio Fausto Neto
(Organizadores)

Comunicação, aprendizagens e sentidos:
difusão, mediação, interfaces, bifurcações



Campina Grande-PB
2020

Sumário

Prefácio

Levando adiante a semiótica aberta.....11

ALINE WESCHENFELDER

ANTÔNIO FAUSTO NETO

Comunicación Estratégica Enactiva: bifurcaciones en la investigación cuando en la comunicación ya no basta con decir.....27

SANDRA MASSONI

Aprendizagens contextuais e o processo comunicacional.....51

JOSÉ LUIZ BRAGA

Projeto Amazocom: o desenvolvimento participativo com base na comunicação.....71

ANTÔNIO LUIZ OLIVEIRA HEBERLÊ

SELMA BELTRÃO

Mídia e apropriação de saberes tradicionais na Amazônia brasileira: uma estratégia discursiva.....91

MANUEL DUTRA

Comunicação tática, mobilização e dimensões sensíveis de uma tragédia: o caso da Vale em Brumadinho.....111

VALDIR DE CASTRO OLIVEIRA

Reconversões do olhar: o movimento das ideias nos contextos de um livro.....143

INESITA SOARES DE ARAUJO

Das fagias à gula: o percurso da aprendizagem em pesquisa sobre a circulação das imagens.....167

ANA PAULA DA ROSA

A epidemia silenciosa: os sentidos circulantes sobre a sífilis nas condições de produção da campanha nacional e nas apropriações e leituras dos públicos.....195

JUCIANO DE SOUSA LACERDA

Da fala sobre a favela à favela que não se cala: os desafios do Dicionário de Favelas Marielle Franco.....223

SONIA FLEURY

Circulación transversal y controversias en el caso del canal de Youtube "Física en Segundos".....255

MARIO CARLÓN

La réception de discours télévisuels sur la science par des enfants.....275

SUZANNE DE CHEVEIGNÉ

Na retórica de uns, o conflito de informação de muitos: o desvelamento de protocolos institucionais e os processos de circulação midiática.....307

ANA LÚCIA MEDEIROS

LUCIANO DO NASCIMENTO SILVA

**Fronteiras e periferias dos saberes-fazer religiosos em
mediatização:** o caso “Diversidade Católica”339

MOISÉS SBARDELLOTTO

Da Lava Jato ao Impeachment: efeitos de sentido e estratégias visuais nas revistas Veja, IstoÉ e Carta Capital.....371

HELDER PRIOR

Pela Costa dos Corais: avaliação e monitoramento dos impactos do óleo nos sistemas ecológicos e sócio-culturais.....405

RICARDO J. MIRANDA

Dilemas da comunicação e educação em saúde: uma leitura a partir da tríplice epidemia (dengue, chikungunya e Zika) no semiárido nordestino.....423

ALAN DAVID DOS SANTOS SOUZA

ANTONIO ROBERTO FAUSTINO DA COSTA

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA

Reliance, déliance, liance: émergence de trois notions sociologiques.....463

MARCEL BOLLE DE BAL

Prefácio

Levando adiante a semiótica aberta

Aline Weschenfelder¹

Antônio Fausto Neto²

Novembro de 2019. O CISECO realizava em Japaratinga o seu Pentálogo X, sob impacto de, pelo menos, três desastres ecológicos de efeito internacional, como a ruptura de uma barragem de empresa de mineração em Brumadinho (Minas Gerais), resultando na morte de mais de 200 pessoas, bem como o desalojamento de centenas de famílias; desmatamentos e queima-

1 Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS).

2 Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS.

das que se multiplicavam na Amazônia, cujos efeitos geraram, dentre outros impactos, crises no relacionamento diplomático entre o Brasil e vários países europeus; e o derramamento de óleo ao longo do litoral brasileiro, inclusive, nas praias alagoanas, como as de Japaratinga, cidade que tem acolhido, há uma década, as atividades científicas do CISECO.

Questões relacionadas com estes complexos acontecimentos, bem como outras que afetavam práticas (comunicacionais, educativas, saúde, turísticas, agrícolas, religiosas, entre outras) e a organização social, reuniram especialistas de comunicação, semiótica e de diferentes áreas de conhecimentos, para refletir sobre estes acontecimentos, à luz do tema do Pentálogo X: “Comunicação, Aprendizagem e Sentidos”. Conceitos como os de extensão, mediação, interfaces e bifurcações também subsidiaram, enquanto subtema deste evento, relatos e debates de práticas, na medida em que tem sido referências para organização, funcionamento e avaliação de experiências que se inspiram em matrizes comunicacionais em situações de oferta e de avaliação de conhecimentos.

Neste contexto de debates, saltava aos olhos o impacto dos registros ali trazidos. Na praia onde se realizava o Pentálogo, podiam ser vistas manchas de óleo que se estendiam na areia, onde populares e militares tentavam resgatá-las, já há vários dias, impedindo que fossem adiante. Além das presenças de pesquisadores – biólogos, educadores, especialistas agrícolas, museólogos, comunicólogos, sanitaristas, profissionais de saúde etc., participaram ainda das discussões especialistas internacionais, bem como moradores, professores e estudantes de Japaratinga. Pela primeira vez na história do CISECO, atores locais, como personagens do cotidiano daquela realidade, compartilhavam das questões ali levantadas, sobretudo, aquelas que

envolviam os efeitos materiais e simbólicos do derramamento de óleo sobre o meio ambiente e para sobrevivência econômica e ecológica da própria comunidade.

Quando preparávamos a edição deste livro, outro complexo acontecimento - a Pandemia da Covid-19 - também passa a afetar nossas rotinas, tornando impossível a realização do nosso encontro anual na comunidade de Japaratinga, em 2020. A exemplo de centenas de eventos científicos e culturais cancelados no país, ao cumprir orientações sanitárias, enfrentamos, naquele contexto, os primeiros efeitos da circulação do vírus sobre o Pentálogo. Foi preciso fazer um desvio na nossa circulação para evitar a do coronavírus.

Emerge nessas circunstâncias o que viria a ser o tema do Pentálogo XI, transferido para anos seguintes, diante dos efeitos do colapso dos processos de circulação, afetados pelo isolamento social. Diante destas restrições para fazer nossa reunião presencial³, deslocamo-nos para o espaço digital, através de um ambiente de

3 **Encontros do CISECO - Pentálogo Inaugural:** "Transformações da Mdiatização Presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências", 28 de setembro a 2 de outubro de 2009, Praia Hotel Bitingui – Japaratinga – AL; **Pentálogo II:** "Economia e Discursividades Sociais: explorações da semiose econômica", 20 a 24 de setembro de 2010, Hotel Albacora – Japaratinga – AL; **Simpósio Temático:** "Mídia e Política: velhas questões, novos conflitos", 19 a 21 de agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – BA; **Pentálogo III:** "Internet: viagens no espaço e no tempo" - Colóquio Semiótica das Mídias, 17 a 21 de setembro de 2012, Hotel Ouro Branco/ Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa – PB; **Pentálogo IV:** "A rua no século XXI: materialidade urbana e 'virtualidade' cibernética", 23 a 27 de setembro de 2013, Hotel Albacora – Japaratinga – AL; **Pentálogo V:** "Dicotomia Público/Privado: estamos no caminho certo?", 22 a 26 de setembro de 2014, Hotel Albacora – Japaratinga – AL; **Pentálogo VI:** "Vigiar a vigilância: uma questão de saberes", 3 a 6 de novembro de 2015, Hotel Albacora – Japaratinga – AL; **Pentálogo VII:** "A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento", 19 a 23 de setembro de 2016, Hotel Albacora – Japaratinga – AL; **Pentálogo VIII:** "Circulação discursiva e transformação da sociedade", 25 a 29 de setembro de 2017, Hotel Al-

trabalho envolvendo escuta e diálogo através de 50 entrevistas, realizadas em âmbito nacional e internacional, com especialistas de várias áreas de conhecimentos e elegendo, como tema central destas reflexões, a “pandemia e produção de sentidos”.

Este trabalho permitiu que nos defrontássemos com o vírus e seus efeitos, mediante outro modelo de interação. Ao longo de 2020, através do canal do CISECO no YouTube, reflexões sobre o coronavírus foram enunciadas, a partir de ângulos expostos por diferentes convidados – acadêmicos, especialistas e atores sociais de várias naturezas e representantes de instituições diversas. Discutimos a problemática à luz de matrizes sobre produção de sentidos, dimensão central nas atividades científicas promovidas pelo CISECO. Os conteúdos desta modalidade de conversação deverão ser transformados em livro, a exemplo do que o CISECO vem fazendo todos os anos, subsidiando assim a temática do Pentálogo XI, a ser retomada proximamente.

De alguma forma, tais “experimentações” tencionadas pela semiótica aberta já se manifestavam através dos temas de Pentálogos anteriores, especialmente, o que foi debatido em 2019, quando nos detemos em torno de problemática da aprendizagem e produção de conhecimentos, a partir das matrizes da comunicação. Algo, certamente, muito convergente para um balanço sobre as ocorrências de questões que subsidiavam nossas discussões.

O que poderia haver de comum entre estes dois eventos, de 2019 e 2020? De alguma forma, convergência da natureza de acontecimentos que se produziram nestes dois contextos, em prazo inferior

bacora – Japaratinga – AL; **Pentálogo IX:** “Midiatização e reconfigurações da democracia representativa”, 26 a 30 de novembro de 2018, Hotel Albacora – Japaratinga – AL.

a um ano, e o papel da semiótica aberta, inspirando e ensejando as articulações entre o CISECO e diferentes áreas de conhecimentos, desafiando o exame de problemáticas que se aproximavam através de modelos e processos tentativos de observações.

Aspectos do trabalho realizado em 2019 se expressam no presente livro, no qual artigos refletem fenômenos que foram expostos por especialistas a partir de diferentes matrizes, fazendo aproximações com o tema central do Pentálogo X. Os textos revelam que fomos além do reconhecimento de matrizes distintas, ao debatê-las como possibilidade de construir, através de cruzamentos, os avanços da semiótica aberta e, certamente, o seu contributo para ações que transcendiam as fronteiras do nosso próprio trabalho.

Em tempos presentes, com a eclosão do vírus, temos levado adiante este diálogo, a partir de hipóteses lançadas sobre questões relacionadas com a produção de sentidos, enquanto um feixe de relações que afloram como efeitos da manifestação do vírus. Distinto da AIDS, quando os *mass media* tiveram uma atividade central no trabalho de semantização de sua ocorrência, em tempos de midiatização o coronavírus é apropriado no cenário discursivo por entrelaçamentos sistêmicos de diferentes saberes que, de alguma forma, têm ensejado a emergência de uma complexa conversação social sobre seu modo de existência. Diferentes características de saberes são deslocadas e ingressam na circulação para alimentarem narrativas e construções de pontos de vista em torno dos efeitos do vírus, em termos sócio-simbólicos.

Nestas condições, a noção de semiótica aberta remete também a de um espaço-laboratório que tem acolhido, ao longo da primeira década de existência do CISECO, perspectivas e trajetórias de estudo a partir de princípios que enfrentam fronteiras

disciplinares como possibilidade de gerar multiplicidade de intercâmbios transversais e sem compartimentos estanques. Para o CISECO, sua inserção em Japaratinga expressa a convicção de que um espaço de reflexão abrangente somente pode ser eficaz e criativo quando inserido, além dos fundamentos de sua proposta, em determinado contexto social, econômico e cultural e em sintonia com seus cotidianos e desafios.

Os temas que trabalhamos nestes dois momentos expressam nossa sensibilidade e solidariedade para com as comunidades e atores sociais. Se muitas vidas foram afetadas em Brumadinho, Amazônia e nosso Atlântico pelas catástrofes acima descritas, o coronavírus mergulha na organização social e na vida dos indivíduos enquanto fenômeno de uma amplitude cujos efeitos – como morte de milhares de pessoas – vão requerer muitas elaborações.

Entendemos que, ao experimentar estes dois novos formatos de intercâmbio – o Pentálogo de 2019 e as entrevistas em 2020, reconhecemos que, ademais de refletirem sobre tentativas de cruzamentos (teóricos, epistemológicos etc.), expressam nossas preocupações em fazer com que a trajetória do CISECO vá além de fronteiras disciplinares, estimulando intercâmbios transversais. Conforme lembrava Eliseo Verón, a semiótica vai além das disciplinas, pois o que está em jogo são seus cruzamentos e não sua edificação institucional. Ele acentuava que a semiótica se constitui ao longo do cruzamento interdisciplinar, em meio a uma dinâmica segundo a qual fronteiras continuarão sendo espaço confuso. Porém, esta mesma confusão sugere a emergência de zonas de pregnancies enquanto espaço potencial para experimentações emergentes e criativas.

Fragmentos das falas de Verón exemplificam estes desafios e potencialidades, ao lembrar que, por um lado, os semiólogos trabalham utilizando-se de processos de comunicação, ainda

que não utilizem o termo; e, por outro, comunicólogos se valem de “ferramentas” e de modelos semióticos. Assim, pode-se ir além da noção de semiótica aberta enquanto uma palavra de ocasião ou que venha sugerir uma síntese.

Os escritos que o nosso ilustre colega deixou sempre foram tecidos em termos de hipóteses, na forma de escalas, bem como de diagramas (provisórios) desencadeando novas viagens. Talvez a semiótica aberta esteja mais próxima da figura de um “feixe de relações” que se constitui por fragmentos de epistemologias e processos observacionais de vários matizes. Os últimos textos de Verón levam adiante estas questões, ao examinar a temática das “epistemologias dos observadores”⁴ no âmbito de diferentes sistemas sociais, a partir de suas distintas lógicas e gramáticas, suas dinâmicas de interpenetração e formas de contato. Em suma, suas complexas possibilidades geradoras de sentidos.

A natureza da obra que entregamos ao leitor é enunciada na voz dos seus próprios autores, cujos fragmentos são destacados, enquanto um convite à leitura dos artigos aqui reunidos.

Ao refletir sobre a tragédia de Brumadinho, pelo ângulo da comunicação e de interfaces, Valdir de Castro Oliveira lembra que ela se distancia de um modo de entender a discussão pública que se faz através de uma determinada matriz sobre a comunicação e a mobilização social. Processos de escuta e de observação mostram que muitas mensagens e fluxos informacionais, postos em circulação pela sociedade, são produzidos à margem de dispositivos que nem sempre contam com estruturas competentes para produzi-los como, em muitas circunstâncias, as das redes sociais. Como bem lembra o autor em seu

4 VERÓN, Eliseo. **La Semiosis Social**, 2. Buenos Aires: Paidós, 2013.

artigo: “[...] infelizmente o sentido da vida só costuma dar o ar da graça quando acontecem tragédias como as de Brumadinho e Mariana, cujos desdobramentos acabam por potencializar a emergência de novos modos de comunicação”.

O conhecimento é levado ao centro das tragédias, mas é daí também que se retiram reflexões sobre suas ocorrências, como o caso do derramamento de óleo. Se, de um lado, o acontecimento pede processos de monitoração, de outro, sugere conclusões enfáticas para o dia seguinte, conforme disse o biólogo e pesquisador Ricardo J. de Miranda, ao discorrer sobre o vazamento de óleo na costa brasileira, durante palestra de encerramento do evento: “Como pesquisadores, nosso papel é o de avaliar os impactos biológicos e sociais e gerar informação que sejam úteis à sociedade o mais rápido possível. Porém, até para se ter respostas conclusivas, leva tempo. As pesquisas precisam ter planejamento a longo prazo, mas quem não pode esperar são as pessoas que dependem dessas áreas afetadas para sobreviver, é isso que deve ser priorizado nesse momento [...] Das lições que podem ser tiradas é de que precisamos abrir os olhos para a maneira como estamos conduzindo a nossa forma de viver. O mar é um ambiente que precisa ser melhor cuidado e lidado com muita atenção”.

Muitas questões programativas se impõem às práticas comunicacionais no âmbito de processos de transferências/compartilhamentos de conhecimentos na sociedade, no que diz respeito às formas de aprendizagem sobre saúde/doença. Ao envolver tecnologias mais complexas, como as baseadas em inteligência artificial, por exemplo, os processos de difusão são mais desafiadores. Além disso, é importante lembrar das bifurcações de sentidos que se manifestam em todas as instâncias, tendo em vista o imenso desafio cultural na mudança de comportamen-

tos que nos deixam em situação de vulnerabilidade diante das enfermidades, conforme lembra o artigo de Juciano Lacerda.

A possibilidade de tornar a comunicação compreendida em dinâmica mais vasta do que um artefato isolado de trabalho do pesquisador impõe um deslocamento do processo observacional sugerido por Antônio Heberlê e Selma Beltrão, ao lembrarem que é preciso sair da academia para ver a comunicação na/da estrutura cultural da vida cotidiana. Os pesquisadores especificam tais deslocamentos através de trabalho voltado para viabilizar uma comunicação que capacite atores sociais na discussão de estratégias – comunicação comunitária – que resultem na formação de redes apoiadas no uso das mídias sociais, assim como no rádio, dadas condições extensivas da Amazônia. Os autores também destacam a quebra do paradigma intervencionista e sua substituição por outro de inspiração participacionista nas práticas de comunicação rural. Possivelmente, esta tem sido uma das áreas mais defrontadas por estudos e experimentações sobre as transformações de matrizes comunicacionais, como referência de produção de conhecimento no universo agrícola, desde os primeiros aportes de inspirações extensionistas.

Da perspectiva de processos de aprendizagem, Jose Luíz Braga amplia e complexifica em seu texto, raio deste deslocamento acima apontado. Lembra que a aprendizagem passa por diversos níveis – que vão desde adaptações e experimentações de “[...] compartilhamento de processos e comportamentos, de aperfeiçoamento, de formalização expressiva e equilibrações sociais, até a organização social ir adquirindo, assim, a aprendizagem não só a partir das experiências de seus participantes, mas também da experiência de gerações anteriores”. A perspectiva pedagógica da pesquisa comunicacional é enfatizada ao se destacar a “[...] aprendizagem da e na pesquisa, bem como a reconstitui-

ção da pesquisa como um movimento de ver nossa auto aprendizagem”. É o que sugere o artigo de Ana Paula Rosa, ao destacar a importância sobre como os “[...] novos objetos dão a ver outros modos de pensar e de aprofundar aquelas questões que parecem nos seguir desde sempre (e por que não para sempre?)”.

Ao retomar questões das quais se ocupa em suas investigações sobre a “reconversão do olhar”, Inesita Soares de Araújo considera que a reconversão “[...] que necessita muito ser incentivada e adensada é a que correlaciona a comunicação com a produção da desigualdade social, seja para aprofundamento ou minimização”. Deste modo, ao evocar que a ideia da reconversão do olhar exige constante renovação, um permanente movimento de questionar o que está estabelecido, nos convida a reconverter o olhar sobre teorias e métodos, através de um panorama suscitado por questões que condizem com comunicação, aprendizagem e sentido.

No contexto da pesquisa sobre os fenômenos midiáticos, Manuel Dutra aponta um desafio central para a midiaticização dos saberes tradicionais na Amazônia brasileira. Reconhece a importância da amplitude, o volume de textos emitidos, a diversidade e rapidez com que circulam discursos apresentando a novidade, na instantaneidade e fugacidade com que elementos do discurso colonial se tornam presentes. Porém, destaca como os discursos midiáticos focalizam os recursos e dispersam a atenção sobre povos da floresta, “[...] tidos estes como primeiros e estranhos integrantes dos elos de uma cadeia que leva os recursos para os centros de alto consumo”. No entanto, lembra que para assimilar este processo produtor de sentidos se fazem necessárias “[...] reflexões que ajudem a desinstalar-nos da imediatez do presente [...]”. Acentua que é esse, também, o “[...] momento em que o encontro do sujeito com o seu contexto nos impõe um olhar para

o passado, pois é deste que os sentidos partem para experiência coletiva, construindo e modificando imaginários [...]”.

Convergências, descompassos, transformações, disrupções são marcas que se manifestam em práticas sociais diversas, nas quais se experimentam, em cenários de comunicação, possibilidades de aprendizagens segundo processos de negociação de sentidos. Se, de um lado, é observado como o interesse pela televisão tem sido substituído no contexto francês, por um foco voltado para nova mídia, por outro, julga-se excessivo este fato, uma vez que na perspectiva de Suzanne de Cheveigné as práticas televisivas ainda são muito importantes, especialmente, para crianças.

Se observarmos os percursos sobre práticas de comunicação e educação em saúde, segundo análise de Alan David dos Santos Souza, Antonio Roberto Faustino da Costa e Cidoval Moraes de Sousa, conclui-se também que, não obstante a ascensão das plataformas e circuitos de internet (redes sociais, blogs, sites etc.), as emissoras de televisão continuam exercendo papel destacado como dispositivos de informação e formação profissional. No caso do estudo apresentado pelos autores, a preocupação essencial foi analisar o papel da comunicação e da educação na formação de professores e agentes de saúde face o controle da tríplice epidemia (dengue, chikungunya e Zika) no Semiárido nordestino, especialmente, no contexto do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável São Saruê, composto por onze municípios do Cariri paraibano. Examinando matérias jornalísticas publicadas em portais de notícias locais, perfis do Ministério e das secretarias estadual e municipais de saúde nas redes sociais e, principalmente, a percepção de professores e agentes de saúde acerca das campanhas sobre as arboviroses, chegam os autores à constatação importante: “a centralidade da política de combate ao *Aedes aegypti* representa todo um esforço que

gira em torno do modelo difusionista, cuja ênfase reside em implementar estratégias de comunicação e educação capazes de convencer as comunidades a adotarem inovações tecnológicas, incluindo ainda hoje inseticidas e larvicidas.”

Ainda na esfera de práticas educacionais, Mário Carlón comenta as relações entre educação e comunicação no contexto argentino, cujos cenários de trocas nas redes sociais são extremamente complexos. Segundo ele, mais complexos do que se costuma pensar, visto que as redes sociais da mídia estão em constante interação com os *mass media* que não desapareceram. Existe um processo intrincado de dispositivos e de conhecimentos tecnológicos, onde os indivíduos não são apenas profissionais, não estão apenas nas suas universidades, mas se destacam cada vez mais aqueles que estão nas escolas como complexificadores deste universo, visto que “[...] as pessoas nas salas de aulas têm suas próprias agendas que não são apenas recreativas e de consumo, e muitos professores têm dificuldades em conversar com elas. As pessoas nas salas de aula têm, conforme se mostra, novas habilidades narrativas, mas também interesses sócio-políticos que até recentemente pertenciam apenas a minorias”.

Processos criativos de protocolos de comunicação se manifestam no contexto de favelas, através de canais que são criados e postos em funcionamento pela própria comunidade, conforme experiência relatada pela pesquisadora Sonia Fleury. Segundo ela, o projeto nasce da necessidade de as pessoas construir seus próprios discursos, através do conjunto de meios, como centros culturais e coletivos de poesia, enquanto formas de expressão e de produção de sentidos mediante as quais as comunidades falem de si mesmas. Está em curso, através de plataforma Wiki, a gênese de um Dicionário da Favela, enquanto

lugar de produção coletiva sobre a favela, segundo enunciados e visões de vários atores, tanto moradores como pesquisadores comprometidos com a emancipação daquele território.

Manifestações da midiaticização no contexto religioso, através de grupo católico leigo, às margens da hierarquia eclesiástica e sem vinculação com a instituição igreja, constituem uma nova ambiência sócio-técnica que articula novas formas de expressão no contexto das igrejas e redes. As práticas midiaticizadas pelo grupo “Diversidade Católica” também transformam, dentro dos seus limites, o próprio catolicismo brasileiro. Conforme relato de Moisés Sbardelotto, esta experiência permite perceber que, nas interações em redes comunicacionais, vão sendo construídos saberes-fazeres próprios e específicos sobre o catolicismo. Isto ocorre em “[...] circuitos de compartilhamentos e de construção de conhecimentos religiosos não mais centralizados na instituição eclesiástica, mas na articulação de ações comunicacionais de interagentes diversos”.

As associar os fundamentos da “comunicação estratégica” com a temática deste Pentálogo, Sandra Massoni chamou atenção para a compreensão deste conceito, entendida como: uma reconfiguração intersubjetiva, dinâmica e evolutiva, micro/macro social, complexa, fluida, fraturada e auto-organizada enquanto matriz de processos de comunicação que se passam em vários contextos. Como conceito estratégico, percebe que sua aplicação não se prende apenas às mídias tradicionais, mas se trata da inovação gerenciável na vida cotidiana que se organiza em diferentes âmbitos. A questão é especialmente poderosa enquanto vínculo com políticas organizacionais em todas as áreas, visto que está comprometida não apenas em construir mensagens ou planejar espaços que tornariam visível o que foi feito, mas aprender a recuperar as lógicas dos atores envolvidos.

Condições que envolvem instituições e processos de circulação midiáticas são analisadas em duas frentes por Ana Lúcia Medeiros e Luciano do Nascimento Silva. Primeiramente, os autores se debruçam sobre “[...] a estética de um discurso, uma produção da linguagem à luz de uma observação sociológica e do mundo da política”, associada à “[...] lógica que observa na democracia uma fórmula de construir consenso por meio da participação direta”. Em um segundo momento, discutem a respeito do “[...] discurso de uma linguagem jornalística observadora da produção dos discursos da política no Brasil” e identificam “[...] a existência de um espaço tradicional da informação para uma circulação de conteúdos que se traduz pela estratégia da produção linguística da desinformação como produto do convencimento e da persuasão”.

Aspectos relativos às mídias enquanto matrizes de produção de saberes, estabelecendo conexões com a cotidianidade dos indivíduos, são trabalhados por Hélder Prior, ao pesquisar sentidos engendrados pelas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital* em relação ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O texto apresenta diferentes “[...] estratégias visuais produzidas pelo universo jornalístico segundo ofertas de sentidos com a intenção comunicativa de reforçar crenças e perspectivas sobre o acontecimento, reenquadrando o fenômeno”.

Retomamos a reflexão de Braga sobre a importância de uma aprendizagem enquanto “[...] compartilhamento de processos e comportamentos”. O autor lembra que aqueles que já fizeram uma parte do caminho transmitem o que aprenderam, bem como aqueles que receberam o que os primeiros lhe ensinaram, desenvolveram por descoberta ou por invenção. Todavia, destaca uma aprendizagem adicional que ocorre quase imperceptivelmente, que se trata das aprendizagens de aprendiz – daquele

que recebe de mestres uma cultura estabilizada e a leva adiante quase só com ajustes e adaptações.

Em situações mais frequentes de instabilidade, especialmente na contemporaneidade da midiaticização, é necessário aprender cada dia, a cada passo, o que a realidade impõe como desafio. Não se trata de aprender o uso dos meios, ou saber ensinar a usá-los, o que chama de aprendizado o tradicional, pois se trata de experimentar e de inventar processos sociais que façam sentidos – o que se torna fundamental para ir além do que já foi elaborado pela sociedade, para então continuar a pesquisar as próprias dificuldades. Neste espaço, aprender não significa apenas saber fazer, mas também experimentar, inferir, inventar, com objetivos civilizacionais, sem os quais as tecnologias se tornam instrumentos de fragmentação. É nesta perspectiva que a aprendizagem da comunicação se contrapõe às estruturas da polarização e das ameaças à democracia.

Ao concluir este livro, vivenciamos experiências de aprendizados de várias ordens, diante dos efeitos dos desastres e fraturas que se impuseram à vida de muitos. Também, em tempo real, os movimentos circulatórios da pandemia, ao se expandir ao longo de vários circuitos, ceifam a organização social, geografias, trajetórias de vidas e desejos. Discursos despontam mostrando caminhos, alguns deles sobre possibilidades de reconstrução dos vínculos sociais.

Um artigo do professor belga Marcel Bolle de Ball, publicado em revista científica em 2003 e republicado na forma de capítulo de livro em 2013, sai das prateleiras das bibliotecas e nos é apresentado pela mediação de uma tradutora. Indo além do ofício no qual “exegetas” desta natureza são situados, ela faz um deslocamento generoso, pois ao invés de traduzi-lo de uma língua para outra, faz outra mediação para que sentidos ali tecidos

possam circular neste contexto de rupturas e em caminhos que envolvem sentidos, indo além das catástrofes. O espaço da tradução opera como uma vertente iluminadora, pois ao renunciar ao ofício do primeiro leitor, impulsiona a ida adiante de sentidos em potencialidades, ensejando que deciframentos sejam feitos pelo ato hermenêutico de cada sujeito leitor.⁵

O professor Marcel Bolle de Ball, fez gestos generosos para que seu texto pudesse estar entre nós nesta publicação. Esboçou poucos pedidos, ao deixar a critério dos editores a língua na qual o artigo seria publicado – sendo mantido em francês, solicitou que uma pequena nota bibliográfica sobre seu percurso, viesse a ser inserida no artigo. O registro que explicita sua referência envolve sua nacionalidade mas, além do seu chão geográfico e de mundo, suas raízes epistemológicas. Registrar o momento que envolve a edição deste livro é importante, pois suscita aprendizados que se experimentam em uma ambiência de cooperação, em favor da semiótica aberta.

5 O texto *Reliance, déliance, liance: émergence de trois notions sociologiques*, de autoria do professor Marcel Bolle de Bal, chegou a mim como uma solicitação de tradução da professora e colega Anais Schuler Bertoni. Ao tomar contato com ele, depois de uma primeira leitura, senti a necessidade de buscar com o autor esclarecimentos sobre os três conceitos centrais (*reliance, déliance, liance*). Em um ano tão difícil como foi 2020, conheci a generosidade, o cuidado e a atenção com que o professor Bolle de Bal trata seu trabalho. Desde o começo me indicou caminhos, apontou pesquisadores que poderiam me auxiliar e esteve sempre disponível para as perguntas que lhe apresentei. No processo que desembocou nesta publicação, a tradução deu lugar ao papel de intermediação dos diálogos que a antecipam. Para mim o aprendizado se modificou. Além do que sei agora para melhor traduzir os termos mencionados acima, aprendi um bocado com a gentileza e o profissionalismo do autor. Sou agradecida a ele e sinto-me privilegiada pela contribuição que pude dar para que o texto fosse publicado.

Luciana da Silva Cavalheiro, tradutora e professora de francês do Unilínguas, Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Comunicación Estratégica Enactiva:

bifurcaciones en la investigación cuando en la comunicación ya no basta con decir

Sandra Massoni¹

1. Introducción

La convocatoria para el Pentálogo X resultó muy atractiva para mí, en tanto he pasado gran parte de mi vida académica reflexionando sobre comunicación, aprendizajes y sentidos. El trayecto implicó necesariamente tensar las categorías difusión, mediación e interfaces en ámbitos diversos –comunicación y desarrollo, comunicación ambiental, comunicación educativa– y condujo a particulares bifurcaciones que he nombrado como Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva (CEE) e Investigación Enactiva en Comunica-

1 Catedrática de comunicación estratégica, consultora, investigadora principal - categoría 1 - de la UNR y docente de posgrado en distintas universidades de Iberoamérica. Dirige la Maestría en Comunicación Estratégica y la Especialización en Comunicación Ambiental de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina. www.sandramassoni.ar; @SandraMassoni; Página Facebook: sandramassonicomunicacion7; sandra.massoni@gmail.com

ción (IEC). El resultado de esas exploraciones teórico-metodológicas se ofrece en una veintena de libros y artículos académicos². Se trata de un despliegue compartido con los colegas y amigos de la Escuela de Comunicación Estratégica de Rosario³.

Respondiendo a la convocatoria de CISECO, este texto presenta algunos de los elementos diferenciales de la metaperspectiva los cuales forman parte de los resultados parciales de un proyecto de investigación en curso titulado: “Sistematización teórica de metodología, técnicas, herramientas e instrumentos de Investigación Enactiva en Comunicación” (2019-2023) radicado en el CIUNR. Trabaja en el entorno del pensamiento comunicacional latinoamericano tensando la siguiente pregunta: ¿qué diálogos iniciales, pero también qué diferencias guardan la Teoría de la CEE y la IEC con la perspectiva Sociosemiótica y de la Semiología abierta?

El texto está organizado en dos apartados:

- El primero incluye una descripción de la IEC como batería metodológica para equipos interdisciplinarios interesados en investigar la comunicación desde lo vivo y describe las siete operaciones de una estrategia de comunicación como algoritmo fluido.
- El segundo plantea elementos iniciales para un diálogo entre la Sociosemiótica, la Semiología abierta y la CEE.

2 www.sandramassoni.ar

3 <https://comunicacionestrategicarosario.sites.google.com/site/comunicacionestrategicarosario/>

2. Bifurcaciones en la investigación

Me siento bienvenida en el Pentálogo porque la convocatoria dice que aquí se valorizan las iniciativas de investigación capaces de entrelazar distintas disciplinas. De esto hablo en uno de mis libros que se titula *Avatares del comunicador complejo y fluido*:

Romper el espejo de la ciencia social actual comienza por un rebasar las formas típicas de la investigación tradicional en ciencias sociales en tanto son formas representacionistas, escindidas, dualistas y, por lo mismo, vacías de comunicación (Massoni, 2016, p. 26).

Comencé a trabajar en metodologías de investigación participativa tratando de rebasar limitaciones de cómo hacer investigación de campo en las ciencias sociales en equipos interdisciplinarios y, a la vez, tratando de repensar cómo puede aportar mi área de especialidad que es la comunicación. Con el tiempo, y con mucho trabajo en distintos equipos y proyectos, desarrollamos la IEC, un nuevo tipo de investigación participativa de la cual incluiré una breve descripción.

3. Estrategias de comunicación como algoritmos fluidos

La IEC es un tipo de investigación participativa transdisciplinar que permite desplegar a las estrategias de comunicación ya no como contenidos, ya no como planes previos, escindidos, sino como algoritmos fluidos (Massoni, 2013). Una estrategia comu-

nicacional, en este marco, es un conjunto ordenado y finito de operaciones como método y notación de distintas formas del cálculo en torno a lo comunicacional entendido como encuentro en la diversidad, desde una mirada respetuosa de las alteridades presentes en cada territorio.

Como dispositivo de investigación-acción, la estrategia comunicacional como algoritmo fluido se diferencia del diagnóstico comunicacional tradicional en tanto que no indaga a los actores para transformarlos sino para poder convocarlos desde sus propias identidades actuales en una dirección de transformación deseable y posible para ambos. A la vez se diferencia de otras metodologías IAP en tanto:

No requiere co-presencia: puede implementarse a distancia [...] Por ejemplo, en un área organizacional o en todo un país, asumiendo que la acción en cualquier escala de la estructura fractálica repercute a partir de su autosimilaridad en todos los niveles vinculados. En una IEC la temporalidad de las acciones se define a partir de las características del problema comunicacional pero siempre combina acciones con tiempos lentos, tiempos rápidos y períodos sin actividad sobre el territorio, que son diferenciales para cada matriz sociocultural y no en relación a un diseño centralizado de la estrategia comunicacional (Massoni 2018, p. 89).

Toda IEC tiene dos momentos: el primero es el encuentro de los saberes disponibles en la situación que aborda la estrategia; el segundo es el encuentro de los actores que habitan ese territorio. El algoritmo fluido se despliega en siete pasos, que trabajan

siete operaciones, cada una con sus técnicas, instrumentos y herramientas para propiciar el cambio social conversacional en los territorios bajo investigación.

Cada una de las operaciones del algoritmo fluido en una IEC se despliega mediante la aplicación de técnicas, instrumentos y herramientas concatenadas, que trabajan en operar micro-macro transformaciones que generen alternativas a problemáticas sociales, ambientales, cognitivas, político-institucionales y económicas situadas.

Para quienes quieran ver casos de IEC que aplican estas técnicas, instrumentos y herramientas les sugiero consultar el libro *Metodologías de la comunicación estratégica: del inventario al encuentro sociocultural*. Es un manual con casos reales de CEE desarrollados en diferentes países. Y para quienes quieran desarrollar una investigación de este tipo les sugiero la *Guía IEC*⁴ y revisar en mi web los informes de investigación que se presentan como artículos científicos en el apartado publicaciones académicas.

4 Se trata de una Guía para realizar investigación de campo con esta metodología en formato digital que se trabaja en los cursos de metodología de la comunicación estratégica enactiva y se actualiza anualmente. Se propone aprovechar que las organizaciones sociales en el Siglo XXI cuentan habitualmente con saberes diversos a partir de integrantes de la misma organización o de asesores externos.

Tabla 1 – Operaciones del algoritmo fluido en una IEC: técnicas, instrumentos y herramientas

Operación cognitiva	Técnica	Instrumento (ejemplo)	Herramienta (ejemplo)
1- Diálogo de saberes	Versión Técnica Comunicacional (VTC)	Test de la fotoproblema	VTC sintética
2- Determinación del tipo de encuentro dominante	Marcas de Racionalidad Comunicacional (MRC)	Diseño mediante MRC	Reconocimiento de MRC en productos y espacios de comunicación
3- Identificación de los agentes semióticos y simbólicos de la reconfiguración	Mapeo Comunicacional de Actores (MCA)	Test de jerarquía de actores y competencias	Diagrama evolutivo de actores
4- Reconocimiento de los autodespositivos colectivos	Matrices Socioculturales (MS)	Test de modos y formas	Caracterización de MS
5- Diseño y co-diseño de espacios y productos comunicacionales	Árbol de Soluciones (AS)	Prototipado evolutivo de tecnologías sociales, productos y espacios de comunicación	Matriz escalonada de planificación concertada de acciones, proyectos, programas y políticas de comunicación
6- Diseño y realización de investigación de campo	Matriz de Datos IEC (MD IEC)	Matriz de datos IEC escalonada	Matriz de datos IEC por MS
7- Reconfiguración micro-macro social del encuentro en la diversidad	Plan Operativo (PO)	Ejes y tonos de comunicación por MS	Matriz de planificación de acciones, proyectos, programas y políticas

Fuente: Massoni y Bussi, 2020.

Fuente: Massoni y Bussi, 2020.

La IEC es una metodología participativa para equipos interdisciplinarios⁵. Una propuesta metodológica innovadora que se hace, a partir de una fuerte autocrítica respecto de las modalidades tradicionales de pensar y hacer comunicación. Trabaja en rebasar algunos de los reduccionismos de las teorías clásicas y para eso se basa en un sistema explicativo nuevo, una teoría de la CEE que redefine a la comunicación como un encuentro en la diversidad, una reconfiguración intersubjetiva, dinámica y evolutiva, micro-macrosocial, compleja, fluida, fractálica y autoorganizada (Massoni, 2003 y 2013). Una teoría que se formula desde las epistemologías del sur (De Sousa Santos, 2014) y se nutre de tres raíces: el pensamiento comunicacional latinoamericano, el buen vivir de nuestros pueblos originarios y los nuevos paradigmas de la ciencia⁶.

Este nuevo tipo de investigación se suma a las tipologías tradicionales de la comunicación y –en la línea de la Investigación Acción Participativa⁷– se propone rebasar las formas típicas de la investigación en ciencias sociales en tanto son formas vacías de comunicación.

La IEC se sustenta en una teoría de la comunicación que aborda el encuentro sociocultural, comprensiva y aplicable de modo general. Con metodologías, técnicas, instrumentos y herramientas propias examina con criterios de científicidad a la

5 Respecto de la historia de la metaperspectiva de la CEE se puede consultar: Massoni, 2019.

6 En particular las teorías de la complejidad (Morín, 2009), de la fractalidad (Mandelbrot, 1987) y de lo fluido (Prigogine, 1983).

7 Ver: Fals Borda, 2017.

multiplicidad de lo comunicacional como autodispositivo colectivo y propicia procesos situados de cambio social conversacional (Massoni, 2003 y 2016).

Cabe mencionar que la teoría de la CEE que sustenta a la metodología IEC se inscribe en una:

metaperspectiva de la comunicación estratégica, con la cual, lejos de ubicarnos en una nueva pretensión paradigmática, buscamos aportar –desde una posición multiparadigmática– categorías-método que mejoren la capacidad de intervención de la comunicación como disciplina⁸ y transdisciplina en los territorios. Las modalidades del encuentro sociocultural son, a la vez, maneras de comprender y de dar forma al mundo. El encuentro en la diversidad como un cambio social conversacional es nuestro saber disciplinar diferencial en el entorno de las ciencias (Massoni, 2016, p. 35).

4. Salir del puro dominio: aportes de la metaperspectiva de la CEE para una investigación participativa inter y transdisciplinar

El tema de este libro tiene como uno de sus nodos a la cuestión del aporte de la comunicación y la semiótica en la vinculaci-

⁸ El reconocimiento de la comunicación como disciplina en la Universidad Nacional de Rosario tiene ya seis años (Expediente del Consejo Superior de la UNR N° 820/2012 C.S).

ón entre conocimiento, aprendizajes y sentidos. Lo aborda en una convocatoria amplia que ha sido explorada por los colegas en los encuentros de CISECO durante diez años consecutivos en distintas exploraciones en torno a los estudios de mediatización (Gomes, 2017; Fausto Neto, 2016; Braga, 2012; ente otros autores).

Como se plantea en la convocatoria al Pentálogo X, la propuesta:

[...] dialoga com estes e outros conceitos, bem como os temas aqui mapeados, a partir das noções de midiatização e de “semiótica aberta”. A primeira, suscitando ocorrência de fenômenos radiais que ultrapassam fronteiras de campos e práticas sociais. A segunda, levando em conta as manifestações de sentidos em situações crescentes de indeterminidades, bem como as de práticas discursivas gerando interações que, longe de produzirem a homogeneização de sentidos, são geradores de complexidade crescente. São noções que ensejam a trilhar caminhos da interface interdisciplinar, permitindo a observação de fenômenos de produção de sentidos que se engendram por força das interfaces, das interdiscursividades, de acoplamentos e de ligações de saberes.

En esa trayectoria elijo destacar a los efectos de este texto los trabajos de Fausto Neto (2010) los que abren el análisis a la actividad discursiva de los actores dando continuidad a los estudios sobre la semiosis social de Eliseo Verón (2013). Y, en la misma línea sociosemiótica, el trabajo de José Marques de Melo, María Cristina Gobbi y Antonio Luiz Oliveira Heberlê acerca de sus diálogos con la Escuela Latinoamericana de comunicación.

En el marco de esta valiosa trayectoria recorrida por los colegas de CISECO, mi contribución al debate se apoya en un proyecto de investigación en curso en el CIUNR para intentar delinear en el entorno del pensamiento comunicacional latinoamericano diálogos iniciales y también algunas diferencias de la IEC con este núcleo sociosemiótico que resulta tan convergente con nuestras propias búsquedas.

La Semiótica Abierta, la metaperspectiva de la Comunicación Estratégica Enactiva, las perspectivas sociosemióticas de las teorías transmedia y las sociodinámicas de las políticas públicas en Latinoamérica, son exploraciones que buscan *mejor investigar*⁹ en equipos interdisciplinarios, interinstitucionales e inter-actores con la participación de las distintas ciencias. Esta característica compartida resulta auspiciosa con vistas a futuros proyectos.

Titulé este texto *Comunicación Estratégica Enactiva: bifurcaciones en la investigación cuando en la comunicación ya no basta con decir* porque considero que uno de nuestros desafíos actuales en la reflexión en torno a comunicación, aprendizajes y sentidos debe profundizar la crítica a las teorías de la representación. Hay un registro de lo humano vinculado con la emocionalidad que queda fuera de lo semiótico. Porque lo semiótico trabaja tratando de comprender la significación y al hacerlo piensa los lenguajes en términos explicativos.

9 Hablo de *mejor investigar* y no de investigar mejor ya que no se trata sólo de controlar el cumplimiento de un estándar de I+D sino, en cambio, de un proceso abierto y permanente de superación responsable de criterios de cientificidad de I+D+i (Investigación+Desarrollo+innovación). Hemos trabajado algunas diferencias con las perspectivas sociodinámicas de las políticas públicas en Revista ALAIC N° 28. En futuros trabajos analizaremos diferencias con las teorías transmedia.

En la operación semiótica hay una minimización del registro de la corporalidad. En la operación comunicacional, en cambio, hay una exploración centrada en las reconfiguraciones del encuentro en la diversidad en cada situación bajo estudio que tiene como hipocentro la corporalidad de las Matrices Socioculturales como autidispositivos colectivos.

Desde allí la CEE aporta rutinas nuevas en el proceso de una investigación comunicacional con la cual los comunicadores estratégicos nos centramos en investigar las problemáticas actuales de nuestra vida en la Tierra. Una batería de técnicas, herramientas e instrumentos para empezar a transitar ese camino desde un registro que no niega la complejidad y que busca rebasar lo semiótico sin descartarlo para abordar también lo simbiótico (Massoni, 2016). Un diseño de investigación que busca articular distintos niveles de lo real a partir de una consideración fluida de su fractalidad.

Gran parte de las técnicas de investigación en ciencias sociales trabajan en describir o en explicar. La IEC, sobre la base de las descripciones o de las explicaciones técnico científicas existentes avanza en una operación cognitiva de diálogo de saberes que interpela compleja y fluidamente la multidimensionalidad de lo real a partir del abordaje de lo comunicacional desde la metaperspectiva de la CEE.

En la investigación semiótica tradicional sobre aprendizajes y sentidos, a menudo las emociones son pensadas como un efecto y no como un estado de lo vivo. Se las piensa como un nuevo efecto de dominio: la emoción como un engranaje de la dominación. Lejos de eso, el mapeo emocional de actores en una IEC busca reconocer a las emociones desde una perspectiva no

dualista y no instrumental que sostiene que, en lo humano, la emoción es anterior al pensamiento¹⁰.

Apoyados en esto, sostenemos lo contrario: es por estar enamorados que la potencia se transforma en acción conjunta, en sentido emergente, en trayecto compartido. Y es por estar temerosos que nos inmovilizamos y nos quedamos quietos, solos, aislados. No se trata de una decisión sino de un trayecto compartido en el entorno de una Matriz Sociocultural como autodispositivo colectivo, sectorial, grupal en torno al tema. Los comunicadores estratégicos lo llamamos el sentido enactuado.

Una IEC aporta al diálogo de saberes integrando distintas procedencias disciplinares en el diseño y en la acción investigativa. En este texto hemos compartido algunas de nuestras experiencias e iniciativas de IEC, presentando un breve compendio de nuestros dispositivos científicos incluyendo técnicas, instrumentos y herramientas. Desde este andamiaje metodológico transdisciplinar, trabajamos en transformaciones micro-macrosociales que generan alternativas a problemáticas sociales, ambientales, cognitivas, político-institucionales y económicas.

Del análisis de las encuestas¹¹ realizadas a integrantes de equipos IEC con distintas formaciones disciplinares de base en el marco del proyecto de investigación objeto de este trabajo se derivan resultados que serán presentados en futuros informes. Como avance incluiré en este apartado una reflexión general integrada que ayude a identificar líneas de convergencia en el aporte específico de la IEC orientando a colegas de base científica con distintas procedencias.

10 Al respecto ver Maturana, H. (2001).

11 Ver nota al final.

- **Para los colegas de ciencias sociales:** la IEC puede resultar de interés en tanto andamiaje metodológico para la investigación de sistemas complejos emergentes centrado en la autorreflexión crítica y transformadora.

Retomando algunos de los debates sobre las diferencias de la IEC con otras técnicas y metodologías participativas del tipo Investigación Acción Participativa, cabe destacar:

En una IAP que investiga temas de comunicación desde otras disciplinas de las ciencias sociales, se enfatiza la narración, la crítica y la reflexividad para lograr el empoderamiento de los actores en un proceso de investigación participativo que busca la neguentropía (Ibáñez 1998). En una IEC se enfatiza el encuentro en la diversidad, la emergencia, la autoorganización fractal, el acoplamiento dinámico y evolutivo, lo fluido, la complejidad creciente siempre abierta a partir de la comunicación en dimensiones múltiples. Una IEC no trabaja únicamente en procesos de resignificación porque no considera que la comunicación humana sea un proceso reducido a lo semiótico. Incluye técnicas y herramientas [ver Tabla 1] para diagnosticar y operar otros tipos de encuentro en la diversidad, a la vez que acciones y espacios de comunicación en las que se decide la inclusión de productos de comunicación y tecnologías sociales vinculadas con las trayectorias de las MS en el territorio.

Se trata entonces de asumir que la comunicación es un encuentro que rebasa en mucho a la enunciación y que por eso su operación

no puede seguir centrándose sólo en las narrativas. Toda narrativa trabaja desde puntos de vista que luego –claro– tratan de imponerse a los demás. Discursos sobre discursos, a menudo críticos, brillantes, luminosos, pero vacíos de comunicación porque no incluyen acciones y sentidos compartidos por los participantes. La IEC trabaja desde puntos de encuentro en procesos de co-diseño con los actores del territorio, como nodos de reconfiguración abierta y dinámica (Massoni, 2018, p. 90).

- **Para los colegas de ciencias exactas:** puede resultar de interés la medición de la transformación. En la Universidad Nacional de Rosario hemos desarrollado un Sistema de medición comunicacional que define tipologías de indicadores para dimensiones múltiples y las integra en un Software IEC que facilita la implementación de estrategias comunicacionales como algoritmos fluidos en organizaciones de distinto tipo¹².

- **Para los colegas de ciencias naturales:** puede resultar de interés la consideración de lo habitado de la teoría de la CEE. Tal como se lo ha expuesto, un núcleo articulador de esta propuesta es entender que el cambio comunicacional es una dinámica simbiótica, en tanto está habitada, y, por tanto, con hipocentro en los territorios, el cuerpo y las emociones de las Matrices Socioculturales como autodispositivos colectivos:

12 Al respecto ver el libro *Medir la comunicación desde lo vivo*, disponible para descarga en: www.sandramassoni.ar

La reconfiguración intersubjetiva implica una cierta resonancia en torno a intereses comunes, que se despliega –siguiendo a Mandelbrot– con estructuras de autosimilaridad en distintos niveles y escalas. Una Matriz Sociocultural (Massoni 2016) que se autoorganiza fractálicamente a partir del mismo núcleo de sentidos y acciones compartidas por quienes han habitado esa modalidad de vinculación con el problema, como un ritmo y un ciclo diferencial de su devenir en el mundo (Massoni, 2018, p. 90).

Con una IEC proponemos desplegar a la comunicación desde lo vivo. El cambio comunicacional implica una reconfiguración espacio-temporal compartida en cada Matriz Sociocultural que va configurando modalidades del encuentro en la diversidad como acoplamientos dinámicos y evolutivos de los actores y los territorios de la investigación.

- **Para los colegas de comunicación y desarrollo:** La urgencia en la innovación de los modelos existentes en los organismos de CyT ha sido mencionada por diferentes autores. Traigo a Antonio Herberlê quien ya en el año 2006 señala:

A observação dos elementos discursivos referentes à transferência de tecnologia na Embrapa mostra que desde a sua criação, em 1973, ainda que relevante para o atingimento da sua missão é contraditoriamente pouco clara a relação que envolve as etapas de geração (orientadas pelas políticas de C&T) e de transferência. Esta falta de clareza, aliada à carência de atores nos processos de extensão

rural no Brasil, na maioria dos estados, pode tornar-se um ponto vulnerável [...] (Heberlé y Sapper, 2006).

Este nuevo abordaje de la comunicación piensa a la innovación (Massoni, 2011) como el núcleo de su aporte, se aleja de la idea del control y de la estandarización como única salida y trabaja en propiciar habilidades comunicacionales de co-diseño con los actores a partir de reconocerles en su heterogeneidad. La metaperspectiva implica una redefinición del aporte que la comunicación así entendida puede hacer en las políticas públicas y en las estrategias de comunicación en las organizaciones.

Conlleva asumir que las relaciones desiguales del poder no están sólo en lo económico, sino también en la cultura y a la vez en nuestros cuerpos. Los tres ejes son abordados al mismo tiempo cuando se trabaja desplegando estrategias desde la CEE. Lo fluido es el eje conductor de la exploración en cada territorio. No es un previo. No es réplica.

Trabajar en comunicación ambiental entonces plantea urgentes desafíos: se trata de una defensa de la vida que se nos está escapando de las manos. Impone nuevos retos a los profesionales insertos en el área de la comunicación y desarrollo para cambiar las rutinas y las formas de diseñar piezas de comunicación en todos los ámbitos de trabajo y no sólo en ciertos “temas verdes”. Hacerlo estratégicamente implica habilitar un espacio de construcción participativa y democrática para promover una cultura de la sustentabilidad y del buen vivir.

- Por último, para todos los colegas que, más allá de su procedencia disciplinar, están trabajando en investigación colaborativa y preguntándose por el aporte de la ciencia a la transformación: puede ser de interés la revisión de las lógicas del cambio que son consideradas desde las distintas disciplinas y

la consideración del tipo de cambio diferencial que la IEC propone, en tanto trabajo de investigación inter y transdisciplinar situado.

Una IEC busca asumir responsable y críticamente las derivaciones de toda investigación científica sobre el mundo en torno a la problemática que investiga. Lo hace, sabiendo que el aporte de la comunicación en equipos de investigación interdisciplinarios –lejos de confundirse con la consultoría profesional¹³– es el de propiciar reconfiguraciones intersubjetivas en la situación que se investiga, enfocándose estratégicamente en las transformaciones situadas en el territorio de la investigación con los mismos criterios de cientificidad de cualquier otra investigación científica:

[...] examina con criterios de cientificidad a la multiplicidad de lo comunicacional como autodispositivo colectivo y propicia procesos de cambio social conversacional [...] los comunicadores aportamos nuestros saberes como especialistas en reconocer y en promover encuentros en la diversidad: ciertos ritmos que se incluyen en sintonías convergentes de maneras lábiles (Massoni, 2016, p. 23 y 24).

13 Un buen libro sobre la investigación o un video documental o incluso un estudio destinado a descubrir las trampas del lenguaje en torno al tema, seguramente son elementos valiosos en el proceso de transferencia de los resultados de una investigación científica pero no expresan esta mirada acerca de la especificidad de la IEC a equipos de investigación interdisciplinarios, sino que pueden desarrollarse como trabajos de orden profesional y ser resueltos con los procedimientos propios de una consultoría.

Así, la Teoría de la CEE sostiene la lógica comunicacional como una nueva lógica del cambio característica de la comunicación como disciplina científica (Massoni, 2016)¹⁴. Plantea a lo fluido como modalidad del cambio propia del encuentro socio-cultural en tanto ritmo de la transformación multidimensional que enactúa en la comunicación:

[...] La comunicación es un fenómeno articulador y central en las dinámicas de las sociedades actuales (...) “la comunicación en el siglo XXI es un proceso estratégico en tanto es el espacio y el momento relacionante de las diversidades socioculturales. La investigación comunicacional investiga esa modalidad del vínculo sociocultural, una cierta articulación que alienta/hace crecer porque despliega/hace mover una dimensión particular de los fenómenos [...]” (Massoni, 2016, p. 42).

El aporte de la comunicación a la inter y transdisciplina es una exploración situada de la articulación deseable y posible. En ella la IEC y la CEE participan de un proyecto de dignidad en la ciencia que implica una lucha por el mundo que queremos alumbrar y nos impulsa a preguntarnos cada vez qué proyecto de mundo queremos hacer emerger en cada investigación.

14 La lógica fluida o la lógica comunicacional propuesta por la CEE se agrega a las ya consideradas por otras disciplinas como la lógica de la causalidad, la lógica de la complejidad, la lógica dialéctica o la lógica autopoiética. Al respecto ver *Avatares del comunicador complejo y fluido* parte 1.

Se trata de la comunicación habitada y, por tanto, innovadora. Que lejos de confundirse con la gestión¹⁵ -siempre normativa pues su destino es regresar a lo que ya hay y por lo tanto se resuelve principalmente desde lenguajes, medios y mensajes- se concentra en la transformación situada. Lograremos los objetivos que nos propongamos, sólo si logramos poner en marcha conversaciones.

La comunicación aporta cambio social conversacional desde la enacción: acciones y sentidos compartidos con los actores del territorio bajo investigación. Una búsqueda de una ciencia descentrada, crítica, conectada con las problemáticas locales de nuestras sociedades y atenta a sus fuerzas motrices: la “ciencia de la articulación”.

Finalmente resumo esta propuesta de innovación en metodologías participativas para equipos de investigación inter y transdisciplinarios en dos ideas y un corolario final.

1- La IEC es una metodología para habitar lo comunicacional que se compromete con la búsqueda de un saber más democrático, a partir de entender, reconocer y operar a la comunicación en dimensiones múltiples desde lo fluido, asumiendo que la comunicación es un proceso micro-macrosocial que se despliega desde los autodispositivos colectivos. Son los actores del mismo territorio quienes reconfigurarán sus propias vinculaciones haciendo emerger nuevas tramas en cada situación.

Es entonces un tipo de investigación participativa que se propone aportar enacción como un hacer cuerpo con el mundo en

15 Una estrategia de comunicación tradicional centrada en las narrativas suele formularse como un dispositivo alineado a objetivos de gestión en los que, por tanto, el aporte de la comunicación se limita a lo simbólico escindido.

cada investigación comunicacional a partir del co-diseño con los actores que se despliega en las 7 operaciones del algoritmo fluido correspondiente a cada estrategia comunicacional. En este marco consideramos que cualquier organización, pero también el Estado, con la implementación de estrategias comunicacionales que integren acciones, proyectos, programas y políticas desde la IEC, puede ser un propiciador de conversaciones democratizantes entre la ciencia y la sociedad (Massoni, 1990 y 2003). Una modalidad en la cual la comunicación se integra a las políticas públicas como un derecho de segundo orden y enfatizando su carácter estratégico en tanto cambio social conversacional en dimensiones múltiples (Massoni, Uranga y Longo, 2018).

2- Nuestro aporte desde la metaperspectiva de la CEE implica una batería metodológica concentrada en propiciar transformaciones situadas a partir de convertir problemas prácticos en problemas de conocimiento. Una IEC, en la búsqueda de soluciones de investigación situadas, trabaja en generar observables en torno a lo comunicacional como un cambio social conversacional que hace emerger nuevos mundos compartidos.

La Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva redefine a la comunicación como un encuentro en la diversidad, una reconfiguración micro-macrosocial, compleja, situacional, fluida, fractal, autoorganizada. Un cambio social conversacional que enactúa, en tanto que hace emerger nuevos mundos compartidos (Massoni, 2003 y 2016). Es ésta una de nuestras urgencias en la crisis planetaria que sufrimos, ser capaces de construir juntos opciones innovadoras frente a las problemáticas actuales.

Desde la metaperspectiva teórico metodológica de la CEE, desplegamos a lo comunicacional como alternativa de democratización de la vida cotidiana en el marco del Buen Vivir. Desde allí proponemos aportar a hacer crecer la Ciencia de la articulación.

Otra ciencia es posible, porque somos parte de la naturaleza y necesitamos volver a respetar y curar la trama latente de la vida, también desde la investigación.

Bibliografía

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (org.). *Mediação & mediação*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, María Paula (eds.). *Epistemologías del sur*. Madrid: Akal, 2014.

FALS BORDA, Orlando. *Campesinos de los Andes y otros escritos antológicos*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017.

FAUSTO NETO, Antonio. Da convergência/divergência à interpenetração. In: B. MIÈGE (et al.) (orgs.). *Operações de mediação das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. En Fausto Neto, A. y Valdetaro, S. (comp.), *Mediação, sociedade y sentido: aproximaciones comparativas de modelos brasileiros y argentinos*. Rosario: UNR Editora. 2010.

GOMES, Pedro Gilberto. *Dos meios à mediação: um conceito em evolução*, Vol. 1. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

HEBERLE, Antonio y Sapper, Sadi. *Impasses entre midiatização e intercâmbio tecnológico na Embrapa*. En: VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006.

IBÁÑEZ, Jesús. *El regreso del sujeto. La investigación social de segundo orden*. Madrid: Siglo XXI. 1998.

MANDELBROT, Benoît. *Los objetos fractales: forma azar y dimensión*. Barcelona: Tusquets, 1987.

MARQUES DE MELO, José, María Cristina Gobbi y Antonio Luiz Oliveira Heberlê. *A diáspora comunicacional que se fez Escola Latino-Americana: as idéias de Eliseo Verón*. Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MASSONI, Sandra, Washington Uranga y Verónica Longo (comp.) *Políticas públicas y comunicación: una cuestión estratégica*. Nueva Editorial Universitaria. Universidad Nacional de San Luis. 2018.

MASSONI, Sandra. “Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva: un aporte latinoamericano a la comunicación organizacional” en *Revista Organicom –USP–* Vol. 16 Núm. 30. Escuchando Nuestras Voces: Perspectivas Latinoamericanas de Comunicación Organizacional. Universidad de San Pablo, Brasil, 2019a.

MASSONI, Sandra. “Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva e Investigación Enactiva en Comunicación: aportes desde Latinoamérica a la democratización de la vida cotidiana”. Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación* N.º 141, agosto - noviembre 2019 (Sección Ensayo, pp. 237-256) Ecuador: CIESPAL, 2019b.

MASSONI, Sandra. “Investigación enactiva en comunicación, metodologías participativas y asuntos epistemológicos” en *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* Año XV N° 28, ALAIC, enero - junio 2018.

MASSONI, Sandra et al. *Medir la comunicación desde lo vivo: indicadores comunicacionales en dimensiones múltiples*. Rosario: UNR Editora, 2017.

MASSONI, Sandra. *Avatares del comunicador complejo y fluido*. Del perfil del comunicador social y otros devenires. Quito: Ediciones Ciespal, 2016.

MASSONI, Sandra. *Metodologías de la Comunicación Estratégica: del inventario al encuentro sociocultural*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2013.

MASSONI, Sandra. Comunicación estratégica: matrices de datos en la investigación enactiva. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, año X n.18, ALAIC, ene-jun, 2013.

MASSONI, Sandra. *Comunicación estratégica::comunicación para la innovación*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2011.

MASSONI, Sandra. Tesis de doctorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2003.

MASSONI, Sandra. *La comunicación como herramienta estratégica*. Secretaría de Estado de Agricultura, IGanadería y Pesca, INTA, Pergamino, Argentina, 1990.

MASSONI, Sandra. Artículos varios en www.sandramassoni.ar.

MASSONI, Sandra y Mateo Bussi. *Guía IEC. Comunicación Estratégica Enactiva: la ciencia de la articulación*. Rosario: Massoni Editora, 2020.

MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación política*. Santiago: Ed. Dolmen, 2001.

MORIN, Edgar. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 2009.

PRIGOGINE, Ilya. *¿Tan sólo una ilusión? Una exploración del caos al orden*. Barcelona: Tusquets, 1983.

VERON, Eliseo. Ciclos de vida. En *La semiosis social 2. Ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

Aprendizagens contextuais e o processo comunicacional

José Luiz Braga¹⁶

“As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”

(Paulinho da Viola, 1968)

1. Perspectiva

Ao tematizar questões de aprendizagem, as referências mais frequentemente lembradas serão aquelas da Educação – como disciplina de conhecimento e como campo social, em torno da Escola. Tenho, entretanto, neste texto, dois objetivos que – sem desconhecer a importância e a presença histórica dos processos educacionais – buscam uma perspectiva diversa.

O primeiro objetivo é o de assinalar, nos processos da aprendizagem, uma presença intrínseca de processos comunicacio-

¹⁶ Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

nais não necessariamente subsumidos ao processos educativos. O segundo é o de sublinhar a relevância da perspectiva comunicacional sobre aprendizagens no contexto contemporâneo, tanto para o processo social abrangente como para as práticas educacionais.

2. Aprendizagem como processo humano

Para encaminhar estes dois objetivos, que constituem o eixo do artigo, quero lembrar que a aprendizagem, como processo social, precede a reflexão propriamente educacional, acontecendo diretamente nos mais diversos contextos sociais. Aprender é uma necessidade básica da espécie humana, perante urgências a serem enfrentadas para a sobrevivência. Nossa estrutura biológica inclui a competência (e a necessidade) de aprendizagem, para interagir com a natureza e para a organização da sociedade.

À diferença das demais espécies animais ditas sociais, não dispomos de processos biológicos suficientes para articular nossos comportamentos e decisões em um nível ordenado pelos instintos. Os comportamentos sociais não estão especificados em nosso DNA. Temos certamente disposições gregárias e determinadas características neuronais (como os neurônios espelho e a possibilidade empática) que nos predispõem à interação. Mas os instintos não organizam a processualidade ou as lógicas das interações – como parece ocorrer, por exemplo, com as abelhas. Não temos códigos sociais muito definidos na estrutura genética da espécie.

Em vez disso, temos um conjunto de competências biológicas que se exercem *em aberto*, das quais destacamos como pertinentes para nossos processos interacionais:

- a capacidade de perceber variações na natureza e nos demais seres humanos, percepção esta requerida e acionada em circunstâncias muito diversas, para a perpetuação da espécie e para a sobrevivência individual;
- uma capacidade inferencial básica – abdutiva – que permite gerar hipóteses diversificadas como resposta tentativa a estímulos externos e a informações disponíveis;
- associada às duas anteriores, uma capacidade para experimentação de soluções variadas, que podem levar à invenção social de soluções para problemas não previstos.

Certamente nossas competências sociais biológicas não se restringem a esse pequeno elenco. Esses pontos, entretanto, são suficientes para nosso objetivo de propor uma perspectiva comunicacional sobre aprendizagem. As três competências se articulam e se compõem nas práticas mais diversas.

Essa organização, em perspectiva darwinista, leva a uma diversidade de comportamentos elaborados já no âmbito social, muito mais flexível para adaptação rápida a circunstâncias cambiantes do que as adaptações físicas do organismo – o que viabiliza uma variedade ampla de construções culturais, de comportamentos, assim como singularidades individuais ativas.

Através das interações no espaço social e das relações com o mundo natural, o ser humano se modifica, se constrói e elabora identidades, na medida mesmo de sua percepção, de suas respostas e de sua experimentação.

Esse processo, sobre bases biológicas, só se realiza no espaço social. A sociedade tem que elaborar e direcionar as estruturas sociais assim como a inserção variada de seus participantes nestas estruturas, por experimentações, descobertas e inven-

ções sociais – que não surgem prontas na natureza ou na biologia do indivíduo.

Por isso mesmo, o que é inventado tem que ser aprendido nas interações, experimentado na diversidade das circunstâncias e testado no contexto. Se estabilizado, não perde sua historicidade, não se estabelece indefinidamente no já dito e assumido. A parte estabilizada é o que principalmente se atribui à educação como processo. Está sempre a se corrigir, mesmo nos processos da continuidade, ou a se substituir diante de novas urgências, ao vivo.

3. Ganhos e desafios

Com essa estrutura biológica, o ser humano não nasce “pronto”, em termos de adaptação ao ambiente. Dispõe de competências básicas, mas é preciso construir relações adaptativas¹⁷ – o que implica desenvolver comportamentos sociais e individuais adequados a interações com a natureza e com os outros.

Há um ganho nisso. A espécie tem uma flexibilidade de ajuste rápido a contextos muito diversos, buscando suas bases de sobrevivência no que a natureza oferece. Por outro lado, desafios também se apresentam. Como as ações e os comportamentos requeridos não existem de antemão na estrutura biológica, devem ser desenvolvidos *ad-hoc*, perante as especificidades do ambiente.

17 Relações adaptativas não correspondem a um ajuste unilateral. Nessa perspectiva conceitual, implicam uma relação biunívoca entre organismo e ambiente. O conceito de *affordances*, de J.J. Gibson (1977) esclarece bem o jogo entre as ofertas do nicho ambiental e os acionamentos feitos deste a partir das características dos seres vivos.

Não discutiremos a parte que cabe a cada uma das três competências – percepção, resposta hipotética, experimentação – mas constatamos que a composição entre elas se manifesta na forma de uma elaboração de atitudes e comportamentos adequados aos objetivos das ações humanas. Desde suas origens, a espécie é compelida a se organizar para esse desafio adaptativo.

O que chamamos de aprendizagem é essa aquisição de comportamentos e atitudes resultante do enfrentamento dos desafios. Os procedimentos desenvolvidos são conservados em nosso sistema neuronal pela memória ativa (no que se refere aos indivíduos) e nos padrões culturais do grupo – tornados disponíveis para sua continuidade e seu acionamento em todas as situações percebidas como da mesma ordem das situações aprendidas. A aprendizagem é o processo construtor de capacidades tornadas disponíveis para exercício em situações futuras.

Mesmo a aprendizagem individual – ocorrente em situação singular, em que uma resposta é descoberta diante de um desafio específico – se manifesta imediatamente social em dois aspectos. O primeiro é que a experimentação, aí bem sucedida, já é devedora das bases culturais de inserção daquele indivíduo (e não apenas de sua biologia – embora esta seja elemento de base). O segundo aspecto é que essa resposta, ainda que individualmente gerada, só se mostrará significativa na medida de seu ingresso na cultura, por compartilhamento. Que o processo seja intrinsecamente compartilhado sublinha sua natureza comunicacional.

Temos aí, portanto, um primeiro nível do processo de aprendizagem – em que a espécie exerce ações adaptativas, na lógica de acionamento de *affordances* da natureza, que geram invenção cultural. Imbricado nesse nível de aprendizagem direta na ocorrência, desenvolve-se um segundo nível, em que a apren-

dizagem não exige uma invenção ao vivo, perante a urgência: é possível aprender as soluções que outros participantes criaram. Uma rede de trocas e ajustes entre os participantes do grupo se elabora, em termos de compartilhamento de processos e comportamentos, de aperfeiçoamento, de formalização expressiva e de equilíbrazões sociais. O processo cultural, assim constituído, não apenas acolhe aprendizagens, mas igualmente as elabora e desenvolve.

Um terceiro nível de desafios se coloca, que é o de superar o risco, para cada geração, de ter que aprender tudo de novo, a partir do zero. Assim, a sociedade se organiza para obter aprendizagem não só a partir das experiências de seus participantes, mas também sobre a experiência de gerações anteriores.

4. Aprendizagem e Educação

Nas tribos fundadoras da organização social, a figura de anciãos reunidos com os jovens adultos em torno das fogueiras, representa a consciência social da necessidade de repassar a experiência acumulada às gerações seguintes, desdobrando os processos da aprendizagem de enfrentamento das circunstâncias nas falas sobre as ocorrências, acompanhadas de gestos interacionais interpretativos que *tiram lições* do acontecido.

O aprender a partir dos problemas a resolver amplia assim sua complexidade e seu alcance. Isso significa que, desde as origens, a sociedade humana percebe a possibilidade de se organizar para os desafios ocorrentes e a necessidade de preparar as gerações subsequentes.

A constância dessa urgência é que nos leva, historicamente, a desenvolver, em experimentações sucessivas através de

grandes fases históricas, um campo especializado em produzir aprendizagem – o campo da Educação.

A grande importância desse campo é decorrente de ter se tornado o âmbito e o espaço profissional responsável por aprendizagens assumidas como relevantes para o processo social – enquanto Escola (como o campo social de formação organizada das aprendizagens requeridas e previstas como de necessidade futura); e enquanto campo acadêmico, para geração e organização dos conhecimentos pertinentes.

Nesse ambiente cultural, o reconhecimento da relevância do campo educacional pode nos levar a uma impressão difusa de que a aprendizagem se limitaria a essa consequência desejada da educação.

Mantendo, certamente, essa valorização – crucial para a complexidade da sociedade contemporânea – é preciso alargar o conceito de aprendizagem, observando os aspectos em que seus processos são externos ao trabalho educacional – podendo preceder esse trabalho, desenvolver-se à parte, ou fazer parte dele segundo outras lógicas.

Devemos considerar, então, que a aprendizagem é originalmente o resultado direto de problemas sociais. Educação é o nome de uma macro resposta a tais problemas, que condensa experiências de longo prazo histórico e crescentemente as institucionaliza – envolvendo os processos iniciais e as decisões sobre conhecimentos e competências que devem ser de acesso generalizado. Inclui direcionamentos específicos conforme aprendizagens setorialmente requeridas e implica uma formação especial para os responsáveis pelo ensino, assim como sistematizações e atestações de ordem pública.

O processo educacional agencia as competências inventivas da sociedade, para sistematizar, planejar e direcionar com eficácia suas percepções referentes a necessidades de aprendizagem conforme suas urgências. Cada sociedade ou setor social atribui a seu sistema educacional todas aquelas aprendizagens percebidas como de particular valor humano e social – tanto as que devem ser mantidas como as que sejam consideradas relevantes como preparação para o futuro.

Uma das características do campo da Educação é retrabalhar as aprendizagens da invenção social desenvolvidas no ambiente das práticas (onde estas surjam: no enfrentamento da natureza, na sociedade em geral, nos demais campos sociais organizados – e no próprio campo educacional), para torná-las disponíveis em termos de manutenção de conhecimentos e procedimentos assim como de preparação do aprendiz para novos desafios.

5. Aprendizagens contextuais

Dadas as características da aprendizagem – enquanto processo da espécie em seu trabalho, constante e abrangente, de adaptatividade e invenção, não é possível subsumir todas as aprendizagens ao espaço do campo educacional.

Embora as atribuições educacionais sejam da maior importância, na processualidade diversa da organização social, a educação formalizada não pode ser a única resposta. Mantemos, portanto, uma aprendizagem “ao vivo” – na vida, na experiência das coisas, na cultura, na socialização, nas trocas sociais, nas famílias, nas práticas profissionais e outras – em que a ação geradora é compartilhada em suas táticas específicas.

Nesses espaços, aprendemos através de processos interacionais. Como também ocorre no campo da Educação – mas,

neste, segundo estratégias mais imediatamente direcionadas a necessidades previstas, através de acionamentos e composições refletidas de nossas competências de percepção, hipotetização e experimentação social.

Na escola, os objetivos previstos e as estratégias calibradas com base em conhecimentos profissionais e em pesquisa científica direcionada disciplinam as interações em vista dos melhores resultados sociais. Mesmo aí, nem todas as especificidades do processo de aprender podem (ou devem) ser controladas. Por isso mesmo, o *aprendido* nunca é exatamente idêntico ao *ensinado*, dado que – consideradas nossas características de percepção, resposta e experimentação – há sempre uma parte variável de criação na singularidade das interações de ensino/aprendizagem.

Fora da escola, naquela diversidade de espaços que compõem o viver em sociedade, a espécie mantém uma competência contínua de aprendizagem, em graus diversos de intensidade, direcionamento de objetivos e acionamento de estratégias – ou seja, possibilidades de modificação de comportamentos, atitudes, conhecimentos e possibilidades de ação.

Esse conjunto – diversificado – é o espaço das aprendizagens contextuais. Aqui, o que se aprendeu no processo educacional para manutenção de conhecimentos e procedimentos e como preparação para o futuro pode ser aproveitado e acionado – mas, ainda assim, deve ser relacionado ao aprender pela experimentação ao vivo e pela invenção social. Aprender, nessa perspectiva, é o mesmo que desenvolver processos adaptativos a contextos diversos e a agir sobre estes contextos.

Entretanto, a distinção entre aprendizagens contextuais e aprendizagem na Escola, voltada para uma percepção mais

complexa do processo geral, não deve resultar em dualismo. É preciso perceber continuidades e incidências mútuas.

Por um lado, a Escola é, ela mesma, um contexto especial. Há portanto aprendizagens contextuais de escola. Além de processos de ocorrência na sala de aula, mesmo, a escola é um ambiente de socialização (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 134).

Por outro lado, os processos de aprendizagem propriamente escolares extravasam as paredes da sala de aula e se exercem nos mais diversos ambientes da sociedade, compondo-se com as aprendizagens contextuais aí desenvolvidas. É com base nessa composição que os diferentes campos sociais elaboram estratégias de enfrentamento de seus problemas, de suas urgências.

É preciso lembrar também que a Escola exerce sua ação (em todos os níveis de formação) a partir de aprendizagens sociais – o estado de prontidão para aprendizagens escolares específicas é em parte decorrente dos contextos de vivência dos estudantes, de suas experiências contextuais anteriores. A escola busca certamente superar as diferenças de prontidão que possam ser restritivas, mas também trabalha com tais especificidades.

6. Aprendizagem & Comunicação

Toda essa processualidade do aprender contextual é centralmente comunicacional. Não porque dependa da interação entre quem já sabe e repassa o já sabido (ainda que isso possa ocorrer); mas sobretudo porque a aprendizagem implica interações produtoras de sentido. Ou seja: não aprendemos a partir da simples percepção do objeto (natural ou social) ou do evento – aprendemos no processo de geração de sentido compartilhado. O gesto de compartilhamento da interpretação, inferencial, é que modifica os participantes, permitindo seu acesso às relações aí

especificadas com os elementos pertinentes da natureza e da sociedade. Assim, não aprendemos pelo recebimento de sistemas simbólicos “prontos” – entramos interacionalmente nestes através de seu exercício, inicialmente tentativo e, em seguida, por seleções refletidas ou praticadas.

Ao mesmo tempo em que entramos nos sistemas simbólicos disponíveis em nossa cultura, ao aprender a manejá-los, aprendemos também a exercê-los (como por exemplo na aprendizagem da fala pela criança) em modo que não é apenas reprodutivo: experimentamos seu acionamento como resposta a nossas percepções sobre o contexto.

Oliver Sacks refere, em sua pesquisa sobre a surdez como questão sociopsicológica, uma questão que preocupava um religioso do século XVIII, dedicado ao acolhimento e à educação de jovens surdos-mudos: “por que a pessoa surda sem instrução é isolada na natureza e incapaz de se comunicar com os outros homens?” (Sacks, 2010, p. 24). A explicação proposta pelo Abade Sicard era a de que não dispor de símbolos para articular seu pensamento impedia a comunicação.

Certamente: sem sistemas simbólicos, falta-nos um instrumento imprescindível para a comunicação. Mas a questão deve ser observada, em maior profundidade. Por que os surdos que não tenham o domínio de uma língua gestual não dispõem de sistemas simbólicos? Essa questão permite inverter a proposta do Abade: não dispõem de sistemas simbólicos porque estão impedidos de se comunicar. Essa reflexão é desenvolvida em Braga, 2017, p. 46.

A demonstração dessa perspectiva se observa no fato de que, historicamente, constatou-se, por todo o século XIX (e ainda no século XX, em determinadas circunstâncias) que, em situa-

ções de ausência de aprendizagem anterior de línguas de sinais (como a Libras, no Brasil), o encontro entre crianças ou jovens surdos leva imediatamente a um esforço interacional gerativo a partir do qual gestos são tentativamente elaborados para viabilizar alguma comunicação. Yves Delaporte (2000, p. 390), antropólogo, assinala a importância, na história de vida de surdos que não tiveram uma formação de língua de sinais na infância, de seu primeiro encontro com outros surdos – justamente porque se apresentam aí, finalmente, condições interacionais de aprendizagem de sistema simbólico, em termos de aquisição ou de geração de língua de sinais.

O aprender parece ser – nessa perspectiva – uma das condensações mais básicas do que considero uma comunicação gerativa:

O risco corrido pelas crianças surdas, com suas consequências devastadoras se não estiverem em contexto favorecedor de aprendizagem ou invenção de línguas de sinais, evidencia ao mesmo tempo a potencialidade gerativa da comunicação e a necessidade constante, no ambiente humano, de assegurar condições favoráveis para seu florescimento. (Braga, 2017, p. 54)

Mesmo nas situações de diferença dos saberes (o adulto e a criança que aprende a falar; o professor e o aluno; o profissional experimentado e o novato), o processo pede, ao lado da passagem de conhecimentos “prontos”, uma produção de sentido de que participa a capacidade interpretativa de quem aprende.

A perspectiva sustenta duas inferências para o tema de nosso interesse:

- a geração de sistemas simbólicos (entre eles nossas línguas orais e escritas – assim como as de sinais) decorre dos processos interacionais, voltados para viabilizar o compartilhamento humano e a experimentação social, em termos tentativos. A comunicação é o processo de geração de sistemas simbólicos acionáveis para a manutenção, o aprofundamento ou direcionamentos especiais da própria comunicação em suas ações subsequentes.
- a base da aprendizagem não é transmissiva, mas socialmente inventiva, pela triangulação entre os participantes sociais, em sua interação sobre os desafios do mundo. Os aspectos transmissivos – efetivamente ocorrentes no processo de aprendizagem – só se asseguram eficazes na medida de sua articulação com uma disponibilidade prévia de acolhimento e uma ação subsequente de integração.

Naturalmente, cada processo de aprendizagem mostra diferenças de eficiência nas ocorrências, no que se refere a produzir mudanças nos participantes – de incorporação informacional, de conhecimentos, de atitudes, de adaptação, de criação, de aperfeiçoamento de respostas, de descobertas, de articulação entre diferenças, de ampliação perceptiva, de harmonização cultural, de compreensão de processos etc.

De um modo geral, no aprender há uma parte do “já pronto” – na cultura, na vida prática, na família, nos espaços de especialidades (acadêmicos ou profissionais); e uma parte de criatividade e invenção – tanto para o gesto aquisitivo dos processos como para as ações que se tornam então possíveis.

Conforme o momento, o contexto, o ambiente organizado em cultura, e certamente conforme as diferenças pessoais, as proporções e as imbricações entre esses dois aspectos variam.

Proponho imaginarmos uma dimensão hipotética, na qual um dos extremos mostra o máximo de passagem de informação pronta entre o participante social que tem forte domínio das coisas tratadas e um aprendiz meramente acumulador de dados; e o outro extremo expressa uma aprendizagem totalmente criativa, em que participantes sociais, no enfrentamento de uma urgência muito inusitada, desenvolvem estratégias pertinentes. Refletindo sobre essa dimensão de variações, podemos fazer as seguintes inferências:

- conforme o contexto e os processos interacionais entre os participantes de uma aprendizagem, esta poderá se situar em diferentes pontos da dimensão;
- mesmo no extremo inicial, fortemente “transmissivo”, se há aprendizagem, a aquisição pelo aprendiz implica algum processo criativo no ajuste da “informação pronta” a seu acervo pessoal;
- diferentes circunstâncias e momentos históricos podem ter características tais que favoreçam um ou outro segmento da dimensão – seja uma tendência de manutenção do já aprendido (apenas com ajustes menores à realidade cambiante); seja uma necessidade de experimentação, de respostas renovadas, de instabilidade do já aprendido;
- os momentos históricos que se caracterizam por ênfase neste segundo segmento são aqueles em que se evidenciam mais claramente as aprendizagens contextuais, o enfrentamento de urgências não previstas ou mutantes e as renovações culturais.

7. Um contexto abrangente na contemporaneidade

Encontramos, na história, situações estáveis, em que os sistemas simbólicos e os procedimentos adequados a seu aciona-

mento pertinente, bem estabelecidos nas instituições, resolvem bem nossas principais necessidades comunicacionais. Mas encontramos também muitos momentos em que os processos mais estabelecidos são desafiados, gerando deslocamentos tectônicos nos âmbitos em que os hábitos organizavam os comportamentos e as ações.

Na contemporaneidade, nos encontramos em um contexto abrangente, em rápida implantação, que desafia todos os campos especializados. Assinalo dois aspectos (entre certamente outros) que caracterizam este contexto atual:

- a globalização, que põe em contato estreito e quase repentino culturas muito diversas (sem o vagar para ajustes históricos que confluências anteriores puderam ter), gerando problemas imprevisíveis e complexos. É um fenômeno social total, afetando os processos estabelecidos, as culturas, a política em todos os níveis, as relações entre o público e o privado, as profissões.
- a midiaticização crescente das sociedades, que põe em risco hábitos interacionais, abre novos desafios, viabiliza circuitos transversais que tensionam mesmo os campos sociais mais estabelecidos, como o campo jurídico, o da medicina, o da educação, o do jornalismo.

A midiaticização – como instalação em curso de um novo processo interacional de referência (Braga, 2007), subsumindo a escrita e a oralidade a suas lógicas – ao mesmo tempo em que se oferece como “campo de provas” para a experimentação social de embates e de articulações entre as diferenças, coloca-se como desafio e como criação de urgências várias, ao se apresentar com suas possibilidades e seus severos riscos, exigindo – bem mais que ajustes – ações de reinvenção.

Os campos sociais são penetrados por incidências externas, que eles já não conseguem transferir para suas próprias lógicas com a eficiência anteriormente constituída. Suas relações internas igualmente passam a desenvolver tensões menos previsíveis. As articulações sociais antes razoavelmente estabelecidas, deixam de funcionar com eficiência – exigindo novas aprendizagens. Tudo isso resulta em forte instabilidade de processos.

Um lugar especial no processo da aprendizagem recriadora, em tais condições, é o surgimento diversificado de urgências – problemas para os quais ainda não temos sequer padrões de enfrentamento.

Nas sociedades de predominância do Estado e das nações (fortemente vigente durante o século XIX e crescentemente sob pressão no século XX) podemos considerar que os campos sociais, com suas instituições e seus processos formadores (pelo menos no mundo ocidental moderno de razoável estabilidade político-social – ainda que com graus variáveis de injustiça e de encaminhamentos canhestros) conseguiam caracterizar as urgências sociais segundo seus critérios, definir objetivos e regular as estratégias e a experimentação social. A aprendizagem criativa requerida para esse enfrentamento era razoavelmente disciplinada pelos padrões institucionais vigentes.

A instabilidade decorrente da globalização e da midiaticização, durante a segunda metade do século XX (em ritmos e condições variáveis conforme os continentes e os países), passou a evidenciar uma variedade de urgências – seja em instâncias transversais aos campos sociais, seja na forma de conflitos em suas fronteiras, seja, ainda, no interior mesmo das instituições, como questões disruptivas do campo social ou como contestação e abandono de padrões estáveis.

Com isso, ocorre uma espécie de “autonomização de urgências” – no sentido de que nem são diretamente originadas no âmbito de ação daqueles campos, nem são percebidas como exclusivamente pertencentes a eles. Por isso mesmo, não encontram mais, aí, um âmbito de estudos e de práticas testadas para sua explicitação e busca de respostas.

Nessas condições, as aprendizagens se tornam fortemente contextuais. O aprender exige o acionamento de todos os conhecimentos disponíveis, mas ao mesmo tempo implica um tensionamento destes conhecimentos:

- para ajuste do que antes parecia estabelecido à especificidade de ocorrências não previstas;
- para enfrentar o risco da perda de pertinência e dos encaminhamentos equivocados;
- para perceber as lacunas no disponível (que antes parecia completo e suficiente) – lacunas que exigem, então, novas experimentações e retomada de aprendizagens fortemente criativas. As experimentações sociais passam a manifestar claramente sua alta proporção de ensaio-e-erro.

As interações são direcionadas para a necessidade de comunicação gerativa. Para isso, é preciso estar dentro e fora dos campos especializados.

Essa necessidade de refazimento de sistemas simbólicos ilumina o aspecto comunicacional gerativo em todos os campos sociais, para as urgências que tensionam estes campos – tanto para o desenvolvimento das aprendizagens criativas; como para o bom aproveitamento de tais invenções em novos arranjos para a interação social.

Situações deste tipo, com sua instabilidade e seus desafios, oferecem espaço para enfrentamento criativo, na geração de novas soluções. Oferecem, também, o risco dos equívocos e dos encaminhamentos desastrosos.

8. Conclusão

Uma das tendências atuais da pesquisa em Comunicação é a investigação dos processos experimentais referentes às modificações estruturantes da sociedade. Essa tendência se volta para as tecnologias midiáticas, para o desenvolvimento crescente de circuitos de interação que atravessam os campos sociais desafiando suas práticas mais ancoradas, para os esforços adaptativos, em todos os níveis, diante dos desafios da midiaticização e da globalização que põem em causa os padrões antes estáveis.

Uma linhagem relevante, entre tais estudos, é a de investigar, analisar e compreender o que se desenvolve, naqueles processos, em termos de aprendizagem e invenção social – a geração de arranjos e estratégias para enfrentamento das urgências. Percebemos o ângulo da aprendizagem em todos os níveis de tais processos: nas próprias urgências que pedem soluções inventivas, no embate de estratégias, na proposição de encaminhamentos; na necessidade de teste social das tentativas, de transferências entre situações similares ou próximas, de desenvolvimento em curso de novos padrões culturais.

Podemos assumir que as urgências que se apresentam nas situações de contemporaneidade aqui observadas implicam uma necessidade ampliada de experimentação e de aprendizagens correlatas. Além das situações políticas e culturais, em si complexas, o contexto inclui uma proliferação tecnológica que oferece *affordances* (Gibson, 1977, p. 68) – possibilidades, desa-

rios, riscos – para as quais não estamos ainda ajustados, e que levam a tentativas dispersas, a conflitos nos sistemas sociais, a possibilidades de ação por setores sociais antes sem acesso, e aos modos mais diversos pelos quais os padrões culturais são deslocados (para o bem ou para o mal).

O período experimental em que as sociedades se encontram levará, em algum tempo, a padrões de estabilidade, de articulações e de tensionamentos ainda não previsíveis, mas que estão sendo gestados na experimentação social relativamente caótica do momento.

Isso implica um desafio adicional para a pesquisa em comunicação, ao lado da compreensão dos processos e da descoberta das lógicas diversamente acionadas de interação e aprendizagem. Trata-se da questão praxiológica sobre a qualidade e o direcionamento dessa futura “estabilidade” – que não tem valores axiológicos automaticamente direcionados – exigindo uma competência crítica igualmente focada nos processos experimentais.

Referências

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina. *Comunicação e Educação, questões delicadas na interface*. São Paulo: Editora Hacker, 2001.

BRAGA, José Luiz. Mídiação como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAUJO, Denize; BRUNO, Fernanda (org.) *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática*. Porto Alegre: Sulina. Livro Compós 2007, p. 147-167.

BRAGA, José Luiz. Comunicação gerativa: um diálogo com Oliver Sacks”. *Revista Matrizes*, v.11 - nº 2, p. 35-55, maio/agosto, 2017, São Paulo: ECA/USP.

GIBSON, James J. The Theory of Affordances. In Robert Shaw, John Bransford (Ed.) *Perceiving, Acting and Knowing – Toward an Ecological Psychology*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1977, p. 67-82.

PAULINHO DA VIOLA. *Coisas do Mundo, Minha Nega*. Música e Letra, 1968.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELAPORTE, Yves. Être sourd dans un monde entendant : destin, rencontre, transmission et rupture. *Ethnologie française*, Paris, 2000, p. 389-400. (hal-00445257). Disponível em: <https://doi.org/10.33011N>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Projeto Amazocom: o desenvolvimento participativo com base na comunicação

Antônio Luiz Oliveira Heberle¹

Selma Beltrão²

Contexto de trabalho do Amazocom nos territórios

O trabalho de campo com as ferramentas da comunicação nos leva a focalizar as pessoas em suas rotinas, conforme nos mostram autores consagrados nesta área do conhecimento, das chamadas teorias da recepção. Eliseo Verón (2008), o presidente de honra do Ciseco, costumava dizer que: “precisamos estudar recepção para avançar nos estudos da comunicação”. Verón concorda com outros estudiosos que também apontam a recepção como o campo desafiador para os pesquisadores em comunicação. Entre eles podemos citar Néstor G. Canclini, Martín Barbero e Guillermo Orozco. Eles trazem aportes animadores

1 Pesquisador da Embrapa, antonio.heberle@embrapa.br. Embrapa Café

2 Analista da Embrapa, selma.beltrao@embrapa.br. SIN- Embrapa Sede

dos estudos culturais e, também, dos estudos qualitativos das audiências, como a recepção ativa.

A recepção força o olhar do pesquisador para o realismo do mundo e, também, para a análise do que se passa na esfera das mídias. A recepção é destaque nos estudos de Verón quando trata das gramáticas de produção e de reconhecimento. Porém, é possível pensar algo para além da dialogia emissão-recepção. Observamos que a recepção nos conduz apenas ao processo linear da comunicação midiática e não necessariamente às práticas de comunicação social nos territórios.

Para isso temos que avaliar os conceitos de comunicação alternativa, popular, de movimentos sociais e etno-participação. Há uma comunicação regional, territorial, comunitária, das pessoas que precisamos estudar. Comunicação na/da estrutura cultural na vida cotidiana. Para percebê-la em sua dinâmica é preciso sair da academia para vê-la ativa. Analisa-se pouco os processos de democratização e de sociabilidade da comunicação.

Então, de qual comunicação estamos falando? Falamos da comunicação centrada nos sujeitos, na participação que pode ajudar na diagnose do que se faz no lugar; que recupera a necessidade dos afetos; que valoriza o lugar, as culturas e o sustento; que ajuda na promoção do território; que fortalece a aliança comunitária, as formas de interação e articulação social.

A comunicação na articulação social nos faz pensá-la como um comportamento social inovador porque se relaciona às condições locais e territoriais de produção, onde a comunidade interage dentro e fora e, para tanto, utiliza meios comunitários disponíveis, diante das suas necessidades. A ideia de participação se adequa à resistência, mais do que modificação de rela-

ções de poder, porque envolve distintos níveis (família, comunidade, sociedade, mídia).

Um dos principais desafios, neste sentido, é a definição dos problemas com a comunidade, porque requer habilidade para compreender lógicas e espaços sócio-culturais. Torna-se importante considerar quem é afetado ou está envolvido no processo da comunicação local, partindo para uma análise coletiva e democrática da situação. Será preciso agir problematizando o processo dialógico e dialético dos agentes externos à comunidade para evitar a sua aculturação. Como rotina é necessário definir problemas sociais, analisar processos comunicacionais no território e envolver a comunidade, os atores dos seus diagnósticos. São eles que disputam significados e negociam acordos e, para eles, deve-se garantir a opinião, proporcionar a inclusão e o diálogo, para aceitar a diversidade e cultivar a tolerância.

No Fundo Amazônia, o Amazocom é o projeto que aporta a comunicação e a interação social como conceitos centrais, aplicáveis e funcionais. O Amazocom procura realizar a filosofia TTICC (Transferência de Tecnologia, Intercâmbio e Construção do Conhecimento e Comunicação) e essa prática é que busca sintonizar com as realidades locais, num esforço contínuo para garantir a participação em todos os ciclos.

Para propiciar um clima favorável à participação, é preciso ter alguns pontos de partida, condições para que se processe num determinado território a comunicação dos seus agentes. Será necessário introduzir a comunicação como vertente analítica nos projetos e isso foi feito como orientação a todos os 19 projetos interligados no Projeto Integrado da Amazônia. Também é preciso compreender os fluxos de interação com os povos e comunidades tradicionais (PCTs) na Amazônia; fortalecer as noções de interação com as equipes de comunicação das unida-

des de pesquisa da Embrapa na Amazônia; cumprir os compromissos de TTICC no Fundo Amazônia; ajustar noções para não perder a oportunidade e aportar conceitos junto às lideranças dos projetos e comunicadores.

Podemos falar, a partir de princípios como esses, numa **epistemologia do desenvolvimento participativo por meio da comunicação**. Isso não parecerá estranho para quem compreende razoavelmente a sociologia moderna. Ela mostra que é da organização social que se pode chegar às mudanças mais significativas, como diz Pierre Bourdieu (1983). Ou seja, modelos positivistas, de estímulo-resposta, tendem a não funcionar a longo prazo. O mais famoso teórico do “difusionismo” e da “transferência” de tecnologias, Everett Rogers (1995), se revê para dizer que os modelos positivistas de ação nas áreas rurais podem não funcionar em culturas e situações diferentes das inicialmente por ele imaginadas quando desenvolveu a sua teoria.

Nem sempre captamos exatamente o que precisa ser feito e, por isso, é comum teóricos implantarem suas teorias sem analisar a realidade local. Transplantar teorias e ações acopladas a elas para outros territórios, geralmente, não funciona ou apresenta problemas de adequação. Além disso, nem sempre as pessoas sabem dizer o que querem e é necessário sensibilidade para compreendê-las.

Recorremos à etnometodologia de Harold Garfinkel (descrita por COULON, 1995), para compreender que a realidade é socialmente construída e se desenvolve nas vivências cotidianas de cada sujeito social, de tal forma que podemos compreender apenas alguns traços das construções sociais que permeiam toda a interação. Permite-nos compreender também que há formas psíquicas de resistência às possíveis mudanças sociais. A psicologia mostra que há forte tendência para a estabilização

comportamental e a justificação para tudo, de acordo com a teoria da consonância cognitiva de Leon Festinger (1957). Ou seja, na comunicação é bastante improvável se imaginarmos que as pessoas vão adotar um certo comportamento a partir de uma fonte emissora qualquer.

Para além da transferência, cultura, organização social, econômica, política e principalmente o meio influi a todo tempo, de tal forma que a mudança de atitudes é uma variável que não pode ser controlada, pois a percepção é livre, como nos mostra o semioticista Charles Sanders Peirce (Heberlê, 2006). Peirce nos ensina que não se leva os sentidos, mesmo sendo muito eficiente na ação de comunicação. Depende do que e como chegam as coisas à mente das pessoas e tudo pode acontecer, inclusive, nada.

Por isso, fugimos da tradicional “corrida de bastão”, quando se fala de “transferência de tecnologia”. Acontece que as instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D) são medidas pelo volume de nova informação científica gerada e pesquisadores avaliados pelo impacto na comunidade científica. Cria-se um ranking e as instâncias de “transferência” são compelidas a fazer a “difusão” dos resultados, se possível massivamente, e tudo se passa como se a informação abundante pudesse mudar a situação. Aprendemos com as comunidades que isso não é verdade, pois é necessária muita comunicação (e não somente informação) para que a situação, de forma colaborativa, possa favorecer as próprias comunidades, dado que a confiança entre os atores é um vetor condicionante.

A comunicação como fator de desenvolvimento

Para contribuir com uma transformação que favoreça aos agricultores é preciso primeiro trabalhar de forma colaborativa, participativa e, por isso, fomos a campo para conhecer o contexto. Colocamo-nos como fonte articuladora e ouvimos, atentamente, as pessoas em seus locais. Descobrimos juntos os fluxos de interação e usamos metodologias participativas que possibilitaram a inclusão de outros atores, de acordo com a necessidade. Respeitamos a cultura do lugar e estimulamos a articulação dos saberes tradicionais, locais, culturais. Assim, pensamos o que pode ser feito, com as pessoas do lugar, para vencer as limitações que essas mesmas pessoas identificaram como problemáticas.

De forma geral é preciso apostar na interação e ir a campo, sabendo que é preciso se despir de conceitos e teorias prontas. Recuperar os sentidos voltados para a ação “entre”; valorizar as trocas de conhecimentos; escutar a voz do outro (entendidos como parceiros); agir com, mais do que fazer para; observar as mudanças do entorno; incluir atores, mesmo os imprevisíveis e ter como indicadores de sucesso o desenvolvimento integral das comunidades. São esses os fatores condicionantes para trabalhar com essa nova comunicação.

A comunicação é um processo social básico e, como tal, refere-se à interação “com” as pessoas. Nos territórios rurais é a comunicação para o desenvolvimento que sintoniza com as demandas da “realidade”; condicionante para a qualidade das possíveis ofertas tecnológicas. Não se trata de uma operação *top-down* mas *botton-up*, de baixo para cima.

A comunicação voltada para o desenvolvimento articula o conhecimento, adequando meio, mensagem e linguagem. Essa

modalidade de comunicação acompanha o processo de desenvolvimento do conhecimento e das pessoas, em todo o seu processo produtivo e valoriza contratos simbólicos. Articula e se compromete pela relação de confiança que estabelece entre os atores, pela troca de conhecimentos e a valorização dos vários “saberes”.

A comunicação comprometida com a interação e com foco no desenvolvimento identifica os interesses comuns e compromissos entre as partes que são parceiras no processo. Essa comunicação compreende que é o receptor, em re-ação, quem abre as portas da ação comunicativa. Por evidente, a comunicação para o desenvolvimento requer novas habilidades dos emissores que precisam ouvir mais do que falar. Os comunicadores para o desenvolvimento sabem que a mensagem não está pronta, que ela aparece em processo e é sempre adaptativa, pois as mídias e ferramentas (meios) chegam sempre depois que se tiver algo a compartilhar com a comunidade. Por isso, os comunicadores aprendem que a informação técnica é uma das variáveis e nem sempre a mais importante.

Quando se fala em desenvolvimento é comum pensar no desenvolvimento econômico ou produtivista, mas a comunicação para o desenvolvimento preconiza outro desenvolvimento das comunidades. Resgata o que elas querem, o que leva à integralidade desse conceito. Trata-se do desenvolvimento equitativo da sociedade, onde as agências de fomento são estratégicas no intercâmbio de saberes e os agentes de interação são mediadores desse processo. Cabe aos agentes fomentar o protagonismo social, ouvir com atenção as demandas por meio de metodologias apropriadas e ter claro que os indicadores de desenvolvimento são as mudanças sociais ocorridas para o bem das comunida-

des. Com isso, supera-se interesses particulares das agências e dos seus servidores.

Para atingir esse desenvolvimento, com interação, desde os interesses das pessoas, é preciso identificar adequadamente como acontece a circulação da informação nas comunidades e ter por base as culturas locais específicas (do consumo), ao contrário de pensar como uma problemática de uso de meios, instrumentos e tecnologias (da oferta).

Por isso, planejamos a interação social como estratégica no Projeto Integrado da Amazônia e a estruturamos alinhada a cada projeto. Muitos problemas de pesquisa em ciências naturais são falhos em descrever as conseqüências dos resultados para o desenvolvimento da sociedade. Quando é apenas a inovação tecnológica que se tem por meta é comum se perder o sentido prático e os fins (sociais) da pesquisa.

Do ponto de vista da comunicação normativa que fazem os comunicadores sociais, também, é preciso superar os conceitos centrais da comunicação que se faz hoje. Para tanto é necessário ir além das perguntas apresentadas por Harold Lasswell (1948) para se fazer uma comunicação eficiente: Quem? Diz o que? Através de que canal? Para quem? Com quais efeitos?

A proposta da comunicação no Projeto Amazocom propõe que os comunicadores perguntem sempre:

- para que serve essa informação tecnológica?
- quem se beneficia desse conhecimento?
- no que essa informação técnica melhora ou transforma a realidade?
- a que tipo de desenvolvimento essa técnica leva?

- como as pessoas podem acessar e usar essas informações?
- quem se responsabiliza por essas informações?

Para se chegar ao ponto de agir de forma propositiva, dentro da proposta do Projeto Amazocom, foi necessário a capacitação adequada dos comunicadores e dos agentes de interação em métodos e técnicas da sociologia do desenvolvimento. Também foi preciso internalizar os conceitos básicos de participação e epistemologia do desenvolvimento. Ou seja, não há como avançar sem introduzir temáticas sobre sociologia do desenvolvimento nas agências, como a Embrapa, e este não é um desafio simples. Porém, com paciência, articulação e soma de esforços institucionais foi possível consolidar grupos de estudos e apresentar resultados iniciais em eventos científicos, o que mostra até onde é possível chegar.

Sintetizando, para se obter resultados em termos de comunicação e de desenvolvimento é necessário respeitar e ouvir o outro, considerando-o protagonista do processo. Ter atenção, especialmente, para com os mais fragilizados no sistema que podem ter dificuldade de expressar, com originalidade, seus problemas. Para trabalhar nos territórios será necessário fazer alianças fortes, parcerias, nas quais todos saiam ganhando. Nada disso é possível sem respeitar os contratos simbólicos e, assim, fortalecer a confiança das pessoas nas instituições. Assim, é possível incluir cada vez mais os agentes e as comunidades e ampliar as possibilidades de desenvolvimento integral da sociedade.

Por isso, pode-se falar em uma **epistemologia do desenvolvimento participativo por meio da comunicação**. Porém, uma coisa é teorizar sobre esse assunto e outra é ir a campo, compreender a organização social e colaborar de alguma forma para

se chegar às mudanças mais significativas. Na sequência deste trabalho vamos acompanhar alguns exemplos de como isso pode acontecer no caso do Projeto Integrado da Amazônia, por meio da proposta adotada pelo Amazocom.

O Amazocom em ação nos territórios

O projeto Amazocom atua em nove estados da Amazônia Legal, com ações de interação e comunicação que visam o engajamento das populações locais em processos de manejo florestal e redução do desmatamento. Para o alcance desse resultado, a construção de práticas de comunicação comunitária constituiu-se em fator determinante. A comunicação comunitária é aqui entendida como comunicação cidadã que debate temas de interesse da coletividade dificilmente abordados pela mídia hegemônica, dentre os quais, o direito ao exercício de expressão por todos os sujeitos envolvidos nos espaços sociais (SANTOS, 2016).

O Amazocom está estruturado em quatro planos de ação que visam: i) construção coletiva do saber (Articulação e ampliação das Minibibliotecas nos territórios priorizados de cada estado); ii) levantamento de fluxos comunicacionais a partir de oficinas de diagnose social; iii) relação com a imprensa; e iv) formação de redes de comunicadores responsáveis por promover uma comunicação vinculada às identidades e realidades de cada território, com vistas ao estímulo do desenvolvimento local e a partir de oficinas de comunicação comunitária.

Toda a metodologia participativa e os entendimentos conceituais relativos ao Amazocom foram debatidos e construídos coletivamente, com os membros do projeto, a partir de uma oficina de alinhamento que deu início às ações do Amazocom,

em setembro de 2018. A metodologia adotada nas oficinas de comunicação tem origem em outro projeto desenvolvido pela Embrapa no Semiárido brasileiro, entre 2014 e 2017, o qual promoveu ações de comunicação comunitária, participativa e para o desenvolvimento, recebendo em 2017 o certificado de Tecnologia Social da Fundação Branco do Brasil³.



FIGURA 01. Oficina Alinhamento Amazocom, set/2018, Belém (PA)

3 **Comunicação comunitária para o fortalecimento do desenvolvimento local.** Disponível em:

<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/comunicacao-comunitaria-para-o-fortalecimento-do-desenvolvimento-local>. Acesso em: 29/set/2019



Figura 2. Registro visual com resumo dos eixos que orientam projeto Amazocom – construído na Oficina de Alinhamento, set/2018, Belém (PA)

O mapeamento social sobre o potencial de interação nos territórios priorizados pelos projetos nos nove estados da Amazônia Legal busca identificar as forças que impulsionam as tomadas de decisão local e que podem ser acionadas para o atendimento das necessidades requeridas pelo projeto integrado do Fundo Amazônia. Além das instâncias formais, nas oficinas de diagnose social do projeto Amazocom – realizadas em 2019 nos territórios Sudeste do Pará e Sul de Roraima - também se trabalhou para identificar quais as instâncias não institucionalizadas - como organizações espontâneas da sociedade civil de toda ordem, como comunidades, grupos religiosos e culturas regionais são influenciadores ou

não das temáticas relativas às formas de manejo florestal e redução do desmatamento.

Valorizar e respeitar as lógicas vigentes nos processos de construção coletiva de conhecimentos e de troca de saberes é outra vertente de atuação do Amazocom. Em 2019, o projeto iniciou um processo de produção editorial coletiva junto a uma família de assentados no Sudeste do Pará, com o propósito de revelar, a partir da narrativa desse núcleo familiar – apresentada por meio de vídeo e cartilha, a relação deles com a terra onde trabalham. Incluindo como os avanços tecnológicos apresentados pela Embrapa foram recebidos e incorporados por eles na propriedade, não apenas na perspectiva de adotantes, mas principalmente de experimentadores – mostrando que, quando o saber local se associa ao científico, os próprios agricultores promovem as adaptações necessárias.



1ª Oficina de diagnose social no sudeste paraense, Junho – 2019, Marabá – PA.
Figura 3. Oficina de Diagnose Social, junho/2019, Marabá (PA)



Figura 4. Equipe projeto Amazocom em trabalho de Produção Editorial Coletiva com família de assentado, 2019, Marabá (PA)

O Amazocom como um projeto de comunicação, também objetiva fortalecer a imagem institucional da instituição Embrapa e, nesse sentido, assumiu o compromisso de coordenar a criação da identidade visual do Projeto Integrado da Amazônia. O desenvolvimento dessa identidade, criada por profissionais de *designer* que compõem o projeto, também seguiu a premissa participativa que teve início com a realização de um *survey* eletrônico para coletar as principais ideias que deveriam estar presentes na criação da arte.

Os conceitos da marca foram definidos junto aos líderes dos projetos e comunicam: participação, integração e sustentabilidade. A abordagem participativa nos territórios da Amazônia é representada por mãos levantadas, simbolizando o engajamento do público-alvo no projeto. A atuação integrada é representada

por quatro mãos segurando o mapa do bioma Amazônia e a sustentabilidade é representada pelo conjunto de mãos vistas como troncos de árvores. O mapa do bioma Amazônia é representado como copas das árvores, formando a fauna e a flora que devem ser manejadas de modo sustentável.



Figura 5. Identidade visual criada pelo projeto Amazocom para o Projeto Integrado da Amazônia - Fundo Amazônia

As oficinas de comunicação comunitária do projeto tiveram como público rádios comunitárias, jovens da Terra Indígena Puyanawa (Acre), estudantes do Instituto Federal do Pará (Campus Marabá), técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e lideranças comunitárias em territórios priorizados pelo Projeto Integrado da Amazônia. Foram realizadas com o objetivo de constituir redes de comunicadores territoriais apoiadas no uso de mídias sociais (grupos no Facebook, Whatsapp e outros) e que possam refletir coletivamente sobre a importância da redução do desmatamento e da degradação florestal no Bioma Amazônia. De tal sorte que sejam estimulados e capacitados para produzir conteúdo contextualizado – a partir da produção de programas de rádio, vídeos, fotos, boletins e outros meios audiovisuais- que valorize ações de desenvolvimento local.

Como primeiros resultados dessas oficinas, é possível apontar o trabalho de registro em vídeo e de divulgação em redes sociais, feito pelos jovens indígenas Puyanawa de Mâncio Lima (AC), durante a edição 2019 do festival anual realizado pelo seu povo em homenagem à macaxeira. Estendendo-se, também, ao resgate, pelos estudantes do IFPA Campus Marabá, da emissora de rádio do instituto, passando a produzir, semanalmente, um programa para divulgar as ações do campus e dos assentamentos onde residem e que ficam no entorno da instituição.



Figura 6. Jovens Puyanawa (AC) registram em vídeo o Festival da Mandioca 2019



Figura 7. Jovens do Instituto Federal de Marabá (PA) gravam programa para a rádio do IFPA (PA)

Conclusão

O projeto Amazocom saiu do ambiente institucional e acadêmico e foi a campo para compreender a organização social dos territórios priorizados no Projeto Integrado da Amazônia e interagir no mundo real com as comunidades, por meio de ações de intercâmbio e de comunicação, a fim de contribuir para mudanças mais significativas nesses locais. Esse trabalho somente tem sido possível em razão da atuação de uma rede formada por cerca de 50 comunicadores da Embrapa e da constituição de redes de comunicadores comunitários nos territórios onde as oficinas de diagnose social e de comunicação estão sendo promovidas.

Os resultados preliminares do Amazocom indicam que o projeto tem contribuído para que jovens, indígenas, técnicos de Ater e lideranças comunitárias compreendam seu papel de agentes de comunicação territorial e se sintam capazes de liderar processos locais de comunicação comunitária, priorizando temas contextualizados referentes ao cotidiano local e às questões de redução do desmatamento e degradação ambiental do Bioma Amazônia. Como protagonistas desse processo de comunicação e sujeitos dos espaços em que atuam, esses agentes têm produzido vídeos, fotos, boletins e programas de rádio que ajudam a dar maior visibilidade aos territórios em que habitam e, o mais importante, a partir do olhar próprio dessas comunidades.

Outro avanço que o Amazocom registra é a quebra do paradigma do intervencionismo da pesquisa nas comunidades rurais, fortalecendo o processo participativo em todas as suas ações, as quais têm qualificado a atuação da Embrapa como animadora dos processos, enquanto o protagonismo é dos atores sociais locais. O diálogo permanente entre pesquisa, extensão e agricultores tem sido estimulado e fortalecido no âmbito do projeto, melhorando a confiança das comunidades na instituição e também a imagem institucional no âmbito local e regional e, nesse sentido, podemos considerar que o projeto está alinhado e atuando com a **epistemologia do desenvolvimento participativo por meio da comunicação**.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FESTINGER, Leon. (1957). **A Theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press.

HEBERLE, Antonio. L. O. **Significações** - os Sentidos da Ciência no Mundo da Mídia. Pelotas-RS: Educat, 1986.

LASSWELL, Harold. The structure and function of communications in society. In: **The communications of ideas**. Bryson (org.). Nova Iorque: Editora Harper, 1948.

SANTOS, M. S. T. **Comunicação para o desenvolvimento**: redes de memórias. Recife: Editora UFRPE, 2016

ROGGERS, Everett. **Comunicação das novas ideias**: Pesquisas aplicáveis ao Brasil. 4. Ed. New York: Free Press, 1995.

VERÓN, Eliseo. Do contrato de leitura às mutações na comunicação. MELO, A. L. M.; GOBBI, M. C.; HEBERLÊ, A. L. O. (orgs). **A diáspora comunicacional que se fez Escola Latino-Americana**: as idéias de Eliseo Verón. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/ Metodista; Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 147-152

Mídia e apropriação de saberes tradicionais na Amazônia brasileira: uma estratégia discursiva

Manuel Dutra¹

Experiência coletiva

A disputa que se estabelece entre os meios de comunicação de massa pelos índices de audiência, entendida esta como elemento determinante na repartição mercadológica das verbas publicitárias, não inviabiliza, ao contrário, estimula uma relação de complementaridade na defesa dos mecanismos de mercado. Trata-se, *lato sensu*, de estratégias de solidariedade com vistas à permanência de valores estereotípicos, sem os quais o imaginário secularmente sedimentado tenderia a uma espécie de desconexão em relação ao discurso hegemônico produzido nos meios de comunicação.

Pois é por meio de estereótipos que hoje, mais do que nunca, os valores-notícia são confundidos com os valores publicitários

¹ Professor no Curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

e de entretenimento. São esses pressupostos que determinam o viés ideológico dos produtores midiáticos, entendida aqui a ideologia na concepção de Eliseo Verón (1980, p. 110 e 171), para quem “[...] o ‘ideológico’ é o nome do sistema de relações entre os discursos e suas condições de produção”.

Os sentidos que são postos na experiência coletiva, no entanto, são reconhecidos pelos destinatários das mensagens. A este respeito, afirma também Verón (1980, p. 197) que, “[...] se tal tipo de ‘mensagem’ dos *mass-media* tem efetivamente um poder sobre os ‘receptores’, como se diz, esse poder só existe sob a forma de sentido produzido”, ou seja, sob formas de comportamentos, falas, gestos que definem “[...] relações sociais determinadas entretidas por esses ‘receptores’”. É, portanto, aquela concorrência essencialmente solidária entre os meios que pode esclarecer a produção de pautas que elegem, como objetos de reportagens e/ou documentários, os chamados Povos da Floresta, com seus saberes tradicionais e seu modo de vida dissonante do ambiente urbano contemporâneo.

Um exemplo são as declarações do doublê de *star* televisivo e médico Dráuzio Varella, publicadas na Folha de São Paulo Online no dia 22 de março de 2005, que foi repercutida de modo descontextualizado na edição de 6 de abril pela revista Isto É, na página 22, onde é atribuída a Varella a seguinte frase: “Nós não temos nada a aprender com a medicina dos índios”. A seguir, na mesma página, a explicação da revista: “Dráuzio Varella, médico, ao afirmar que as populações indígenas tomam chás de diversas ervas somente porque não possuem medicamentos”. Na página eletrônica da Folha de São Paulo, logo após aquelas declarações, o jornal insere que Varella ganhou notoriedade em campanha contra a aids.

Dessa forma, tanto o jornal quanto a revista assumem as declarações de Varella, tornando-se este um porta-voz autorizado daqueles sistemas emissores. O que ele disse se torna *verdade científica*, nos meios de comunicação, que reproduzem a interpretação de grupos de poder sobre os índios e a Amazônia.

O mesmo médico mediático, na emissão do Programa Globo Repórter (da Rede Globo de Televisão), em 31 de agosto de 2001, aparece num trecho da floresta que margeia o rio Solimões, no Estado do Amazonas, supostamente dando uma entrevista a um repórter da mesma TV da qual ele participa, explicando, com ar professoral, os benefícios de plantas e essências florestais para a produção de medicamentos para o mercado da medicina estabelecida pela sociedade branca.

Naquele momento, Varella se mostra como detentor de conhecimentos profundos dos efeitos da transformação laboratorial de essências naturais em remédios eficazes contra inúmeras doenças. Ele fala por si, como se aquele conhecimento, exarado ali no meio da floresta, fosse produto de seu isolado esforço e competência “científica”.

Era como se o conhecimento sobre aquele ambiente e suas potencialidades, ou a *ciência*, estivessem ali chegando pela primeira vez e revelando ao mundo a sua excelência. Uma excelência sem gente, sem passado, sem história, sem tradição. Era o *star* televisivo e seu formidável dispositivo emissor que construíam o discurso de uma sobrevalorização de sua própria competência, em contraste com um contexto *natural* sem história, sem passado, sem gente do lugar, afinal, descoberto e revelado, no momento presente.

As enunciações de Varella, no citado programa da Rede Globo, incluem esta: “Neste momento nós temos três extratos que

mostram atividade contra uma bactéria que foi colhida num dos hospitais de São Paulo e que é resistente a praticamente todos os antibióticos”. Imediatamente a seguir, o repórter que acompanha a *expedição* de Varella enuncia: “A ciência percorre trilhas, *abertas pela experiência dos povos da Amazônia*. O mundo está de olho nas folhas e madeiras que teriam poder de remédio. O dono deste armazém exporta plantas para os Estados Unidos, a Europa e o Japão” (grifo nosso). A experiência local é imediatamente conectada ao mercado, ao mundo exterior. Os *povos da floresta*, dos quais alguns integrantes acompanham a expedição do médico televisivo, não são reconhecidos por ele na cena discursiva.

Se tomarmos o fato de que a imagem de Varella compõe o processo de significação como ator do mesmo sistema emissor do repórter, encontramos aqui a essência mesma do velho discurso do colonialismo, um discurso que ora nega, ora percebe a existência da história de povos que têm o conhecimento do ambiente em que, milenarmente, vivem. Nos *media* contemporâneos, verifica-se um persistente focalizar/desfocar, dar a palavra para convalidar o discurso hegemônico ou para silenciar os detentores de saberes tradicionais, que só se tornam visíveis e focalizados quando seu saber é extraído da floresta e testado nos laboratórios do mercado e do lucro.

A frase de Varella na revista Isto É opõe-se, discursivamente, ao enunciado do repórter do programa da TV, compondo assim a essência dos discursos das descobertas, de afirmar e negar a competência ambiental dos grupos aqui encontrados e explorados. Estratégia de identificá-los como inferiores e tornar invisível a sua existência.

Efeitos de recorrência

Mas o tempo passa e os elementos essencialmente constitutivos das velhas narrativas permanecem, atualizam-se. Como sabemos, o ato enunciatório é histórico, irrepetível, porém o seu produto, o enunciado, permanece, embora fragmentariamente. É esse fenômeno de recorrência que percebemos numa breve comparação entre os enunciados de Varella na revista, no jornal eletrônico e na sua aparição no programa da TV Globo, no século 21, e aquilo que compõe a narrativa de Phillip von Martius, naturalista e pesquisador da medicina indígena, nos anos que rodearam a Independência do Brasil, portanto, ainda no século 19.

Escreveu o bávaro Martius, no início dos oitocentos, quando índios e seus descendentes já tinham a sua cultura inteiramente afetada pela empresa colonial: “Um contato prolongado com os índios chegou a certificar-nos de que a indolência desses miseráveis se opunha a que indagassem sequer dos elementos curativos que encerra a natureza” (Martius, 1823, p. 233 e segs.).

Sérgio Buarque de Holanda (1957, p. 88-89), no entanto, revela-nos que Martius elaborou a sua narrativa intitulada “Matéria Médica”, na maior parte, com o saber e os elementos da medicina indígena. Tal como ocorreu ao longo de todo o período colonial, os mesmos senhores brancos que não tinham calos nas mãos porque eram alimentados pelos índios e depois pelos demais grupos subalternos, incluindo os escravos africanos mais tarde, construíram eficazmente a imagem de não-gente para a gente que lhes punha a comida e as ervas curativas na boca.

Tanto o longínquo Martius quanto o hodierno Varella (cujo discurso compõe a mesma textualidade, o mesmo conjunto significativo do programa da TV Globo), reconhecem e, no mesmo processo, negam a competência e o saber tradicionais. Para am-

bos, certa é a ciência branca e hegemônica; na verdade, certos sentem-se todos aqueles que têm o poder de produzir, de modo sedutor na telinha, o silêncio daqueles que por eles são dominados e explorados, prática discursiva dos que se apropriam gratuitamente de saberes tradicionais para ganhar muito dinheiro e, parte do processo, negam que os povos tradicionais tenham alguma forma de saber. Ora, se não o tivessem, sequer teriam sobrevivido e se reproduzido ao longo de milênios.

No dia 10 de julho de 1999, o repórter-ator denominado apenas de Danilo, do Telecurso 2000 da Rede Globo, enuncia que os *povos da floresta* “conhecem e utilizam” espécies vegetais como raízes, folhas, cipós, fungos, além de pequenos animais e insetos, coisas que, no entanto, o mateiro Sidomar, “[...] um ribeirinho que viveu sempre nas margens do Solimões, conhece por conhecer”. Prossegue a narrativa, afirmando que essas *coisas* “os livros estão começando a descrever”.

Ontem, a instituição científica, hoje a instituição-meios de comunicação, ambas reconhecendo e, ao mesmo tempo, negando a capacidade de grupos subalternos de terem o domínio, pelo conhecimento, do ambiente em que vivem. Uma negação que revela a primazia da instância *científica* sobre saberes, longamente, acumulados e vividos. Ontem, a linguagem crua classificava-os de “indolentes” e “miseráveis”; hoje o texto sedutor da telinha os apresenta como alguém que conhece “por conhecer” algo bem diferente daquilo que “os livros estão começando a descrever”.

Estes, os livros, são enunciados como o lugar da *verdade*, não aquele lugar onde se encontra Sidomar, um figurante do jogo televisivo onde não tem, sequer, sobrenome. No imaginário, é tão-somente nos livros – e não importa muito que tipo de livros – que se encerram as verdades sobre o mundo.

Se, por hipótese, o “caboclo” Sidomar fosse, no texto apresentado, tratado como sujeito de seu discurso e não como autor de um discurso tributário, permitido, o que significa o silenciamento de Sidomar, é provável que ele dissesse realmente desconhecer, por exemplo, coisas como *biodiversidade*; porém, diria (o que, aliás, demonstra conhecer, pelas imagens e oralizações do programa) que conhece cipós, raízes, insetos, animais e tudo mais que torna a floresta familiar para ele. O programa fetichiza, como que prestando culto ao termo *biodiversidade*, como se se tratasse de uma palavra com um sentido em si, de entendimento universal e possível de ser compreendido de modo descontextualizado. No entanto, esse termo é realmente estranho a Sidomar.

Dessa forma, o produtor mediático deixa mais ou menos explícito que os *povos da floresta* não conhecem a floresta e que o saber sobre raízes, folhas, fungos, insetos e animais, etc. é atributo da instituição científica. Interessante a observação de Diegues et al. (2001, p. 32) a respeito das “populações tradicionais”, embora este conceito carregue distinções das noções de “povos da floresta”. Dizem estes autores que é essencial “[...] ter em conta que, na cosmologia indígena, a ‘natureza’ e outros conceitos como ‘ecossistema’, tal como a ciência ocidental entende, não são domínios autônomos e independentes, mas fazem parte de um conjunto de inter-relações”. E isso vale para “as populações tradicionais indígenas” como para aquelas não indígenas, como “[...] as ribeirinhas amazônicas, caçaras e outras, nas quais a influência da cultura indígena é importante”.

O texto mediático apaga considerações desse tipo, num programa que se propõe *educativo*. Afinal, verbalizar *raízes*, *insetos*, etc., talvez, não obtivesse a sonoridade perseguida pelo produtor do texto *educativo* do Telecurso 2000. O imaginário coletivo já

incorporou o termo *biodiversidade* e é a ele que o texto televisivo faz reverência. Não aos termos empregados por Sidomar que, juntamente com os nomes “tradicionais” dos elementos que hoje compõem a *biodiversidade*, tem sua imagem mostrada como recurso para desfocar a essencialidade de sua experiência humana, vivida, como conhecedor *real* do ambiente *real* não mediático que não lhe é estranho. Estranho a Sidomar é o ambiente mediático, por isso ele é um ser *exótico*, isto é, um não adaptado ao ambiente construído pela televisão.

Fala ativa versus fala reflexiva

O mito mediático, como vemos em Barthes (1993, p. 131) “é um modo de significação, uma forma”, que é recuperado da história e transformado em verdade presente, sendo “a fala mítica” formada por “uma matéria já trabalhada” (1993, p. 132). No caso de Sidomar, percebemos que ele é colocado em cena como alguém que desconhece o ambiente em que vive e que o saber está na instituição científica, dentro de uma estrutura narrativa que recupera elementos do velho discurso colonial que, mesmo percebendo habilidades do índio, o dá por inepto.

Fazemos aqui um paralelo com o “camponês” de Barthes (1993, p. 174) que “não fala *sobre* o tempo, age-o, implica-o no seu trabalho”, uma espécie de “fala ativa” em distinção a uma “fala reflexiva”. É esta fala ativa, do fazer, do agir sobre o ambiente que não foi reconhecida pelo narrador colonial, enraizou-se no imaginário sob formas depreciativas, como “indolência”, ignorância, inapetência e que os meios de comunicação recuperam e reforçam nos discursos contemporâneos.

Esse processo de construção identitária permeia todos os programas televisivos do gênero, numa quase “repetição de-

moníaca” (BHABHA, 1998, p. 105), uma reafirmação persistente, porém sedutoramente atualizada, de que o Outro não-branco, não ocidental é assim mesmo, inferior e incapaz de dominar o ambiente em que vive. O produtor mediático constrói, assim, o Outro, construindo a fronteira que dele o separa, uma linha imaginária sobre a qual se projeta a noção de diferença e, a partir da qual, torna possível a afirmação da identidade (RIBEIRO, 2002, p. 481).

No Globo Repórter antes citado, o repórter Carlos Azenha enuncia: *Uma nova forma de riqueza, no Serrado, na Mata Atlântica, na Floresta Amazônica ... O mundo está de olho nas folhas e madeiras que teriam poder de remédio...* O repórter entrevista o “garimpeiro” de copaíba Aloísio Chaves Rosa e pergunta quanto ele ganha pela extração de um quilo do óleo vegetal, muito usado na Amazônia contra gripes e inchaços.

Aloísio informa que vende o quilo por R\$ 3,50. Fala o repórter: *O exportador paga o frete e o processamento do óleo, e diz ter uma margem de lucro de R\$ 5,00 por quilo, isto é, vendendo o produto a R\$ 16,00 para o exterior. Diz o exportador: Lá fora deve ser um preço muito elevado.*

Ato contínuo, entra na telinha, em tom grave, a imagem do repórter Jorge Pontual:

Aqui nos Estados Unidos o óleo de copaíba é vendido pela internet. É usado como anti-inflamatório e remédio para úlcera. Um litro custa R\$ 250,00, quinze vezes mais do que vale na Amazônia. Outro produto muito popular aqui é a muirapuama. É usado como estimulante sexual. A propaganda diz que é o Viagra da Amazônia. Este frasquinho custa R\$ 21,00. Um litro de muirapuama, aqui nos Estados Unidos, [custa] R\$ 700,00.

Aqui está o aspecto de *novidade* presente nesse tipo de reiteiração. As antigas “drogas do sertão” estão agora à venda pela internet, podendo ser, potencialmente, acessadas hoje em muitos locais da Amazônia e, eventualmente, serem vistas também pelo “garimpeiro” de copaíba. Eventualmente também, diante do vídeo, ele poderá confrontar-se consigo mesmo, ao visualizar a imagem do produto de seu trabalho circulando no centro de determinação econômica global.

Um produto supervalorizado, comparativamente à depreciação do valor do trabalho de Aloísio, poderá estar diante de seus olhos. Que indagações este integrante dos *povos da floresta* se fará diante do computador, se tiver oportunidade de ver a página eletrônica, pode ser tentador objeto para uma outra pesquisa.

A partir do texto enunciado pelo repórter Pontual podemos fazer três formas de reflexão: 1) O caráter de naturalização discursiva de uma *Amazônia* como que *estabilizada* no tempo, imutável no tocante a seus recursos naturais e na invisibilidade de grupos humanos que a habitam - uma recorrente mitização, tomado aqui o mito na concepção barthesiana; 2) ainda o caráter de naturalização da espiral sócio-econômica que vincula o produto do “garimpeiro” Aloísio aos centros determinadores da economia mundial; e 3) a rapidez dos fluxos que, mais que nunca na história, intensificam essa naturalização.

Vejamos item por item.

1) Sabemos que os produtos dos *media* jamais são neutros. O mito não é um mero reaproveitar de velhas imagens que se atualizam para apenas informar ou entreter pela sedução da tecnologia, sobretudo, a empregada na televisão. A fala mítica tem como matérias-primas a língua propriamente dita, a fotografia, a pintura, o cartaz, o rito, o objeto. Porém, ao serem cap-

tadas pelo mito, essas diferentes matérias-primas “reduzem-se a uma pura função significante”, ao simples estatuto de linguagem.

O mito é o termo final de uma primeira cadeia semiológica (BARTHES, 1993), a partir da qual o mito desempenhará novas funções significantes. Diz, ainda, Barthes que o mito é vivido como uma fala inocente, porém, “[...] não que as suas intenções estejam escondidas: se o estivessem, não poderiam ser eficazes; mas porque elas são naturalizadas” (BARTHES, 1993, p. 152).

Como sistema de comunicação, como modo de significação e como forma, o mito, tal como aqui abordado, não se refere ao mito clássico ou a certas formas de celebridade; não se define pelo objeto de sua mensagem e, sim, pela maneira como a profere (BARTHES, 1993, p. 131). Porém, o objeto histórico permanece, pois o mito barthesiano só pode ser concebido como tendo fundamento na história; o que varia é a maneira de reapresentá-lo. Diz, ainda, Barthes (1993, p. 132): “[...] É a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica”.

O mito, afirma o autor, não poderia, de modo algum, ter um surgimento da natureza das coisas. Isso quer dizer que o mito é construído pelos homens e se enraíza no passado que é fruto, também, de uma construção intencional, estratégica, a partir do concreto da existência, um real não estacionário no tempo, mas um real que deve ser encarado como movimento histórico. É esse movimento que determina a permanência do mito, seu esquecimento e, eventualmente, seu ressurgimento, como linguagem intencionalmente apropriada e naturalizada.

Não poderia ser diferente, pois o mito, como discurso-transformação do real, constitui-se de matéria já trabalhada para se

tornar comunicativo. Atualizada, a fala mítica tem como suporte todo o arsenal tecnológico de que dispõem os meios de comunicação. Como fala petrificada, o mito é uma fala roubada de seu contexto e depois restituída. Nesse caso, o pré-existente, matéria já trabalhada, é subtraído do contexto histórico para, mitificado, ser reeditado como verdade. A lógica do discurso do colonialismo permanece, o que muda é a forma de apresentá-lo, papel do mito. Ideologicamente, a função do mito é transformar a intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade.

2) O repórter Jorge Pontual *informa* que o óleo de copaíba vale, nos Estados Unidos, quinze vezes mais do que vale *na Amazônia*. Inclui, aí, um cálculo matemático (que não faz a distinção entre as unidades de medida quilo e litro), cuja estratégia é apagar o primeiro elo da espiral sócio-econômica que conecta a *floresta* ao centro de consumo.

Na verdade, pelo cálculo que realizamos a partir dos dados apresentados pelo repórter Azenha, a unidade de venda da copaíba custa nos Estados Unidos 71,42 vezes mais em comparação aos R\$ 3,50 recebidos pelo “garimpeiro” Aloísio. No entanto, o cálculo do repórter Pontual sobrepassa o esforço do trabalho do integrante dos *povos da floresta* e começa a partir do *exportador*. Em relação a este, sim, a diferença de preço é de 15,62 vezes em comparação ao mercado dos Estados Unidos, segundo a narração de Pontual.

Desigualdade naturalmente desfocada

A *Amazônia*, discursivamente tratada como um conceito aberto e vago, produz as condições para que os *media* sintam-se à vontade para aí colocar quaisquer outras noções, como se jamais

isso viesse a lhes ser cobrado. Uma espécie de campo aberto no qual cabem os mais variados tipos de discursos. Seria uma forma de permanência daquele conforto da distância de que fala Benjamin (1994, p. 202-203), segundo o qual os relatos do desconhecido colocam os cronistas, como os do período colonial, na posição cômoda de quem produz um saber à distância do receptor.

Mesmo na década de 1930, quando Benjamin assim pensou e escreveu, já a informação poderia ser mais facilmente verificável, pela existência da informação jornalística. Hoje, com a mundialização das redes de informação, especialmente o ciberespaço, as verificações podem dar-se muito rapidamente, não importando a distância físico-geográfica do produtor da *informação*.

Ao analisar as “constantes temáticas” presentes nas pautas das revistas impressas, Sodré (1992, p. 49-50) reafirma que a imagem feita da natureza brasileira, de lugares remotos e povos desconhecidos, quase sempre, revela “um país a descobrir” ou “em vias de construção”, paisagem vista à maneira do descobridor: “O tamanho do Brasil e a potencialidade das riquezas sempre sugeridos, através das fotografias e textos [são tidos] como dados excelsos e incontestes”, reafirmando-se “a atitude do bandeirante” (SODRÉ, 1992, p. 50).

Assim, a magnitude da paisagem física que enche os olhos do repórter e do produtor mediático como que os impede de perceber, como no caso do Globo Repórter citado, que, ali dentro de tanta grandeza de recursos, existe gente, que ali é, também, o habitat de grupos humanos. Por isso, estes são desfocados e silenciados.

Diz o locutor que a copaíba, nos Estados Unidos, vale quinze vezes mais que *na Amazônia*, sem especificar se esse seu enunciado significa o interior da *floresta* ou o escritório urbano do exportador de copaíba. Menos ainda especifica essa relação de preços tão diferenciados, jogando discursivamente com um número *quinze vezes mais* do que custa. Entre a produção/extração ou entre o ponto de exportação e o ponto de consumo?

Integrante do primeiro elo da espiral que movimenta a copaíba da *floresta* até o centro do capitalismo mundial, Aloísio, o extrator, é absolutamente apagado nessa forma de enunciação. Seu trabalho, anteriormente mostrado pela narrativa verbal-oral e imagética, inexistente na enunciação solene da voz que parte do centro hegemônico. A inexatidão, ou a exatidão parcial dos números do repórter Pontual, são as marcas perceptíveis na superfície de seus enunciados não apenas da desfocagem, mas da omissão sobre o mateiro Aloísio.

Na narração anterior, quando o “garimpeiro” de copaíba é focalizado pela câmera e enunciado pelo repórter, ele aparece na mesma posição das intermináveis recorrências. Isto é, um ser estranho que mostra não apenas como se extrai copaíba, mas como alguém que ensina como andar e se comportar na floresta, como fazer silêncio para que o óleo da copaibeira não se esquite de jorrar etc.

Um ser exótico. Não propriamente um trabalhador. É um ser que tem o preço de seu trabalho, brutalmente, depreciado. Essa relação, histórica e contemporânea, é naturalizada no texto televisivo. O mito retrabalhado e rerepresentado como verdade eterna. Ao desfocar a questão da diferença de preços, o texto desfoca a relação social que subjaz a essa diferença, *naturalmente...*

3) Essa forma de relação social, que permite preços tão diferenciados, é histórica. O que é novo nesse processo é a rapidez dos fluxos que conectam a *floresta* às novas metrópoles. Santos (1996, p. 50), resumindo trabalhos seus de 1978, 1982 e 1988, afirma:

[...] Dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos [...] Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

É, pois, a interação de fixos e fluxos que expressa a realidade geográfica. Segundo Santos (1996, p. 50), foi assim em todos os tempos, “[...] só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos”.

A diversidade, a amplitude, o volume de textos emitidos e a rapidez com que circulam os discursos dos *media* eletrônicos apresentam a novidade, justamente, na instantaneidade e na fugacidade com que elementos do discurso colonial se tornam presentes: focalizando os recursos e desfocando os *povos da floresta*, tidos estes como primeiros e estranhos integrantes dos

elos de uma cadeia que leva os recursos para os centros de alto consumo.

Compreender esse processo produtor de sentidos exige reflexões que nos ajudem a desintalar da imediatez do presente, embora seja este o momento em que o discurso se realiza e adquire sentido. Mas é, também, o momento em que o encontro do sujeito com seu contexto nos impõe um olhar para o passado, pois é deste que os sentidos partem para a experiência coletiva, construindo e modificando o imaginário no qual se cristalizam as noções constituintes dos discursos, produzindo um manancial de fragmentos vivos que estruturam os textos mediáticos.

Assim entendido, cumpre reafirmar que a análise dos discursos não se esgota no *real* presentificado nos meios de comunicação, porém é preciso discutir e compreender como e por que esta presentificação persiste na forma como persiste. É por isso que a análise se associa a expectativas futuras pela própria característica de inacabamento desses discursos, textos em aberto, prenes de lacunas a serem preenchidas e interpretadas.

Para os meios de comunicação hegemônicos não é apenas difícil dizer coisas novas, mas isso lhe é mesmo impossível enquanto dispositivos emissores que se estruturam dentro de uma sociedade, histórica e contemporaneamente, marcada pela desigualdade, em que a uns é permitido o poder-fazer o discurso e a outros é concedido o poder-consumir o discurso, quer chame-mos a isso de mercado, concorrência, globalização.

O futuro, no entanto, não se determina por esse poder-fazer, a não ser que aceitemos, fatalisticamente, que os sujeitos feitos objetos nos textos dos *media* sejam incapacitados de existir como sujeitos-sujeitos nos embates da experiência coletiva. Essa experiência, como revelam os estudos de recepção, mostra,

por sua vez, que a seu modo e com as suas possibilidades, o sujeito-receptor, indivíduo e grupo, tem também o poder de selecionar, de estar alerta e de coproduzir os sentidos que lhe são, de modo avassalador, oferecidos pelas gigantescas maquinarias de fabricação de bens simbólicos.

É por isso que a produção e a circulação dos discursos sobre a natureza que petrificam a Amazônia no tempo, ao fetichizar os recursos e produzir um recorrente vazio humano, ao desfocar os “povos da floresta” aí sobreviventes, não significam que tais realidades – as realidades não mediáticas – sejam eternas. Elas são, sim, discursivamente eternizadas nos *media*, na medida em que a recepção ou, em sentido lato, a sociedade, assim o aceitam, pois essa cristalização não é uma mera invenção dos produtores mediáticos. Estes apenas recuperam e reelaboram sentidos socialmente estabelecidos, a partir de suas próprias estratégias produtivas, ideológicas e que, obviamente, não intentam mudanças no tecido social.

Algumas conclusões

Nos textos dos *media* hegemônicos que tratam de temas como *Amazônia*, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, povos da floresta etc., destacamos alguns pontos que caracterizam os efeitos de recorrência, um esforço permanente e continuado de naturalizar uma mitologia que petrifica esses povos, confundidos, nesses discursos, com os recursos luminosamente focalizados. Assim, encontramos nesses conjuntos textuais de imagem-som-escritura algumas das *verdades* construídas pelas elites nacionais que têm a primazia dos discursos.

Por exemplo: os meios de comunicação emitem certezas que apagam evidências, mesmo com propostas *educativas*. A *verdade*

é fabricada de forma autônoma, a despeito de dados da realidade que possam contradizer a *verdade* mediática. Conceitos acriticamente fabricados, pela reeleaboração espontânea de noções presentes no imaginário, como ocorre com as noções de “povos da floresta”, uma noção aberta e difusa que pretende dar conta de grupos humanos distintos, tendência de discursivizar a homogeneização das diferenças; inclusão do diferente, no sentido de que este deve se ajustar às instâncias discursivas mediáticas, destinado à posição na qual só lhe é possível encenar um discurso passivo, legitimador do discurso ativo, o que equivale à sua exclusão; autolegitimação do próprio discurso, por meio da convocação de vozes autorizadas do campo da ciência, do poder político e de outros atores, como é o caso de Varela; representações de uma Amazônia que se torna indispensável para o bem-estar de todo o *Planeta*.

Tais representações são naturalizadas nos textos mediáticos, reprodutores de variados tipos de discursos sobre a *Amazônia*, a biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, os “povos da floresta” etc; representações que, ao focalizarem as *necessidades* de um *Planeta*, parecem excluir a *Amazônia* e os seus povos de existirem, eles também, nesse tão enunciado planeta; reiterações exaustivas de conteúdos com lastro no histórico e no imaginário, sem acrescentar *novidades* no já-dito, mas apenas no modo de dizer e mostrar, contribuindo dessa forma para cimentar a “realidade inventada” (WOLF, 1994, p. 469), reafirmar estereótipos e produzir o espetáculo em rede *nacional* pela recuperação de valores locais reapresentados como objetos discursivos caricatos; interpretação do real local pela convocação de outras vozes, cujos pontos de vista coincidem com o *moderno*, o urbano.

Aos “povos da floresta” cabe a posição de espectadores/ouvintes de interpretações sobre si próprios e sobre o seu *lugar* pela

palavra de *outros*, uma palavra delegada pelo produtor mediático; àqueles, os contemporâneos, chamados por seus nomes próprios e por suas posições na sociedade urbana, cabe dar explicações sobre o *real*; a estes outros, os *extemporâneos*, chamados à cena mediática por apelidos, nomes incompletos, por apelativos do tipo “opa”, “dona”, cabe ouvir explicações sobre as suas vidas, sua cultura, estrategicamente, confundidos, no discurso, com os objetos-recursos naturais focalizados.

Felizmente, verificamos que, se nesses formidáveis sistemas emissores, predomina o discurso *sobre* o índio e *sobre* todos os demais subalternos, estes já dão inequívocos sinais de estarem empenhados em produzir o seu próprio discurso, produto e produtor de outras realidades, no sentido de imprimirem, eles também, as suas visões de mundo, aí incluída a retomada de posse daqueles valores simbólicos e tangíveis que lhes pertencem por direito ancestral e contemporâneo. Assim poderão eles determinar formas de partilha daqueles valores, deixando de ser os perdedores de sempre para se tornarem partícipes dos benefícios de seu duro labor.

Referências

BARTHES, R. **Mitologias**. R. de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

HOLANDA, Sérgio B. **Caminhos e fronteiras**. R. de Janeiro: José Olympio, 1957.

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites: notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 475-501.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SPIX, J. B. von; MARTIUS C. F. Ph. Von. **Reise in Brasilien, I**. München: 1823. Cit. por HOLANDA, 1957:88-9.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix: Ed. da USP, 1980.

WOLF, Eric R. **Europa y la gente sin história**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Comunicação tática, mobilização e dimensões sensíveis de uma tragédia: o caso da Vale em Brumadinho¹

Valdir de Castro Oliveira²

1. Comunicação e narrativas a contrapelo

Em geral, estamos mais acostumados a discutir o papel social e político da comunicação a partir das mídias convencionais e de largo alcance e o efeito de suas mensagens junto às

1 Este trabalho é uma síntese da apresentação oral apresentada ao GT "Direitos humanos e descolonização na saúde", no dia 29/09/2019, realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa-PB, durante o 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde; e da entrevista concedida aos professores Inesita Soares Araújo e Cássio Murtinho, em forma de vídeo, intitulada "Mídias locais e tragédia em Brumadinho: estratégias e táticas para a construção de novos sentidos", apresentada durante o congresso "Pentálogo X – Comunicação, aprendizagens e sentidos: difusão, mediação, interfaces, bifurcações", organizado pelo Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (Ciseco), na cidade de Japaratinga-Alagoas, entre os dias 25 e 28 de novembro de 2019.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e morador de Brumadinho.

movimentações e expressões da sociedade. Diante disso, muitas vezes, negligenciamos o fato de que muitas mensagens ou fluxos informacionais postos em circulação pela sociedade são produzidos à margem destes dispositivos que nem sempre contam com estruturas profissionais para produzi-los, como é o caso das redes sociais propiciadas pela Internet.

Essas modalidades comunicacionais são típicas da sociedade contemporânea e podem atingir pequenos grupos ou milhões de pessoas simultaneamente, com diferentes mensagens e efeitos. Não há dúvida de que a disponibilidade e o potencial de troca de mensagens proporcionadas por essas redes propiciam a emergência de várias formas de produção e de troca de mensagens, em espaços de discussão que podem se transformar em arenas de expressão, debates e mobilização por parte de diferentes atores sociais, embora se possa discutir muito sobre o alcance e a qualidade desse tipo de processo.

Apesar disso é certo que esses fenômenos comunicacionais ganharam dimensões não pensadas nos estudos convencionais da comunicação, embora possa se dizer, também, que eles não sejam estranhos aos estudos feitos a partir da perspectiva não hegemônica. Como foi o caso de Walter Benjamin que avaliou o que chamou de narrativas a contrapelo, ou seja, as modalidades de comunicação utilizadas por grupos subalternos para afirmar determinados princípios ou sentidos dentro de uma estrutura social hegemônica (BENJAMIN, 1994).

Esse tipo de narrativa a contrapelo pode ser, também, analisado e compreendido a partir dos estudos feitos por Michel de Certeau, ao analisar de que maneira as pessoas e os grupos sociais, em condições de subalternidade, escapam e se contra-põem a determinadas ordens de poder, com base no que ele chamou de inventividade tática.

Do ponto de vista comunicacional, esta inventividade tática pode suscitar instigantes questões que nos permite compreender de que maneira os atores sociais, em condições de desigualdade simbólica, valem-se das potencialidades da comunicação no curso das diferentes lutas sociais em que se envolvem, principalmente, através do uso das novas modernas tecnologias comunicacionais e, em particular, da Internet.

Neste contexto, o conceito de tática formulado por Michel de Certeau nos ajuda a explicar de que maneira segmentos sociais politicamente em desvantagem ou situados às margens do poder hegemônico podem agir para impor, política e taticamente, a sua presença ou suas pautas no decorrer dessa luta, embora evitando o confronto direto com a parte mais forte.

Dessa maneira, este conceito pode ser também associado ao conceito de mídias táticas, ou seja, aquelas mídias que são comumente utilizadas de forma intuitiva ou pensada pelos grupos subalternos, em confronto com grupos sociais e políticos mais fortes. No qual a parte mais “fraca” se aproveita das oportunidades presentes em determinados espaços, produzindo discursos contrários a determinadas ordens de poder e, assim, impondo politicamente a sua presença ou as suas pautas de luta em determinadas situações de confronto.

Foi a partir dessas ideias que estudamos alguns dos processos comunicacionais postos em prática pela população de Brumadinho, após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão da mineradora Vale, no dia 25 de janeiro, que provocou incalculáveis prejuízos humanos, sociais e humanos à população e ao município. Para isto, analisamos algumas das estratégias e táticas comunicacionais utilizados por alguns grupos da sociedade local com o objetivo de evitar tanto a impunidade dos responsáveis por esta tragédia quanto para construir novas formas de

inteligibilidade sobre os impactos do setor minerário local, cuja presença no município remonta a 1910.

Neste caso, além de enfocarmos esta análise no conceito de mídias táticas, trabalhamos também com o pressuposto de que nem essa nem a maior parte das movimentações sociais ocorrem se não houver uma vontade efetiva das pessoas para agir, o que depende também da capacidade e da intensidade com que elas incorporam as dimensões sensíveis da pautas que as mobilizam.

Esta questão nos remete ao pressuposto de que qualquer pauta ou tema das movimentações sociais devem ser sensivelmente codificados e assim compreendidos pelos seus potenciais ou efetivos participantes que a partir daí os transformam em diferentes estratégias narrativas ou palavras de ordens para construir situações imaginadas, desejadas e, principalmente, compartilhadas pelos seus participantes.

Isto nos leva a dizer que, embora o cálculo político de uma determinada ação seja fundamental, ela só se torna efetiva ao incorporar diferentes variáveis sensíveis capazes de despertar em seus participantes diferentes motivações para agir (motivação pessoal, familiar ou comunal, confiança, sinceridade ou carisma dos ou de alguns participantes) para desencadear ou sustentar diferentes processos de movimentação social frente as questões que os antagonizam e os afetam.

Desta maneira, as dimensões afetivas que as evoluem se transformam em uma poderosa razão afetiva, motivando os seus participantes a agirem, razão afetiva esta que nasce das interações sociais e da “reação inevitável a tudo que nos impressiona, a tudo que nos marca, a tudo com o qual interagimos”, criando em nós disposições para pensar e agir. Em consequên-

cia, esse tipo de afeto se transforma em uma força pulsional, motivando as movimentações sociais que são codificadas através de várias estratégias ou táticas comunicacionais. É por isto que se desconsiderarmos esta dimensão afetiva da comunicação, raramente, compreenderemos como as movimentações sociais surgem, mantêm-se ou subsistem ou não no tempo e no espaço (MARTINS, 2011, p. 10).

Aliás, não é por outra razão que esta dimensão afetiva e sensível das movimentações e das mudanças comportamentais encontram ampla guarida em disciplinas como o marketing, a economia, a comunicação, entre outras, com a finalidade de analisar, conhecer e prever o comportamento dos atores sociais do ponto de vista individual, grupal e coletivo, assim como os seus fatores de decisão, ação, mobilização, convencimento ou persuasão.

Isto, também, é o que nos leva a considerar que o afeto pode representar juízos e valores acerca do desejado e do não desejado e de interferir, subliminarmente, em nossas disposições e formas de pensar e agir sobre e no mundo. Questões estas, também, muito presentes nas expressões estéticas e nas narrativas midiáticas ou das redes sociais digitais que contribuem para codificar nossos modelos comportamentais e indicar os nossos modos de odiar ou de amar e, principalmente, a quem odiar e a quem amar, a que e a quem aderir ou estar contra ou a favor de alguma coisa.

Quanto ao sucesso ou alcance deste tipo de movimentação social, pode-se dizer também que ele dependerá muito do capital simbólico dos atores sociais nela envolvidos e das escalas de poder que se interpõem entre eles e a relação que mantêm com seus possíveis antagonistas, determinando o poder e o lugar de

fala de cada em uma determinada estrutura de poder, como avalia Inesita Araújo (2004).

A partir destas considerações, analisamos alguns dos impactos decorrentes da tragédia provocada pela Vale em Brumadinho, gerando diferentes formas de dissonâncias políticas e cognitivas entre a população local, a empresa e o Estado (órgãos reguladores e de fiscalização), os quais estimularam a emergência de diferentes movimentações coletivas e discursivas no município, tanto para denunciar as irresponsabilidades do Estado quanto para evitar que a empresa se eximisse da responsabilidade pela tragédia.

Isto fez com que a dor dos parentes pelas mortes de quase 300 trabalhadores e os incalculáveis prejuízos ambientais e econômicos causados à coletividade emergisse no cenário local como uma dimensão sensível, rompendo com a discursividade das empresas do setor de mineração na região, em que cantava loas aos supostos benefícios de renda e emprego por elas proporcionadas à sociedade local. O hiato entre a prática discursiva dessas empresas e a da população após a tragédia é o que fez emergir no município várias formas de movimentação social, cuja discursividade se contrapunha a da Vale, construindo um outro tipo de inteligibilidade sobre esse setor no município, com a finalidade de evitar tanto a impunidade da empresa quanto para que o município e as vítimas da tragédia recebam as devidas e justas compensações a que têm direito.

Com isso, podemos dizer que as diferentes táticas comunicacionais utilizadas por essas movimentações sociais foram as principais variáveis impulsionadoras desses movimentos diante da tragédia que aconteceu em Brumadinho, como veremos a seguir.

2. Tragédia, comunicação e mobilização em Brumadinho

Antes da tragédia provocada pelo rompimento da Barragem de Rejeitos do Córrego do Feijão pertencente a Vale, no dia 25 janeiro de 2019, em Brumadinho, a informação pública disponibilizada pela empresa através de seus boletins institucionais e nas reuniões realizadas com as comunidades locais era a de que suas barragens de rejeitos de minério de ferro localizadas na região de Brumadinho, Belo Vale e Congonhas eram completamente seguras.

Como efeito-demonstração do que afirmava, valia-se destes boletins para explicar que a população moradora no entorno dessas barragens as visitavam frequentemente e que elas eram, diuturnamente, monitoradas pelos técnicos da Vale. Depois das visitas desses moradores a estas barragens, eles se manifestavam através de vários tipos de depoimento que eram publicados nestes boletins, de maneira a reafirmar a completa segurança destas barragens.

Nesses boletins, também, dizia-se que os moradores do entorno dessa barragens recebiam, periodicamente, instruções de como proceder em caso do possível rompimento de algumas delas e de que foram devidamente treinados de como proceder caso isso acontecesse.

Responsabilidade com a segurança

📍 **Minas Gerais** - Em 76 anos de trajetória, a Vale não possui histórico de acidentes em suas barragens. Com o total de 111 barragens distribuídas em 17 municípios

mineiros onde a empresa atua, 100% delas têm atestado de estabilidade garantida, conforme auditoria externa finalizada em setembro deste ano.



Arquivo Vale

Moradores de Congonhas conhecem sobre a gestão de segurança da barragem Barnabé I

Esse resultado é consequência de um trabalho responsável e consistente que a empresa realiza, mantendo rigorosos controles e buscando sempre as práticas mais eficazes e a melhoria contínua em suas atividades.

Mais de R\$ 555 milhões foram investidos em 2018 na gestão dessas estruturas. Todas elas são monitoradas e inspecionadas rotineiramente. Ao todo, são cerca de 2 mil inspeções por ano, reportadas e analisadas em um sistema integrado de gestão.

Portas abertas

Durante esse ano, foram realizadas cerca de 1,5 mil visitas nas unidades operacionais de Minas Gerais, uma oportunidade para 44 mil pessoas conhecerem e esclarecerem dúvidas sobre a gestão das barragens.

FIGURA 1 - Boletim atesta segurança das barragens da Vale

Informava, também, que cada uma das barragens possuía sofisticados sistemas de alarmes monitorados pela empresa, compostos de sirenas as quais soariam em caso de acidente,

permitindo que a população pudesse ser, rapidamente, evacuada das zonas de perigo.

Essa prática discursiva, além de reiterar o *ethos* institucional da empresa, explorava também a imagem e os rostos dos deponentes e dos técnicos da Vale, tecendo loas aos cuidados da empresa com a segurança das barragens de rejeitos e ao sistema de segurança instalado em cada uma, como uma espécie de comunicação ventríloqua na qual a fala institucional da empresa se manifestava através da voz da população ou dos seus técnicos.

As mensagens e as imagens de segurança propagadas por esse tipo de comunicação, formalmente chamada de comunicação institucional, era enfatizada também através de outros veículos de comunicação (documentários, filmes exibidos, principalmente através da televisão, de veículos impressos e da internet) que teciam incontáveis loas às atividades da empresa, como um empreendimento gerador de riqueza e de compromisso com os princípios da sustentabilidade e capaz de proporcionar o conforto e o bem-estar à sociedade, além de destacar o seu papel como grande empregadora de mão-de-obra no município.

Comparando com outras empresas mineradoras instaladas na região, pode-se dizer que até então trabalhar na Vale era o sonho dos trabalhadores de Brumadinho ou da região metropolitana de Belo Horizonte. Havendo a Vale chegado a Brumadinho, em 2001, para explorar a Mina do Córrego do Feijão, explorada por outras empresas desde a década de 1940, assim como a Mina da Jangada, próximas uma da outra, a empresa trouxe novos métodos e tecnologias de extração do minério de ferro que a permitiram aumentar exponencialmente a produção e a produtividade nestas minas, ampliando a contratação de mão-de-obra e a terceirização de parte de suas atividades, através de várias empreiteiras.

No âmbito do trabalho dessas minas, a empresa se mostrava extremamente exigente com os trabalhadores em termos de segurança, o que alguns consideravam como precauções exageradas. Em contrapartida, ela oferecia muitas oportunidades de ascensão aos trabalhadores nos quadros da empresa, patrocinava cursos diversos para eles ou os estimulava a estudar, o que destoava das condições de trabalho das outras mineradoras instaladas na região.

Diante disso, pode se dizer que a empresa ajudava a aquecer a economia local, tanto a partir da renda dos seus empregados quanto através das transações de bens e serviços que mantinha no município e na região, favorecendo muitos grupos econômicos locais. Ademais, à diferença de outras mineradoras, ela mantinha (e ainda mantém) várias atividades de apoio cultural e social ao município, com projetos de incentivo à cultura, como a Estação Conhecimento, voltada para jovens esportistas do município; apoio a organizações não governamentais, como entidades beneficentes; e ao próprio Inhotim Museu de Arte Contemporânea, inaugurado em Brumadinho, em 2004.

Trabalhar na Vale era, portanto, sonho e motivo de orgulho da maioria dos trabalhadores locais e de tantos outros, atraídos pelas boas condições de trabalho oferecidas pela empresa. A convergência destas situações, de certa maneira, inibiam possíveis discussões públicas ou políticas mais aprofundadas sobre os impactos que suas práticas e de outras empresas de mineração causavam ao município, embora nada disso impedisse que esses empreendimentos entrassem, frequentemente, em conflito com as comunidades instaladas no entorno das suas minas ou com ambientalistas locais.

Esses conflitos costumam eclodir, principalmente, por causa da poeira exalada das atividades das jazidas de ferro ou por

causa do intenso tráfego de caminhões carregados de minério que transitavam pelas estradas locais, ruas da cidade ou dos povoados de Brumadinho. Em outros casos, os conflitos surgem por causa da degradação que provocava nos cursos ou nascentes d'águas que abasteciam as comunidades, como decorrência das atividades de extração de minério, conforme revelam as atas das reuniões ou das audiências públicas feitas entre a empresa e a população local, com participação de órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho ou do Estado de Minas Gerais.

Afora isto e algumas outras críticas pontuais ou genéricas às atividades de mineração, a população do município convivia em relativa paz com a Vale e com outras mineradoras, cujos impostos faziam com que o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fosse superior ao da maioria dos outros municípios da região metropolitana de Belo Horizonte.

Essas imagens positivas sobre a empresa, de certa maneira aceitas pela população, esvaíram-se rapidamente com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, no dia 25 de janeiro de 2019, provocando graves prejuízos ambientais, econômicos e emocionais ao município e às pessoas, levando a população a mudar suas percepções sobre a Vale e o setor de mineração, dando lugar a uma outra inteligibilidade sobre a própria empresa e suas respectivas atividades de mineração na região.

A partir daí, a Vale deixou de ser considerada como fator de desenvolvimento e de geração de riqueza e foi acusada de se sobrepor às ideias de segurança e de sustentabilidade e aos interesses difusos da sociedade, principalmente, depois que se tornou público que o potencial perigo de rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão era uma espécie de tragédia

anunciada, cujas precauções, se tomadas a tempo, talvez pudessem evitar a tragédia.

Provável também que, caso essas medidas fossem tomadas, obrigariam a empresa a paralisar totalmente ou parcialmente a sua produção naquela mina, comprometendo o alcance das suas metas de produção, com repercussões em sua cadeia de comando e nas bolsas de valores em que a Vale comercializa suas ações, embora estas questões fossem mais discutidas até então mais pelos especialistas do que pela população.

Possivelmente, esses fatores externos contribuíram para gerar a inércia da empresa em tomar medidas preventivas mais eficazes e capazes de evitar a tragédia, questão hoje que faz parte dos relatórios das CPIs criadas com esta finalidade e do relatório do inquérito feito pela Polícia Federal e encaminhado à justiça pelo Ministério Público. Mas foi o impacto da tragédia na população que fez emergir, rapidamente, vários tipos de movimentações sociais que passaram a construir outro tipo de prática discursiva que a interpretavam criticamente, colocando em dúvida os benefícios proporcionados pelas atividades de mineração e os prejuízos causados à sociedade e ao meio ambiente.

Esta dimensão crítica foi, indiscutivelmente, ajudada também pelas práticas discursivas das mídias convencionais, principalmente a televisiva, e pelas redes midiáticas digitais que não apenas exacerbaram a dimensão sensível da tragédia. Além disso, estimularam o surgimento de diversas redes de conversação plasmadas pela solidariedade política, humanitária e contestação política que desaguiaram na esfera pública local, através de vários suportes comunicacionais, como a mídia artesanal produzida por um cidadão anônimo e afixada em uma rua da vizinha cidade de Mário Campos, reproduzida na foto abaixo:



FIGURA 2 – Mídia artesanal de autoria anônima em rua central da cidade de Mário Campos (município contíguo a Brumadinho) por onde converge todo o trânsito local sendo compulsoriamente visível a todos os motoristas e seus respectivos passageiros que por ali passam (Foto Júlia Crossman, 2019).

Estas e outras situações expressivas locais estiveram plasmadas pelo impacto causado pela morte de quase três centenas de pessoas e a degradação ambiental que provocou na região,

afetando fortemente o seu cotidiano social e econômico, com profundas repercussões no estado psicológico da população e que assim passaria a alimentar as redes sociais de amizade, parentesco ou vizinhança. Essa situação gerou diferentes formas e processos de movimentação e de expressão social que foram, exponencialmente, ampliadas pelas mídias convencionais e redes computadorizadas de comunicação³.

Neste sentido, as comparações com Mariana se tornaram inevitáveis e induziriam estas movimentações sociais a caminharem no sentido de evitar que a mesma impunidade que lá ocorreu não acontecesse também em Brumadinho, premissa esta que se incorporou fortemente à prática discursiva de vários atores sociais e institucionais. Caso do Ministério Público, Justiça e movimentações sociais através de vários grupos, como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), artistas, associações ambientais ou de moradores, mídias convencionais e as redes sociais digitais, entre outros, fazendo com que emergissem na esfera pública local diferentes narrativas mobilizadoras para exigir as devidas reparações morais e econômicas e, simultaneamente, evitar que outras tragédias similares ocorram no futuro.

Foi assim que surgiram movimentos como “Brumadinho vive” ou “Somos todos atingidos”, entre outros, os quais desde então vêm participando, estimulando e ajudando a sociedade local tanto a agir quanto em compreender a tragédia e, simulta-

3 Pouco mais de sete meses depois da ruptura da represa de rejeitos de minério de ferro da empresa, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, números da Secretaria Municipal da Saúde mostram aumento de suicídios e de tentativas de suicídio no município, principalmente entre mulheres. O quadro reflete a deterioração na saúde mental da população, comprovada por alta expressiva nas prescrições de antidepressivos e ansiolíticos, medicamentos utilizados para controlar ansiedade e tensão.

neamente, fazer com que esse crime não fique impune. É também através destas movimentações que os seus participantes têm observado e compreendido que nem sempre a empregabilidade oferecida pelo setor de mineração ou o incremento das suas atividades econômicas em um determinado território pode ser feito de qualquer jeito, sem o olhar crítico e ponderador da sociedade e das entidades de regulação e fiscalização do Estado, construindo um tipo de narrativa a contrapelo, tal como sugerido por Walter Benjamin.



FIGURA 3 – Cartaz de protesto e denúncia em Brumadinho chama a atenção para a cor das águas do Rio Paraopeba que, de amarelas, se tornaram vermelhas pela lama tóxica que vazou da represa da Mina do Feijão e pelo sangue de quase trezentos mortos. Os dizeres “Eu Luto: Brumadinho Vive” explora a ambiguidade sensível da palavra luto (morte) e luta (vida), ou seja, fazendo com que a morte se transformasse em um em uma razão afetiva motivando a luta da população, como mostra a foto extraída da Internet e produzida pelo “Movimento Eu Luto: Brumadinho vive”.

Fonte: Capa da página Eu Luto, Brumadinho Vive.

Para construir essas narrativas as movimentações sociais locais articulam, também, diversos tipos de ligações com movimentos externos, gerando o que Boaventura de Souza Santos

chamou de intermovimentos solidários. Como tem sido o caso do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), através do acampamento Pátria Livre, do vizinho município de São Joaquim de Bicas, e dos índios pataxós, recentemente, radicados às margens do Rio Paraopeba neste município que foram igualmente afetados pela tragédia e que, desde então, participam ativamente das movimentações sociais feitas pela população de Brumadinho.

Politicamente, tanto a tragédia em si quanto essas movimentações sociais locais e nacionais foram o que proporcionaram a criação de quatro CPIs simultâneas, sendo duas no Congresso Nacional (Câmara e Senado), outra na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e outra na Câmara Municipal de Brumadinho, cujos resultados já foram encaminhados à justiça e às autoridades governamentais e que poderão mudar o rumo sobre o estatuto legal e político que rege as atividades de mineração no país, a fim de evitar novas tragédias como as de Mariana e Brumadinho.

Por outro lado, as movimentações políticas e discursivas feitas pela sociedade civil em âmbito nacional e local, também, contribuíram para interferir significativamente na prática discursiva da Vale que, logo após a tragédia, tentou se eximir da responsabilidade pela tragédia de Brumadinho, considerando o acontecimento como se fosse um acidente isolado e provocado mais por causas naturais do que por negligência da empresa, discurso este posto em xeque pela pressão originada das movimentações sociais e opinião pública nacional e internacional.

Esta reação mudou, rapidamente, o tom da empresa, levando-a a publicar regularmente em grande parte da mídia nacional amplos comunicados institucionais, afirmando não estar ela fugindo de suas responsabilidades e, sim, agindo solidaria-

mente, ao lado das autoridades públicas e da população, tanto para recuperar o ambiente degradado pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão quanto para indenizar as pessoas e o município. Essas situações fizeram, também, com que muitos órgãos do Estado se pronunciassem de maneira responsável sobre a tragédia.

Esse conjunto reativo diante da tragédia foi o que fez com que as movimentações sociais locais ganhassem diferentes proporções e graus de emotividade, cuja oscilação no tempo transformou o discurso passivo ou elogioso da população sobre a empresa em um outro discurso, o qual aponta para as contradições desse tipo de empreendimento, gerando outros e diversos tipos de narrativas e de suportes comunicacionais a contrapelo (BENJAMIN, 1994). É, igualmente, neste contexto que emergiram e ainda emergem no município inúmeras histórias ou situações sensíveis que vão sendo, gradativamente, incorporadas às práticas discursivas dos moradores locais, marcados pela dimensão sensível da tragédia.

Em um município pequeno, como Brumadinho, com cerca de 40 mil habitantes, a morte das pessoas afetou, direta ou indiretamente, quase todos os seus moradores que mantinham ou ainda mantêm vários tipos de laços profissionais, de amizade, de compadrio ou de parentesco entre si, originando diferentes histórias que, rapidamente, espalharam-se e continuam se espalhando pelo município, através do imaginário popular. Como por exemplo, a do sujeito que escapou da tragédia de Mariana e veio depois trabalhar na Vale, em Brumadinho, por causa das certezas de segurança anunciadas pela empresa e que acabou sendo morto com rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, no dia 25/01/2019.

Também se conta e se reconta o caso da médica do trabalho da Vale que estava de folga no dia da tragédia, mas que trocou a data de seu turno com um colega e acabou se tornando mais uma das vítimas fatais. São estórias passadas de boca em boca e que ganham espaço em diferentes suportes midiáticos, como cinema, livros ou através das mídias orais e ou artesanais⁴.

Estes e outros cenários provenientes da tragédia também foram, diuturnamente, evocados por diferentes reportagens produzidas pelas mídias convencionais (locais, regionais ou nacionais) ou pelas redes digitais, trazendo ao público diversas informações e situações sensíveis que permearam ou ainda permeiam este dramático acontecimento, impedindo o seu esquecimento.

Também, quando se anuncia o encontro de algum corpo das vítimas fatais da tragédia, a notícia ganha rapidamente publicidade ímpar nas conversações sociais. Principalmente, quando o seu nome é anunciado, juntamente com o informe sobre o horário e o dia do velório e enterro pelo alto-falante da igreja matriz, cuja sonoridade alcança quase toda a cidade e que é

4 Ao lado da dor, a população continua a se mobilizar e exigir justiça contra este crime da Vale. Observa-se, também, uma inusitada e paralela movimentação de pessoas na tentativa de obter, fraudulentamente, indenizações junto a Vale, forjando documentos como se moradores fossem para receber a indenização emergencial oferecida pela empresa, através do pagamento de um salário mínimo mensal para cada adulto, 50% desse valor para cada adolescente e 25% para cada criança, durante um ano, desde o dia 25 de janeiro de 2019, data em que ocorreu a tragédia, podendo este pagamento ser estendido até dois anos. Esta indenização se estende, igualmente, a todos que morem a um quilômetro do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até o município de Pompeu, alcançando um total aproximado de 100 mil pessoas. Segundo a delegada titular da delegacia de Polícia de Brumadinho, cerca de 40 pessoas já haviam sido presas na cidade, tentando fraudar esse sistema de indenização apresentando documentos falsos como se moradores fossem.

antecedida pelos acordes iniciais das *bachianas brasileiras* que funcionam como uma espécie de prenúncio para a dor e o sentimento do que virá em seguida.

Já os moradores das comunidades rurais tiveram de conviver, por um bom tempo, com a passagem dos voos rasantes dos helicópteros dos bombeiros, passando sob suas casas, levando os corpos resgatados em mais uma de suas heroicas missões, o que muito os impressionava. Isto, inevitavelmente, levantava a pergunta e alimentava novas estórias: “Será que encontraram fulano ou sicrano ou será que encontraram meu amigo, vizinho, compadre, irmão, meu marido ou minha mulher?” e assim por diante.

Foi assim também que, ao lado destes acontecimentos, cerca de 40 moradores de Brumadinho, a maioria parente das vítimas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, ocuparam taticamente o palco da Expominas (Feira de Exposição), em Belo Horizonte, na tarde do dia 09/09/2019, durante uma exposição sobre a mineração brasileira na qual estava prevista a realização de palestras por parte de representantes da Vale, uma das grandes patrocinadoras do evento, para falar sobre a importância das atividades da empresa. No dia e horário previstos para as palestras, manifestantes vindos de Brumadinho adentraram o recinto para protestar contra o crime da Vale em Brumadinho que, entre outras coisas, matou 250 pessoas e deixou 20 desaparecidas.



FIGURA 4 – Mídia tática: familiares de vítimas de Brumadinho ocupam espaço privilegiado da Vale durante a realização de congresso nacional sobre mineração realizado em Belo Horizonte no dia 9/9 para protestar contra crime da empresa em Brumadinho provocando um verdadeiro apagão na prática discursiva da Vale neste evento. Foto G1-Minas – Fonte: (<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/09/familiares-de-vitimas-de-brumadinho-protestam-em-congresso-de-mineracao-em-bh.html>, acesso no dia 9/4/2010

Eles ocuparam, tática e ostensivamente, aquele espaço do poder hegemônico e nele se sobrepuseram à presença física e simbólica da Vale, fazendo com que ganhassem simultaneamente forte projeção nas mídias nacionais e locais, de onde puderam transmitir suas mensagens de protesto para vários lugares do país e do mundo, além de ganhar intensa repercussão nas redes

sociais de Brumadinho, atingindo praticamente todos os municípios.

Na ocasião, os manifestantes aproveitaram para contar suas histórias aos jornalistas que cobriam o evento, como Josiane Melo, uma das pessoas presentes a esta manifestação e que perdeu a irmã grávida de cinco meses na tragédia. Segundo ela, o corpo da irmã Eliane Melo só foi encontrado em 5 de abril de 2019, 70 dias após a tragédia e agora luta para que a Vale reconheça o bebê como vítima fatal para que ela e outras famílias das pessoas desaparecidas consigam encontrar e enterrar seus parentes, além de receber as devidas indenizações a que julgam ter direito.

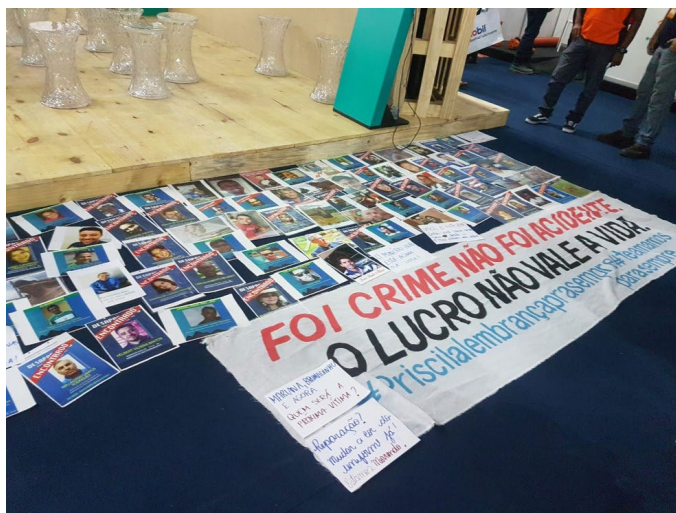


FIGURA 5 – Cartaz com a fotografia de vítimas da tragédia. Foto: Josiane Melo / Arquivo pessoal. Fonte <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/09/familiares-de-vitimas-de-brumadinho-protestam-em-congresso-de-mineracao-em-bh.ghtml>, acesso no dia 9/4/2010

Diante da repercussão pública deste protesto, “todas as palestras da Vale foram canceladas e conseguimos fazer nosso protesto de forma limpa, honesta. As fotos falam por si”, afirmou Josiane⁵. Isto causou um verdadeiro “apagão” nas narrativas

5 Nesta mesma semana, na quinta-feira, dia 12/09/2019, foi divulgado, em audiência realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com 340 páginas que apurou o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no qual apontou a necessidade de responsabilização penal da mineradora Vale, da Tüv Süd (empresa de consultoria que emitiu laudos atestando a segurança da barragem) e de 13 de seus funcionários e/ou prestadores de serviços. O relatório final desta CPI concluiu que o rompimento da barragem não pode ser visto como acidente e sim como resultante de uma série de delitos. Entre os crimes apontados estão homicídios simples, lesões corporais, danos simples e qualificados, danos à fauna aquática, poluição qualificada, falsidade ideológica e uso de documentos falsos. Entre os apontados como responsáveis pelo rompimento da barragem está Fábio Schwartsman que era o diretor-presidente da Vale na época da tragédia. Parentes de vítimas também acompanharam a leitura do relatório da CPI, muitos deles portando fotos de pessoas que morreram ou desapareceram em função do rompimento da barragem. Mais uma vez, os parentes das vítimas estiveram presentes a esta audiência, expressando seus sentimentos através de cartazes e espalhando retratos das vítimas da tragédia no local. Também o relatório final da CPI que investiga o rompimento da barragem de Brumadinho, apresentado no dia 2 de julho pelo senador Carlos Viana (PSD-MG), pediu o indiciamento de 14 pessoas, entre elas, executivos da Mineradora Vale. O parecer da comissão sugere também a votação de três projetos que tratam de crimes ambientais, da segurança de barragens de rejeitos e da tributação da exploração de minérios no país (Fonte: Agência Senado/relatório final da CPI de Brumadinho). Também em Brumadinho, a CPI da Câmara Municipal, realizada no dia 08/09, apresentou seu relatório final que apurou a possível negligência da Vale com relação ao Plano de Ação e Emergência de Barragens na Mina Córrego do Feijão. A CPI colheu depoimentos, ouviu pessoas envolvidas e requisitou documentos para exercer e concluir seus trabalhos. Entre suas conclusões, afirmou que “[...] é inegável a constatação elementar de que houve negligência, imprudência e imperícia, seja nas fases de construção, alteamento ou de monitoramento da Barragem 1 da Mina Feijão, o que nos leva atribuir à Mineradora Vale S/A a responsabilidade direta pela carnificina que promoveu em nossa cidade no terrível dia 25 de janeiro de 2019” (www.cmbrumadinho.mg.gov.br, acesso no dia 17/9/2019, 9h22).

minerárias da Vale, fazendo com que o foco das mídias fosse dirigido para estas manifestações, ganhando o cenário nacional e internacional.

Seguindo por este mesmo diapasão, um dos grupos mobilizados em Brumadinho por causa da tragédia percorreu vários países da Europa para denunciar o crime da Vale e como empresas europeias estariam, direta ou indiretamente, envolvidas com ele. Na Alemanha, o grupo protestou publicamente e exigiu reparações da TÜV Süd, empresa alemã que emitiu um duvidoso certificado atestando a segurança da represa da Vale no Córrego do Feijão que depois se romperia.

Pelos lugares que foi passando na Europa, o grupo foi espalhando cartazes de protesto e exibindo as fotos das vítimas da tragédia. Da Alemanha o grupo seguiu para o Vaticano e depois para Bruxelas, onde apresentou os seus protestos, conforme registrou a jornalista Nádia Fontes na **Deutsche Welle - emissora internacional da Alemanha** (<https://p.dw.com/p/3RzoW>. Acesso no dia 27/10/2019, às 8h27).



**FIGURA 6 – Entrada da cidade de Brumadinho é transformada em mídia.
Foto Valdir de Castro Oliveira, 2019**

Apesar dos impactos negativos sobre da tragédia, foi confortável constatar de que maneira centenas de voluntários e organizações sociais de várias partes do Brasil e do mundo, como México, Peru, Bolívia, Itália e Alemanha, entre outros, chegaram rapidamente a Brumadinho para prestar solidariedade à população local e ajudar no socorro às vítimas. Sem medir esforços estes voluntários espalharam-se através dos perímetros da tragédia e muitos não hesitavam em se enterrar na lama tóxica que escorreu da barragem de rejeitos da represa para o Rio Paraopeba, tentando salvar animais e pessoas.

Já outros levavam apoio e conforto a todos aqueles que perderam algum parente, amigo ou irmão, enquanto os bombeiros, correndo inequívocos perigos de vida e de contaminação por causa da lama, trabalhavam dia e noite na busca de feridos e desaparecidos. Enquanto isto, aos poucos, a população ia se dando conta da magnitude da tragédia e criando redes de solidariedade, de mobilização e de expressão, cujo ponto de partida foi a dimensão que a tragédia despertou em cada um, alimentando vários tipos de expressões comunicativas de solidariedade social e humana, contrapostas ao dinheiro e ao poder.

Essas situações, por exemplo, foram discursivamente imortalizadas em um espaço táctico à cidade, ou seja, na placa de entrada (“Bem-vindo a Brumadinho”), visível a todos que entram ou saem de Brumadinho, onde alguns movimentos locais organizados depositaram as bandeiras e as roupas dos voluntários internacionais e nacionais que prestaram ou ainda estão prestando ajuda e solidariedade à população local.

O colorido das bandeiras e das roupas desses voluntários somou-se a outros símbolos que lá já haviam sido depositados pela população junto à placa de “Bem-vindo” e que eram constituídos por centenas de pequenas cruces espalhadas pelo local, fotos ou pertences das vítimas, simbolizando cada morto e cada desaparecido na tragédia. Taticamente, cada um destes símbolos perdeu a sua individualidade, formando um conjunto estético para dar conta da dimensão humana e expressar a dor e o luto das centenas de pessoas que perderam algum familiar, amigo, afilhado ou outro ente querido na tragédia.

É ali que, todo dia 25 de cada mês, os diversos movimentos organizados da cidade ou pessoas se reúnem para cantar, rezar e protestar contra a Vale e exigir justiça. Para isso, convidam as mídias local, nacional e internacional que os ajudam a ampliar

politicamente as suas vozes e lamentos para diferentes esferas públicas, em diferentes lugares do Brasil e do mundo.

Estas mesmas vozes e lamentos foram igualmente ampliados, através das movimentações sociais e políticas ou mediante as igrejas cristãs, principalmente Igreja Católica, sendo repetidos em cultos coletivos tanto em Brumadinho quanto em outras partes do mundo. Por sinal, são acompanhadas dos esforços que fazem para consolar as pessoas, ao lado do trabalho exemplar realizado pelos profissionais locais do Sistema Único de Saúde (SUS) e de moradores que, mesmo não tendo sido diretamente afetados, hipotecam solidariedade a esses movimentos, em uma contínua tessitura de sentidos para compreender, protestar e exigir justiça dos responsáveis pela tragédia.

A essas vozes se unem as vozes solidárias de inúmeras instituições, como a Fiocruz, universidades, movimentos sociais e ONGs que se manifestam tanto através de ações concretas de solidariedade quanto de práticas discursivas de interpretação sobre o acontecimento, as quais convergem, complementam ou enriquecem as práticas discursivas da sociedade local.

3. Conclusão

Em conclusão podemos dizer que a dimensão sensível e afetiva da tragédia foi o que alimentou as várias movimentações sociais descritas e suas respectivas práticas discursivas, contribuindo para aprofundar a discussão sobre o impacto que tanto a mineração quanto outras atividades extrativistas ou correlatas representam para a sociedade, o meio ambiente e a vida das pessoas, tanto em Brumadinho quanto em outras partes do mundo.

Estas situações nos aproximam daquilo que Jürgen Habermas (1984) chamou de *Lebensewelt*, ou seja, o mundo da vida, na qual a sociedade ou parte dela procura estabelecer acordos éticos de convivência que, em muitos casos, opõe-se aos interesses econômicos plasmados por interesses estratégicos derivados do mundo econômico e que são movidos mais pelo poder e pelo dinheiro do que pela solidariedade que preside a maioria das relações intersubjetivas dos sujeitos sociais, as quais conformam o mundo da vida.

Entretanto, como mostramos ao longo deste trabalho, estes acordos intersubjetivos não se fazem sem construção tática de diferentes arquiteturas comunicacionais, derivadas tanto das interações sociais quanto das mídias convencionais e computadorizadas e que, no caso em tela, muito contribuíram ou vêm contribuindo para que se construa no município uma outra inteligibilidade, tanto sobre a Vale quanto sobre a tragédia que provocou no município, no dia 25 de janeiro de 2019.

Isto nos levou a concluir que nem sempre as dimensões sensíveis que envolvem os processos comunicativos são, devidamente, pensadas ou avaliadas pelos estudos convencionais de comunicação, impedindo-nos de compreendermos os alcances e os limites da comunicação tática e das diferentes narrativas a contrapelo feitas por diferentes movimentações sociais não atreladas a interesses estratégicos do dinheiro e do poder.

Refletir sobre estas questões, acreditamos, pode ser uma maneira de contribuir para a emergência daquilo que fica ou poderia ficar recalcado no limbo da história, como nos sugere Walter Benjamin. Ainda à guisa de conclusão, dizemos que avaliar e conhecer melhor as variáveis constitutivas dessas modalidades de processos comunicacionais envolvendo as movimentações sociais contemporâneas nos ajudam muito a enriquecer os

estudos de comunicação fora do padrão hegemônico de poder, como sugere Boaventura de Souza Santos (2016).

A seguir apontamos alguns dos resultados diretos e indiretos que resultaram das pressões feitas pelas movimentações sociais em Brumadinho contra a Vale e foram plasmadas pela solidariedade vertical e horizontal de muitos órgãos públicos ou entidades da sociedade civil (Ministério Público, igrejas, partidos políticos, movimentos sociais, universidades, ONGs, mídias convencionais e computadorizadas, entre outros):

- Denúncias das empresas e dos possíveis responsáveis pela tragédia em quatro CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito), nas quais se discutiu e se propôs criticamente novas forma de regulamentação para o setor de mineração e, principalmente, para as barragens de rejeito;
- Apuração das causas da tragédia de Brumadinho pela Polícia Federal que resultou no indiciamento de várias empresas e de pessoas por crimes dolosos e ambientais na instância judiciária;
- Mudança nos discursos da Vale admitindo que a tragédia não se deveu a um simples acidente ou a uma fatalidade do destino, como quis fazer parecer até então;
- Publicação institucional na qual a Vale presta contas da reparação ao município e a população de Brumadinho por causa da tragédia;
- Doação de recursos materiais e financeiros para a Prefeitura de Brumadinho como compensação para o aumento exponencial da demanda por assistência psicossocial provocada pela tragédia;

- Obras para recuperação do Rio Paraopeba até Pompeu (MG), afetado pela lama tóxica que escorreu da mina do Córrego do Feijão para este rio.
- Construção de barragem entre o Rio Paraopeba e o afluente por onde escorreu grandes volumes de lama tóxica da barragem, contaminando e assoreando mais ainda o rio e comprometendo o abastecimento de água, em Belo Horizonte.
- Orientação técnica para moradores que foram instados a vender suas propriedades e adquirir novos imóveis com o dinheiro recebido, além das reparações parciais a que têm direito;
- Aluguel de casas em outras localidades para que quase uma centena de moradores que viviam no entorno das margens do Córrego do Feijão e da vizinha comunidade de Parque da Cachoeira pudessem se mudar, até que seja normalizada a situação de cada um;
- Pagamento de um salário mínimo por um ano pela Vale a todos que moravam no município até o dia 25 de janeiro, fazendo o mesmo para todos que moram até a um quilômetro das margens do Paraopeba de Mário Campos até Pompeu também por este mesmo período, podendo ser estendida esta reparação até a dois anos;
- A cobertura solidária da mídia local, nacional e internacional que, ao enfatizar as dimensões sensíveis desta tragédia, faz com que se multiplique exponencialmente novos ganchos para este tipo de pauta;
- A presença e a ação solidária de instituições como o Ministério Público, universidades (PUCMinas, UFMG), Fio-

cruz, movimentos sociais ou de grupos politicamente organizados;

- A intensiva publicação de relatos e imagens da tragédia mundo afora, através da mídia nacional e internacional que vêm atingindo e sensibilizando diferentes públicos e em diferentes lugares.

Referências

ARAÚJO, Inesita Soares. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface. Comunicação, Saúde e Educação**, v.8, n.14, p.165-77, set.2003-fev.2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, artes do fazer**. Petropolis, Vozes, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Teoria da Ação Comunicativa. Madri, Taurus, 1984.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf. Inov. em Saúde**. 2019 jan-mar;13 (1):13-38.

MARTINS, André. Com os pés na vida real. **Revista Filosofia** (Editora Escala), Ano IV, edição 57, março de 2011, p. 6-13.

RAGAZZI, Lucas; ROCHA, Murilo. **A engenharia de um crime**. Belo Horizonte, Editora Letramento, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo, Boitempo, 2016.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: A história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2018.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**. Afeto, mídia e política. Petrópolis, Vozes, 2006.

Reconversões do olhar: o movimento das ideias nos contextos de um livro¹

Inesita Soares de Araujo²

1. Aproximação

Em 1995, apresentei como conclusão de um mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o resultado de uma pesquisa na qual enunciei e pela qual anunciei uma reconversão de olhar. Esse foi o título da dissertação que cinco anos depois foi publicada pela Editora Unisinos. O livro “A Reconversão do Olhar: prática discursiva e produção de sentidos no meio rural” teve uma edição com três tiragens, ficando depois disponível por cópias digitalizadas.

Em 2018, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), órgão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), criou um selo editorial para e-books, a Edições Livres, fundamentado na ideia de Acesso Livre à produção cien-

1 Trabalho apresentado originalmente no VIII Colóquio das Mídias do CISECO, em Japaratinga-AL, novembro de 2019.

2 ICICT/FIOCRUZ

tífica, ancorado no Portal de Livros em Acesso Aberto (Porto Livre)³. Uma enquete com os professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) sobre os livros esgotados mais necessários aos seus estudos e a pesquisa indicou, prioritariamente, “A Reconversão do Olhar” que, em decorrência, será republicado em formato e-book de acesso livre.

Tendo coorientado a pesquisa que resultou no livro, o professor Antônio Fausto Neto, que prefaciou a reedição, sugeriu desenvolver algumas reflexões retrospectivas em torno da trajetória do livro, duas décadas depois, buscando convergir para o tema mais geral do Pentálogo e do Colóquio das Mídias, em 2019, que contemplou os processos de aprendizado, de apropriação e de construção de conhecimentos.

Aceitando o desafio, formulei inicialmente algumas questões:

- Que aprendizados foram possíveis naqueles anos e depois, até hoje?
- O que foi central nesse processo e quais foram suas condições de possibilidade?
- Que desdobramentos ocorreram, como prática de pesquisa e ensino?
- Que questões outras se apresentaram no decorrer destes anos e exigiram rearticulações epistemológicas e teóricas?

3 Acesso em <https://portolivre.fiocruz.br/>

- Do escopo original, o que ainda se mantém como reflexão epistemológica, teórica e metodológica pertinente aos tempos atuais?
- E, finalmente, que outras reconversões estão ou deveriam estar em curso nos nossos dias?

De modo seguramente não exaustivo, buscarei organizar as reflexões que se desdobraram a partir dessas indagações, tomadas como ponto de partida e tendo como pontos de ancoragem a referência aos três movimentos do circuito produtivo da comunicação, a produção, a circulação e a apropriação (ou consumo), caracterizados como contextos. E, tendo então falado basicamente do que já passou, finalizarei com uma abertura para o presente/futuro das ideias que estiveram em movimento nos vários contextos constitutivos e constituintes desse livro.

O que aqui se apresenta deve ser entendido a partir dos diferentes lugares de fala que ocupei ao longo de mais de três décadas de vida profissional, mas observado do meu lugar atual, o de pesquisadora de uma instituição pública de saúde que é, simultaneamente, científica e acadêmica.

2. Contextos de produção

O que chamei de reconversão do olhar? Essa pergunta preside as reflexões que envolvem a gênese do livro. A importância e a necessidade de reconverter o olhar sobre as teorias, de forma articulada com as metodologias e as práticas no mundo da vida, foram minhas grandes descobertas nos anos de mestrado (1992-1994), após quase duas décadas trabalhando a comunicação com camponeses, artesãos e com temas da vida rural, como agroecologia e associativismo.

Aquela vivência me permitiu formar um panorama multi-setorial de um modo de ver e atuar sobre o mundo rural. Por outro lado, o conhecimento científico e acadêmico que acessei no mestrado abriu a possibilidade de perceber que havia outros modos de ver. Os dois juntos – conhecimentos empírico e científico – consolidaram um processo teórico-metodológico-empírico-analítico cuja narrativa se corporificou na dissertação e, posteriormente, na sua publicação.

Na pesquisa, o tema emergiu da vivência profissional de até então e, a partir da análise da comunicação praticada no meio rural pelo Estado, Igreja católica e organizações não governamentais (ONGs), caracterizei o paradigma que ordenava essa atuação, que percebia como difusionista e desenvolvimentista. Indo além, configurei uma proposta de deslocamento para outro paradigma, apoiado numa Semiologia Social dos Discursos (PINTO, 1994; 1999).

Nesse movimento, práticas comunicacionais que pareciam inquestionáveis, por terem origem numa visão tecnicamente avançada e politicamente comprometida com a população, foram expostas ao escrutínio de um referencial teórico-metodológico que operava sobre seus modos de enunciação, consolidados em materiais impressos dirigidos aos agricultores da pequena produção familiar.

Através de um trabalho de desconstrução dos modos discursivos de falar da realidade e seus problemas e de oferecer aos camponeses alternativas técnicas e sociais, foi possível fazer emergir a constatação de que, de algum modo, estávamos reproduzindo relações de dominação e subalternização do Outro, quando o que queríamos era justamente sua emancipação (Falo aqui no plural porque eu atuava numa das seis organizações

estudadas e materiais escritos por mim foram incluídos na pesquisa).

O ponto crucial era, justamente, o que até então nos era invisível: o lugar da comunicação nesse processo de produção da hierarquização de saberes e consequente desqualificação do nosso interlocutor. Naturalizamos o lugar da comunicação como neutro, a percebemos apenas como um aparato tecnológico que pode ser ajustado a qualquer posicionamento epistemológico, político ou ideológico. Esse é o grande engodo que preda as melhores intenções, em qualquer campo que atuemos, especialmente no campo das políticas públicas, e foi o ponto de inflexão que me possibilitou a reconversão do olhar.

Estudar Semiologia, uma disciplina que faz ver a comunicação como o grande lugar da produção social dos sentidos e o quanto os sentidos constroem as realidades, permitiu compreender que precisávamos avançar teórica e metodologicamente numa direção mais coerente com nossos desejos e objetivos. Reconverti meu olhar, entendi que as teorias e seus modelos são peças centrais nesse processo de naturalização, que são tão mais eficientes quanto menos os conhecemos e os percebemos como organizadores dos nossos modos de pensar e agir. Sendo discípula do grande mestre Milton José Pinto, coloquei em prática essa reconversão e sistematizei no livro a sua abordagem semiológica, agregando outros elementos e já promovendo uma adaptação à interface comunicação/políticas públicas.

A expressão “Reconversão do Olhar” foi inspirada em Pierre Bourdieu, quando ele comenta, no livro “O poder simbólico” (BOURDIEU, 1989), a necessidade de ruptura com modos de pensar, conceitos e métodos que têm a aparência de bom senso científico. Só que ele fala em “conversão do pensamento” e de “revolução do olhar”, ao se referir a um rompimento com o pré-

-construído e com tudo que o sustenta como norma da prática científica.

Preferi falar em reconversão, levando em conta que toda ruptura só é possível porque já existe um conhecimento antes construído e esse conhecimento integra as condições de produção do novo conhecimento, sendo dele constitutivo. Nos termos de Michel de Certeau (1994), seria uma “ruptura instauradora” que não supõe apagar as marcas da experiência e do conhecimento acumulados, mas redirecionar o esforço intelectual no sentido de entender os limites desse saber, questioná-los e instaurar princípios de um outro saber, produzido por outro modo de olhar.

Essa reconversão se tornou possível, certamente, pelo acesso que tive a excelentes mestres, que me introduziram nas ideias de seus próprios mestres. Naqueles anos havia, na Escola de Comunicação da UFRJ, uma efervescência intelectual que conferia consistência teórica e empírica à Semiologia e à Análise de Discursos, como um grande campo de convergência de autores e pesquisadores interessados em desvelar as condições de possibilidade da produção comunicacional e midiática em particular, sem perder de vista seu imenso potencial de crítica das relações de poder e dominação que se instauram pela linguagem. A Semiologia que se praticou ali buscava uma articulação entre a pragmática anglo-saxã, que valorizava o poder constitutivo da fala (“falar é fazer”) e seus contextos e a tradição francesa de Análise de Discurso, que privilegiava a história, a linguística e a psicanálise como fundamentos.

3. Contextos de Circulação

Esse deslocamento e, muito particularmente, a Semiologia privilegiada abriram espaço para outros movimentos que foram acolhendo e se articulando a outras abordagens, sempre referidas à produção, mediações, circulação e apropriação dos bens simbólicos (portanto, dos sentidos sociais e, correlatamente, de conhecimentos).

Um primeiro movimento foi imediato, afetando algumas das organizações estudadas na pesquisa e suas redes de atuação. Por problematizar algumas certezas, seus resultados provocaram alguma inquietação, o que já seria a meu ver um primeiro e indispensável ponto para, em algum momento, aquelas reflexões frutificarem.

O segundo movimento foi marcado pela realização do doutorado. A pesquisa em função da tese partiu da sistematização semiológica do mestrado e avançou na elaboração de um modelo de comunicação que imprimisse concretude aos pressupostos de “A Reconversão do Olhar”, dessa vez, contextualizados nas temáticas da região amazônica e da sociedade indígena, incluindo questões próprias do campo da saúde, observadas sob o prisma das desigualdades e dos embates discursivos (ARAUJO, 2002).

Ao trazer para o modelo o visceral desequilíbrio entre o poder de produzir e fazer circular os sentidos sobre a vida e o mundo, a pesquisa reafirmou a importância de compreender a necessidade de uma prática comunicacional apoiada em princípios de uma justiça redistributiva do direito a voz, direito que possibilita às pessoas disputar em melhores condições o assim nomeado mercado simbólico, no qual se produz o “poder de fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989).

Levando em seus pressupostos o germe de permanentes reconversões do olhar, motivadas pelo inconformismo com a cristalização e a naturalização de sentidos que ampliam as desigualdades e as injustiças sociais, o modelo teve bom acolhimento. A forma de circulação foi pelas vias científicas e acadêmicas – publicação de artigos e capítulos de livro, apresentações em eventos das áreas da comunicação e da saúde, cursos de pós-graduação, orientação de teses, seminários, oficinas etc.

No âmbito da saúde coletiva, o fato da tese ter recebido um prêmio de ciência e tecnologia referido ao Sistema Único de Saúde (SUS) foi importante para a legitimidade da proposta. Em todos os produtos me preocupei em acentuar as premissas estabelecidas no livro que, para mim, tornaram-se um caminho sem volta.

A legitimidade como elemento indispensável na disputa de qualquer mercado simbólico foi um dos componentes do modelo e, desde sua aquisição como “arsenal” analítico, pude confirmar e reafirmar inumeráveis vezes seu acerto. Como defende Bourdieu (1989), a legitimidade é que converte qualquer espécie de capital em capital simbólico, sendo este, por sua vez, a condição e a medida do exercício desse poder.

No caso específico da circulação da proposta e defesa de um modo específico de ver a comunicação no campo das políticas públicas, alguns elementos foram fundamentais na conformação de sua legitimidade. Como lugares de fala, destacaria a tese ter sido produzida na UFRJ, minha vinculação à Fiocruz e a um laboratório de pesquisa, além de ser membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); como elementos circunstanciais, o prêmio referido acima e, um pouco mais tarde, a publicação com grande aceitação de um livro (sobre o qual me

estenderei adiante), sistematizando as ideias no campo da Comunicação e Saúde, num universo de escassa bibliografia.

O terceiro movimento, ao qual me adiantei nesse último parágrafo, ocorreu de modo simultâneo ao segundo e de forma mutuamente potencializadora, sendo marcado pelo meu ingresso na Fiocruz, como servidora pública. Se o lugar de falar de uma doutora com um livro publicado atribui, por si mesmo, em nosso país, uma certa autoridade discursiva, a vinculação a uma instituição como a Fiocruz, organização com reconhecimento internacional, amplia muito a legitimidade desse lugar de fala. A circulação do modelo de comunicação foi amplamente dinamizada e potencializada por essa inserção que, também, criou melhores condições e espaços de circulação da produção decorrente não só da tese, mas também e fortemente do livro *A Reconversão do Olhar*.

Estar na Fiocruz foi a condição de produção dos dois outros movimentos. Um deles (o quarto, na nossa sequência) foi marcado pela publicação, em 2007, na coleção *Temas da Saúde* da Editora Fiocruz, do livro “Comunicação e Saúde”, mencionado acima, escrito em coautoria com Janine Miranda Cardoso⁴. Nele, estão apresentadas e aplicadas à saúde coletiva as premissas originadas em “*A Reconversão do Olhar*” e consolidadas no modelo de comunicação desenvolvido durante a tese.

A partir dessas premissas desenvolvemos uma correlação entre os princípios estruturantes do SUS e a comunicação que foi fundamental ao reconhecimento e acolhimento das pessoas do campo da saúde em relação ao tema e, talvez, seja o conteú-

4 ARAUJO, I.S; CARDOSO, J.M. *Comunicação e Saúde*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

do mais citado e apropriado nos trabalhos acadêmicos da área. Esse pequeno livro foi e continua sendo muito lido e considerado uma referência no seu campo de abrangência, possibilitando ampla e legitimada circulação de suas propostas epistemológicas, teóricas e políticas.

O quinto movimento, também muito importante nesse processo de circulação, foi a criação do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS). Uma de suas duas linhas de pesquisa inclui a percepção da comunicação que resultou de uma reconversão do olhar muitos anos antes, desdobrando-se em disciplinas e linhas de orientação, com suas decorrentes dissertações e teses, ampliando-se assim o movimento das ideias. Um curso de especialização em Comunicação e Saúde, também, consistiu-se em amplo e diversificado espaço de circulação, com dez turmas formadas, ao longo de quinze anos.

No plano da pesquisa, suas premissas epistemológicas e teóricas estão subjacentes a um grupo vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁵, à metodologia de um observatório de saúde nas mídias⁶ e a um laboratório de pesquisa em comunicação e saúde⁷, com iniciativas que vêm cartografando e delineando os contornos dos diagnósticos da comunicação pensada e praticada na saúde coletiva e no âmbito midiático, bem como fazendo a sua crítica.

Se nos reportarmos ao âmbito metodológico, creio que posso afirmar com segurança que o maior ganho tem sido o acolhi-

5 Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde.

6 Observatório Saúde nas Mídias, acesso em <https://saudenasmidias.icict.fiocruz.br/>.

7 LACES – Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde. ICICT/Fiocruz.

mento do conceito de contexto como importante eixo estruturante das escolhas metodológicas, bem como parte do arsenal analítico. A ideia de contexto se opõe à de perfil, baseado em médias estatísticas, predominante no campo da saúde. Assim, obrigando a contemplar as especificidades, alia-se à noção de equidade, um dos princípios do SUS, fundamental para a consolidação da relação entre comunicação e desigualdade social.

Contexto é um dos conceitos que emergem com vigor da perspectiva semiológica de “A Reconversão do Olhar”, pela sua vinculação com uma pragmática discursiva (RODRIGUES, 1995; PINTO, 1996) e se converte em um dos eixos estruturantes da concepção de comunicação como mercado simbólico, constitutiva do modelo defendido na tese de doutorado. Ainda no âmbito da metodologia, a Análise de Discurso procedida no livro foi muito importante como elemento de ancoragem dessa prática no ambiente acadêmico da comunicação e saúde, e sobre ela voltarei mais adiante.

4. Contextos de apropriação

Venho operando com a ideia de apropriação como tornar algo próprio, converter algo em conhecimento e/ou prática. Esse movimento corresponde ao de consumo simbólico, quando entramos na seara semiológica e é o menos estudado do circuito produtivo da comunicação. Não sendo um processo reflexo, mecânico, meramente mnemônico ou com possibilidade de planejamento cronológico, exigiria estudos de largo horizonte temporal. A questão que se desejaria responder seria se e como a apropriação das ideias sobre as quais refletimos até aqui corresponde à sua circulação.

Mas, descartada qualquer possibilidade de simetria entre os dois movimentos (Eliseo Verón), cada um ocorrendo por múltiplos circuitos (José Luiz Braga) e gramáticas (Antônio Fausto Neto), além de atravessados por diferentes interesses (Pierre Bourdieu) e dispositivos de mediação (Adriano Rodrigues), o que nos propomos é levantar algumas sinalizações de o quanto, após 20 anos do seu lançamento, prestes a se tornar um e-book de acesso aberto, as ideias que começaram a tomar corpo no livro que enfocamos permanecem vigorosas, prontas para novas articulações e para fomentar novas reconversões de outros olhares. Mais ainda, nos perguntamos se elas conseguiram conformar, ao longo do tempo, uma contra hegemonia resistente, conquistando e consolidando um bom lugar no mercado simbólico das perspectivas comunicacionais, particularmente no campo da saúde coletiva, ou foram localizadas e apenas “ar-ranharam” as perspectivas dominantes.

Se considerarmos o grau de solidez das instâncias institucionais que, de alguma forma, foram entretecidas por essas ideias; se levarmos em conta o número de alunos que tomaram conhecimento e estudaram os fundamentos, vinculações históricas e políticas da abordagem semiológica da comunicação, que se interessaram por suas possibilidades metodológicas e as aplicaram em seus trabalhos de conclusão de curso; se considerarmos o número de exemplares dos dois livros que foram vendidos e dos artigos e capítulos de outros livros que ganharam o mundo, podemos dizer que tivemos e temos muito boas condições de apropriação.

Temos que assinalar, porém, que a exigência de uma ruptura epistemológica e os novos processos que acarretam encontram resistência nas velhas matrizes. Na vida concreta das instituições, essas matrizes permanecem travestidas em diferentes

denominações, enquadramentos e propósitos, consolidando a prática centralizadora da palavra e detentora da verdade a ser transferida aos que não a possuem.

“Marketing social” e “engajamento público” são dois exemplos de abordagens que silenciam quanto às suas premissas mais arraigadas em matrizes que privilegiam a persuasão, que percebem as pessoas como consumidores e não como cidadãos, que transformam os direitos de cidadania em direitos de consumidores e que buscam compreender as características culturais dos grupos sociais para aperfeiçoarem seus métodos de indução à adesão aos discursos, objetivos e ações institucionais. Na nossa avaliação, esse tem sido o maior obstáculo a uma mais ampla reconversão do olhar.

No universo da comunicação rural, onde o processo aqui analisado tem sua origem, não posso avaliar adequadamente seus desdobramentos em termos de apropriação, porque já iniciara naquele momento minha transição para o universo temático e institucional das políticas e práticas de comunicação na saúde coletiva. De forma localizada, posso dizer – sempre ressaltando os limites dessa constatação – que, tendo iniciado em 2019 uma retomada mais objetiva dos laços com o mundo da agroecologia, percebido agora em suas estreitas vinculações com o mundo da saúde, pude observar a permanência dos princípios e práticas cujas sementes foram lançadas lá, nos anos que antecederam e incluíram a pesquisa de “A Reconversão do Olhar”.

O conhecimento produzido, naquele momento, está na base das iniciativas institucionais e comunitárias de hoje⁸, articulado

8 Refiro-me, especificamente, à rede de instituições e organizações em torno do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC), com sede em Campina

a pautas e questões referentes às tecnologias de convivência no semiárido, agro-socio-biodiversidade, lutas pelo acesso à terra, água e sementes, mas também e fortemente à auto organização e ao protagonismo das pessoas no campo, como produtoras de conhecimento no e do território.

Quanto ao universo da saúde, a cena contemporânea dos órgãos do Estado que fazem e aplicam políticas públicas é marcada por um imenso esforço institucional para, ao mesmo tempo em que incorpora as novas tecnologias e considera os novos cenários de acesso aos meios que possibilitam circular outras falas, não perder o controle sobre a produção dos sentidos, garantir a hegemonia enunciativa e permanecer como maior voz autorizada no que toca aos seus temas. Ou seja, para garantir a permanência de uma prática de relação com a sociedade, na qual ela, instituição, é a detentora da verdade científica e inconteste.

A extrema ênfase nas *fake news* é uma evidência dessa situação. *Fake news* contituem não só tema garantido de sucesso, que tem investimento de várias fontes, mas também e sobretudo um conceito que passou a ser utilizado de forma generalizada para desqualificar todo e qualquer discurso que não esteja alinhado à “verdade científica”, reivindicada pelas instituições como seu atributo e prerrogativa. Sem desmerecer os ganhos que o conceito permite, a extrapolação de seu uso tem o efeito colateral de tentativa de apagamento da pluralidade dos senti-

dos sociais, neutralização das controvérsias e diluição de movimentos de resistência no âmbito da saúde coletiva⁹.

Abro parênteses para a articulação dessa questão com a noção de Promoção da Saúde, fortemente vinculada à informação e à comunicação sobre o que seriam estilos de vida saudáveis. Excetuando-se as épocas de epidemia, esta é a principal âncora temática das abordagens institucionais públicas e midiáticas em saúde. A ideia de Promoção da Saúde, apresentada mundialmente em 1986, na 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em Ottawa, Canadá, sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS), traz no seu bojo a indissociabilidade (eu diria que, mais que isso, dependência) dessa perspectiva com a comunicação. Apesar de revista e criticada, revigoram-se sempre e mais suas premissas individualistas de que estilos de vida são determinantes da saúde, que são modeláveis mediante uma informação adequada e que esta depende de uma boa comunicação.

O motivo de sua extrema vitalidade, talvez, seja pela Promoção da Saúde ter se tornado uma verdadeira ciência de Estado, promovendo e garantindo o controle sobre os corpos¹⁰. Controla-se o risco e se controla pela acentuação do discurso e da verdade do conhecimento científico e desqualificação dos outros conhecimentos. Nesse sentido, o acesso indiscriminado a meios de expressão é um perigo a ser evitado e isso nos devolve ao tema das *fake news* e seu uso como forma de controle discursivo.

9 Um aprofundamento desse questionamento pode ser encontrado em “*Los discursos concurrentes que se convirtieron en rumor*” (ARAUJO; AGUIAR, 2018).

10 Agradeço esse *insight* a Kathleen Tereza da Cruz, pesquisadora e professora da UFRJ, médica sanitária, atuante na saúde coletiva.

Outra evidência que decorre naturalmente dessa é o avanço da divulgação científica de forma “predadora” sobre a comunicação, de modo a que uma maior parte dos recursos institucionais vai sendo carreado para ela, por exemplo, em forma de editais para projetos de pesquisa ou ação. Poder-se-ia argumentar que são aspectos do mesmo campo, o comunicacional, mas institucionalmente há uma tendência à prevalência de uma especificidade que abrange o estudo e a prática da “divulgação” de informações científicas, em detrimento de outra que pode acolher a produção, circulação e apropriação de outras vozes, práticas, saberes e discursos, para além das institucionais.

Poder-se-ia argumentar que a Divulgação Científica tem muitas abordagens, que incluem a consideração de outros saberes, mas a predominante ainda é a do pressuposto da falta de conhecimento das pessoas, denominada teoria do déficit. Domínio da verdade científica, transferência dessa verdade a quem não a tem. Mantém-se e assim se fortalece a matriz difusionista.

Parece, então, que estamos diante de um cenário de múltiplas temporalidades, organizado por um movimento, simultaneamente, de renovação tecnológica e conservadorismo epistemológico. Não houve reconversões do olhar em muitos lugares e onde houve não se conseguiu quebrar efetivamente e de forma duradoura hegemonias muito solidamente construídas. Arrisco a afirmar isto sem ter feito recentemente pesquisas nesse sentido. Mas, em 2008 – passados quase dez anos da circulação do livro que aqui enfocamos – fizemos uma pesquisa extensa em âmbito nacional sobre a comunicação praticada no SUS¹¹, abrangendo instituições públicas e privadas no três níveis federativos,

11 Políticas e práticas de comunicação no SUS: mapeamento, diagnóstico e metodologia de avaliação. Laces/Icict/Fiocruz, 2008.

ONGs e conselhos de saúde, que apontou com clareza a permanência de uma concepção e prática comunicativas marcadamente utilitaristas, difusionistas e transferenciais (ARAÚJO; CARDOSO; MURTINHO, 2009).

A percepção de que esta situação se mantém, desde então, até nossos dias está embasada na predominância de artigos, teses e dissertações com essa visada teórica, mas sobretudo em minha experiência particular, mas representativa. Integro uma instituição de saúde que busca, permanentemente, experimentar caminhos diferentes, incorporando conhecimentos que emanam do campo das Ciências Sociais, particularmente da comunicação, que tem publicada uma avançada política de comunicação ancorada nas ideias que fundamentaram “A Reconversão do Olhar”, potencializadas pela noção de comunicação como direito humano e político; no entanto, sabemos que nosso lugar é ainda o da contra hegemonia. Sem dúvida, uma contra hegemonia sólida que expande sua irradiação para além dos muros institucionais, através dos circuitos acadêmicos e científicos e que se nutre da legitimidade institucional mais ampla, mas ainda assim uma contra hegemonia e que sofre reveses importantes.

Repetindo a metáfora usada na abertura deste tópico, arranhamos as matrizes conservadoras, com vigor introduzimos discursivamente nossas premissas, pautas e questões que foram apropriadas por uma parcela importante de pessoas em diferentes lugares de fala e interlocução, mas ainda não podemos considerar que consolidamos uma posição e que podemos avançar, sem riscos de retrocessos.

Entro então na quarta questão proposta inicialmente, que é pôr em cena a indagação de que reconversões de olhar seriam mais urgentes no momento.

5. Por outras reconversões do olhar

Na introdução deste texto manifestei a intenção de abordar as rearticulações epistemológicas e teóricas que foram sendo necessárias ao longo desses anos. Também me questioneei sobre que elementos presentes na abordagem semiológica do livro enfocado ainda se sustentariam atualmente como reflexão epistemológica, teórica e metodológica. São questões importantes, mas reconheço que, para considera-las, teria que proceder a estudos aprofundados de natureza epistemológica que não me foram ainda possíveis.

Não obstante, num nível introdutório e acentuando a característica “memorial” deste texto, baseado numa experiência pessoal, poderia levantar algumas pistas que se me foram apresentando, ao mesmo tempo em que já adianto a última questão que me propus, que é indagar sobre que outras reconversões seriam desejáveis e possíveis nos tempos atuais. Destaco que, mesmo isto, só me é factível considerando exclusivamente o campo de interface da Comunicação e Saúde.

Um primeiro e irrecusável aspecto a considerar é o da emergência avassaladora das tecnologias digitais neste século que abriram inúmeras e crescentes possibilidades de descentralização discursiva, ao permitir que muitos pudessem circular seus textos e participar ativamente do mercado simbólico dos sentidos sociais. Se isto exigiu das instituições uma rearticulação estratégica de sua comunicação, não parece ter alterado

sua disposição de compartilhar poderes discursivos, mantendo-se em sua maioria numa modalidade enunciativa que Pinto (1994) chamaria de “declarativa-representativa”. Em pesquisa de mestrado, Levy (2013) demonstrou a continuidade do paradigma transferencial e centralizado no modo pelo qual o Ministério da Saúde ocupava a Internet, desconsiderando o potencial de linguagem compartilhada que o meio propicia.

Mas, no momento em que finalizo este texto, estamos em meio à pandemia da Covid-19 que parece estar provocando alterações radicais nessa correlação de poderes, com a emergência do fenômeno das “lives”, pelas quais toda e qualquer pessoa ou grupo apresenta ao mundo suas percepções sobre algum tema. O advento dos smartphones já havia, de certa forma, democratizado a possibilidade de circulação de pontos de vista, mas essa circulação ficava de certo modo restrito a “bolhas” sociais, marcadas pela clivagem de classes. Assim, circulava-se para os muito próximos. As *lives* atuais têm ampla divulgação e circulação, as vozes periféricas não só produzem seus próprios eventos com adesão de parte importante da sociedade, mas também têm sido convocadas por quem detinha centralidade discursiva e dela não abria mão.

Esse é um tema novo, não houve tempo hábil para pesquisas e reflexões mais aprofundadas, mas certamente presenciamos uma ruptura no padrão centralizado e centralizador de produção e circulação discursiva, como se avança no reconhecimento e no acolhimento do tema da desigualdade social em suas múltiplas faces. Por outro lado, nos cobra mais e muitos estudos sobre as configurações comunicativas do que se convencionou chamar de “novo normal”, que parece ter aberto a comporta de séculos de fala reprimida e produzido uma algaravia espantosa, cujo valor principal parece ser o performático.

Por outro ângulo, a pandemia exacerbou o atravessamento dos discursos político e sanitário, o que nos remete à exacerbação concomitante da Análise de Discursos como recurso metodológico para explorar essa situação em suas entranhas. A AD está em franca ascensão no campo da saúde coletiva e tenho orientado teses e dissertações com essa abordagem. Mas, num âmbito ampliado, requer muito investimento em formação para que seja bem conduzida.

A experiência de “A Reconversão do Olhar” e seus desdobramentos, a par da produção do núcleo semiológico da ECO/UFRJ nos anos 1990, continuam sendo referências, como também a produção de Eni Orlandi e do seu grupo na Unicamp. Não sendo mais uma novidade, a AD traz no seu cerne o “vírus” do desvelamento dos processos constitutivos dos sentidos sociais e das relações de poder que se implantam pela comunicação, com imenso potencial de produzir outros olhares. O que nos instiga e nos cobra é sua aplicação a objetos digitais, onde o objeto a ser examinado traz linguagens não cogitadas até então.¹²

Considero que uma reconversão de olhar já em curso, mas que necessita e muito ser incentivada e adensada é a que correlaciona a comunicação com a produção da desigualdade social, seja para aprofundamento ou minimização. Nesse sentido, um referencial que pode ajudar é o dos estudos sobre colonialidade que permite ampliar o escopo das práticas centralizadoras do direito a falar e ser ouvido para processos históricos e globais, embora com reverberações no plano local e institucional. Autores como Aníbal Quijano, Boaventura Santos, Walter D. Mignolo,

12 Como exemplo posso citar dissertação e tese de Flávia Garcia Carvalho (2016, 2020), analisando discursos em games digitais on-line, onde o ato de jogar é um texto, inseparável do jogo, assim como suas regras e condição transmidiática.

Rigoberta Menchu, Gaiatri Spiva e outros mais recentes entre nós, como Achille Mbembe, todos demandam o reordenamento da geopolítica do conhecimento e isto implica, profundamente, a comunicação.

Finalizando

Antes de terminar, desejo ressaltar duas coisas. A primeira delas é que não foi só a aprendizagem acadêmica que me levou a reverter o olhar. Minha vida anterior foi fundamental sobre as opções feitas no mestrado e na possibilidade dessa reconversão. Uma vida marcada pelo permanente questionamento das estruturas de poder e de dominação que não poderia se dissociar da opção por direcionar minha capacidade de trabalho para aqueles que estão em posições mais periféricas em relação aos direitos de cidadania que – hoje eu tenho certeza absoluta – não se desvinculam do direito à comunicação: direito à voz, falar, ser ouvido e levado em consideração nas disputas pelos sentidos da vida e do mundo.

Mas, a ideia da reconversão do olhar, pautada pela necessária desnaturalização dos modos de ver, exige constante renovação, um permanente movimento de questionar o que está estabelecido. Os olhares podem e devem ser reconvertidos incessantemente, há muitos modos de ver o mundo e o mais importante é buscar olhares que permitam perceber (nas linhas ou nas entrelinhas) que interesses estão ali contemplados. Só assim podemos decidir sobre se queremos ou não incorporar ou questionar aquele modo de olhar. Sem isso não se reconverte o olhar.

Referências

ARAÚJO, I. S. **Mercado Simbólico**: interlocução, luta, poder - um modelo de comunicação para políticas públicas, 2002. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Araujo, I. S.; Cardoso, J. M.; Murtinho, R. “A Comunicação no Sistema Único de Saúde: cenários e tendências”. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. Ano 6, n.10 (1.º sem.2009). ALAIC, São Paulo, 104-115.

ARAUJO, Inesita S.; AGUIAR, Raquel. Los discursos concurrentes que se convirtieron en rumor. La designación como ejercicio de poder. **Communication Papers**, 2018, Vol.7 – No13, pp. 9/26 Girona (Catalunya). Universitat de Girona.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, Flávia G. **HEALTH É VIDA? Consumo simbólico em jogos digitais de entretenimento**, 2020. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - ICICT/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

_____. **Sentidos da saúde em jogos digitais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - ICICT/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 - Artes do fazer. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis, Vozes, 1994. 351 p.

LEVY, Isabel. **Práticas de Comunicação e Saúde no Ciberespaço**: Uma Análise a partir da Campanha Nacional de Combate à

Dengue 2011/2012, 2013. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - ICICT/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, Milton J. Contextualizações. In: FAUSTO NETO, Antonio e PINTO, Milton J. (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 162-176.

_____. **As marcas lingüísticas da enunciação**: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen Ed., 1994.

_____. **Comunicação e Discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RODRIGUES, Adriano D. **As Dimensões da Pragmática na Comunicação**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

Das fagias à gula: o percurso da aprendizagem em pesquisa sobre a circulação das imagens

Ana Paula da Rosa¹

Este artigo visa evidenciar o processo da pesquisa em comunicação como algo que se faz em laboratório, ao longo da vida e das escolhas do pesquisador e que, por isso mesmo, envolve um processo de aprendizagem contínuo. De um lado, porque o pesquisador determina seu percurso por meio das escolhas que faz. De outro, porque há caminhos que se apresentam, impensados à primeira vista, mas que acabam por conduzir não apenas aos achados da investigação, mas também à descoberta do próprio investigador. Ou seja, ao longo do fazer pesquisa descobrimos elementos de nossos objetos, mas do mesmo modo, como se estivéssemos diante de um espelho, descobrimos sobre nós mesmos.

¹ Ana Paula da Rosa é jornalista, mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), doutora em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS e pós doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é coordenadora do PPGCC da UNISINOS e líder do grupo de Pesquisa Laboratório de Circulação, Imagem e Mídiação (LACIM). anaros@unisinob.br

Assim, este texto se propõe a dois movimentos: o primeiro, uma breve reflexão sobre a aprendizagem da e na pesquisa e a reconstituição da pesquisa como um movimento de ver nossa autoaprendizagem. O segundo, uma apresentação de avanços da pesquisa em andamento que discute o estatuto do visível, ao mesmo tempo em que se debruça sobre a circulação midiática. Neste segundo movimento, a proposta é mostrar os pontos de viragem do trabalho de investigação e como, em camadas sucessivas, novos objetos dão a ver outros modos de pensar e de aprofundar aquelas questões que parecem nos seguir desde sempre (e por que não para sempre?).

Neste trabalho tratamos daquilo que conhecemos como um programa de pesquisa, delineado pela percepção da importância cada vez mais central das imagens. Ainda mais, em um contexto de midiatização, em que não apenas somos expostos às imagens técnicas, mas convidados a nos fazer imagem, a reelaborar imagens existentes. Somos convidados a participar do jogo das apropriações, convocados por meio das tecnologias a consumir e a produzir imagens, ampliando a capacidade imaginativa individual e, concomitantemente, amplificando a circulação de um imaginário midiático.

Os meios de comunicação (em suas variadas formas e plataformas) disponibilizam uma gama ampla de imagens, são fotografias, vídeos, anúncios que afetam nosso modo de perceber o mundo, uma vez que o campo dos media² vem utilizando como estratégia discursiva mais a imagem metafórica e menos a imagem testemunhal ou informativa. Em nosso percurso de pesquisa, percebe-se que a imagem-síntese de acontecimentos é

2 Usando a expressão de Adriano Duarte Rodrigues (2000) para definir o campo midiático formado por instituições que têm os meios como seu fazer.

acionada a partir de lógicas que envolvem a produção e circulação de valores e crenças, instaurando, por consequência, outras lógicas de valoração típicas da midiatização, como as tensões interacionais.

Trata-se, então, de pensar, neste texto, que há uma complexidade acentuada no que diz respeito à midiatização das imagens por três aspectos principais: 1) a profusão de imagens postas em circulação que mexem com o estatuto do que é visível; 2) as lógicas e estratégias midiáticas para dar a ver a determinadas imagens, construindo ou reforçando crenças; e 3) a intensificação dos usos e apropriações de aparatos tecnológicos para produção e reprodução de imagens que nos colocam em um ambiente de telas e superfícies. Tais itens poderiam, por si só, justificar um programa de pesquisa sobre midiatização das imagens, no entanto, surge um quarto elemento complexificador: a identificação de movimentos de circulação das imagens que levam a um processo que não se consolida como pura proliferação/propagação de imagens³, mas em sua gula, termo tomado aqui a partir de Flusser (2006).

Desta forma, reunimos algumas provocações e perguntas de pesquisa que constituem este programa de estudos e, certamente, de aprendizagem, visto que ao elaborar as perguntas já temos um processo de conhecimento. Isto é, perceber o que já sabemos, o que temos acesso na bibliografia e o que demanda nossa ida a campo, o “sujar as mãos na cozinha da empiria”, como diria Pierre Bourdieu (2008), para que se possa, se não chegar a um resultado, mas se abrir para um mundo novo.

3 Importante assinalar que, quando fazemos a abordagem da circulação neste trabalho, não estamos tratando de propagação de imagens como discute Jenkins, mas de uma produção de sentidos que revela circuitos e suas articulações.

Nossas perguntas têm gravitado em torno dos seguintes eixos: **como se processam os fenômenos de circulação das imagens na perspectiva da midiaticização? De que maneira o visível é constituído nas interações? É possível perceber a ocorrência de uma fixação de crenças ou símbolos, mesmo num cenário de expansão semiótica ou de dilatação dos espaços e tempos? E em que medida os imaginários midiáticos afetam o imaginário?** Tais perguntas são a base de um projeto de estudo que iniciou ainda na graduação, foi afetado pela experiência do vivido em redações jornalísticas e potencializado no mestrado e no doutorado, quando a academia tornou-se não só um espaço de estudo, mas um modo de encantar a vida por meio do desejo (insaciável) de aprender.

1. Da sincronização pelo olhar às imagens-totens:

a questão do simbólico e da fixação de crenças na
mediatização

O ponto de partida para a discussão das imagens na mediatização está em trabalho anterior sobre a sincronização social do olhar pela mídia, focado na discussão do agendamento e da importância que as imagens adquirem nos meios de comunicação, em especial, no jornalismo contemporâneo. A dissertação intitulada *Guerra de Imagens* (ROSA, 2008) tem como objeto central os atentados de 11 de setembro, em Madrid e Londres. Trata-se de perceber que a temática dos atentados é um início e um meio, o ouroboros junguiano⁴, já que é também objeto do trabalho de dou-

4 Ouroboros é, na perspectiva de Jung, um elemento central, uma figura circular que não indica nem começo nem fim. É o fluxo de todas as coisas vivas ou ciclo do eterno retorno.

torado e de projetos de pesquisa recentes⁵. Isso se explica pelo fato de o atentado de 11 de setembro e, em especial de sua imagem, autonomizar-se frente ao próprio acontecimento em um dos sintomas do processo de midiaticização, já que tal autonomização ocorre não apenas orquestrada pela mídia, mas pela circulação da imagem que se cristaliza no imaginário coletivo e social.

A Guerra de Imagens referida em 2008, entretanto, atribuía uma centralidade ao campo dos media no processo de escolha das imagens e, derivado disso, ao *agenda-setting*, uma espécie de circularidade de imagens que se tornavam onipresentes, pautando os meios de comunicação e, conseqüentemente, o cidadão e seus modos de ver. Ocorreria, por esta perspectiva, uma sincronização pelo jornalismo:

A sincronização se dá, no jornalismo, primeiro pelas imagens que visam transmitir a ideia de um efeito de real, de mostrar o acontecimento. Numa segunda etapa, essa imagem é reiterada ou tem seus elementos reiterados para que integre à agenda do cidadão. O ordenamento social pelo olhar, no entanto, acaba resultando em um segundo tipo de sincronização, a do olhar, na qual o olhar, de tanto ser exigido, passa a ser sincronizado, a ponto de já não ter mais autonomia para ver diferente do que é mostrado. Em síntese, pelas imagens repetidas, o olhar passa a ver apenas aquelas imagens e considerá-las como absolutas e únicas existentes (ROSA, 2008, p. 197).

5 O projeto Universal com apoio do CNPQ, em desenvolvimento, trata de atentados como os ocorridos na Bataclan, Charlie Hebdo e em Manchester, a partir de suas lógicas de midiaticização e de circulação da imagem.

Observa-se, porém, que a abordagem da sincronização é insuficiente na medida em que não contempla a complexificação dos processos sociais, os quais vão além dos meios de comunicação e de suas elaborações imagéticas. Isto porque, no cenário da midiatisação, já não se pode mais conceber uma ideia de ordenamento social do olhar, visto que o fazer dos atores sociais e, também, das instituições não-midiáticas são determinantes para atribuir valor ao que deve ou não circular. Nesse sentido, emerge a problemática das imagens na ambiência da midiatisação propriamente dita em suas múltiplas nuances, em especial, na circulação.⁶

Percebe-se, neste ponto, aquilo que apresentamos logo no início deste texto sobre a necessidade de pensar a aprendizagem da pesquisa e na pesquisa. Nota-se que a proposição inicial estava pautada na empiria e, claro, nas condições de percepção do mundo do próprio sujeito pesquisador. Aprender significa acolher experiências, o diverso e o contraditório, mudar de perspectiva. Esta postura vigilante de quem analisa, mas não está apartado do objeto que investiga é fundamental para que possamos, assim como indica Paulo Freire (1996, p. 23), fugir de limitações: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença entre o ser condicionado e o determinado”. Para evitar o determinismo na pesquisa, o autor ressalta a importância de nossa constante revitalização das incertezas, isto é, mais do que provar que algo é, nossa tarefa como pesquisadores é perceber que há múltiplas possibilidades, tensionando nossas certezas.

6 O conceito de circulação será explorado em tópico posterior neste artigo, já vinculado à hipótese em desenvolvimento da circulação como valor.

Embora rico, o conceito de sincronização do olhar apresenta limitações, pois se refere a uma sociedade dos meios. Assim, na tese, partimos em busca destas complexificações, lidas como desafios. A partir do objeto empírico do 11 de setembro, articulado aos casos “vida, captura e morte de Saddam Hussein” e “vida e morte de Michael Jackson”, o trabalho *Imagens-totens: a fixação de símbolos nos processos de midiatização* (ROSA, 2012) buscava identificar os processos de totemização, a partir da inscrição de imagens jornalísticas, bem como verificar que lógicas jornalísticas são acionadas na circulação midiática para eleger o visível.

Como achado principal está a configuração de lógicas que levam à totemização, ou seja, à emanção de uma força profunda do social, como destaca Ernst Cassirer (2004). Tal força do social ultrapassa a temporalidade dos acontecimentos:

Deste modo, uma imagem eleita pelas mídias, pelos vários critérios já comentados, só é alçada à categoria de símbolo do acontecimento, passando a constituí-lo, por meio de movimentos de circulação (valorização) intermediária, ou seja, por processos que se transformam pela produção, consumo, reinscrição em dispositivos midiáticos diversos, e que resultam na alteração do espaço de circulação. Assim, a força simbólica está diretamente ligada às lógicas empregadas para fazer as imagens perdurarem no tempo, para além dos acontecimentos a que se referem. Estas lógicas podem ser desmembradas em seis etapas visíveis dentro do processo de distribuição: **APARECIMENTO / OFERTA – APAGAMENTO / DESAPARECIMENTO – REAPARECIMENTO – REPLICAÇÃO – RESTRIÇÃO – TOTEMIZAÇÃO** (ROSA, 2012, p. 288).

Importante destacar que a repetição de uma imagem não significa que esta será transformada em símbolo. Para além das imagens em “eco”, a dimensão simbólica passa, necessariamente, por uma espécie de restrição. Esta é um resultado da replicação, pois quando uma imagem é inscrita demasiadamente na circulação, a referência deixa de ser o acontecimento e passa a ser a própria imagem midiaticizada anteriormente, constituindo-se no fenómeno de autorreferencialidade midiática. Significa, deste modo, que uma imagem é alçada à categoria de símbolo de um acontecimento quando, por sua replicação, em dispositivos jornalísticos e, principalmente, de atores individuais, acaba por restringir o acesso de outras imagens existentes ao espaço midiático⁷, resultando na restrição da interpretação e da existência de outras imagens. É exatamente essa imagem autorreferencial que, ao se tornar uma imagem-síntese de acontecimentos, acaba por configurar o totem.

Em outras palavras, o símbolo de um acontecimento, seja o 11 de setembro, a morte de Michael Jackson ou um atentado em Paris, é a criação de um terceiro no e pelo campo configurado no processo de circulação, em que instituições midiáticas estão em interação com as demais esferas do comunicacional, portanto, através da circulação. Este terceiro aqui mencionado se reporta à tríade de Peirce (2003), em que um símbolo se refere a um objeto denotado em virtude da associação de ideias produzidas via convenção. Esta convenção se dá no âmbito dos dispositivos midiáticos por meio de uma construção conjunta, em interação ou em circuitos, levando em conta valores socioantropológicos

7 O termo espaço midiático é adotado, aqui, não apenas para definir o espaço dos dispositivos jornalísticos, mas também o espaço de produção de materiais significantes de atores individuais e instituições que não possuem o jornalismo como seu fazer.

já integrantes da cultura. Compreender a criação simbólica e as próprias imagens-totens, estruturas estruturantes mais profundas que são da ordem da subjetividade, envolve compreender a própria noção de **circulação**.

Antes disso, interessa, destacar que o fato de considerarmos que o símbolo é um terceiro não significa que ele, obrigatoriamente, limita-se a sua condição de signo. Ou seja, entendemos que o símbolo transcende o signo, ele não quer apenas representar algo, mas acionar estruturas mentais. Se é nesse aspecto que reside sua força, Baitello Jr. (2005) destaca que o símbolo é formado por duas estruturas: a) as imagens, o suporte que se estende para além do material (pode ser o traço, a imagem auditiva, performativa, visual) e b) o sentido inerente às complexas elaborações tecidas ao longo do tempo.

Aqui estamos diante da incerteza transformada em força motriz para novas buscas e descobertas. A aprendizagem da pesquisa, entretanto, implica em um processo de aquisição de saberes que se dá a partir do acionamento de métodos, da descoberta de procedimentos metodológicos para analisar nossos observáveis e, essencialmente, das interações e trocas com pares. Já a aprendizagem na pesquisa reporta-se não apenas ao fazer pesquisa, mas a como o sujeito-pesquisador é afetado ao longo de seu fazer.

Como bem aponta Bachelard (1996, p. 17), não é preciso buscarmos obstáculos externos para a construção do conhecimento, já que é “[...] no próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentsidões e conflitos”. Tais conflitos, ao invés de se tornarem barreiras para o avanço, podem e devem se configurar em estímulos. O próprio Bachelard (1996, p. 21) alerta que o “[...] homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor ques-

tionar”. Ao que parece, esta é a marca da aprendizagem na pesquisa, nunca deixar de questionar⁸ e se inquietar.

2. A circulação e a chancela do visível

Pedro Gilberto Gomes (2004) destaca que a midiaticização é “um modo de ser no mundo” e tal modo é ancorado nas regras e lógicas da mídia, além dos protocolos sociossemiotécnicos dos quais a sociedade se apropria. Estes protocolos passam a fazer parte do cotidiano do cidadão em experimentações, implicando em lógicas de midiaticização. Esse modo de ser demanda fluxos, trocas aceleradas, onde afetamentos mútuos são constituintes do processo comunicacional. E é no emaranhado de “artérias pulsantes” que a circulação se insere, sendo necessário, apesar do número significativo de trabalhos sobre o tema, clarear o conceito.

Percebe-se que há, ainda, uma confusão, em debates da área, de que circulação é igual ao que circula ou sinônimo de circularidade. No entanto, no entendimento que se faz no âmbito do PPG em Ciências da Comunicação da UNISINOS e deste programa de pesquisa em específico, trata-se de algo bem mais complexo e amplo que engloba o que circula, mas que está centrado nas relações de troca, nos fluxos ou afetamentos entre produção e reconhecimento. Isso faz com que tais instâncias desapareçam enquanto âmbitos separados, superando em certo aspecto a ideia de emissão/recepção para centrar-se na defasagem (Verón, 2004). Esta última entendida não como um desvio, mas

8 Flusser, também, coloca a dúvida como essência do intelecto, na obra “A Dúvida” (2011).

como uma potência para a produção de sentidos múltiplos e, por conseguinte, para a valorização de imagens nas interações.

Braga (2012) já abordava a circulação como circuitos que ultrapassam a situação de recepção. Para o autor, o conceito refere-se a um fluxo que se dá adiante, isto é, um fluxo contínuo de inscrições e reinscrições, de falas e produções de sentido. Na ótica do autor, este é um dos aspectos mais significativos da midiatização, onde há “uma retroação da escuta em fala”, sendo a sociedade marcada pelo atravessamento de circuitos diversos em multidispositivos. Fausto Neto (2013) destaca, também, a centralidade da circulação para a compreensão da midiatização, pois há uma complexidade interacional que “[...] se acentua à medida em que a técnica, em vez de produzir ampliação das distâncias entre produtores e receptores, trata de encurtá-las, reunindo-as agora na forma de contatos que se instauram mediante novas relações sociotécnicas”. Essa complexidade permite acoplamentos de práticas discursivas, o que modifica a produção de sentido.

Desse modo, na perspectiva deste texto e do programa de pesquisa em curso e aqui apresentado, a circulação surge onde há troca, isto é, reconhecimento de um valor, onde produção e recepção se afetam mutuamente. Ora, isso não significa que a circulação é o espaço do fim das divergências. É o oposto, um lócus onde os debates são fomentados e enriquecidos, mas apenas aquilo que é valorizado, portanto, considerado como de relevância nas interações, permanece gerando fluxos. Isto implica dizer que, em nossa visada, a circulação coloca a todos em condições de igualdade, mas estar em condição não significa que esta igualdade funcione na prática.

Temos refletido muito sobre a condição de visibilidade como um desdobramento destas questões. A condição de visibilidade

é essencialmente diferente da condição do acesso ao espaço discursivo e visual, pois retoma os laços profundos discutidos por Cassirer e Durkheim. Do mesmo modo, a condição de visibilidade é diferente da condição de reconhecimento, destacada por Judith Butler (2017), ainda que ambas estejam entrelaçadas. O debate sobre a condição de visibilidade não é o foco deste artigo, mas indica que, quanto mais nos movemos na pesquisa, mais adentramos na caixa-preta⁹.

Fausto Neto (2013, p. 55) indica que a circulação desponta como “um lugar de embates”. Complementamos este ângulo de visão ao dizer que há, aí, uma negociação ou disputa visando o poder de atribuir valor, em nosso caso específico, ao que deve ser visto, já que tratamos de imagens. Tal lugar de disputas e trocas se configura no âmbito dos dispositivos midiáticos que articulam, agenciam, os produtores e consumidores que se revezam nestas funções.

Desse modo, a construção do visível se dá no âmbito dos dispositivos e pode ocorrer de duas formas: por processos intermidiáticos (entre dispositivos) e/ou intramidiáticos (dentro do dispositivo). A circulação intermidiática é mais facilmente visualizada na distribuição, o que, em nossa visada, não merece sua análise. A distribuição é importante para a análise da imagem, pois é quando vemos uma fotografia ou um vídeo sendo reinscrito, replicado em dispositivos múltiplos, gerando novas afetações, ou seja, que temos condições de seguir seu

9 A caixa-preta é expressão comum no campo da fotografia para tratar dos processos não visíveis que permitem que uma imagem seja registrada por meio da luz. No entanto, Vilém Flusser utiliza este termo para reforçar a complexidade social que passa, inclusive, pela nossa forma de apreensão do mundo e pelos artefatos técnicos que vinculam o programa e nossa condição humana de funcionários.

rastró. Entendemos que isto trata de circulação, pois se refere não simplesmente a como esta imagem aparece em outro lugar, mas como passou por preservações, mutações no sentido, agregações, valorizações em interação.

A circulação intermediática é marcada pelos pluridispositivos, isto é, por uma interação que se dá entre vários dispositivos de diversas ordens, digitais ou não, de instituições midiáticas ou não. Há um circuito de inscrições de imagens, comentários, referências ao tema da imagem, enfim, que configuram trocas. Do mesmo modo, na circulação intramediática percebe-se que, no interior do próprio dispositivo, há uma série de inscrições, idas e vindas, de processos circulatórios que se dão, limitadas ao próprio dispositivo. No entanto, pela observação de diversos casos empíricos, percebemos uma acentuação dos movimentos de circulação intermediática, mesmo nos espaços dos atores sociais, o que sugere que a midiatização está mais solidificada no tecido social ou que há uma exasperação (Ford, 2002) dessas incidências.

Podemos, assim, dizer que a circulação é central para os estudos em comunicação na atualidade, isto porque, ao invés de nos debruçarmos na compreensão de imagens que se repetem, sincronizando o olhar, nos concentramos naquilo que é trocado em fluxos como um valor, portanto, em modos de olhar. Como experiência de aprendizagem temos aqui não apenas a conformação de um achado em uma teoria, mas o desenvolvimento de um caminho heurístico que passa por tentativas, por desconstruções, pelo movente.

3. Primeira Virada: cinco movimentos de circulação

Com base nessa percepção de que a circulação das imagens é um todo complexo, um jogo entre instituições midiáticas, atores sociais e instituições midiáticas que se valem de lógicas específicas para produzir sentido, a partir dos dispositivos midiáticos que usam e partilham, chegou-se a hipótese de que há acionamentos distintos, conforme lógicas de circulação intra - ou intermediárias, que determinam o percurso das imagens e sua visibilidade e que se relacionam com a constituição da circulação como atribuição de valor e possibilidade de fixação de crenças (ROSA, 2012). Ou seja, acredita-se que, a partir da observação de imagens midiáticas, é possível verificar quais são as lógicas de funcionamento que acionam diferentes movimentos de circulação.

Dessa forma, uma imagem que é inscrita num dispositivo de uma instituição midiática jornalística, posteriormente, é apropriada por atores sociais que constroem outros textos a partir da imagem primeira, num fluxo intermediário da circulação (ROSA, 2014; FERREIRA, 2013), tornando-se “enunciadores mediáticos” (CARLÓN, 2012). Estes movimentos identificados e já sistematizados em publicação anterior (2016) não são estanques, portanto permitem novas aberturas e ligações.

Podemos dizer, então, que o primeiro nível da circulação das imagens, tomando como ponto de partida o jornalismo, é a inscrição de fotografias e vídeos em dispositivos midiáticos de instituições assim denominadas. Tal inscrição faz com que, por valores notícia já fortemente arraigados na prática jornalística, sejam escolhidas determinadas imagens. A esse movimento chamamos de **tentativa de espelhamento**.

Em uma segunda instância, os atores sociais mediados acolhem algumas imagens publicadas anteriormente nos dispositivos jornalísticos e as replicam em seus dispositivos midiáticos, como exemplo o *Facebook*, mas preservando o sentido original. Há uma nova camada de valor. Intitulamos este segundo movimento como **reflexo**. O reflexo vai além de uma tentativa de espelhamento, já se transforma numa ação de preservação e reiteração das imagens totêmicas, ou seja, aquelas que aderem como “emblemas”, na expressão de Durkheim.

Não obstante, há uma terceira possibilidade, fruto do segundo movimento já caracterizado como uso. Isto é, a imagem que é inscrita na circulação pela instituição jornalística é acolhida pelos atores sociais mediados que passam a inserir determinadas imagens em seus dispositivos midiáticos, porém construindo outros textos e sentidos, como a sátira, o humor, mas preservando a força simbólica original da imagem. Significa dizer que a imagem é replicada, mas que sua força ultrapassa a mera reprodução.

Assim, os atores agenciam novos sentidos por meio de tensionamentos. Trata-se, então, do que denominamos de **Fagia Social**. A partir da discussão de Flusser (2006), consideramos que há neste movimento uma forma de devoração das imagens que passam a integrar o coletivo. Mesmo que haja uma elaboração de outros textos, manchetes, legendas, o olhar continua sendo tragado para as imagens totêmicas. Isto significa dizer que o sentido muda, mas as imagens permanecem legitimadas como visíveis, portanto, valoradas, mesmo quando questionadas.

No **quarto** nível ou movimento de circulação das imagens, percebemos um acionamento mais intenso e problematizador, uma vez que os atores sociais mediados passam a produzir imagens novas, com base em imagens precedentes.

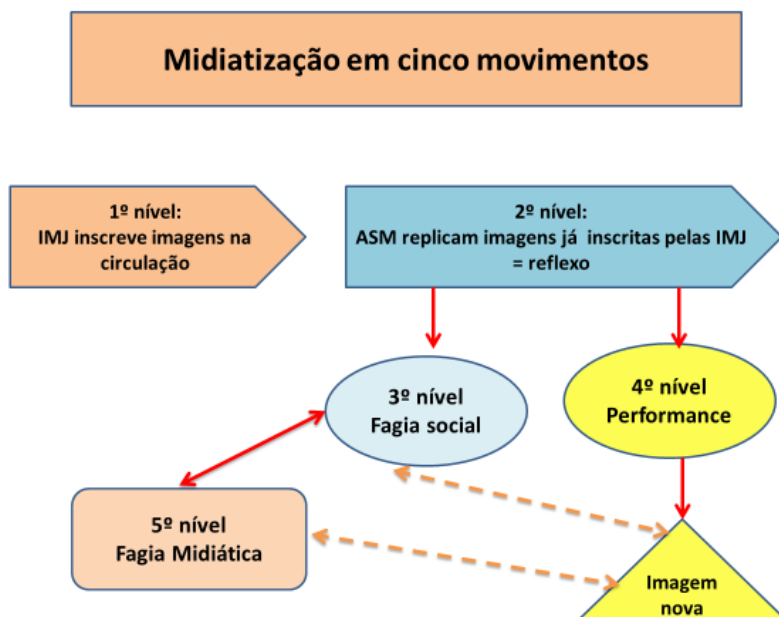
Há uma relação entre a criação de algo novo e a hibridização de textos anteriores, o que interfere no sentido. A produção completa de novas imagens, portanto criação para a midiática, faz com que os dispositivos sejam vitrines das produções, que seguem lógicas midiáticas já didatizadas anteriormente.

Trata-se do que Proulx (2013) entende por apropriação, isto é, o objeto comunicacional está integrado ao cotidiano. Nestas apropriações vemos que os meios que “suportam” as imagens têm suas bordas apagadas, assim como os contextos. Neste movimento é possível perceber o lugar do **performático**, ou seja, há uma compreensão da circulação como um espaço de valor ou disputa de valor, logo, propício para experimentações expositivas.

Por fim, o **quinto** movimento é o da Instituição Midiática Jornalística que se apropria de imagem produzida por Atores Sociais Midiatizados, a partir de sua inscrição na circulação. Ocorre, aí, o que denominamos de **Fagia Midiática**. Esse consumo de segundo nível leva a instituição jornalística a produzir um discurso noticioso sobre a elaboração primeira, convocando o ator social a fazer parte efetiva da produção jornalística.

Diferentemente do que se pode pensar, esse consumo midiático não significa o empoderamento do ator social, visto que se tornou praxe no jornalismo atual a apropriação temática, mas também de valoração discursiva e visual. Isto indica que o próprio jornalismo tem seu fazer alterado, passando a desempenhar uma função de analista da circulação para reelaborar aquilo que circula, conforme seus enquadres, criando novos circuitos e derivações. Aí, tem-se uma circulação a partir da circulação anterior. Abaixo, desenhamos em diagrama os movimentos de circulação.

Diagrama 1- Movimentos de circulação



Elaborado pela autora (2016)

Em nossa pesquisa, a fagia midiática e a fagia social estão intimamente ligadas, constituem-se em formas de retroalimentação de um sistema baseado na atribuição de valor. As imagens exibidas, tornadas visíveis, são reexibidas, levadas adiante, abastecendo novos ou contínuos movimentos. A questão que se coloca é: sendo uma fagia, portanto, um consumo, como refletimos sobre essas etapas?

4. Segunda Virada: a complexificação das categorias reflexivas em curso

Com base na questão de como as fagias midiática e social permitem elaborações reflexivas em circuitos, ou geram esvaziamentos que ampliam a autorreferencialidade, nos encontramos com o programa da gula de Flusser (2006). Embora pareça dissociado da discussão da midiatização, o programa¹⁰ esboçado pelo autor tcheco traz um aspecto caro ao debate, já complexo, da circulação das imagens. Para o autor, “perdemos o senso da realidade, estamos alienados” e, para que a vida faça sentido para nós, é preciso que ela seja, portanto, transformada em substância mental, o que implica em ser transformada em real, em algo compreensível para nós, incorporado. Assim, é necessário, conforme Flusser (2006, p. 121), “[...] devorar, engolir e digerir a vida, para que essa mera virtualidade das nossas mentes se torne em realidade. O mundo dos fenômenos não passa de um ‘vir-a-ser’ da realidade mental que somos”.

As imagens, como por exemplo, a do menino sírio Aylan Kurdi, a das torres em chamas no 11 de setembro ou a do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, precisam ser devoradas para que possamos incorporá-las, porém, ao fazermos isso, já estamos envolvidos nas fases da gula. Comparada ao metabolismo, a gula envolve um estágio inicial (de aprender) e um estágio secundário, onde as coisas são de fato engolidas (é o aprender englobante). Em um terceiro momento ocorre a digestão (fase da compreensão), para, em um quarto, marcado pelos detritos, registrarmos a ação transformadora.

10 Interessante perceber que é este o termo que o autor utiliza ao longo de sua obra.

Nos movimentos da fagia social e midiática, que mencionamos anteriormente, percebemos a presença da devoração, do engolir, portanto, estágios de aprender. Mas, geralmente, quando estão em jogo acontecimentos midiáticos que acionam imagens-totens não se evidencia a digestão, ou seja, a compreensão dos processos. Os atores sociais midiaticizados e o próprio campo jornalístico estão focados em reabastecer o fluxo de materiais significantes, o que não implica, necessariamente, que se trate de reflexão aprofundada dos processos. Muitas vezes, ficamos restritos às bordas das imagens, sendo estas compartilhadas, replicadas, em *looping*. Neste aspecto as imagens passam a ganhar um efeito ampliado de real, constituindo-se na referência: “A gula é o prazer de devorar, o puro devorar pelo devorar, o devorar como atividade criadora da realidade” (FLUSSER, 2006, p. 125).

Deste modo, o programa da gula na midiaticização pode ser sintetizado em: a) devorar o mundo dos sentidos para colocá-los em circulação; b) transformar este mundo em um sistema de símbolos; e c) criar um número cada vez mais intenso de máquinas e instrumentos que potencializem a força propulsora da própria gula. Quanto mais dispositivos temos a nossa disposição, mais dispositivos tendemos a desejar, inclusive um dentro do outro, ditando nossos ritmos e nossas formas de ver, enquadrar. Podemos até mesmo programar para autodestruição em 24 horas como *Stories* do *Instagram*. Isso implica que a gula se traduz em consumo. E esse devorar contínuo acaba resultando na necessidade de regurgitar.

A imagem feita para a midiaticização produz fagias e devorações, retroalimenta uma cadeia que não digere o acontecimento plenamente, mas o reproduz, inserindo-o novamente no fluxo. Portanto, a circulação é esse espaço potencial de troca de va-

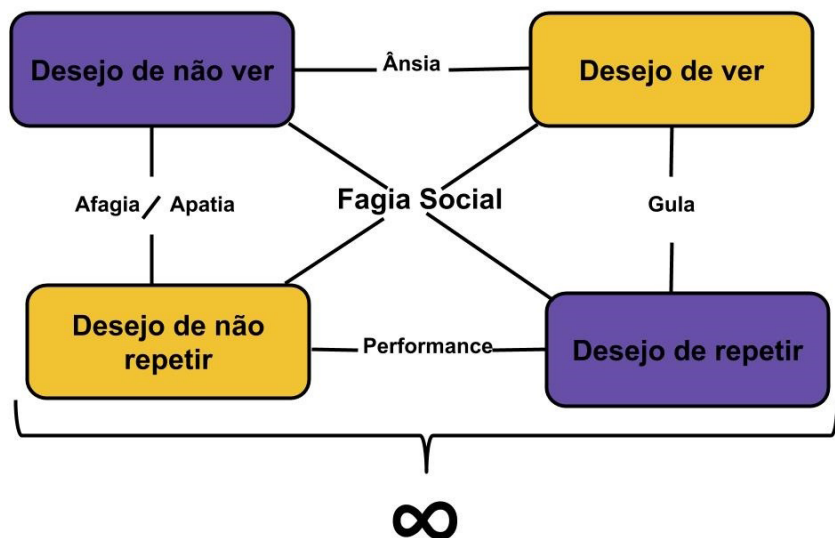
lores, de devorações anteriores. Novas fagias são suscitadas a ponto de novas imagens serem disponibilizadas, mas esse novo não se desprende daquilo que o antecedeu. Assim as ditas “novas imagens” carregam consigo as forças das primeiras imagens vistas, como sombras.

Dentro dessa perspectiva, o programa de pesquisa, hoje, encontra-se em uma segunda virada, o que é típico da aprendizagem significativa, que acompanha a inserção do sujeito pesquisador e de seus objetos de estudo no mundo. Ainda mais um mundo que se transforma, no qual a midiaticização é característica.

As fagias propostas como movimentos ampliam os tensionamentos. Entramos em um esquema de enfrentamentos. Se há, de um lado, o desejo de ver e a ele se opõe, radicalmente, o desejo de não ver, uma imagem como a do menino Aylan Kurdi ou as cenas dos atentados em Paris; há, de outro, um desejo de repetir que se opõe ao desejo de não repetir. Entre estas figuras, há nuances. É possível dizer que entre o desejo de não ver e o de não repetir temos a **afagia**, ou falta de fome que também pode ser traduzida como uma apatia. Entre o desejo de não ver e o desejo de ver, se instala uma espécie de ânsia, como não devorar as imagens que se colocam?

Entre o desejo de ver e o de repetir instala-se a **gula** e, por fim, a relação entre o não repetir e o desejo de repetir manifesta-se na **performance** com o viés de prevenção ou manifestação, a exemplo do que ocorreu no caso de George Floyd. Tais combinações permitem ainda o cruzamento entre o desejo de não ver e o desejo de repetir que pode levar ao **regurgitar** e o desejo de não repetir, mas de continuar vendo que se assemelha à ideia do **voyeurismo**. Tais binariedades em jogo estão esquematizadas (diagrama 02) assim:

Diagrama 02: Tensões da fagia



Elaborado por Andrea da Rosa (2020)

Esses tensionamentos permitem pensar objetos empíricos, portanto, imagens acionadas em múltiplas formas, para entender como essas fagias vão se constituindo social e midiaticamente, ligando-se a relações de querer e de não querer ver, a um processo de manutenção no espaço midiático, à noção de *nachleben* (pós-vida das imagens), conforme conceito de Aby Warburg.¹¹

¹¹ Este conceito foi sugerido, assim como o de *Pathosformel* (fórmula de *Pathos*) por Norval Baitello Junior e Fabio Ciquini, no evento da Compós realizado em 2016, GT

Também se contempla aqui a discussão de órbita do imaginário de Dietmar Kamper (2001), uma vez que há uma hipertrofia da imagem que coloca em xeque a sustentação dos símbolos, já que, para o autor, há um gradativo esvaziamento e uma espécie de fantasmagoria que se instala, ressignificando os símbolos que circulam. Tal perspectiva coloca a pesquisa em encruzilhada: de um lado, a percepção latente de que as imagens persistem, resistem valoradas na circulação, de outro, indaga-se com que poder de fixação de crença ou apenas como espectro?

De concreto, há a certeza de que investigar imagens na midiaticização é um desafio para o pesquisador e uma necessidade. Observa-se, também, que as instituições midiáticas jornalísticas tanto estimularam o consumo de imagens por parte dos atores sociais midiaticizados, popularizando seu modo de fazer, que estes incorporaram em suas práticas sociais a fagia de imagens da mídia. Porém, ao mesmo tempo, tornaram-se produtoras de imagens para abastecer uma nova fome por eles provocada: a da própria mídia. Assim, temos “imagens à procura de imagens perdidas” que procuram reforçar, tensionar, negociar a fixação das crenças já estabelecidas. Portanto, o visível é construído em ciclos fágicos, em movimentos de alternância entre produção e reconhecimento de valor.

Esta síntese, contudo, não encerra nem mesmo a discussão sobre a circulação ou sobre as fagias. Em nosso processo de aprendizagem na pesquisa nos damos conta de que não se pesquisa sozinho. Nem mesmo o mais brilhante dos projetos avança sem o questionamento, sem a confrontação, sem a continuidade. Isto significa indicar que os estudos por nós iniciados

Comunicação e Cultura. Ainda que tais desenvolvimentos não tivessem sido apresentados naquele momento.

viram trilhas, para que outros pesquisadores possam emprestar seus olhos para quem já se sente cegado pela proximidade dos objetos e o tempo de contemplação.

Neste sentido, Micael Behs (2017), em trabalho posterior, deu sequência à observação desses movimentos, indicando uma derivação da fagia midiática, por ele intitulada de **fagia intrami-diática**. Uma forma de consumo de conteúdos e sentidos que acontece dentro do mesmo dispositivo, como por exemplo, uma reportagem da editoria de polícia que migra para economia e para o editorial, em deglutições sucessivas cujas marcas só são passíveis de serem percebidas ao perseguir os rastros. Do mesmo modo, Bruna Mattana (2020) avança ao discutir a **fagia discursiva**, isto é, um modo típico da midiatização onde não apenas se consome o discurso para a reprodução, mas ocorre uma “deglutição de palavras” que extrai discursos e imagens de seus contextos originais, colocando-os em trânsito e, assim, criando outros circuitos, a maioria deles impensáveis.

Tais pesquisas indicam a incompletude da circulação, de nossos programas de pesquisa e reforçam o sentido da aprendizagem da e na pesquisa como uma forma de educação libertária, aquela que, para Freire (1967), nada mais é do que uma educação que respeita o homem em sua vocação “ontológica de ser sujeito”. Portanto, que este texto possa ser um estímulo tanto para quem pesquisa reconhecer-se como um aprendiz e para quem, na condição de aluno, leva a frente as incompletudes deixadas pelo caminho.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker, 2005.

BEHS, Micael. **Disrupções e regulações em circuitos e circulações difusas**: a construção do caso do boato da bruxa de Guarujá. (Tese) São Leopoldo: Unisinos, 2017. Disponível em http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6639/Micael%20Vier%20Behs_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 21 de jun 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: a crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP: Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. **O poder simbólico**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campus. IN: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Angela; JACKS, Nilda (orgs) **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA: Brasília, Compós, 2012.

BRAGA, Jose Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio.; GOMES, Pedro Gilberto. (orgs). **Dez Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARLON, Mario; FAUSTO NETO, Antonio. **Las políticas de los internautas**: nuevas formas de participación. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. Vol II – O pensamento mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. **A midiatização jornalística do dinheiro apreendido**: das fotos furtadas à fita leitora. Disponível em < www.compos.org.br/biblioteca/245pdf > Acesso em 20/07/2008.

FAUSTO NETO, A. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? IN: BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G. (orgs). **Dez Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

FERREIRA, Jairo. **Epistemologia e novo habitus** (o caso como conhecimento social e individual). Ícone (Recife), v. 11, p. 1-12, 2009.

FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula da. Midiatização e poder: a construção das imagens na circulação intermediática. IN: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (org). **Mídia, Cidadania & Poder**. Goiania: FACOMB/FUNAPE, 2011. (p. 19-38).

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **A história do diabo**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

_____. **O universo das imagens técnicas:** elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **A dúvida.** São Paulo: Annablume, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1967. Disponível em <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/5.-Educa%C3%A7%C3%A3o-como-Pr%C3%A1tica-da-Liberdade.pdf> Acesso em 15 de maio 2020.

GOMES, Pedro Gilberto. Os processos midiáticos como objeto de estudo. IN: **Tópicos da teoria da Comunicação.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

JACOBI, Jolande. **Complexo, arquétipo e símbolo na psicologia de C. G. Jung.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

KAMPER, Dietmar. Imagem. In: **Cosmo, Corpo, Cultura: Enciclopédia Antropológica.** A cura de Christoph Wulf. Milano, Itália: Ed. Mondadori, 2001.

MATTANA, Bruna. **Os rastros em trânsito:** disputas de sentidos nos processos de apropriação e reapropriação dos discursos do Papa Francisco. (Dissertação). *São Leopoldo: Unisinos, 2020.*

PEIRCE, Charles. **Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

PROULX, Serge. Estudos de recepção em contexto de mutação da comunicação: rumo a uma quarta geração? In: **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação.** Vol. 1, n° 2, julho-dezembro/2013

ROSA, Ana Paula da. **Guerra de imagens: agendamento e sincronização do olhar pela mídia.** Curitiba: UTP, 2008.

_____. **Imagens- Totens:** a fixação de símbolos nos processos de midiaticização. São Leopoldo: Unisinos, 2012 (Tese de doutorado) disponível em <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000003/0000033A.pdf> Acesso 15 mai. 2020.

_____. **Imagens-totens em circulação:** a chancela jornalística no caso Michael Jackson. In: Revista E-Compos. Vol 17, nº 2, 2014. Disponível em <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/1052> Acesso 02 abr. 2020.

_____. De reflexos a fagias: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens. IN: CINGOLANI, Gaston; SZNAIDER, Beatriz. **Nuevas mediaticaciones, nuevos publicos.** Argentina, Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2016.

_____. **O êxito da gula:** a indestrutibilidade da imagem totem no caso Aylan Kurdi. In: *E-Compós*, 20(2). <https://doi.org/10.30962/ec.1298>. Disponível em <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1298> Acesso em 20 de jun. 2020.

_____. Imagens em espiral: **MATRIZES**, v. 13, n. 2, p. 155-177, 2 set. 2019. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/150455> Acesso em 20 jun. 2020.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e pensamento:** sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SILVA, Mauricio Ribeiro. **Na órbita do imaginário:** comunicação, imagem e os espaços da vida. São Paulo: UNIP/ BLUECOM, 2012.

VERON, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasmas para gente grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A epidemia silenciosa: os sentidos circulantes sobre a sífilis nas condições de produção da campanha nacional e nas apropriações e leituras dos públicos

Juciano de Sousa Lacerda¹

Lilian Carla Muneiro²

Maurício Oliveira JR.³

Kaline Sampaio de Araújo⁴

Ana Cláudia Costa de Araújo⁵

Jordana C. de L. Paiva⁶

1. Introdução

1 Docente do PPgEM/UFRN, Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2008), Pós-Doutorado pela UAB-Espanha (2017-2018), Pesquisador do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS).

2 Professora do Departamento de Comunicação Social da UFRN. Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP), Pesquisadora do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS);

3 Mestre em Linguística Aplicada (UFRN, 2018), Doutorando em Média-arte Digital (UaB-Portugal), Pesquisador do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS);

4 Mestra em Gestão Pública (UFRN, 2014), Doutoranda em Média-arte Digital (UaB-Portugal), Pesquisadora do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS);

5 Mestra em Engenharia da Produção (UFRN, 2018), Doutoranda em Estudos da Mídia (UFRN), Pesquisadora do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS);

6 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PEP/UFRN), Pesquisadora do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS)

Em 2016, através do Ministério da Saúde (MS), o Brasil decretou epidemia de sífilis no país e estabeleceu uma agenda de ações estratégicas de combate à infecção. No ano seguinte, em 2017, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) atestou que a política de controle da sífilis era deficiente no território brasileiro e recomendou, por meio do Acórdão nº 2019/2017, diversificadas ações em torno dessa problemática.

O agravo vem demonstrando ser um desafio para os sistemas de saúde em escala mundial. A sífilis atinge, atualmente, mais de 12 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, segundo o Boletim Epidemiológico da Sífilis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019), em 2018, foram notificados 158.051 casos de sífilis adquirida (taxa de detecção de 75,8 casos/100 mil habitantes); 62.599 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 21,4/1.000 nascidos vivos); e 26.219 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 9,0/1.000 nascidos vivos). A partir da notificação compulsória, em 2010, a sífilis adquirida teve sua taxa de detecção aumentada de 2,0 casos por 100 mil habitantes em 2010 para 75,8 casos por 100 mil habitantes até 2018. Quando comparado ao ano de 2017, observa-se aumento de 25,7% na taxa de detecção em gestantes, 5,0% na incidência de sífilis congênita e 32% na incidência de sífilis adquirida.

Diante desse cenário, o Ministério da Saúde (MS) elaborou a Agenda de Ações Estratégicas para Redução da Sífilis no Brasil que resultou, dentre outras intervenções, na implementação de um projeto de pesquisa para resposta rápida à sífilis (BRASIL, 2019). O projeto, intitulado “Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis”, desenvolvido em cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mediante o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 54/2017, possui o

intuito de realizar estudos e pesquisas nas áreas de vigilância, gestão e governança, cuidado integral e educomunicação.

O eixo de educomunicação, no qual esta pesquisa está alicerçada, objetiva realizar campanhas para o fortalecimento das ações de comunicação em saúde, com vistas a dar visibilidade à vigilância em saúde nas três instâncias de governo. Nesse sentido, este estudo integra as ações do projeto, uma vez que faz parte das investigações sobre os resultados da Campanha Nacional de Combate à Sífilis desenvolvida pelo “Projeto Sífilis Não”, entre 2018-2019, com tema “teste, trate e cure” e o lema “lembre de se cuidar”. A primeira fase da campanha foi veiculada entre novembro e dezembro de 2018, envolvendo a mídia massiva nacional e ações em diversas cidades do Brasil em que os índices da sífilis são mais alarmantes. Em 2019, foram desenvolvidas ações principalmente nas redes sociais digitais.

A campanha foi composta por 646 (seiscentas e quarenta e seis) ações no total, das quais 395 (trezentas e noventa e cinco) foram ações localizadas regionalmente e 251 (duzentas e cinquenta e uma) tiveram abrangência nacional. Foram difundidas por emissoras de televisão, rádios, plataformas de streaming, internet/mobile, mídias externas, mídia impressa e blitzes de conscientização, distribuindo os diversos produtos que foram produzidos. Apesar da não-linearidade da circulação discursiva afirmada por Verón (2014), a agência publicitária licitada para realização da campanha apresentou relatórios com dados relevantes obtidos a partir de softwares que possibilitam estimar o alcance (número de pessoas com possibilidade de serem impactadas pela campanha) e frequência (oportunidade média de vezes que cada indivíduo viu a mensagem).

O meio TV possibilita cobertura em curto período e, por se tratar de um meio de massa, é a forma mais rápida de atingir

muitas pessoas. A campanha foi veiculada nas quatro principais emissoras abertas do país: Globo, SBT, Record e Band, regional e nacionalmente e em emissoras fechadas HBO e AMC. As inserções tiveram uma média de 12.891.000 espectadores alcançados.

Ainda que seja um dos veículos mais antigos, as rádios continuam sendo ouvidas por pessoas de todas as idades, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ibope (2016). Nas redes de radiodifusão e plataformas de streaming, os meios foram trabalhados com diversidade de formato para contribuir com o *awereness*, contando com uma média de 4.141.100 impactos nas rádios, 150 mil streams e 1,9 milhões de visualizações no vídeo-clipe oficial da música “Sem vacilação”.

O conteúdo produzido para internet e mobile foi distribuído pelas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter; e-mail marketing; notificações push mobile; criação da página “www.sifilisnao.com.br”; publicidade em sites sobre gestão pública e maternidade; e publicidade no site Bilheteria digital, bem como em nove aplicativos de relacionamento. Toda essa veiculação atingiu 120.256.078 usuários únicos, com uma média de 76.691.765 impactos. Como resultado, a campanha, no meio internet, gerou 1.527.583 cliques, uma taxa de resposta de 1,16% sobre o total de impactos na segunda fase. Além disso, houve 1.563.831 envios de mensagens no aplicativo WhatsApp.

As ações de mídia exterior contemplaram peças de mobiliário urbano como placas em centro comerciais, abrigos e pontos de ônibus, relógios de rua, outdoors, minidoors sociais, quiosques de serviços diversos e bancas de revistas. Também houve veiculação em backbus, busdoor, front light, metrô e envelopamento de ônibus intermunicipais. Ademais, uma outra mídia explorada foram os carros de som, totalizando 4.491 horas de exposição da mensagem da campanha. Além das peças estáticas, houve

a utilização de Digital Out Of Home (DOOH) em metrô, trens, estações, terminais rodoviários, BRT, rodoviárias, painéis de LED e telas em salões de beleza com 8.868.124 inserções. Foram também disponibilizados pontos de internet Wi-Fi em rodoviárias com anúncios do projeto, gerando cerca de 4.326.000 inserções ao utilizar a estratégia de ver o filme com a mensagem da campanha para ter acesso gratuito à internet. As peças de mobiliário urbano (digitais e estáticas) totalizaram mais de 25.886.607 impactos.

Na mídia impressa, foram inseridos anúncios nas revistas GPS Lifetime-DF, Correio Braziliense e Aqui DF, além da produção, impressão e distribuição de 1.733.500 produtos impressos.

Combinar os meios de maior alcance para o público-alvo com as principais datas do calendário nacional, como períodos de grandes festas, foi a estratégia para reforçar a conscientização da população sobre a importância do uso do preservativo para prevenção à sífilis. Nesse sentido, houve a instalação de totens com a mensagem da campanha e dispensação de 8.000 camisinhas durante o Villa Mix Festival, evento de música sertaneja que reúne grande público jovem, nas praças de Natal-RN, São Paulo-SP e Fortaleza-CE. Também foram realizadas blitzes de conscientização nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Nas ações houve, ao menos, 42 mil impactos diretos.

Com esse ecossistema complexo de mensagens midiáticas posto em circulação, é importante admitir a existência de múltiplos sentidos que se colocam em jogo, desde o momento em que distintas informações sobre a sífilis são transformadas em discursos segundo a “[...] complexidade das ‘regras’ formais pelas quais a linguagem significa” (HALL, 2003, p. 388) para se transformarem em eventos midiáticos, pela “codificação”. Com-

preendemos a comunicação midiática como um elemento fundamental nesse processo de oferta de sentidos sobre a sífilis em escala nacional que envolve condições específicas de produção, circulação e reconhecimento das mensagens. Nesse circuito, a circulação de mensagens oficiais da campanha tem uma posição privilegiada; é preciso ter clareza que há uma relativa autonomia dos momentos de “codificação” e “decodificação”, mas no processo da comunicação eles são momentos que ocorrem segundo determinadas condições.

Dessa forma, os processos de difusão das informações se demonstram ainda mais complexos quando os sujeitos que fazem parte das populações chave ou prioritárias da campanha de prevenção da sífilis, também, atuam discursivamente na mesma arena que as ofertas de mensagens, quando se tratam das plataformas digitais de comunicação. Assim, as diversas formas de aprendizagem sobre saúde/doença e como estas se processam hoje jogam em campos de produção de sentidos com auxílio dessas outras estratégias e interfaces como as redes sociais, os games, a produção cultural imagética e mesmo os dispositivos baseados em inteligência artificial e algoritmos.

Com base no processo de circulação da campanha, pretendemos apresentar e problematizar que matrizes dinamizam processos de aprendizados calcados em modalidades imperativas e que sentidos resultam quando apropriadas e semantizadas por lógicas outras, vindas de leituras dos atores sociais, em recepção. Haveria uma “outra sífilis” que emanaria de emaranhados de construções de relatos, de leituras e apropriações? Para esse movimento mapeamos os investimentos discursivos e simbólicos sobre a sífilis produzidos no tensionamento entre as estratégias discursivas ofertadas pela campanha em suas condições e gramáticas de produção e os sentidos outros produzidos em distintas gramáticas de

reconhecimento pelos diversos públicos atingidos pela campanha, expressados em depoimentos coletados, mensagens e comentários identificados que circularam na rede social Instagram sobre possíveis efeitos e resultados da campanha nacional.

2. Da focalização para as desfocalizações

Partimos da premissa sentenciada na Introdução deste texto de que os processos de difusão das informações se demonstram muito mais complexos na atualidade. Temos compreensão de que tanto a lógica da produção das mensagens como as lógicas dos usos operadas pelos sujeitos comunicantes são, continuamente, configuradas e reconfiguradas pelas mediações (LOPES, 2014). É também possível inferir que as mediações institucionais, culturais, religiosas, de gênero, geracionais e as diversidades sexuais operam na produção dos sentidos sobre a sífilis e outras IST, produzindo bifurcações dos sentidos com as quais precisamos lidar em todas as instâncias, tendo em vista o desafio cultural imenso da mudança de comportamentos que nos deixa em situação de vulnerabilidade diante das enfermidades. É no cotidiano que esses sentidos se produzem e reproduzem, mas um cotidiano mediatizado pelas tecnologias e dispositivos móveis das redes sociais digitais.

Nessa perspectiva, o espaço da produção tem sua temporalidade para a produção segundo as regras midiáticas da publicidade para a produção de mensagens de prevenção sobre a sífilis mas, logo que são postas em circulação nas redes sociais, o tempo do consumo já começa a agir e a produzir e reproduzir sentidos. Assim, a mediação como processo estruturante “[...] exige pensar ao mesmo tempo o espaço da produção, assim como o tempo do consumo, ambos articulados pela vida cotidiana (usos/consumo/

práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos da mídia envolvida” (LOPES, 2014, p. 71). Para se pensar esses tempos da produção e do consumo articulados, é preciso ter consciência como pesquisador de que a circulação, seja das mensagens midiáticas sobre a sífilis ou qualquer outra mensagem, comporta um certo grau de indeterminação inerente à sua constituição como processo (VERÓN, 2004).

Na construção de uma campanha de prevenção da sífilis, encontramos um esforço por parte do campo publicitário em operar com suas gramáticas e estratégias discursivas em busca da focalização (o target) em torno dos públicos descritos no briefing. Contudo, é preciso ter em conta que, continuamente, essa busca pela melhor forma de a mensagem atingir a determinado público depara-se com inúmeros fatores que Verón (2004) denomina como processos de “desfocalização”. Essa desfocalização pode se dar por apropriações em função das mediações que operam na recepção, mas também pode ser produzida por bifurcações no contexto de crise das interfaces tradicionais, como instâncias de mediação, a exemplo das escolas, dos partidos, das igrejas, dos sindicatos e das universidades que precisam ser redesenhadas (SCOLARI, 2018):

A gramática de produção da publicidade, tal como é praticada hoje, é inteiramente redutível à lógica comercial do marketing: é a ideia da focalização. As gramáticas de reconhecimento da publicidade mostram, em compensação, de maneira flagrante, as múltiplas facetas [interfaces?] de um fenômeno socio-cultural global: estamos em plena desfocalização (VERÓN, 2004, p. 268).

Podemos articular a noção de desfocalização de Verón com as bifurcações de Prigogine, caracterizadas por Carvalho (2012). Na medida em que essas bifurcações podem ser compreendidas como encruzilhadas, pontos, lugares, em que a matéria “elege” um caminho ou outro; são como zonas instáveis, sensíveis a qualquer mínima alteração ou modificação de seu ecossistema (CARVALHO, 2012, p. 34). Possivelmente, esse lugar em que se dão as bifurcações pode ser caracterizado, entre outras formas possíveis, como interfaces. As interfaces são o lugar da interação (SCOLARI, 2018), o lugar de encontro materializado das estratégias de produção e reconhecimento, pois, ao mesmo tempo que não são transparentes, conformam um ecossistema, evoluem e coevoluem com os sujeitos, transformam-se e são submetidas à complexidade. No contexto da desfocalização (no seio da cultura, em que atuam outras mediações, outras interfaces e bifurcações), a publicidade não é somente target/focalização, mas também tem a importância de um fato sociocultural global (VERÓN, 2004, p. 267).

Podemos compreender melhor a desfocalização na publicidade a partir da problematização da compreensão da “conotação” e “denotação” na análise de mensagens, proposta por Hall (2003), nos processos de codificação/decodificação. O autor afirma que a distinção entre conotação e denotação dos signos só é possível em termos analíticos, pois mesmo um signo denotativo nunca é a transcrição literal da realidade:

O nível de conotação do signo visual, de sua referência contextual e de seu posicionamento em diferentes campos discursivos de sentido e associação, é justamente onde os signos já codificados se interseccionam com os códigos semânticos profundos de uma cultura e,

assim, assumem dimensões ideológicas adicionais e mais ativas (HALL, 2003, p. 395).

A possibilidade da desfocalização está, justamente, nessa capacidade de associação dos signos já “naturalizados” quando fazem essa imersão em códigos semânticos mais arraigados de uma cultura, transmutam novas possibilidades de significação por essa permeabilidade associativa, podendo se constituir em novas formas de representar práticas já conhecidas ou dar sentido a novas práticas sociais e simbólicas. “Na publicidade, todo signo visual conota uma qualidade, situação, valor ou inferência que está presente como uma implicação ou sentido implícito, dependendo do posicionamento conotativo” (HALL, 2003, p. 395). Em suas articulações com diversos planos de possíveis semioses, a partir de como são codificados, os signos da publicidade então remetem a certas redes de sentido, como “mapas da realidade social” e tais mapas “[...] contêm ‘inscritos’ toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesses” (HALL, 2003, p. 396).

A questão que se coloca, desta forma, é sobre a que mapa recorrem os sujeitos que são identificados como públicos chave ou prioritários ao decodificar e interpretar por exemplo uma campanha publicitária de prevenção à sífilis. Hall discorda da visão de uma total subjetividade de interpretação, uma vez que os meios de comunicação constroem e prescrevem seus discursos com um mínimo de regramento, organizado em suas condições de produção. O autor admite que pode haver mal-entendidos no circuito emissão-recepção, uma vez que o consumidor da informação pode não conhecer os termos empregados ou a lógica de exposição ofertada, estranhar os conceitos ou linguagem (HALL, 2003, p. 398).

Contudo, de modo mais frequente, a preocupação dos emissores estaria então no fato de que os consumidores das mensagens não estariam “[...] operando dentro do código ‘preferencial’ ou ‘dominante’, pois todo emissor, assim como toda campanha de publicidade, tem como ideal uma comunicação focalizada, com pleno domínio sobre seu target, de modo que ela fosse ‘perfeitamente transparente’” (HALL, 2003, p. 398). Portanto, Hall (2003, p. 399) adverte que não há necessariamente uma correspondência entre codificação e decodificação; não é possível, desta forma, que uma agência de publicidade ou agentes da comunicação pública possam prescrever ou garantir que a decodificação seja correspondente ao codificado, pois a instância de decodificação “tem suas próprias condições de existência”.

Também é possível dizer que toda oferta discursiva, quando codificada, estabelece certos parâmetros que modelam o campo de atuação do processo de decodificação. Sem isso, seria impossível haver comunicação entre anunciantes e públicos.

A menos que seja disparadamente aberrante, a codificação produz a formação de alguns dos limites e parâmetros dentro dos quais as decodificações vão operar. Se não houvesse limites, as audiências poderiam simplesmente ler qualquer coisa que quisessem dentro das mensagens (HALL, 2003, p. 399).

Há, claro, um grau de indeterminação que torna a comunicação um processo instigante, pois não se pode também determinar ou antecipar que códigos serão empregados pelos sujeitos na decodificação das mensagens. Dessa forma, as relações entre codificação/decodificação, emissão/recepção ou, ainda, condições de produção e condições de reconhecimento não são bi-

nárias ou unilineares, mas produzem relações bifurcadas com distintas posições de decodificação/leitura (HALL, 2003).

Assim, a publicidade opera com processos de codificação baseados nas práticas sociais e culturais estabelecidas e reconhecidas, tendo em vista construir uma mensagem com um sentido *pré-dominante*, tendo como referência uma certa formação discursiva ou ideológica. A correspondência a este sentido que predomina na mensagem ofertada seria a primeira posição de decodificação proposta por Hall (2003): a “hegemônica-dominante”. Neste caminho, teríamos de modo hipotético que tanto a mídia informativa como os sujeitos comunicantes traduziriam as mensagens de prevenção à sífilis, reforçando as mesmas estratégias codificadas na produção da referida campanha.

Por exemplo, a campanha de 2018 ressaltou bastante a importância de fazer o teste rápido diagnóstico da sífilis, com a hashtag #testetracure. Reportagem do Correio Braziliense de 2019 resalta que houve um aumento do número de casos de sífilis adquirida de 2018 para 2019, e a hipótese seria justamente a maior busca pelo teste, na fala da representante do Ministério da Saúde: “[...] precisamos levar em consideração que tivemos aumento da testagem rápida, do número de diagnósticos. Essa é uma das razões para ter um aumento tão importante” (Correio Braziliense, 22/11/2019).⁷

A segunda é a posição de leitura, que segundo Hall (2003) seria a do “código-negociado”, que corresponderia aos processos de apropriação em que seriam respeitados parte dos signi-

7 Casos de sífilis aumentam 334% desde 2010; epidemia preocupa. Correio Braziliense, 22/11/2019, disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/22/interna_cidadesdf,808254/casos-de-sifilis-aumentam-334-desde-2010-epidemia-preocupa.shtml. Acesso em 4 jul. 2020.

ficados ofertados pela campanha e outros significados seriam agregados ao material publicizado. É o caso da reportagem de O Globo, de 14/12/2018, que ressalta a seriedade do problema da sífilis, mas destaca que tal seriedade entraria em choque com a proposta de retratar a prevenção à sífilis num enquadramento “mais descontraído”. “A campanha ‘Sífilis Não’, lançada pelo Ministério da Saúde para combater a doença sexualmente transmissível, epidêmica no país, causou surpresa por colocar em um formato descontraído um assunto sério” (O Globo, 14/12/2018).⁸

A discussão sobre se as campanhas de prevenção à sífilis, a exemplo das campanhas de prevenção ao HIV, deveriam chocar e provocar medo no público é antiga e tem muitos defensores e opositores. Contudo, há uma tendência a não se explorar a estigmatização dos agravos, sob o risco de tornar mais difícil a vida das pessoas que já sofrem com a enfermidade.

A terceira possibilidade de decodificação seria para Hall (2003) a posição de leitura com o “código de oposição”. Nesta frente, teríamos a situação em que possíveis notícias ou comentários ou leituras provocariam interpretações outras distintas ou contrárias, dissonantes, com a proposta das lógicas e estratégias discursivas das campanhas propostas pelo Ministério da Saúde. É o caso de uma nova campanha do Ministério da Saúde, veiculada no final de 2019, que procurou tematizar todas as Infecções Sexualmente Transmissíveis, com foco no público jovem.

Para o Ministério da Saúde tratava-se de uma campanha inédita, pois era a primeira vez que a maioria das IST eram temati-

8 Campanha do governo federal contra epidemia de sífilis coloca jovens em poses descontraídas e cria polêmica. O Globo, 14/12/2018, disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/campanha-do-governo-federal-contr-epidemia-de-sifilis-coloca-jovens-em-poses-descontraidas-cria-polemica-23306955>. Acesso em 4 jul. 2020.

zadas numa campanha: “A ação é focada nos jovens e visa conscientizar sobre o uso de preservativos com filmes e cartazes, que mostram as reações das pessoas ao verem fotos dos sintomas que as doenças sexualmente transmissíveis provocam” (Agência Saúde, 31/10/19).⁹ Em reportagem da Agência Aids, a campanha teve uma leitura em oposição à mensagem ofertada, na fala de um escritor entrevistado: “[...] estimular o conhecimento e a informação não pode ser sinônimo de educar pelo medo. Em função do medo e do terror temos quatro décadas de estigma e discriminação que afastam as pessoas do cuidado e da prevenção” (Agência Aids, 31/10/19).¹⁰

Para fins de análise, neste artigo, temos como objeto um recorte de discursos construídos por usuários de redes sociais, no formato de comentários às postagens do projeto “Sífilis Não”, relacionadas à campanha “Lembre de se cuidar” (Dia D da Sífilis de 2018), veiculadas no Instagram. Foram selecionadas duas postagens do Instagram que obtiveram um número expressivo de likes e comentários. Os discursos dos comentários foram analisados a partir da Teoria da Enunciação de Verón, com base na oposição enunciado/enunciação “[...] que comporta a distinção entre o que é dito e as modalidades do dizer” (VERÓN, 2004, p. 217).

9 Campanha inédita aborda doenças sexualmente transmissíveis. Agência Saúde, 31/10/19, disponível em <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45960-campanha-inedita-aborda-doencas-sexualmente-transmissiveis>. Acesso em 4 jul. 2020.

10 Ativistas consideram que campanha governamental contra ISTs propaga terror e pânico moral. Agência Aids, 31/10/19, disponível em <http://agenciaaids.com.br/noticia/ativistas-consideram-que-campanha-governamental-contra-ists-propaga-terror-e-panico-moral/>. Acesso em 4 jul. 2020.

Na lógica da enunciação, o plano do enunciado é aquele relacionado ao que é dito, que corresponderia ao que denominamos de conteúdo do discurso, enquanto que o plano da enunciação estaria relacionado ao dizer e suas modalidades, ou seja, com as *maneiras de dizer*. Verón (2004) afirma que, independentemente da natureza do discurso, “as modalidades do dizer constroem, dão forma” aos “dispositivos de enunciação”. Os dispositivos de enunciação comportam três aspectos (VERÓN, 2004, p. 217-18): 1) a imagem de quem fala (enunciador), que corresponderia ao lugar que aquele que fala atribui a si mesmo (lugar de fala); 2) a imagem daquele a quem o discurso é endereçado (o destinatário); 3) a relação entre o enunciador e seu destinatário, que é proposta no e pelo discurso.

Esta relação construída discursivamente apontaria para possíveis “contratos de leitura” entre os usuários e as mensagens ofertadas pela campanha, categorizadas a partir das posições de leitura propostas por Hall (2003): leitura dominante, leitura negociada e leitura de oposição. É preciso saber, como evidencia Verón (2004), que enunciador e destinatário são “entidades discursivas”, portanto, trata-se das representações possíveis a partir das posições discursivas construídas no próprio texto analisado.

Dessa maneira, apresentaremos na sequência os resultados da análise das mensagens postadas nos comentários do Instagram do Projeto “Sífilis Não”, nas quais buscamos observar: nos tipos de leitura dominante, negociada e de oposição (HALL, 2003), qual lugar de fala os enunciadores produzem para si nos discursos? Em que lugar de fala posicionam o destinatário (a campanha ou suas mensagens específicas)? E que relação estabelecem com a mensagem ofertada pelo projeto, quando estão

na posição de enunciadores de seu discurso, ao postarem o comentário na rede social?

3. A sífilis e as sífilis de cada dia

Sabe-se que a comunicação publicitária é endereçada e o modo de comunicar está, diretamente, relacionado à natureza do meio ao qual serve de suporte e materialidade. O Instagram¹¹ registra passagens momentâneas (stories), elenca e expõe visualidades, faz-se ver com a possibilidade de ser visto, mostra e tem ao alcance quem deseja acompanhar ou permitir que o acompanhe. Trata-se de um dispositivo midiático que não pode ser desprezado. Neste momento optamos por privilegiá-lo, já que não seria possível abordarmos outros públicos, mídias e dispositivos em um único artigo – dada a extensão da campanha objeto deste estudo.

11 O Instagram foi criado, em 2010, pelos desenvolvedores Mike Krieger e Kevin Systrom. Em 2012, segundo informações do Canal Tech, o Facebook comprou o Instagram agregando novas funcionalidades ao aplicativo que antes era utilizado apenas para a publicação de imagens e filtros. Em 2018, o Instagram ultrapassou o marco de 1 bilhão de usuários ativos em todo o mundo. Com o avançar dos anos, a plataforma também disponibilizou o Instagram for Business que apresenta recursos para a realização de anúncios publicitários, mediados pelo Instagram, além de um panorama com métricas diversas, englobando dados sobre a audiência, alcance, engajamento e impressões das publicações realizadas. Atualmente, o dispositivo midiático contempla as seguintes funções: publicações de vídeos, cards, vídeo efêmeros denominados stories, espaço para troca de mensagens privadas, plataforma IGTV para publicação de vídeos extensos e o recurso “reels” que oferece possibilidades diversas de criação de conteúdo, com inserção de imagem e trilha sonora. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/instagram-bate-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-ativos-116344/>> Acesso em: 20 abr. 2020.

A campanha “Lembre de se cuidar” foi veiculada no Instagram, de 4 de dezembro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019. Os objetivos envolviam a promoção da sensibilização em relação à doença, com divulgação de informações em relação à necessidade da realização do teste rápido, tratamento e também promover engajamento. Dentre as 25 peças veiculadas no formato *card*, 10 publicações foram impulsionadas com investimento de verba publicitária, via Facebook Ads¹². O intuito era aumentar a visibilidade das postagens e alcançar mais usuários do Instagram. Nesse sentido, selecionamos duas que denotaram maior índice de engajamento avaliado a partir do número de curtidas e quantidade dos comentários realizados nas respectivas postagens. É válido ressaltar que apenas a postagem 2 foi impulsionada, obtendo alcance significativo perante a postagem 1.

Os conteúdos veiculados no Instagram ajudaram a desmistificar a doença e foram publicizados em outros locais – a agência adotou a estratégia de *cross* mídia para a reiteração das mensagens. As duas imagens que analisamos foram postadas nos dias 05 e 07 de dezembro de 2018. Na primeira¹³, um lembrete, devidamente grifado, enfatizando a gratuidade do teste e tratamento pelo SUS. A outra postagem¹⁴ solicitava aos jovens “organização” para que todos evitem contrair a IST.

12 O Facebook Ads é uma plataforma de mídia paga que possibilita o patrocínio de conteúdos, por meio da criação de campanhas e anúncios no Instagram e Facebook.

13 Legenda do post 1: Faça o teste. É rápido e gratuito. Vá a uma unidade de saúde e, caso o resultado seja positivo, inicie o tratamento. #TesteTrateCure

14 Legenda do post 2: Os casos de sífilis entre os jovens estão crescendo de forma assustadora. Mais de 35% das ocorrências registradas no último ano foram em pessoas entre 20 e 29 anos. O uso da camisinha é um dos cuidados que previne você de ser infectado(a) nas relações sexuais. É importante combinar essa forma de prevenção fazendo o teste de sífilis regularmente. Tanto o teste quanto o tratamento são gratui-



POSTAGEM 1



POSTAGEM 2

Figura 1 - Postagens que integram a campanha "Lembre de se cuidar"

Fonte: Instagram (@sifilisnao)

tos pelo SUS nas unidades básicas de saúde. Quer saber mais detalhes? Confira nosso site. O link está na descrição do perfil. #TesteTrateCure

O ato de comentar em publicações veiculadas nas redes sociais digitais é uma forma do indivíduo expressar e compartilhar coletivamente a sua opinião acerca de um assunto. No caso da campanha “Teste, Trate e Cure”, esse posicionamento foi endossado por meio de comentários breves, alguns extensos e menções a outros usuários da rede social. Nos valemos de Hall (2003) para verificar a anuência da audiência em relação às categorias de codificação por ele propostas: hegemônica-dominante, código-negociado e código de oposição.

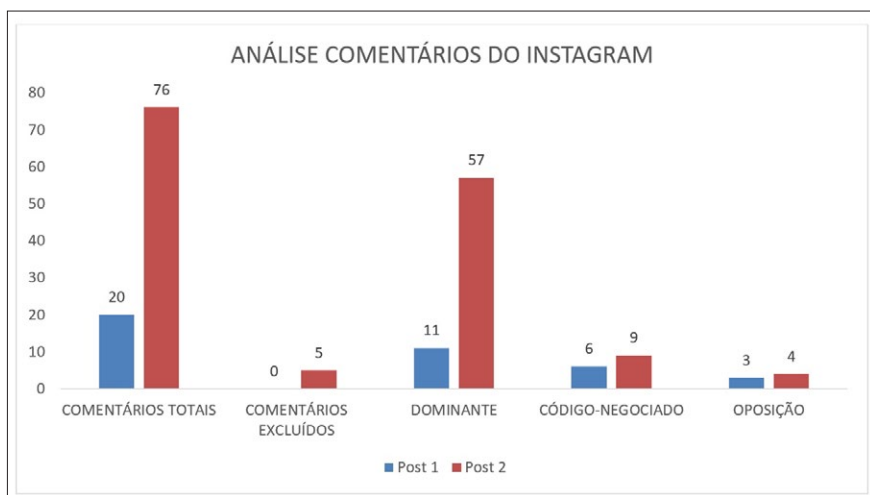


Figura 2 - Análise gráfica dos comentários feitos nas postagens 1 e 2

Fonte: Autoria própria (2020).

Conforme ilustrado no gráfico, preponderou o posicionamento *dominante* nos comentários da postagem 1, com doze declarações que endossaram o discurso. Embora divergentes no modo

de dizer, reforçaram a mensagem produzida pelo enunciador da campanha. Essa postura favorável foi observada nos comentários: <nunca esqueça> e <pode ir lá fazer, miga! É gratuito>. Ambos demonstram que o enunciatário compreendeu, sem ruídos, o sentido principal da campanha. No caso da postagem 2, a leitura dominante da mensagem também prevaleceu englobando cinquenta e oito comentários.

O primeiro comentário posiciona o enunciador numa posição em aparente sintonia com a mensagem ofertada no *card*, mas numa posição de fala impositiva em que o advérbio temporal “nunca” estabelece que em nenhum momento se deve “esquecer”. A campanha se ofertou a partir de um lugar de fala de alguém que se é próximo, com o qual nos preocupamos e que nos lembra que é preciso se cuidar. Embora reforce a ideia da prevenção, o comentário o faz com a matriz do discurso unidirecional e impositivo que, historicamente, foi marcado pelo uso de formas imperativas de mensagens nas campanhas. Já o segundo comentário, de fato, faz a leitura com base na perspectiva dominante da mensagem, ao construir também um lugar de fala de companheirismo e cumplicidade. O uso do verbo “poder” como possibilidade e a exclamação “miga!” (amiga!) sinalizam uma sugestão, não uma ordem e posicionam o interlocutor numa relação de amizade.

Incluímos nessa classificação todas as menções a outros usuários e declarações positivas ao uso do preservativo: <Vamos usar camisinha, pra evitar maiores problemas. #hivnã #sífilisnã #dstsnã>; <Pedir nude é coisa do passado, agora eu peço é exame>; <já fez seu exame?>; <Tem camisinha grátis, com todas essas informações é quase inadmissível uma DST tomar a proporção que leva nos dias de hoje!> e <Haha dar na cara quando não querem por camisinha rs>. Esses comentários indi-

cam que parte dos usuários reconhece o uso do preservativo e a realização do teste rápido como forma de se prevenir da sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Ao usar o verbo “ir” na primeira pessoa do plural - “vamos”, o enunciador posiciona-se no seu comentário numa interpelação que agrega, convida, movimenta os demais e, ao mesmo tempo, inclui-se no mesmo chamamento. No segundo, o trocadilho entre “pedir nude” e “pedir exame” produz uma situação leve para reforçar a mensagem da prevenção. A primeira pessoa “eu” evoca para si também tal compromisso, vincula o enunciador à proposta da campanha. O quarto comentário reforça a mensagem, mas a partir de um sentido de espanto, marcado pela exclamação, ao final da frase, que abre para diversas questões em torno do problema: por que uma epidemia de sífilis hoje? Como pudemos chegar a isso? Onde está, de fato, a explicação para esse fenômeno? O último comentário fala em favor do uso da camisinha, mas com o uso de uma onomatopeia que sinaliza para o riso, ao evocar contextos em que os sentidos se contradizem, pois, em determinadas situações, a parceria tenta esconder, mas fica evidente (“dar na cara”) que desejaria ter relações sexuais sem o preservativo.

No tocante ao código-negociado, a postagem 1 possui seis comentários que denotam compreensão da mensagem principal da campanha, mas agregaram novas informações. Ilustramos com o comentário do usuário X <Em DST AIDS isso n acontece. Não por onde passei e utilizei o serviço>. Assim, o usuário se mostrou favorável ao que foi proposto na campanha, além de reafirmar que o problema citado pelo comentário anterior não se aplica em casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Esse tipo de atitude também foi notado nos demais comentários. O mesmo ocorreu na postagem 2, com nove comentários classificados. <Não

só sífilis como também HPV que estar causando muitos casos de câncer no útero ceifando várias vidas 😞. Usar camisinha e fundamental e essencial além de salvar vidas!>.

Sendo assim, o entendimento da campanha tornou-se explícito, tendo em vista que o enunciário citou a camisinha como método essencial para salvar vidas e combater infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis e o HPV. O enunciador se apropria do espaço de comunicação ofertado para se falar da sífilis e apresenta preocupações outras do seu cotidiano que lhe parecem mais próximas do seu convívio do que, necessariamente, a sífilis. Falar de sífilis é, também, falar de outras IST. Nem sempre o agravo que o sistema de saúde determina como epidemia é o mesmo que agravo na percepção das pessoas, uma vez que a enfermidade mais grave para ela seria aquela que lhe está mais próxima no cotidiano.

A categoria *oposição* foi a que apresentou o menor índice de comentários, um indicativo positivo da estratégia comunicacional utilizada na campanha. Dos vinte comentários coletados da postagem **1** apenas dos três denotaram posicionamento negativo. Todos versavam sobre condições adversas relacionadas ao atendimento disponibilizado pelo sistema de saúde pública. Como no caso do usuário Y <É igual os preventivos e mamografia do SUS, vc demora 2 meses para fazer o exame e mais 3 para receber>. Neste comentário, o enunciário agregou sua insatisfação ao espaço de visibilidade concedido pelo Ministério de Saúde.

Contudo, nenhum comentário citou diretamente o teste rápido ou o tratamento da sífilis como ineficientes. No post **2**, foram quatro comentários. O usuário Z escreveu: <Ouvi dizer que transar só depois do casamento reduz drasticamente as chances de pegar sífilis, mas parece que é proibido aconselhar isso hoje em

dia>. Por intermédio dessa declaração, nota-se que o usuário se valeu de suas crenças para ressignificar o sentido sobre a “melhor forma” de se prevenir e, ao mesmo tempo, estigmatizar o sexo como prática responsável por disseminar a sífilis, que seria a pena a ser paga por não se seguir a “sabedoria” de um “bom conselho”.

Para verticalizarmos a análise e atendermos à classificação elencada por Hall utilizamos quatro filtros. O primeiro considerou a visualização de todos os comentários das peças que nos apresentou o contexto global daquele ambiente comunicativo. No segundo optamos por analisar todos os comentários, incluindo os que apenas mencionavam outros usuários do Instagram. Nesta perspectiva entendemos que estes, ao assim proceder, também estavam aderindo à postagem, positivamente ou não, visto que recomendaram o conteúdo a outros usuários. O terceiro filtro foi a inclusão de respostas dadas aos comentários feitos que reforçaram os posicionamentos da campanha. Um quarto filtro foi necessário para postagem 2, que apresentou cinco comentários que excediam a classificação proposta.

Nos parece claro que, embora a comunicação elaborada pelo enunciador fosse estrategicamente direcionada, não foi possível isentar manifestações vindas da sociabilidade e do modo de entendimento do enunciatário. Os cinco comentários feitos na referida postagem evidenciam bifurcações que, aqui, entendemos como registro de interação com códigos mais ou menos individualizados e endereçados, como podemos aferir. (1) ‘que pouca vergonha e essa [*identificação do perfil retirada*] com dois L 🔑🔥’; (2) ‘teucu’; (3) ‘teucu’; (4) tnc kkk’; (5) ‘Bando de bot’.¹⁵

¹⁵ Os quatro primeiros comentários são respostas a outros usuários. O último não tem vínculo com comentários anteriores.

O comentário 1 refere-se à campanha como <pouca vergonha>, com emojis de labaredas de fogo e chave. A utilização dos emojis abre possibilidades variadas de interpretação, desde uma piada até o constrangimento do usuário perante o conteúdo da campanha, dados aspectos morais e pudor. Os comentários 2, 3 e 4 são respostas reativas pelos usuários terem sido marcados e parte de sua identidade exposta. O ato de nominar os perfis pode ter sido provocativo ou preocupação em partilhar as informações.

O comentário 5 faz menção a um <bando de bot>, uma abreviação de *robot* que significa robô em inglês. O uso dessa expressão tem relação com o fenômeno de perfis falsos que possuem contas ativas nas redes sociais e comentam, de modo automático, em publicações diversas para alcançar mais engajamento. Na visão desse usuário, os comentários da publicação eram feitos por robôs e não por pessoas reais.

4. Considerações finais

Pensar mais na desfocalização (VERÓN, 2004) do que no target, nas ações de comunicação publicitária em saúde, é construir a consciência de que sífilis é democrática, atinge a todos os públicos, mas que há populações que estão em situação de maior vulnerabilidade. Não se trata somente de target quando se admite que não é possível usar a mesma mensagem e os mesmos meios de comunicação para falar com pessoas em situação de encarceramento, pessoas que vivem nas ruas, populações indígenas, mulheres grávidas e baixa renda e escolaridade, jovens com relacionamento hetero ou homoafetivos, idosos ou trabalhadoras do sexo.

É preciso pensar sobre de que sífilis falamos para eles e de que sífilis ou de que lugar produzem seus próprios sentidos sobre a sífilis. Sentidos que, mesmo em código-dominante (HALL, 2003) à mensagem ofertada sobre “lembrar de se cuidar”, ao se posicionar de um lugar de fala da amizade e cumplicidade ou incluir-se no chamamento ao autocuidado, também evocam linguajar possessivo, herdado de representações passadas de campanhas de prevenção ou colocam em questão as possíveis situações que levaram a essa epidemia de sífilis.

Neste caldo complexo entram também os aspectos socioculturais, as relações de poder econômico e social, as relações de gênero etc. O código-negociado (HALL, 2003) evidencia estratégias de se apropriar do espaço dos comentários para valorar os agravos que estão mais próximos das suas redes de sentido cotidiano. Um dos aspectos, por exemplo, é ressignificar o uso do preservativo, para que não seja visto como algo que estabelece uma barreira entre o sujeito e o prazer. Mas que encontra resistências, manifestadas como código de oposição (HALL, 2003), quando a crença prevalece sobre a informação científica ao recomendar como “bom conselho” a abstinência sexual como estratégia para se prevenir da sífilis. Ou mesmo aproveitar do espaço dos comentários para questionar sobre problemas da qualidade da oferta dos serviços de saúde.

A atuação da mídia e das campanhas públicas de prevenção é importante como forma de dar visibilidade e existência do problema da sífilis como epidemia. A desfocalização, como diz Verón (2004), produz o efeito de introduzir a sífilis no cotidiano das pessoas, nos imaginários, mas não é possível construir mapa de sentidos únicos, pois eles se bifurcam no caminho. Desta forma, as ações midiáticas precisam também equacionar outras formas de comunicação mais territorializadas, com

apoio das mais distintas instituições, como ONGs, coletivos, gestores e profissionais de saúde, escolas e diversos outros grupos sociais.

Por fim, percebemos que os processos de difusão das informações se demonstram muito mais complexos na atualidade. Nas posições discursivas construídas sobre os sentidos ofertados pela sífilis atuam mediações (LOPES, 2014) institucionais, culturais, religiosas, de gênero e gerações. Também as diversidades sexuais e as populações indígenas, que não foram objeto da discussão deste trabalho, mas se constituem num desafio importante, em termos de ações de comunicação para prevenção em saúde, operam na produção dos sentidos sobre a sífilis e outras IST. Estes coletivos e atores sociais produzem bifurcações dos sentidos com as quais as ações de comunicação pública precisam lidar em todas as instâncias, tendo em vista o desafio cultural imenso da mudança de comportamentos que deixam inúmeros coletivos em situação de vulnerabilidade diante das enfermidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/ Aids e das Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico de Sífilis 2018**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Tribunal de contas da União. Ministério da Saúde. Processo 030.300/2016-9. **Auditoria operacional, decorrente de solicitação do Congresso Nacional, sobre a atuação do governo federal no controle sobre a incidência da sífilis no Brasil**. Disponível em: < <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/>

acordao-completo*/NUMACORDAO%253A2019%2520ANOACORDAO%253A2017/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uuiid=d9573cc0-1a8f-11ea-8632-f5d-58c79095f > Acesso em 28/06/2020.

CARVALHO, Rodrigo F. **Temporalidade e historicidade em Ilya Prigogine**. Dissertação de mestrado em História. UFG: 2012, 155 p.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 387-404.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, v. 8 - nº 1, p. 65-80, jan./jun. 2014.

SCOLARI, Carlos. **Las leyes de la interface**. [on line] 2018, disponível em <https://hipermediaciones.com/2018/02/04/las-leyes-de-la-interfaz/> acesso 15 oct 2019.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos, 2004.

Da fala sobre a favela à favela que não se cala: os desafios do Dicionário de Favelas Marielle Franco

Sonia Fleury¹
Clara Polycarpo²
Marcelo Fornazin³
Palloma Menezes⁴

Introdução

Existe a fala da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a língua da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são ex-

1 Sonia Fleury é Doutora em Ciência Política e Pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, profsoniafleury@gmail.com

2 Clara Polycarpo, Doutoranda em Ciências Sociais no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), polycarpoclara@gmail.com;

3 Marcelo Fornazin, Pesquisador em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), fornazin@gmail.com;

4 Palloma Menezes Doutora em Sociologia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da IESP/UERJ e Pesquisadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

pressas nas conversas, nos gestos, nas roupas e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a linguagem urbana, que se pode considerar como conotações [...] Finalmente, existe a escrita da cidade: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o emprego do tempo na cidade pelos habitantes da cidade (Lefebvre, 2004, p. 64).

A discussão acadêmica sobre as favelas, ou seja, *a fala sobre a favela*, desde sua origem, esteve segmentada em áreas dispersas como Sociologia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, História Social e, para além da favela enquanto objeto, as suas próprias narrativas e memórias sob a voz de seus próprios moradores ainda não dispunham de instrumento necessário a armazenamento e acesso amplo e coletivo, perdendo-se também pelo tempo e pelos descasos. A constatação, portanto, da necessidade de integrar a vasta produção interdisciplinar sobre este tema e os saberes locais em cada um dos diferentes territórios, possibilitando a circulação de conhecimentos entre diferentes disciplinas e potencializando a produção acadêmica e a produção coletiva, pode encontrar na ferramenta Wiki um importante veículo.

De forma ainda mais marcante, percebemos que as favelas têm sido, historicamente, consideradas pelos poderes públicos, setores da imprensa e camadas médias e altas da sociedade a partir de definições a priori negativas, o que molda significativamente as políticas direcionadas a esses territórios e suas populações, como é possível perceber tanto no caso da segurança. A academia e suas pesquisas, muitas vezes, silenciam as narrativas plurais dos próprios moradores e moradoras, ao objetificá-los. Contudo, um conjunto variado de atores coletivos – notadamente, os moradores dessas localidades – insistem em

questionar tais formulações e os impactos negativos e violentos que elas produzem em seus cotidianos.

Em um contexto, portanto, de violências e subjetivações por exterioridade, moradores de favela têm diversos direitos constantemente ameaçados, assim como o direito à voz muitas vezes negado. Essa negação relaciona-se, primeiramente, ao fato dessa parcela da população ter que conviver com a chamada “lei do silêncio” que, muitas vezes, os impede de denunciar arbitrariedades cometidas tanto por agentes estatais como criminais.

Mesmo temendo represálias, nos casos em que moradores de favela se posicionam abertamente no debate público, apresentando críticas a violações de seus direitos, com recorrência, são criminalizados, tendo sua voz deslegitimada. Por isso, como forma de direcionar este debate, gostaríamos de recorrer à pergunta colocada por Spivak (2014): *pode o subalterno falar?* Nos perguntando: pode o favelado falar?

A ideia do projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco é usar a plataforma virtual Wiki como um dispositivo de luta contra a “subalternidade”. A ideia é que a plataforma sirva como um espaço por meio do qual o morador de favela possa falar e ser ouvido, lembrando, obviamente, que esse morador – assim como o sujeito subalterno analisado por Spivak (2014) – não pode “[...] ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo” (ALMEIDA, 2014, p.13).

Buscando romper com a lógica das negações, e a partir da colaboração de um grupo heterogêneo de pessoas – pesquisadores, moradores de favelas e diferentes grupos ativistas, o projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco, também chamado de WikiFavelas, tem por objetivo incentivar uma ampla articulação do conhecimento (acadêmico ou não) produzido sobre as/

pelas favelas. O Dicionário consiste de plataforma online, voltada à construção aberta e coletiva que pode ser acessada por meio do site www.wikifavelas.com.br, cuja página inicial é apresentada na Figura 1 - site do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

O Dicionário de Favelas está vinculado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente o Dicionário conta com cerca de 400 colaboradores, de diversos pertencimentos territoriais e acadêmicos, compartilhando cerca de 500 textos/verbetes sobre as mais variadas temáticas e suas representações.

Figura 1 - site do Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Fonte: www.wikifavelas.com.br

Neste estudo, procuraremos discutir teórica e analiticamente a própria tecnologia da plataforma WikiFavelas, enquanto um possível instrumento de mobilização política e coletiva em ambientes digitais, já reconhecido academicamente, ao debater sobre a escolha desta ferramenta e as suas expectativas e capacidades de uso para os objetivos do Dicionário de Favelas Marielle Franco. Além disso, analisaremos o que vem sendo produzido na WikiFavelas, em relação às mobilizações e pertencimentos já adquiridos e na amplitude de suas temáticas e redes em construção que têm o objetivo de contribuir na luta pelo direito à memória – e pelo direito ao pertencimento à cidade.

Para tanto, estruturamos este trabalho em três partes principais. Após essa introdução, apresentamos a favela e suas representações, a princípio, a partir da construção das políticas públicas nesses territórios e, por outro lado, como formas de resistência, das iniciativas locais de direito à memória nas favelas do Rio de Janeiro que nos trouxeram inspiração. Em seguida, conceituamos o Dicionário de Favelas Marielle Franco como um bem coletivo (comum), destacando a similaridade com a Wikipedia e analisando sua singularidade, as motivações para construção do Dicionário enquanto espaço de memória e produção de conhecimento.

Na terceira seção, discutimos a pluralidade de conhecimentos e os desafios que o Dicionário enfrenta para integrá-los. Assim, será possível não apenas descrever a produção coletiva dos conhecimentos em andamento, como também traçar novos desafios para as possíveis dificuldades encontradas em sua própria construção participativa na rede.

A favela que não se cala: favela, identidade e memória

Sobre as favelas cariocas muito já se disse, dentro e fora da academia. A bibliografia sobre o tema indica que as favelas existem na paisagem carioca, há mais de um século. Contudo, como afirma Valladares (2005), “[...] nem na Europa nem no Brasil, as ciências sociais estiveram na origem da descoberta da pobreza”. No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em analisar a pobreza foram profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, direito e a filantropia que voltaram seus olhos, principalmente, para os cortiços.

Essas moradias eram percebidas como espaços propagadores de doença e vício. Por isso, eram constantemente denunciadas e condenadas através do discurso médico e higienista. O que acabou levando os governos das cidades – especialmente o do Prefeito Pereira Passos (1902-1906) – a adotarem medidas administrativas contra esses territórios que eram considerados como um verdadeiro “inferno social”.

No primeiro momento de intervenção do poder público em favelas, foram criados os parques proletários que eram conjuntos de habitações pensados como transitórios. Eles eram destinados aos habitantes das favelas e objetivavam a “construção de um novo homem brasileiro”. Como apontam Pandolfi e Grynszpan (2006), a remoção dos moradores das favelas para os Parques Proletários era uma mediação que “[...] significava transformar o favelado, então percebido como vadio, em alguém sério e trabalhador”.

Os moradores de favelas, nesse momento, segundo Burgos (2004), eram vistos como “pré-cidadãos”; o que quer dizer que não eram possuidores de direitos e necessitavam de uma “pedagogia civilizatória”. A lógica remocionista perdurou nas inicia-

tivas de políticas públicas por muitas décadas, empreendendo “limpezas urbanas” como forma de retirar do espaço da cidade moradias e moradores considerados indesejáveis para o modelo de civilização proposto.

Embora, desde seu surgimento, as favelas tenham sido vistas como uma espécie de quisto que ameaçava a organização social da cidade (MACHADO DA SILVA, 2002), os atributos que compõem o conteúdo do que é definido como “o problema favela” modificaram-se significativamente com o passar do tempo. Machado da Silva ressalta que, especialmente, a partir dos anos 1980, a “violência urbana” alterou o lugar das favelas no imaginário da cidade (MACHADO DA SILVA, 2008). Com a expansão do tráfico de drogas, o aumento dos confrontos armados entre diferentes facções criminosas e os conflitos entre esses grupos criminosos e a polícia, houve uma superposição do “problema da segurança” com o “problema das favelas”.

Como lembra Misse (2011), as principais organizações criminosas do tráfico a varejo no Rio de Janeiro – que surgiram dentro do sistema penitenciário durante a ditadura militar – estabeleceram-se nos morros cariocas e ali se expandiram. Consequentemente, esses territórios passaram a ser vistos “[...] como o valhacouto de criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 297).

Desse modo, as favelas deixaram de ser tematizadas na “linguagem dos direitos” e passaram a ser processadas na “linguagem da violência urbana”. O que quer dizer que houve um “[...] reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 293). Im-

portante ressaltar que a culpa dessa “guerra” foi atribuída aos moradores de favelas que passaram a ser criminalizados, tornando-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço.

Em decorrência desse processo de criminalização dos moradores de favelas, cresceu o clamor por uma ação “dura” que passou a se dirigir não tanto a grupos sociais específicos e mais ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas. Assim, como afirma Machado da Silva (2011, p. 286), fechou-se “[...] o círculo de ferro que redesenha o espaço da cidade, na formulação dominante, a partir da relação entre violência urbana e ‘sociabilidade violenta’”.

Em seu novo desenho, o Rio de Janeiro passou a ser representado como uma “cidade partida” (VENTURA, 1994), na qual, de um lado, estão os bandos ligados ao varejo de drogas situados em favelas. Do lado oposto, estão os “cidadãos de bem” e as organizações policiais impondo (por delegação dos primeiros) a redefinição das favelas como “complexos” territoriais a serem militarmente combatidos e confinados (MACHADO DA SILVA, 2010).

Estas representações construídas pelas políticas públicas, em sua dimensão simbólica, porém, serviram para consolidar formas de tipificar as favelas – e seus favelados – em um imaginário negativo e estereotipado, sujeitando esta população, já marginalizada, a processos de exclusão e silenciamento de sua própria identidade e memória. A imagem de uma “cidade partida”, inclusive, reforça os processos de segregação socioespacial das favelas, negando o direito à cidade – e o direito de falar sobre a cidade e si mesma como parte constitutiva.

Ao definir, por exemplo, as favelas como aglomerações subnormais, o Estado brasileiro destina a cidade informal e popular

ao lugar da exclusão. Nas palavras de Hannah Arendt (1979, p. 243): “Não ter raízes significa não ter um lugar no mundo reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma”. Ao relegar as favelas e periferias à condição de não pertencimento, o poder público promove não apenas a exclusão territorial, mas também a degradação e a perda da memória, da ação e da fala, já que é com palavras e atos que nos inserimos no mundo. Sobre isso, o Dicionário de Favelas Marielle Franco acredita que a memória, e o direito à memória, é também direito à cidade e à vida, devendo ser resgatado e preservado.

Os moradores de favela vêm lutando fortemente, ao longo de décadas, por seus direitos e, nas últimas décadas, intensificou-se também a luta pela memória como direito. Segundo Machado da Silva, não se trata de qualquer experiência de resgate de história local, mas sim de uma luta para celebrar a “[...] memória de uma experiência compartilhada que dignifica as vítimas que se recusam à passividade”.

Assim a luta por memória das favelas está diretamente associada ao “[...] processo de democratização dos territórios urbanos” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 108). Tal processo não envolve discutir a memória pela memória. Mas reconhecer que “[...] a memória da favela não é absolutamente unívoca, ela é tão multifacetada quantas são as experiências específicas de uma delas, de cada grupo, de cada família etc.” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 107)

Múltiplos projetos de memória surgem em favelas, através do apoio de organizações não governamentais, instituições internacionais, ou até mesmo, por iniciativas pontuais e individualizadas em determinados territórios. Porém, todos tentam, então, mostrar como esses territórios da cidade são heterogê-

neos, diversos e complexos, reivindicando o seu pertencimento à cidade como trajetória e direito.

Estas iniciativas mostram como é difícil se falar em favela no singular, uma vez que cada favela tem sua história e peculiaridades que geram experiências de vida, de sociabilidade, assim como oportunidades muito variadas para quem habita esses diferentes territórios. Alguns dos projetos, inclusive, enfatizam como, mesmo dentro de uma única favela, os relatos e percepções da memória podem ser muito diversos dependendo dos atores ouvidos.

Além de reunir as vozes de múltiplos atores de variadas favelas, os projetos de memórias do Rio de Janeiro têm apresentado a história desses territórios da cidade, a partir de diferentes suportes. Alguns dos projetos trabalham com a produção de textos escritos; outros com história oral; outros com fotografias, documentos ou mesmo objetos. Como resumiu Mario Chagas (2004, p. 56): “[...] os nossos suportes de memória não estão somente nos textos, eles não estão apenas na narrativa oral; [...] os nossos suportes de memória também passam pelos objetos materiais, pelas coisas tridimensionais”.

Segundo Dellambre (2015), no Rio de Janeiro, atualmente, há vários Museus Comunitários e Ecomuseus com experiências próprias; dentre eles, Ecomuseu de Santa Cruz, Museu da Maré, Museu de Favela (Pavão, Pavãozinho e Cantagalo), Museu do Orto, Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, Museu das Remoções (Comunidade da Vila Autódromo), Ecomuseu Nega Vilma (Pico do Santa Marta, atualmente Virtual), Museu Chácara do Céu, Museu Vivo de São Bento, Ecomuseu de Sepetiba, Ecomuseu do Sertão Carioca, Ecomuseu Amigos do Rio Joana, dentre outros.

Esse processo recente de institucionalização do resgate da história oral e da memória coletiva não é exclusivo do Rio de Janeiro, ao contrário, é um processo que vem ocorrendo nas favelas, periferias, quebradas, baixadas de todo o país, o que fica evidente na enorme produção cultural, musical e imagética pelas quais a favela se apresenta. Em outros termos, um processo de institucionalização tem como requisito a subjetivação, a construção do lugar de fala do sujeito. Trata-se de uma inversão da subjetivação que se dava a partir da subalternidade, da fala do outro sobre a favela, para se construir a partir da favela que fala de si, como uma identidade em construção, conforme mostram as poesias ilustradas na Figura 2 - Poesias de moradores de favelas.

A transformação do indivíduo em sujeito se dá quando o homem faz de si um construto de si mesmo (RON-PEDRIQUE, 1997, p. 85). O ponto de partida deixa de ser o indivíduo isolado com suas características, biológicas ou não, que antecedem a sociabilidade, para ser um conjunto de individualidades que se tornam sujeito por ter um valor histórico, isto é, representar o homem em um momento de sua existência. Neste sentido, o sujeito sempre transcende sua individualidade que se faz sujeito por ter um sentido preciso de representar ao homem, em um momento histórico de sua existência. Portanto, este processo de subjetivação se caracteriza como um projeto histórico que envolve muitas individualidades.

Figura 2 - Poesias de moradores de favelas

<p><i>“Bato no peito com Orgulho e digo a você que eu sou feliz. Você diz que eu sou Negra... Negra é a minha raiz. Eu sou lenha, sou madeira. Sou brasa, sou carvão. Sou filha de um país Negro. Sou filha e sou Nação.”</i></p> <p>Anaíde “Tuca, o diamante” dos Santos Muniz.</p>	<p><i>“Paz sem voz é medo Voz sem medo É luta vazia Guerra por dinheiro É tirania Ação no silêncio é luta sem lira sem ira”</i></p> <p>Wellington França</p>
---	---

Fonte: Salles (20018).

Os indivíduos constroem suas próprias identidades, mas não sob condições que eles escolheram, pois as posições na estrutura social condicionam, permitem ou constroem suas possibilidades de ação, incluindo nelas as relações de superioridade e diferença entre as pessoas. Mas, segundo Young (2000, p. 101), os indivíduos são agentes e, portanto, podem resistir às restrições impostas pelos condicionantes estruturais que definem sua posição na estrutura das relações sociais.

Guattari e Rolnik (2005, p. 42) opõem ao que chama a máquina de produção de subjetividades, representada pela cultura de massa e pelas relações de produção econômica, a possibilidade do desenvolvimento de modos de subjetivação singulares ou processos de singularização:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropriaria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização.

Esses processos de desvio e reapropriação não se restringem ao plano de luta da economia política, mas dizem também respeito ao campo da micropolítica, passando ao campo da economia subjetiva. A opressão opera tanto no campo da repressão direta e material, quanto na produção da subjetividade, através dos processos de culpabilização, segregação e infantilização. Ou seja, a subjetivação trata de rupturas que operam por meio de transformações moleculares. Respondendo à pergunta se os subalternos/favelados podem falar afirmamos que o sujeito é o lugar da fala e, no ato de falar, ele opera a ruptura com as relações de subalternização e opressão (FLEURY, 2009).

Analisando a construção da identidade do sujeito periférico em São Paulo, Dandrea (2013) mostra a importância do hip hop nos processos tanto de recusa da cidade que o recusou quanto

de rompimento com o binômio *subúrbio-trabalhador*, o que se dá com sua substituição pela nova identidade *periferia-morador*. Periferia que é vista tanto pela vivência de um cotidiano de carências como pelas semelhanças raciais e processos de exclusão. Mas, a periferia se reconstrói a partir de suas potências, o que dá origem a uma miríade de manifestações culturais que expressam e ressignificam essa experiência coletiva.

Movimentos culturais proliferam nas favelas, impulsionando uma significativa transformação no sentido de entender a favela não apenas como lugar de carência mas, principalmente, como lugar de resistência e potência. Como parte desse movimento de positivação da favela e defesa dos direitos dos moradores e moradoras, como foi destacado nesta seção, proliferaram-se iniciativas que buscam resgatar a memória coletiva das populações desses territórios.

No entanto, essas iniciativas ainda se encontram dispersas, o que dificulta a troca de experiências entre os organizadores e idealizadores de projetos de memória, por um lado. Por outro, essa dispersão também dificulta que os moradores do Rio de Janeiro, de um modo geral, possam conhecer e ter acesso facilmente aos conhecimentos que estão sendo produzidos pelos múltiplos grupos que estão atuando em diversas favelas da cidade, como também em universidades espalhadas pelo país e pelo mundo.

Buscando contribuir com o compartilhamento do conhecimento produzido pelas favelas, na luta pelo direito à memória – e pelo direito à cidade, o Dicionário de Favelas Marielle Franco é pensado, justamente, como uma plataforma *on-line* aberta e dinâmica que seja capaz de agregar todas as iniciativas e as narrativas diversas das favelas e de seus moradores, enquanto identidade e pertencimento na cidade, através da contação

de suas próprias histórias, em um amplo trabalho de produção coletiva.

WikiFavelas e a mobilização política em ambientes digitais

O desafio, portanto, de construir um dicionário com verbetes sobre as favelas, não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil, é uma ação ampla de direito à memória, além de um aprendizado técnico e inovador neste processo. Primeiro, porque as grandes transformações reclamadas pelos moradores tocam diretamente na preservação da linguagem. Um simples levantamento bibliográfico revelará que não existe material dessa envergadura, mesmo que já reconheçamos as peculiaridades comunicativas que só existem nas favelas.

Segundo, porque a proposta é que a produção seja coletiva, participativa e aberta, pois que um dos seus pressupostos é a pluralidade. O próprio morador poderá compartilhar como ele utiliza a linguagem (em suas diversas formas – escrita, falada, documentada) para se reorientar diante da vida. E é de reconhecimento de que muitos moradores, de diferentes idades, em determinadas localidades, possuem dificuldades no acesso à internet, por isso, o desafio é também a mobilização.

Terceiro, porque tudo indica que, com a velocidade das transformações, em pouco tempo uma geração nascida no século passado não estará mais aqui. Essa geração na favela passou, precariamente, pelos meios tradicionais de alfabetização; a comunicação e o sentido de pertencimento têm se produzido, essencialmente, através da preservação da memória com a oralidade.

Quarto, porque o material possibilita inserir a discussão sobre a memória nos projetos e políticas públicas da/para a cidade, reivindicando a tensão e construção da cidadania. O Dicionário de Favelas Marielle Franco, portanto, pode ser considerado um patrimônio acumulável de memória que servirá de forma transdisciplinar para estimular e elevar a qualidade dos debates nas diferentes arenas socioterritoriais.

A opção pelo formato dicionário, por exemplo, propõe agregar o conhecimento já produzido de forma interdisciplinar e colaborativa, permitindo que múltiplas visões e perspectivas disciplinares compartilhem um instrumento comum e provoquem assim um *metadiálogo*. Com a plataforma Wiki, há possibilidade de um amplo espaço para a criação de um dispositivo que recolha de modo claro, sistemático e acessível, para todo e qualquer público, o conhecimento disponível e que, ao mesmo tempo, seja aberto à colaboração – de qualquer natureza: descritiva, analítica, crítica etc. – de pessoas, grupos, associações, entre outros, sem se limitar (nem excluir) ao pensamento acadêmico e sem deixar de incorporar, com clareza, desde que bem fundamentadas, as divergências entre perspectivas interpretativas e pontos de vista ético-políticos da população como um todo.

A proposta de um dicionário baseado em plataforma Wiki (Figura 3), dentro das condições que esta ferramenta dispõe, visa interferir nas mencionadas hierarquias seculares de produção do conhecimento sobre as favelas. Sobretudo com o objetivo central de contribuir para sua democratização, reconhecendo a multiplicidade de pontos de vista e seu caráter inerentemente polêmico, sem abrir mão de garantir sua organicidade, sem discriminar a colaboração de quem quer que seja nem, o que também é fundamental, a qualidade intrínseca de todo este amplo trabalho coletivo.

Figura 3 - Plataforma Wiki do Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Fonte: www.wikifavelas.com.br

Iniciada em 1994 como uma plataforma aberta e gratuita de acesso e produção de conhecimentos, a Wikipedia, principal criação da proposta de tecnologia Wiki, tem como principal premissa a ideia de que os espaços na web publicamente editáveis são uma maneira promissora de obter colaboração on-line rápida e produtiva. Atualmente, a extensa rede de colaboradores da Wikipedia – dos “novatos” aos mais afincos e experientes – é responsável pela garantia de sua credibilidade, visto que, como um fluxo histórico contínuo de milhares de olhos interessados e atentos, as revisões, atualizações, modificações e criações de texto são cotidianas e sempre passíveis a críticas.

A Wikipedia tem um caráter enciclopédico e descritivo e, assim, a estrutura e conteúdo de suas páginas representam o objetivo principal de informar o leitor de forma extensiva, porém

genericamente, sobre um grande leque de assuntos. O elemento básico do Wiki é a página de conteúdo, também chamada verbete ou artigo. Através do seu acesso, inúmeras páginas podem ser criadas, editadas e buscadas, por meio de *links*, *interlinks* e *hiperlinks* que gerenciam, em forma de rede, os títulos e temáticas produzidos.

Entende-se que a colaboração na edição de conteúdo da Wikipedia é voluntária, isto é, os colaboradores, ao editarem os artigos, não recebem proventos financeiros Wikipedia e, ainda assim, milhões de pessoas se engajam nas edições e na criação de novos conteúdos. De acordo com Kuznetsov (2006), existem diversas motivações para os usuários se engajarem com a edição de artigos na Wikipedia, entre elas: altruísmo, reciprocidade, pertencimento a uma comunidade, reputação e autonomia.

Uma parte dos usuários contribui de forma altruística, sem esperar uma recompensa. Contudo, outra parte se engaja pela reciprocidade que está vinculada ao retorno recíproco entre os usuários. A reciprocidade, por meio do aprendizado e do debate, fomenta senso de comunidade e, além disso, os usuários se engajam na construção de um objetivo coletivo.

Ciffolilli (2003) defende que a Wikipedia funciona como uma espécie de clube, onde pessoas se engajam para desenvolver um “bem coletivo local”. O autor observa que as motivações de participação desse clube vão além do retorno financeiro, mas se relacionam ao sentimento de pertencimento e apoio a uma comunidade específica.

Powell (2015), em seu estudo sobre cultura aberta, observa que *openness* é um valor intermediado entre código de software reutilizável, transparência institucional e oportunidades de participação expandidas. A reutilização do software por meio de

licenças abertas transforma a escassez em abundância, uma vez que após produzido, o software pode ser reutilizado sem custos. A transparência institucional faz com o software não seja aprisionado nos domínios de uma organização e, portanto, possa ser produzido em um agenciamento chamado comunidade.

Por fim, as oportunidades de participação permitem que as pessoas, geralmente vistas como usuários, passem a colaborar e tenham um papel ativo na construção do software livre. Assim, em uma interpretação das ideias de Powell (2015), temos uma conceituação para software livre que vai além do código técnico, mas o concebe de forma indissociável de sua comunidade, seu espaço social.

Assim, podemos entender que a Wikipedia é um bem coletivo que, por um lado, é suportado por meio de uma plataforma tecnológica, a plataforma Wiki, mas por outro só existe graças ao engajamento de uma grande comunidade de usuários e editores. A Wikipedia é um arranjo sociotécnico no qual a plataforma e a comunidade são indissociáveis e uma reforça a outra na sua existência. No Dicionário de Favelas, portanto, buscamos construir um bem coletivo nos apropriando da plataforma tecnológica da Wikipedia, mas fomentando uma nova comunidade de acadêmicos e representantes de movimentos sociais, ativistas, artistas e moradores de favelas em geral.

O Dicionário, assim como é feito na Wikipedia, sobre a manutenção da proposta “*Ingnore all rules*”, adota uma estratégia emergente para sua construção. Nessa estratégia emergente, as contribuições iniciais exigem um esforço menor a fim de se engajar usuários e se criar uma comunidade. Na medida que o número de usuários aumenta, esperamos dedicar mais esforço no sentido de coordenar e organizar as contribuições. Além do Conselho Editorial, formado pelos idealizadores e lideranças do

projeto, participam da equipe pessoas oriundas das favelas e do meio acadêmico, em diferentes formas de participação plural – como em voluntariado, por exemplo.

Como estratégia para atender a esses objetivos, para além da criação da Wiki própria, a manutenção de um Conselho Editorial, composto por especialistas em várias disciplinas (como políticas públicas, cidadania e memória, sociabilidade e associativismo, urbanização e metropolização, informática computacional, dentre outras), é parte essencial para, por exemplo: definir as regras e padrões de comportamento que deverão ser seguidos por todos os usuários.

Tais regras e a dinâmica de mobilização, portanto, são constantemente atualizadas de acordo com os usos e demandas dos grupos e colaboradores envolvidos, primando sempre pela coletivização da produção e pela pluralidade dos pontos de vista a serem tratados em livre acesso. A definição de regras de edição muito rígidas, por exemplo, pode desinteressar os usuários, enquanto a ausência de regras pode levar ao caos de ofensas que é visto, muitas vezes, na internet.

Não esperamos que as contribuições ao Dicionário surjam somente pela espontânea vontade das pessoas, mas empregamos diversas estratégias de mobilização digital e presencial, as quais podem ser resumidas em três vertentes. Primeiramente, as contribuições ao Dicionário foram fomentadas por meio de convites a pessoas relacionadas aos temas, em uma rede formada a partir de sua equipe de pesquisadores. Fez-se um levantamento de possíveis colaboradores na academia e nos movimentos sociais e então foram enviados convites por e-mail. Esses convites – que passaram das centenas – resultaram em diversos verbetes.

Com o Dicionário estruturado e um conjunto inicial de verbetes, iniciou-se uma estratégia de divulgação na imprensa e nas redes sociais. Essa estratégia teve seu ponto forte no lançamento do Dicionário de Favelas Marielle Franco, atividade que recebeu ampla cobertura da imprensa e divulgação nas redes sociais. Por fim, após o lançamento do Dicionário, iniciaram-se ações para divulgação da plataforma e seus usos junto a grupos específicos, como em oficinas de produção de verbetes em diferentes territórios e instituições. Além da questão virtual, em si, por mais que pública e acessível, infelizmente, a internet não é de acesso igualitário a todos. Por isso, seu uso requer outro tipo de mobilização presencial, como oficinas e encontros de produção de verbetes, entre outros eventos de divulgação.

A disputa sobre os temas e narrativas que circundam a realidade das favelas possui tensões que envolvem memória, reconhecimento, legitimidade, direitos e luta política. No Dicionário de Favelas optamos por reconhecer o trabalho das pessoas que se mobilizaram para construção dos primeiros verbetes. Desse modo, utilizamos a categoria do “autor original”, ou seja, a pessoa que escreveu a primeira contribuição consistente para o verbete – atualizando esta autoria, caso sejam aceitas novas contribuições. O autor original é destacado no verbete com seu nome e uma referência a sua página no WikiFavelas, por meio de um *interlink*.

No Dicionário, para uma melhor organização destas hierarquias, buscamos estruturar a produção de verbetes em torno de Grupos de Trabalho (GT), sendo que atualmente três estão em funcionamento, quais sejam: o GT de Memória e Associativismo, o GT de Sociabilidade e Cultura e o GT de Estado e Mercado. Os GTs atuam na produção de conteúdo relacionado a um eixo

temático e são liderados por pessoas com perfil de Editores na plataforma.

Assim, as lideranças são responsáveis por acompanhar a elaboração dos verbetes no âmbito do grupo, isto é, fomentam a produção dos verbetes prioritários, bem como mobilizam a construção de outros verbetes relacionados ao tema do GT. Além disso, um GT conta com colaboradores que atuam na produção dos verbetes na divulgação destes, pois o acesso e o compartilhamento do conteúdo produzido, como conteúdo legítimo, devem ser também incentivados.

A pluralidade do conhecimento como pilar fundamental

Um dos fatores reconhecidos de sucesso atual da Wikipedia, por exemplo, é a possibilidade de criação de um ponto de vista neutro que a maioria dos autores da Wikipedia se esforçam por defender. Contudo, a colaboração dos autores e a proposta de constante resolução de disputas e produção de consenso (ESTEVES; CUKIERKAN, 2012), visto o interesse de um produto final completo e coeso, impossibilitam, por exemplo, as controvérsias que são inerentes ao campo político – ao estarmos tratando de uma plataforma Wiki que abarque o campo das favelas e suas mais variadas temáticas e pontos de vista, não só entre o conhecimento acadêmico e hierarquizado, mas também entre seus próprios moradores e suas memórias.

A função genérica dos dicionários é estabilizar o padrão semântico coletivo, facilitando e clarificando a comunicação e o debate de ideias e valores. Entretanto, implementar estas funções (divulgar e padronizar) não precisa, como é corrente, incluir o objetivo de produzir unilateralmente algum cânone erudito,

em especial, no caso de um dicionário temático cujos assuntos sejam polêmicos. Até porque explicitar as divergências quando elas são identificadas implica no cumprimento dessas mesmas funções, expandir e clarificar a comunicação e o debate, ultrapassando as hierarquias formais que privilegiam a produção de “peritos” em detrimento de “leigos”, ampliando as contribuições públicas para além dos muros universitários e elevando o nível intelectual e moral dos confrontos de opiniões e interesses.

Dessa maneira, além de distribuir o conhecimento produzido, um dicionário aberto que se transforme com e pelas próprias mudanças das polêmicas que descreve, ao desistir de um inatingível cânone, abre espaço para tornar mais geral e rica a própria produção do conhecimento. Na verdade, é nesta realização que está o objetivo e o principal desafio do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

O Dicionário de Favelas é caracterizado pela pluralidade de pontos de vista, assim assegura a manifestação de diferentes perspectivas de maneira respeitosa, cabendo aos leitores formarem opinião sobre as questões controversas. Isso significa que o Dicionário não é neutro e toma posição em nome dos participantes que são, majoritariamente, acadêmicos e moradores de favelas.

Além disso, o Dicionário não busca forçar o consenso na elaboração dos verbetes, mas abre espaço para os diversos posicionamentos em relação a temas controversos e polêmicos, dentro de margens eticamente orientadas e previamente definidas pelo Conselho Editorial, tais como: não ofender os demais colaboradores, checar as fontes e citar fontes primárias ou secundárias.

O processo de produção coletiva dos verbetes apresenta, também, desafios. A codificação de memórias e expressões diversas

em uma plataforma virtual impõe limitações em função de capacidades tecnológicas e dos recursos disponíveis para construção do Dicionário. A construção do conteúdo na plataforma do Dicionário não deixa de ser, nos termos da sociologia de Ator-Rede, uma tradução das experiências, memórias e reflexões das pessoas que vivem e estudam as favelas **há mais de um século**. Neste caso, Callon (1984) nos explica que a tradução consiste em uma abordagem na qual, considerando que existem significações relacionadas para problemas formulados em diferentes territórios, a solução de um problema pode ser alcançada por meio dos sucessivos deslocamentos de outros problemas.

Isto é, a tradução envolve criar convergências e homologias ao relacionar coisas que eram previamente diferentes. Contudo, uma tradução nunca termina e as tensões entre diferentes problemas continuam ocultas, assim, a qualquer momento a tradução pode ser contestada, tornando-se então uma traição. Partindo dessa ideia de tradução refletimos sobre tensões existentes na construção do Dicionário de Favelas, bem como dos deslocamentos produzidos para convergir as diferenças entre os problemas colocados.

Uma questão a se destacar na construção do Dicionário está relacionada às diferentes formas de linguagem expressadas. A linguagem acadêmica, por um lado, confronta-se com a audiência ampla que o Dicionário espera alcançar. Desse modo, seria desejável que o vocabulário acadêmico fosse substituído por termos mais simples e de entendimento entre outros públicos, sem que isso represente abrir **mão do rigor acadêmico**, assegurando assim a troca de um diálogo mais amplo com a população.

Por outro lado, as memórias dos moradores de favela são comunicadas por meio de uma tradição da oralidade. Assim, coloca-se um desafio de como codificar para a plataforma Wiki,

construída basicamente por meio de texto e imagens, as conversas dos moradores. Nesta questão temos uma controvérsia em aberto, pois não basta registrar as conversas na plataforma.

Faz-se necessário editá-las, descrevê-las e contextualizá-las para o formato do verbete, ou seja, são necessários deslocamentos para convergir a memória expressa na oralidade para o formato imposto pelo Dicionário. Estes desafios, portanto, são também técnicos e exigem uma maior apropriação da plataforma Wiki para abarcar diferentes formatos de linguagem, como vídeos, áudios etc. Mas, da mesma forma, são também desafios que se somam à necessária mobilização para discussão sobre a legitimidade do conhecimento popular e favelado.

Nas conversas e atividades que temos proposto nos deparamos com outras formas de expressão, principalmente artísticas e culturais, por exemplo, poesia, músicas, videoclipes, filmes etc. Essas expressões, que na Wikipedia seriam apenas fontes para construção dos verbetes descritivos dos assuntos, no Dicionário deslocam-se para o centro da produção de conteúdo. Assim, foram necessárias adaptações na plataforma para suportar, por exemplo, a apresentação de vídeo por *streaming* e a diagramação de poesias e músicas.

Considerações finais

Inicialmente, a plataforma Wiki se chamaria Dicionário Carioca de Favelas. No entanto, antes do lançamento oficial do projeto, que ocorreu em abril de 2019 na Fiocruz, o Conselho Editorial resolveu fazer duas alterações no nome original. A primeira foi eliminar o termo cariocas para ampliar ainda mais a abrangência e o escopo do projeto e abrir a plataforma para contribuições de moradores, lideranças e pesquisadores de favelas de outras

partes do estado do Rio de Janeiro (e não só da capital), assim como também de outras regiões do Brasil ou mesmo de outras partes do globo.

A segunda mudança no nome teve relação direta com o brutal assassinato de Marielle Franco. Vale lembrar que a vereadora era uma das colaboradoras do Dicionário e estava escrevendo um verbete sobre a pesquisa que deu origem a sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense. Além disso, Marielle foi uma incansável lutadora pela democracia e direitos humanos. Logo, intitular o projeto de Dicionário de favelas Marielle Franco significava reafirmar o compromisso político da iniciativa.

A mudança do nome teve o objetivo, portanto, de homenagear Marielle e enfatizar que, assim como ela, lutamos em defesa das populações de favela e periferia, em especial, as mulheres, negras. Isso porque, acreditamos que essa é uma condição para atingirmos o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas sejam respeitadas na condição de cidadania.

Em resumo: a luta de Marielle, também, é a nossa! E essa luta é, pelo direito do morador de favela à vida, à fala e à memória. Direitos esses que, infelizmente, continuam sendo cotidianamente negados para muitos dos que habitam as favelas.

A ideia da plataforma é, portanto, reunir e ajudar a ecoar múltiplas e diversas falas de moradores, lideranças e intelectuais – tanto da favela como de fora dela, colocando todos os colaboradores da plataforma em pé de igualdade para debater sobre o cotidiano, as experiências e as vivências em favelas do Rio de Janeiro, do Brasil ou mesmo de outros lugares do mundo. O Dicionário de Favelas Marielle Franco toma como ponto de partida

e defende veementemente a ideia de que as favelas são parte constitutiva importante da cidade e que, logo, a memória da favela precisa ser reconhecida e difundida como parte inseparável da cidade.

Além disso, nessas considerações finais, pretendemos apontar os principais desafios teórico-estratégicos a serem enfrentados por essa iniciativa do Dicionário de Favelas. São eles: a construção da cidadania; a mobilização dos produtores de saberes; a superação da dicotomia entre intelectuais que produzem sobre a favela e os que produzem na favela; a plataforma Wiki como um ator social nesta disputa.

A iniciativa proposta pelo Dicionário enfrenta a questão da exclusão social através do resgate da memória que, mais do que contar a estória de uma população em um território, ou seja, a memória da cidade, busca romper com os dispositivos que operam a denegação dos direitos da cidadania. A situação da população das favelas expõe todas as formas de desrespeito e degradação que se situam para além dos direitos, mas que fundamentam a sua exclusão jurídica e social (HONNETH, 2003).

Os mecanismos institucionais que operam essa lógica do desrespeito vão da violência física à degradação moral, na qual os indivíduos e comunidades são excluídos pela privação dos direitos sociais, do acesso aos bens públicos e, mais importante, pela perda da confiança em si, pela perda do auto respeito e pela perda da capacidade de situar-se em pé de igualdade com os demais concidadãos. Assim, incapazes de referir-se a si mesmos de forma positiva, aqueles submetidos à desvalorização social se tornam prisioneiros na teia do desrespeito e no lugar da subalternidade.

Para além da coerção, alguns dos principais mecanismos operadores da degradação individual e coletiva são aqueles mecanismos que provocam o isolamento e o desenraizamento. A ausência das favelas, até recentemente, nos mapas da cidade do Rio de Janeiro e o desconhecimento público de sua história na construção da cidade são exemplos expressivos de que a cidade informal é relegada ao esquecimento.

É inegável o crescimento da mobilização em torno do tema das favelas e periferias de ativistas, movimentos sociais, pesquisadores na academia e pesquisadores das favelas. Porém, dispersos e fragmentados, tais atores e iniciativas perdem sua potência e capacidade de incidir nas políticas públicas. A eleição de parlamentares como Marielle Franco é uma forma de inserir as demandas dos moradores de favelas nos circuitos do poder político. Ainda assim, o assassinato brutal da parlamentar que simbolizava essa luta mostra quão difícil é este caminho.

O Dicionário de Favelas propõe-se a mobilizar a comunidade acadêmica que trabalha com o tema das favelas para se disponibilizar a fazer um trabalho de divulgação de seus conhecimentos, de forma voluntária e coletiva. Para isto enfrenta, de forma contraditória, o modelo atual de produção de conhecimentos, baseado na propriedade privada do saber e na acumulação produtiva, pela qual os profissionais da Universidade são avaliados.

Por outro lado, a comunidade da favela não é imune à segmentação e fragmentação social e política que se impõem às classes populares. Uma miríade de grupos e iniciativas, públicas, privadas, autóctones e de apoiadores caracteriza o campo de ação dos territórios populares. Ao propor uma iniciativa coletiva, ainda que respeitando as diferentes interpretações e produções, o Dicionário torna-se um analisador da fragmentação que é parte da desorganização imposta aos grupos dominados

como estratégia de dominação e preservação do poder (POULANTZAS,1980).

Ao se propor a trabalhar sem uma hierarquia em relação à produção de conhecimentos, o Dicionário de Favelas se insurge contra um dos pilares da dominação que é o reconhecimento do saber. Isso se dá assumindo a pluralidade de saberes mas, mais importante que isso, a ausência de hierarquias entre aqueles que, desde a produção acadêmica, dedicam-se ao entendimento da realidade das favelas e aqueles que, desde iniciativas culturais nas favelas, produzem uma reflexão sistemática sobre essa realidade. Para isso, podemos contar com a dimensão militante dos pesquisadores da Universidade que se dedicam a estudar as favelas, apesar dos estranhamentos disciplinares e em relação à filiação a correntes teóricas.

Por outro lado, também contamos com a existência de profissionais com graduação universitária em quase todas as favelas, fruto de iniciativas locais, como os cursos pré-vestibulares e também de políticas públicas, como o sistema de cotas. Ambos movimentos fortaleceram a tendência de criação de centro culturais e coletivos que, no interior de cada favela, dedicam-se a resgatar a memória e produzir o reconhecimento da comunidade.

Impossível não reconhecer que o instrumento utilizado, isto é, a plataforma Wiki, não é neutro. Além do sentido que imprimimos através da mobilização discricionária dos atores e produtores de conhecimento, resta reconhecer que o próprio meio utilizado impõe limites e restrições, além de privilegiar certas narrativas. Mesmo incorporando documentos de áudio e imagem, o Dicionário privilegia a escrita, o que tem um viés clastista em uma sociedade cuja educação formal é privilégio das classes mais abastadas.

Tanto essa forma de expressão pode ser desprezada por grupos que melhor se expressam pela música, dança, artes plásticas e transmissão oral, quanto ela pode impor a distintos produtores de saberes, na academia e nos centros culturais das favelas, uma lógica que, apesar de pretender favorecer sua emancipação, termina por reificar sua subalternidade.

São dilemas que teremos que enfrentar!

Referências

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Totalitarismo, o Paroxismo do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Documentario, 1979

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *The sociological review*, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1984.

CIFFOLILLI, Andrea. Phantom authority, self-selective recruitment and retention of members in virtual communities: The case of Wikipedia. *First Monday*, v. 8, n. 12, 2003.

CHAGAS, Mário. Os museus e as novas formas de institucionalização das memórias: tecnologias e práticas sociais. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 59, p. 55-60, 2004.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. Consenso e Controvérsia na Wikipédia: Um Olhar Sociotécnico sobre o Verbete

‘Aquecimento Global’. **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012.

FLEURY, Sonia. Socialismo e democracia: o lugar do sujeito In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (Org.) **Participação, democracia e saúde**, Rio de Janeiro: CEBES, 2009. p 24-46.

GUATTARI, Félix. e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**, Petrópolis: Vozes, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KUZNETSOV, Stacey. Motivations of Contributors to Wikipedia. **ACM SIGCAS computers and society**. v. 32. n. 2, 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, p. 220-237, 2002.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: **Vida sob cerco -violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., p. 35-46, 2008.

_____. “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas – o caso do Rio de Janeiro. **Cadernos CRH**, vol. 23, n. 59. p. 283-300, 2010.

MISSE, Michel. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2011.

OLIVEIRA, Delambre de. **“Sustentabilidade transdisciplinar-inteira” como Sociomuseologia** – A tensão na urbanização/remoção na favela Santa Marta, Rio de Janeiro. Lisboa: Universidade Lusófola de Humanidades e Tecnologia, 2015.

POWELL, Allison. Open culture and innovation: integrating knowledge across boundaries. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 3, p. 376-393, 2015.

POULANTZAS, Nikos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Graal, Rio de Janeiro, 1980

RON-PEDRIGUE, Miguel. **La Nostalgia de la Política: el Problem del Sujeto en la filosofía política de Hannah Arendt**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1997.

SALLES, Viviane (Org.) Poesia de Esquina: Coletânea, Rio de Janeiro: Editorial Esquina, 2018

VALLADARES, Licia.; MEDEIROS, Bianca F.. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro (1906-2000): uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2003.

YOUNG, Iri. Marion. **Inclusion and Democracy**, Oxford University Press, 2000

Circulación transversal y controversias en el caso del canal de Youtube "Física en Segundos"¹

Mario Carlón²

En los albores de la era contemporánea vivimos en un mundo en el que mediatización se ha vuelto ominipresente 24/7, hecho que en principio parece favorecer el contacto de las instituciones con los sujetos que con ellos se vinculan con ellas.

Educación virtual, cátedras mediatizadas a través de sus páginas en Facebook, exposiciones audiovisuales con cañones y powerpoints en las aulas, profesores youtubers.

Sin embargo, las diferencias entre las lógicas institucionales y las de los individuos permanecen, sino se han acrecentado,

1 Esta exposición se presentó en el Pentálogo X de Ciseco "Comunicação e Aprendizagens e Sentidos (Difusão, mediação, interfaces, bifurcações)", el día 26 de noviembre de 2020, en Japaratinga (Brasil) y se inscribe en el amplio campo de retoma de los estudios sobre circulación que se ha desarrollado en estos últimos años (Fausto Neo, 2010; Braga, 2012, etc.). Hay un registro audiovisual de la exposición que puede encontrarse en: <https://www.youtube.com/watch?v=rAKFCKpJero&t=1536s>

2 Profesor Titular a cargo de Cátedra Semiótica de Redes - Carrera de Ciencias de la Comunicación Universidad de Buenos Aires (UBA)

producto de que los procesos de divergencia que caracterizan a la circulación no cesan.

No solo porque hay diferencias generacionales entre profesores y alumnos, entre nativos e inmigrantes digitales, sino porque la *crisis del tiempo* en que vivimos, que se expresa a través de una nueva relación entre *pasado, presente y futuro* (Hartog, 2007 [2003]), en la que el presente tiene un nuevo valor, pone en discusión constantemente contenidos que deberían ser útiles herramientas para “mañana”.

Es una crisis que afecta a todos los ámbitos por igual, pero a la transmisión de saberes y a los procesos comunicacionales en particular debido a que es propio de las instituciones educacionales brindar instrumentos para un futuro tan agigantado como devaluado ante un presente omnipresente. Un futuro más que nunca en construcción.

En este texto vamos referirnos a un caso singular, el de un Profesor del Ciclo Básico Común³, que tiene un exitoso canal en YouTube y fue noticia por un conflicto en el mes de noviembre de 2019.

1. Objetivos

El objetivo que nos propusimos al analizar este caso fue ver qué acontece en un conflicto entre un profesor y una institución que tuvo difusión mediática realizada por el mismo profesor a través de las redes sociales mediáticas, en particular *Youtube* e *Insta-*

3 CBC es la sigla del Ciclo Básico Común, que se cursa de modo obligatorio para realizar el ingreso en la Universidad de Buenos Aires

gram. Nos interesa examinar cómo se articuló un colectivo de seguidores en relación al conflicto y cuáles fueron sus argumentos.

Nos parece importante comprender cómo se manifestaron otros miembros de la comunidad académica internacional: otros difusores de conocimiento a través de *Youtube*. Asimismo establecer cómo cubrieron la noticia otros canales de *YouTube* dedicados a la cobertura mas general de temas de ciencia y noticias. Determinar cuál fue el comportamiento de portales de noticias y el de portales que funcionan como medios masivos. Y analizar cómo se comportó la institución educativa, la Universidad de Buenos Aires.

2. Mediatización y circulación: ¿qué tipo de caso es?

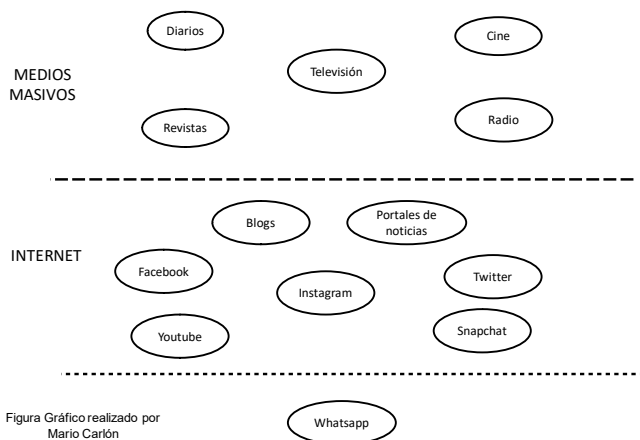
Algunos rasgos generales

Es importante determinar el caso para enmarcar el análisis. En una sociedad fuertemente hipermediatizada, que cuenta con dos sistemas mediáticos, este es un caso de circulación principalmente intra-sistémica: se origina en las redes sociales mediáticas y circula en ellas, a través de diversos medios y plataformas. Si bien no hay circulación inter-sistémica o hipermediática, es decir, el caso no escaló a los medios masivos, constataremos que hubo diferencias de lógicas entre las redes de producción de contenidos de los internautas, de los portales y de los portales que pertenecen a los medios de comunicación masiva al igual que de los que fueron medios de comunicación masiva, devinieron en portales y se siguen comportando en gran medida como tales).

Este hecho no debería sorprender: la distinción entre el sistema de medios masivos de las redes sociales mediáticas es real y efectiva a nivel macro, pero no implica que en cada caso no

se deba prestar atención específica a las lógicas discursivas y de protocolo, y justamente los portales de los medios masivos en las redes si bien son distintos de sus versiones originales (dado que no están estructurados igual porque influye menos la lógica de la edición periodística y más la de los *clicks* de los internautas; los contenidos están diseñados para ser compartidos, etcétera) eso no quiere decir que ciertas lógicas y protocolos no se mantengan en las versiones en las redes: el chequeo de la información, el respeto a la línea editorial, etcétera.

Considerando todo lo señalado partimos del siguiente esquema de análisis de medios, que distingue entre un sistema de medios masivos y un sistema de medios que se apoya en las redes sociales mediáticas.



E identificamos en el nivel de la circulación que el caso de estudio se encuentra enmarcado en el tipo *ascendente/horizontal*, como adelantamos de estudio inter-sistémica.

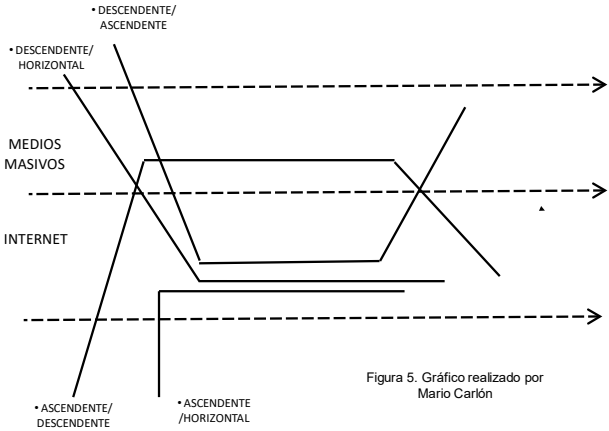


Figura 5. Gráfico realizado por Mario Carión

3. El discurso

En lo que hace al discurso el que se enuncia desde el canal “Física en segundo” es claramente de tipo científico-didáctico. Es un discurso asimétrico, dado que quien sabe se dirige a quien tiene que aprender. Pero, a la vez, está tensionado por las modalidades propias de los *youtubers*: enuncia mirando a cámara, musicaliza e incluso, lo que es más sorprendente, incluye re-

cursos “humorísticos” de edición. Además, establece “guiños”, complicidades con los alumnos refiriéndose, por ejemplo, a los contenidos que los miembros de la cátedra a la que pertenece toman en los exámenes y deben aprender para aprobar. Esto lo hace brindar *tips*. Dice: esto lo tenes que aprender porque lo toman en los exámenes, etcétera.⁴

4. La controversia

El conflicto se desata a partir de publicaciones que realiza el autor en sus cuentas en *YouTube* e *Instagram* tituladas “Quieren ECHARME de la facultad SI NO CIERRO EL CANAL” el día 6 de noviembre de 2019. Graba un vídeo en *Youtube* en el que se presenta en hablando a cámara y en *Instagram* publica además un texto. El texto es el siguiente:

Las autoridades del CBC me citaron la semana pasada para decirme que en virtud de las quejas de otros docentes, creen que mi rol en la facultad es incompatible con la continuidad del canal. En resumen: ¡quieren echarme del CBC si no cierro el canal! Vos sabés... yo hago todo esto por los alumnos. Es mucho esfuerzo (físico y económico) filmar y editar cada video,

4 Queda un amplio tema a investigar aquí, que es cuáles y cuántas son las transformaciones entre la aparición de discursos educativos en la era de los medios masivos, en la que ocupaba un lugar muy importante la institución (de hecho, como señaló en este Simposio Suzanne de Cheveigné quien recordó una investigación realizada junto a Eliseo Verón, recientemente comentada por ella [Cheveigné, 2017] un tema central de investigación era la relación entre la institución mediática y la educativa), y la era actual, en la que institución tiende a estar “borrada” y el enunciador aparece personalizado.

generar contenido, responder consultas a toda hora por aquí y por *Instagram*. ¡No te das una idea de la cantidad de plata que invierto para que los chicos puedan ver gratis mis clases! Vas a ver que ni siquiera pongo publicidad en el canal (no está “monetizado”, como se dice en la jerga de *YouTube*) para que le experiencia sea más amigable. *Esto está creciendo mucho, cada vez somos más, los chicos me reconocen en las sedes, se sacan fotos conmigo, me expresan mucho cariño... y eso molesta terriblemente a algunos.* Pero bueno, esta es la situación ahora. No sé si cerrar el canal y conservar mi trabajo (doy clase en el CBC desde la década del ochenta, ¡imaginate!), o seguir y afrontar mi despido. Por eso te cuento esto. Si querés decirme qué te parece esto, o darme algún consejo, u opinar, te leo en los comentarios. Gracias por el apoyo.

Su modo de comunicar tiene características singulares porque Kalocero enuncia dirigiéndose a “vos”, pero ese vos al que se dirige *no son los alumnos, sino el que ve el video a través de la plataforma*. Es decir que es un enunciatario específico de *YouTube e Instagram*, probablemente más amplio que sus alumnos y de bordes indefinido. Llama la atención el hecho de que expresa que hay quejas de los pares (docentes) porque los alumnos prefieren ver sus clases por *Youtube*, que expresa se reunió con “altas autoridades” del CBC y que le dijeron que cierre el canal.

Pero aún más hay dos datos singulares aquí, que lo muestran a Kalocero manejándose más como una celebridad que como un profesor. Por un lado, que exprese el reconocimiento social que posee (que le piden sacarse fotos con él, por ejemplo). Por otro lado, que le solicite a su colectivo que le envíe su opinión. Es de-

cir que se maneje como una *celebrity* que consulta la opinión de su colectivo para tomar una decisión de un conflicto que según dice es de orden institucional.

5. Los mensajes del colectivo y de una compañera de trabajo

Luego de su publicación las respuestas no se hicieron esperar. Entre los distintos mensajes que publica su colectivo se destacan algunos: a) que se siga comunicando como un *fake*; b) que debe llevar la situación a la prensa y la tv; c) que a los que les molesta son “dinosaurios” y d) que molesta al “sistema”. Entre los mensajes que se publican se destaca el de alguien que dice ser su compañera de trabajo que lo “destaca como persona y profesional” además del “comportamiento solidario de los alumnos” de Kalocero.

6. La circulación en otros canales de YouTube

El mensaje de Kalocero tuvo inmediata repercusión en otros canales de *YouTube* de carácter académico. En uno de ellos, denominado *Algebra para todos* el mismo 7 de noviembre se publica un video con el título “APOYEMOS A ANÍBAL. Física en segundos CORRE PELIGRO”. En él el enunciador expresa hablando a cámara: “Hola, soy Juan Ignacio, y estoy muy indignado”.

Muestra el video de Aníbal y apela a los estudiantes pidiéndoles que apoyen al canal de dos modos. Por un lado, a través de la mediatización. Por otro, solicitando que vayan a protestar a los espacios públicos. Y revela cuál es, en su opinión, “la razón” del conflicto: porque hay estudiantes que prefieren ver a Aníbal por

YouTube y quedarse en sus casas. Este video el día 7 de noviembre, es decir, al día siguiente de la publicación de Aníbal, tenía 13.808 visualizaciones.

7. La circulación en portales de noticias

Dos portales de noticias dan a conocer lo comunicado por “Física en segundos” el día 7 de noviembre. *Tecno*, del canal *TN*, del grupo *Clarín*, lo hace con el título “Docente denuncia que lo quieren echar del CBC por dar clases en *YouTube*. Tiene un canal “Física en segundos”, con más de 15.000 suscriptores. Desde la UBA niegan que corra peligro su puesto de trabajo”. Y el portal de noticias *Infobae*, que originalmente era un medio de prensa (BAE), titula: “Polémica con un profesor *youtuber* de la UBA: denunció que le pidieron que cierre su canal”.

La noticia también se publica en otros medios. El día 8 noviembre *El cronista*, un diario histórico que mudó a versión digital hace años, publica en su sitio web: “El escándalo del profesor *Youtuber* en la UBA: enseña todo por internet pero lo quieren echar”. Y un portal, *Infotechnology*, publica: “Ayuda a sus alumnos por *YouTube*, pero en la UBA amenazaron con despedirlo”. El mismo título aparece en otro portal, “El liberal”.⁵

5 Incluso un medio, *ABCdiario* (argentina) publica tardíamente el día 13 de noviembre, a cinco días del conflicto: “Directivos de la UBA amenazan con echar a un docente si no cierra su canal de *YouTube*”

8. La respuesta del Ciclo Básico Común

Ante la escalada del escándalo la cuenta en *Twitter* @ciclobasicouba publica un hilo que expresa lo siguiente:



Esta respuesta por este canal es muy interesante y volveremos sobre ella.

9. El canal se queda

El 8 de noviembre Aníbal Kalocero publica un nuevo video, que alcanzó 12.427 reproducciones en su canal de *YouTube* titulado “El canal SE QUEDA, decisión tomada”, en el que agradece el apoyo recibido. Esas muestras de apoyo fueron múltiples y según relata abarcaron desde quienes se ofrecían a juntar firmas

para que el canal continuara a quienes le dijeron que después de treinta años podía cobrar una cuantiosa jubilación.

Mucha gente avisó a los medios masivos de lo que estaba pasando. Kalocero se muestra sorprendido por semejantes respuestas de apoyo y expresa que no está dispuesto a hacer un juicio a la Universidad de Buenos Aires, en la que estudió gratis, que tanto le brindó. También deja en claro que el canal va a continuar y que se siente muy feliz por todos los que pudieron promocionar y aprender biofísica gracias a sus videos.

10. El informe de “Usted está aquí: canal de Ciencia, curiosidades, análisis y noticias”

En el marco del análisis que venimos realizando nos interesa destacar un informe de un portal español que cuenta con más de 380.000 suscriptores. El día 10 de noviembre publica un video en el que una voz en *off* joven más cercana a la del informe televisivo que a la del documentalista comenta lo que está sucediendo. Aunque dice que lo ve con “ternura”, porque es un hombre grande el que se comunica a través de un lenguaje que no le es propio, es crítico de la forma en que se comunica. Así destaca con distancia que en el video Kalocero se dirige a “vos”, no a “todos”: dice “gracias a vos”. En cambio sí valora que los videos están hechos con varias cámaras.

Respecto del conflicto dice que molesta que enseñe x *Youtube*: que les molesta a otros profesores porque los alumnos no van a tomar clases presenciales. Dice: “es lo que cuenta en el video”. Le interesa el crecimiento comunitario del video: que pasó de 10.000 a 40.000 suscriptores en pocos días.

Este video, a diferencia de otros enunciadores, suma información de portales periodísticos específicos, como *Tecno* e *Infobae*, que explicaron que conflicto fue “en el marco de una cátedra”. Y también suma información de la cuenta en *Twitter* del CBC de la UBA.

Plantea el tema de que parte del problema es el lenguaje informal, algo que no se había señalado hasta ese momento. Y recupera la pregunta que se hace Aníbal en el video en el que da por cerrado el conflicto, que es ¿por qué le enviaron tantos mensajes? ensayando una respuesta, que es la siguiente: a) porque a la gente en Internet le gusta sumarse a causas, b) porque en las redes se quiere a los que les hablan de contenidos, c) porque todos los que lo apoyan aprendieron algo por tutoriales, así que saben de qué se trata y no tienen prejuicios y c) porque la situación es vista como una injusticia sufrida por un *Youtuber* frente a una poderosa institución.

11. Análisis de una práctica educativa post-presencial

El caso del Profesor *youtuber* Aníbal Kalocero y de su canal “Física en segundos” es interesante para el tema de este Simposio por varios motivos pero, ante todo, porque a través de un caso particular nos permite pensar la situación actual de la Universidad y de las prácticas educativas en un mundo en profunda transformación debido al drástico cambio que en nuestra contemporaneidad se ha producido en la circulación del sentido y la mediatización.

Tal como lo revelaron los portales *Tecno* e *Infobae* Kalocero parece haber desplazado en su comunicación el verdadero motivo de

la controversia. Mientras sus mensajes a través de sus canales de *YouTube* e *Instagram* se refieren a que altas autoridades de la Universidad le pidieron que cierre su canal porque molestaba la cuenta del Ciclo Básico Común desmintió que su cargo haya corrido algún peligro. Y más importante aún informaron que se trató de un conflicto interno de una cátedra.

Kalocero nunca desmintió esa información, dio rápidamente cerrado el conflicto y no brindó ninguna entrevista a un medio de información masiva. Es decir que fue un conflicto entre un individuo y una institución, pero esa institución no fue la Universidad de Buenos Aires, sino una cátedra.

Los conflictos de cátedra son tan antiguos como la existencia de las cátedras, pero generalmente se manifestaban al interior de las instituciones y no cobraban estado público. En este caso se hizo público, es decir, cambió de escala, gracias a que Kalocero administra dos importantes canales de comunicación, uno en *Instagram* y otro en *YouTube*. Es decir, gracias al uso que realizó de la nueva mediatización.

Dicho esto, podemos profundizar en ese análisis. Lo primero que podemos observar es que no sólo la controversia cambió de escala gracias a la mediatización, también lo hicieron las clases de Kalocero al haberse registrado y distribuido públicamente. ¿Qué cambia cuando una clase deja de ser presencial y pasa a filmada y publicada? Algo muy importante señala Kalocero al pasar en uno de sus videos pese a que no es ningún experto en análisis de los lenguajes. Mira a cámara y dice: “Ojo, voy rápido. ¿Te quedaste? ¿Te atrasaste? No pasa nada, volves para atrás y miras todo de nuevo”.

Este señalamiento es muy importante, porque pese a todas las ventajas que pueden atribuírsele a la clase presencial, que

permite a los docentes hacer contacto visual (indicial) y llevarla a un ritmo específico de acuerdo al asentimiento de los alumnos, la experiencia que el grabado audiovisual permite a cada individuo es diferente. Un alumno al que le costó entender un párrafo o un pasaje en una clase grabada puede “volver a verlo” a su voluntad las veces que lo considere necesario. Nada semejante puede hacerse en una clase presencial: aunque le puede solicitar al profesor que vuelva a explicar un pasaje ¿cuántas veces puede hacerlo sin sentir vergüenza?⁶

Otra cuestión se presenta en otro nivel, también debido a la mediatización, y es una conclusión que podemos realizar debido a lo que aprendimos cuando se desarrolló el debate sobre el fin de los medios masivos (Carlón y Scolari, 2009). Los medios masivos, como señalaba Eliseo Verón, *programaban la vida social* (Verón, 2009; Carlón, 2016 [2012]). Es decir, ponían a circular contenidos en ciertos momentos y no en otros (programas de la mañana, de la tarde, de la noche). Lo hacían gracias a que se basaron en el modelo del *broadcasting* de los medios masivos: gracias a sus grillas de programación.

Ahora bien *la Universidad como institución también tiene con sus clases presenciales su grilla de programación. Que es más*

6 La mediatización transforma nuestra experiencia social y lo hace de acuerdo a especificidad de los lenguajes, dispositivos e interfaces que se utilizan. Adjudicamos a este señalamiento un carácter general debido a que si bien aquí nos concentramos en el aprendizaje, en un texto anterior (Carlón, 2004 [2003]) lo hicimos en relación con la memoria. Brindo un ejemplo actual: la relación con la memoria de los acontecimientos vividos en la infancia es actualmente, en una sociedad en la que prolifera la producción de imágenes, muy distinta de la que podíamos tener los que pertenecemos a generaciones mayores. Hoy a un chico le debe costar mucho más separar su recuerdo personal de los videos de su cumpleaños que guarda su familia, que lo que nos costaba a nosotros, que en comparación tenemos muchas menos imágenes de nuestras infancias.

exigente que la de la radio y la televisión porque *no sólo obliga a estar a disposición en el tiempo que dice la institución sino también a asistir en el espacio*. Este modo de funcionamiento es muy semejante desde este punto de vista al de los medios masivos, instituciones de la modernidad.

Lo que los profesores como Kalocero hacen al subir sus clases a plataformas como *YouTube* e *Instagram* es adaptarse a un modelo que es más *on demand*, de programación desde el reconocimiento (la recepción) que desde la producción. *Esta adaptabilidad a los tiempos y los espacios de los alumnos* es un proceso que pone en discusión gran parte del funcionamiento de las instituciones educativas. Una educación post-presencial que no ha dejado de crecer en los últimos años y que (por ahora) difícilmente encuentre otros límites de aquellos que la virtualidad no puede salvar: clases de anatomía, de arquitectura, etcétera.

Un tercer elemento que se corresponde al nivel de la mediación es el de la construcción del colectivo de seguidores. Kalocero era ya un profesor muy popular antes del conflicto, como puede corroborarse con el hecho de que cuando la controversia estalló se identificaron alumnos que seguían sus videos pese a que pertenecían a otras instituciones universitarias (como el Instituto Tecnológico de Buenos Aires, ITBA, que es una Universidad Privada), pero creció rápidamente en pocos días: de 10.000 a 40.000 suscriptores. ¿A qué se debe? Por supuesto que en gran parte se debe al poder de la controversia. Como lo sabe muy bien el periodismo desde su fundación los conflictos generan interés del público. Pero también se debe, es posible hipotetizar, a la difusión que recibió gracias a la controversia en portales y medios de comunicación masiva en la red. Y al apoyo que recibió de otros sitios académicos y, probablemente, de otros estudiantes, que siguen esos y otros sitios académicos.

Para terminar algunos comentarios sobre la circulación, sobre el comportamiento de quienes se manifestaron. La circulación, vale la pena recordarlo, “es el nombre de una diferencia”, que se manifiesta entre producción y reconocimiento (Verón, 1987). En nuestra contemporaneidad estudiamos encadenamientos de diferencias entre discursos que acontecen en relación con un suceso.

La circulación del sentido originada por el caso puede estudiarse de dos formas. Por un lado es vertical/horizontal, como mostramos en el cuadro en el que identificamos que pertenecía al tipo ascendente/horizontal. Kalocero comunicó, tuvo respuestas de apoyo de su colectivo y otros pares académicos que también divulgan conocimiento científico a través de plataformas. Y el caso “escaló” a portales diversos, entre ellos, algunos que se manejan con lógicas de los medios de comunicación masiva. La distinción entre quienes se manejan con esas lógicas y quiénes no es clave para comprender en este nivel la circulación.

Portales como *Tecno* (del canal *TN* del diario *Clarín*) e *Infobae* (ex diario *BAE*) no se contentaron con publicar lo que había expresado Kalocero en su video. Consultaron a la Universidad y le dieron espacio a lo comunicado por el CBC desde su cuenta institucional en *Twitter*. Así expresaron también que desde la universidad decían que no se había reunido con ninguna alta autoridad que le haya pedido que cierre el canal y surgió la información de que era un conflicto interno a una cátedra. El caso tuvo una circulación intra-sistémica y no llegó a dar el salto hipermediático⁷.

7 Kalocero expresó en otro texto que aunque habían querido entrevistarlos medios masivos como *La Nación* y *Clarín* y desde canales de televisión, no había aceptado.

La segunda posibilidad para estudiar la circulación es la dimensión *transversal* (Carlón, 2018), que sucede cuando el sentido circula desde “adentro hacia afuera” o desde “afuera hacia adentro” de instituciones, medios, colectivos e individuos. Desde este segundo punto de vista el caso del canal “Física en segundos” es un ejemplo de *circulación transversal* que se despliega, en primera instancia, de “adentro hacia afuera” de una cátedra, que es una institución educativa (con normas, recursos, etcétera), y de una institución aún mayor, la Universidad de Buenos Aires, hacia los medios informativos.

Un conflicto de cátedra llega al colectivo, a los portales, a los medios, y en una segunda instancia, circula de “afuera hacia adentro”, hacia el interior de la cátedra, con resultados que desconocemos exactamente, porque no hubo una manifestación oficial. Pero sí sabemos que Kalocero creció en conocimiento público y que inmediatamente dio por cerrado el conflicto.

Todos estos procesos caracterizan también, además de la virtualidad, a la enseñanza y al aprendizaje en nuestra contemporaneidad. Muchos de ellos, como la opción *consumo por grillas versus consumo on demand*, tensionarán intensamente a la Universidad en las próximas décadas. Y hasta dentro de un tiempo no sabremos si seguiremos con un sistema mixto o con la mayor parte de los edificios en desuso y las aulas vacías, porque habrá ganado el *on demand*. Pero no sería de extrañar que también, lo cual es novedoso, nos encontremos cada vez más con la mediatización pública de conflictos que hasta hace poco se resolvían en el interior de las instituciones. ¿Está la Universidad preparada para enfrentar exitosamente estos escenarios?

Bibliografía

BRAGA, Jose Luiz y Calazans, Regina (2017a). *Matrizes interacionais. A comunicação constrói a sociedade*. Campina Grande: EduePB.

___ (2012). “La política de los internautas es producir circuitos”, en *Las políticas de los internautas. Nuevas formas de participación*; Carlón, Mario y Fausto Neto, Antonio (eds.). Buenos Aires: La Crujía.

CARLÓN, Mario (2018), “Medios individuales, medios colectivos y circulación transversal. Desde ‘adentro’ hacia ‘afuera’ y desde ‘afuera’ hacia ‘adentro’ (o cómo afecta la nueva circulación a las instituciones sociales)”, en *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*”, en Paulo César Castro (org.). Maceió: Edufal.

___ (2017a). “La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión (Segunda apropiación de la teoría de la comunicación de Eliseo Verón: la dimensión espacial), en Castro, Paulo César (org.). *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*. Maceió: Edufal, 2017.

___ (2017b). “Bajo el signo del presentismo: mediatización, cultura y sociedad contemporánea”. Ferreira, Jairo; Rosa, Ana Paula (Org.); Braga, J. L. (Org.); Fausto Neto, Antonio (Org.); Gomes, Pedro Gilberto (Org.). *Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a midiatização?* 1. ed. Santa Maria: Facos, 2017. v. 1. 299p. (Ed. En ingles: **Under the sign of presentism: mediatization, culture and contemporary society**, disponible en: <http://midiaticom.org/files/betweenwhatwesayandwhatwethink.pdf>).

___ (2016). *Después del fin. Una perspectiva no antropocéntrica sobre la post-tv, el post-cine y YouTube*. Buenos Aires: La Crujía.

___ 2004 [2003]), “Sujetos telespectadores y memoria social”, en *Sobre lo televisivo: dispositivos, discursos y sujetos*. Buenos Aires: La Crujía.

CARLÓN, Mario y FECHINE, Yvana (2014). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do vento.

CARLÓN, Mario y SCOLARI, Carlos A. (2009). *El fin de los medios masivos. El comienzo de un debate*. Buenos Aires: La Crujía. (Re-edición ampliada en 2014: *El fin de los medios masivos. El debate continúa*. Buenos Aires: La Crujía).

COULDRY, Nick (2013). “Mediatization and the future of field theory”, *Communicative figurations*, 1-18, Bremen: University of Bremen.

CHEVEIGNÉ, Suzanne de (2017). “Pesquisas empíricas sobre a circulação de discursos midiáticos”, en Castro, Paulo César (org.). *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*. Maceió: Edufal.

DIRETORIA DO CISECO (2017). “Circulação discursiva e transformação da sociedade: o que muda com a circulação do sentido na vida social?”, Proposta temática do Pentágono VIII. Disponible en: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568368-circulacao-discursiva-e-transformacao-da-sociedade>

FAUSTO NETO, Antônio (2019). “Circulação do discurso político: entre meios e atores, as redes e aglomerações momentâneas”-nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.. Porto Alegre, Brasil, COMPOS.

___ (2012), *Mediatização da ciência. Cenários, desafios, possibilidades*. Campina Grande-PB. EDUEPB.

___ (2010). “A circulação além das borda”, en Fausto Neto, Antonio, Valdetaro, Sandra (directores). *Mediatización, sociedad y sentido: aproximaciones comparativas de modelos brasileños y argentinos*. Rosario, Argentina, UNR. p. 2-17.

HARTOG, François (2007 [2003]). *Regímenes de historicidad. Presentismo y experiencias del tiempo*. México: Universidad Iberoamericana.

PARISSIER, Eli (2017 [2011]). *El filtro burbuja. Cómo la red decide lo que leemos y lo que pensamos*. Madrid: Taurus.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua y FORD, Sam (2014 [2013]). *Cultura da conexão. Criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph. (Edición original (2013): *Spreadable media. Creating value and meaning in a networked culture*, NYU Press).

VERÓN, Eliseo (2013). *La semiosis social 2. Ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós.

___ (2009), “El fin de la historia de un mueble”, en Carlón, Mario y Scolari, Carlos A. (2009). *El fin de los medios masivos. El comienzo de un debate*. Buenos Aires: La Crujía.

___ “Esquema para el análisis de la mediatización”, en *Diálogos de la Comunicación*, N°48. Lima: Felafacs, p. 9-17, 1999.

___ (1987), *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Buenos Aires: Gedisa.

La réception de discours télévisuels sur la science par des enfants

Suzanne de Cheveigné¹

Lors de l'enquête sur la réception d'émissions scientifiques à la télévision française - bien connue des participants aux rencontres « Pentalogo » - que j'avais menée avec Eliseo Veron dans les années 1980, nous en avons conduit quatre volets, auprès d'adultes du public « ordinaire », des scientifiques, de producteurs d'émissions scientifiques et enfin d'enfants (Cheveigné et Veron, 1996 ; Cheveigné, 1997, 2009 ; Veron 2013). Le volet sur les enfants n'a jamais été publié. Je me propose de l'exposer ici. Je pense que la raison principale de cette longue ignorance tient à la manière dont la sociologie aborde le public enfant.

Il me semble qu'il a longtemps été délégué aux sciences de l'éducation – comme si les enfants ne faisaient qu'apprendre. Il y a bien sûr des exceptions et en voici quelques exemples fran-

¹ Centre Norbert Elias, Marseille, France - suzanne.de-cheveigne@univ-amu.fr

çais de travaux sur d'autres dimensions de la vie des enfants : la thèse de l'anthropologue Elsa Zoltian *Grandir à Belsunce : les catégories ordinaires de l'expérience enfantine dans un quartier de Marseille* (2009) ; un numéro de la revue *Métropolitiques* de 2015 sur les enfants dans la ville². L'ouvrage récent de Bernard Lahire *Enfances de classe. De l'inégalité parmi les enfants* (2019) a eu un fort impact sur la sociologie française et on peut espérer que les enfants reçoivent davantage d'attention. Mais revenons à la dimension proprement médiatique.

Le dispositif

Notre approche de la réception d'émissions scientifiques à la télévision française par des enfants, comme par les adultes, était basée sur le modèle théorique de *contrat de lecture* développé par Eliséo Véron. Ce modèle convoque à la fois la sociologie et la linguistique pour penser le lien entre une chaîne de télévision et ses spectateurs, dans le cas présent, et pour en repérer les traces dans les textes audiovisuels (Veron, 1984, 1985, 1988 ; Cheveigné, 2018). L'étude de la réception se basait sur une enquête qualitative, par entretiens, où les personnes interrogeaient visionnaient des extraits d'émission et les commentaient. Elle avait une forte dimension comparative, par comparaison des réactions aux extraits et comparaison entre lectures des différentes personnes.

Notre analyse se situait au niveau du genre télévisuel, s'appuyant sur des extraits assez homogènes de par leur forme : reportage, démonstration, interview, etc. Nous en avons sé-

² <https://www.metropolitiques.eu/Les-enfants-dans-la-ville.html#sommaire> (consulté le 3 juin 2020).

lectionné cinq, provenant d'émissions spécifiquement destinées au public enfant ou, dans un cas, d'une émission pour un public général, facile d'accès aux enfants. Ils se distinguaient par l'emprise relative de l'institution scientifique et de l'institution télévision sur le discours³.

Le modèle canonique du documentaire donne à voir l'intérieur de l'institution scientifique dont les membres vaquent à leurs occupations sans sembler remarquer la caméra de télévision - l'institution médiatique est invisible.⁴ On entend le son naturel, bruits et paroles échangées apparemment non destinées au téléspectateur et qui ne suffisent en général pas à faire comprendre la scène. Intervient alors une voix off pour commenter et expliquer (Metz, 1991). Nous avons utilisé un extrait d'une émission d'information généraliste, *Envoyé spécial*. Le présentateur annonce d'abord le reportage, puis on voit se dérouler une expérience avec un petit singe qui doit trouver des raisins sous une coupelle. On entend le son naturel et une voix off masculine explique. L'extrait finit sur le titre affiché du sujet: «Pas si bêtes».

L'institution médiatique peut ensuite être un peu plus présente. Diverses formes d'entretien peuvent montrer un scientifique dans son milieu identifiable par des livres ou des appareils, qui répond aux questions d'un journaliste. On réunit là la parole du scientifique, la scène du laboratoire et la valeur symbolique des appareils qu'il manipule. Le reporter est plus ou moins visible

3 Pour plus de détails, voir ma présentation de l'enquête adultes à un précédent Pentalogo (Cheveigné, 2018).

4 Une telle séquence, comme toutes les autres, a bien sûr été réalisée et diffusée par l'institution médiatique. Celle-ci peut cependant mettre en scène son activité de manière plus ou moins visible ; c'est ce qui distingue ces différentes formes.

et audible, mais on devine sa présence au travers du regard du scientifique et du discours explicatif de celui-ci.

Un extrait montrés aux enfants relevait de cette forme. L'un, de l'émission pour enfants *Fractales*, comporte le début de l'émission où les présentateurs arrivent en courant sur un plateau quasiment vide. Ils annoncent les rubriques à venir en ouvrant des portes au fond du studio, dans l'encadrement desquelles s'incrudent des extraits, puis repartent, toujours en courant. Vient ensuite un entretien avec un chercheur, dans son bureau, à propos de l'intelligence. On ne voit ni n'entend les questions, qui s'inscrivent en bas de l'écran.

Par emprise croissante de l'institution télévision, les séquences peuvent être tournées en studio. L'institution scientifique peut alors être représentée par un ou plusieurs de ces membres qui sont interviewés. Nous avons des formes de ce type pour les adultes mais pas pour les enfants. Mais dans deux extraits, l'institution scientifique était symboliquement représentée par un appareil ou un instrument dont le journaliste-présentateur faisait la démonstration. C'est le cas de *Club Science* extrait d'une célébrissime émission pour enfants, le *Club Dorothée*. Un journaliste scientifique – connu, lui aussi – explique les saisons, à l'aide d'instruments, en studio et en présence de l'animatrice de l'émission, Dorothée, qui n'intervient que très peu. Le présentateur se trompe très fréquemment de caméra. Le fond est gris, il y a peu de couleurs.

Un autre exemple d'un extrait portant une forte empreinte de l'institution télévision vient de l'émission *E=M6* et concerne les satellites de télévision. Le présentateur annonce d'abord le sujet, puis il apparaît dans la séquence filmée, flottant dans l'espace et mimant des scènes de la vie quotidienne sur un mode humoristique pendant qu'une voix off féminine explique, sur un ton

sérieux qui contraste avec ce jeu burlesque, le fonctionnement des satellites. Des images animées et des images d'archives de lancement de satellites sont utilisées.

Enfin, l'institution scientifique peut aussi disparaître totalement : dans l'émission *Dis, Jérôme* elle était explicitement remplacée par une «grand-mère», purement discursive, dont la démarche était parfaitement scientifique. Le présentateur, Jérôme Bonaldi, explique la tectonique des plaques, seul, en studio, à l'aide de divers accessoires de la vie quotidienne (un puzzle, des pêches, un flan). Le tout est très coloré. Une image de synthèse apparaît brièvement: un globe terrestre qui se déplace sur l'écran. Toute la démarche scientifique (exposé du problème, intuition, expériences systématiques, synthèse des résultats) est attribuée par le présentateur à sa à la grand-mère, totalement absente de l'émission !

Nous avons montré ces extraits à 19 enfants âgés entre 11 et 13 ans, garçons et filles, en entretien individuel ou lors de deux focus groups. Nous avons veillé à diversifier l'échantillon en termes de catégorie socioprofessionnelle des parents. L'un des groupes était composé d'enfants dont les parents appartenaient à la catégorie socioprofessionnelle conventionnellement appelée «B+» : 3 à 5 années d'études supérieures, cadres moyens ou professeurs. Les enfants de l'autre groupe avaient des parents «B-», c'est-à-dire ayant un niveau d'éducation ne dépassant pas la fin des études secondaires. Les entretiens ont eu lieu dans l'école des enfants.

Deux observations générales doivent être formulées d'abord. Premièrement, dans leur ensemble, les enfants interviewés manifestent une perception et une compréhension remarquables des dispositifs télévisuels. Et deuxièmement, nous n'avons trouvé aucune différence systématique entre filles et garçons.

Les entretiens de groupe et l'impact de l'origine sociale

Les entretiens en groupe étaient particulièrement adaptés pour observer l'impact de l'origine sociale des enfants. La principale différence entre les enfants «B+» et les enfants «B» relève de leur capacité d'expression et pas tant de leur capacité d'analyse. Ceux du groupe «B+» maîtrisent un vocabulaire plus diversifié et ont produit des associations plus riches à propos des émissions testées que les enfants du groupe «B».

Dans les entretiens de groupe, nous avons commencé en demandant des associations spontanées autour des mots « télévision » puis « science ». Pour « télévision », le mot « *bêtise* » est apparue très rapidement dans le groupe «B+», mais aussi « *journal* » et « *information* ». Ces trois associations n'apparaissent à aucun moment dans le groupe «B-». Dans les réactions des enfants appartenant à des familles ayant un capital culturel plus élevé, se dessine donc une attitude à la fois plus critique et plus large vis-à-vis de la télévision que celle des enfants à capital culturel familial moindre, au-delà d'associations, communes aux deux groupes, concernant les « *jeux* » et les « *dessins animés* ».

Les enfants «B-» distinguent moins clairement que les autres les rôles du médiateur journaliste d'un côté, et du scientifique de l'autre, et n'ont pas image claire de ce dernier, alors que les enfants «B+» avancent quelques hypothèses sur lui: un scientifique c'est quelqu'un qui a une aura, quelqu'un qui possède du savoir et qui est « *minutieux* ». Chez les enfants «B+» la figure du « *savant fou* » est apparue dans les associations spontanées autour de la science.

Par ailleurs, les enfants «B+» perçoivent clairement, dans les fragments testés, l'existence d'une négociation entre journaliste

et scientifique invité. Ils sont conscients, en quelque sorte, qu'il y a un enjeu d'image :

[Qu'est-ce qu'il pense, l'invité ?] C'est l'invité donc il se dit si jamais je fais un peu n'importe quoi, le présentateur m'en voudrait. S'il y a quelqu'un d'autre [de la télévision] qui regarde l'émission, qui voudrait l'inviter dans son émission, il va se dire : «... sinon, je serai jamais invité».

[L'invité se dit]...il faut que je trouve une explication qui soit tout à fait possible. Il faut que je réfléchisse avant de parler.

[A propos de l'émission idéale qu'on leur a demandé de décrire en fin d'entretien] Les invités ça complique un peu les choses, parce qu'on n'est pas très sûr de ce qu'il va dire. Il faut le chercher, il faut le trouver. Peut-être un de temps en temps.

Les deux groupes ont plébiscité le fragment de *Dis Jérôme*, préféré à tous les autres. Le contact est totalement réussi : l'animateur s'adresse à eux, en utilisant un langage simple et imagé ; il les interpelle tout en les valorisant, ce qui fait que les enfants se sentent «acteurs de l'émission». Les enfants «B+», avec leur perception plus claire des rôles des présentateurs et des scientifiques, ont remarqué que le présentateur n'est pas un scientifique, mais qu'il a compris ce qu'il explique et donc les enfants peuvent, eux aussi, comprendre.

La figure de la grand-mère comme source du savoir est chaleureusement accueillie, même si les enfants B+ sont conscients de l'artifice :

[La grand-mère] Ça fait plus familier. Ça fait quelqu'un qui découvre. C'est **elle** qui trouve les preuves. C'est **sa** grand-mère. Il a beaucoup d'admiration pour elle. Elle est géniale. Elle se bat pour trouver quelque chose. Elle est têtue, patiente. Elle a voulu donner une explication à ce qu'elle ne comprenait pas. Ça permet de raconter une histoire. Ça rentre mieux dans la tête parce que ce n'est pas un savant fou qui a découvert. C'est pas un nom compliqué, c'est sa grand-mère. On a l'impression que nous aussi on peut comprendre puisqu'une grand-mère a déjà trouvé.

Avec la grand-mère c'est plus sympathique, plus rigolo, plus chaleureux.

A remarquer, chez les enfants «B-», le syncrétisme qui se produit autour de la figure du présentateur parlant de sa grand-mère : à la fois présentateur, professeur et père qui apprend à ses enfants :

[La grand-mère] Ça fait vrai. (...) Ça fait bizarre d'avoir une grand-mère qui a fait toutes ces expéditions. Sa grand-mère lui a appris et il apprend aux autres maintenant. C'est comme un professeur chez lui qui explique à ses enfants.

La manipulation d'objets remplit une fonction importante dans l'efficacité de l'extrait.

[Les objets] Ça aide à comprendre. Ça aide à s'imaginer. Ça aide à voir pour retenir. Ça fait vivre un peu le plateau où il fait son émission. Sinon ce serait trop monotone, il ne bougerait pas, il ne toucherait à rien. Ça parle à la place de quelqu'un.

[A propos de Fractales] Il y a moins d'objets pour nous aider à comprendre. Il faut plus utiliser le cerveau.

La réussite du contact de *Dis, Jérôme* comporte aussi, aux yeux des enfants, une dimension d'engagement : le présentateur fait des efforts pour faire comprendre :

[Que pense le présentateur ?] Il faut que je montre les petits personnages les uns après les autres. Il faut que j'avance, dire d'abord ce qu'ils ne comprenaient pas, et à la fin la conclusion, ce qui s'est passé. Il faut donner envie au téléspectateur d'être scientifique. Il faut donner envie au téléspectateur de regarder l'émission. Il faut qu'ils découvrent, qu'ils essaient de deviner même ce qui s'est passé. Il faut que je donne envie. Il faut que je sois avec les téléspectateurs comme si j'étais dans la même pièce. Il faut que je me pose les mêmes questions. Donner l'impression que le présentateur cherche lui-même pendant l'émission. Montrer qu'il n'est pas quelqu'un de très sa-

vant, que nous aussi on pourrait trouver. Pas forcément trouver mais comprendre, supposer.

A l'autre extrême, le fragment de l'émission *Fractales* a été globalement rejeté par les deux groupes. Les enfants ont senti que cette émission «n'était pas pour eux». A l'inverse de *Dis Jérôme*, les présentateurs de *Fractales* apparaissent comme non engagés et non intéressés à ce qu'ils font :

On a l'impression que les gens ne prennent pas les téléspectateurs au sérieux.

Les présentateurs s'en vont et reviennent, ça donne l'impression qu'ils se fichent un peu des gens qui regardent l'émission.

Ce sentiment de manque de contact conduit les enfants à refuser aux personnages qui interviennent toute véritable motivation. Cette perception est particulièrement claire chez les enfants «B-». Rappelons que dans ce fragment les questions posées au scientifique apparaissent en surimpression, et que l'interviewer est à la fois hors-champ et inaudible.

[Le scientifique] Il se limite à ce qu'il doit faire.
(B-)

[Que pense l'interviewer ?] Je suis là pour faire mon travail et rien d'autre. (B-)

[Qu'est-ce que l'interviewer se dit de l'invité ?]
Qu'il réponde même si le sujet, la question ne l'intéresse pas vraiment, qu'il réponde gentiment. (B+)

Cette modalité de présentation du scientifique - l'homme de science parlant dans son bureau, entouré de livres, et une institution télévision totalement invisible - a produit des réactions assez différentes dans les deux groupes. Les enfants «B-» ont eu un sentiment d'éloignement : le scientifique est dans son monde, dans son savoir, et il n'a pas envie de les partager :

[Le scientifique] Ça l'intéresse, tant pis si ça n'intéresse pas les autres. Il y en aura quand même une petite poignée qui s'intéresseront à ce qu'il dit.

Pour les enfants «B+», en revanche, cette mise en scène fonctionne comme preuve du caractère scientifique du personnage :

Ils mettent les livres les plus importants, ceux qui montrent que c'est vraiment un scientifique, un philosophe. Il est chargé, il a plein d'affaires, des bibliothèques partout pour montrer qu'il s'intéresse, qu'il travaille. Si c'était dans une chambre vide, on pourrait se dire c'est un faux scientifique.

Ils sont plus conscients, par ailleurs, de la négociation entre les deux figures et le problème de la légitimité des questions posées peut amener les enfants «B+», à propos de Fractales, à trancher en faveur de la science :

Ils posent une question, je crois que c'est « êtes-vous intelligent ? », et il [le scientifique] dit que c'est une question qu'on ne peut pas répondre. Ils posent des questions invraisemblables aux yeux des savants. Pourquoi regarder une émission qui ne répond pas ?

Le deuxième fragment bien accueilli par les deux groupes a été celui extrait de l'émission *Envoyé Spécial*, concernant une expérience sur l'intelligence des singes. Bien accueilli par les deux groupes, mais pour des raisons différentes. Rappelons que le fragment en question comportait deux séquences : une première séquence prise dans le générique de l'émission, avec le présentateur, sur le plateau, qui annonçait le contenu du sujet sur l'intelligence animale, et une deuxième séquence qui était le reportage sur les singes, avec voix-off et journaliste invisible.

Les enfants «B-» ont prêté une attention particulière au présentateur, et ils ont apprécié la séquence du reportage du point de vue de leur propre position vis-à-vis du dispositif télévisuel :

[Le présentateur] On avait l'impression qu'il s'adressait à plusieurs personnes, pas à une personne en particulier. Les grands et les petits.

[Le présentateur] considère le téléspectateur comme une personne normale, comme une personne intéressée, comme une personne à qui il veut parler

[Les scientifiques] ...faisaient leur expérience presque sans savoir que la télé était là. Ça fait bien, ça fait plus naturel. Pour montrer la vie

de tous les jours. Quand ils ne font pas attention à nous, on a l'impression d'être là-bas avec eux.

Les enfants «B+» n'ont pas réagi à la partie de l'extrait avec le présentateur, et ils ont apprécié le reportage à la lumière d'une hypothèse, non pas sur la télévision, mais sur la science elle-même : la notion de *voir*, d'assister à une expérience, qui fonde la légitimité du reportage :

Ils montrent vraiment comment ils font pour réaliser [l'expérience]. Par exemple, quand ils nous montraient la terre, [fragment du Club Sciences] d'accord, mais quelle est la preuve que la terre tourne ? Ça on ne pouvait pas savoir. Tandis que là, ils ont montré, ils ont un grain de raisin, et donc, là, c'était la vérité. Là tout était possible, tandis que quand ils nous montraient que la terre tournait on n'est pas forcé de croire que la terre tourne. Qu'elle est ronde par exemple on n'était pas forcé d'y croire. Elle était peut-être carrée.

Ils auraient pu faire ça sans caméra, ils auraient fait pareil.

On est sûr que c'est vrai.

On montre qu'ils travaillent comme tous les autres scientifiques, que ce n'est pas spécial pour Envoyé spécial.

A moindre capital culturel familial, c'est pour ainsi dire la forme audiovisuelle qui est décisive pour fonder la légitimité du reportage, et à capital culturel familial plus élevé, c'est l'authenticité attribuée au contenu qui emporte l'adhésion.

Les réactions des deux groupes au fragment du Club Science ont été particulièrement intéressantes. Il s'agissait d'un dispositif de contact dans lequel le journaliste scientifique, dans son explication, s'adressait à l'animatrice, Dorothee, en tant qu'interlocutrice immédiate, tout en regardant la caméra. Rappelons aussi qu'il y avait des erreurs de caméra, qu'il arrivait au journaliste scientifique de s'adresser à une caméra qui n'était pas la bonne pour établir le rapport de regard avec le téléspectateur. Ces ambiguïtés ont troublé les enfants des deux groupes, et elles ont donné lieu à un rejet plus net de la part des enfants «B+» :

[L'animatrice Dorothee] Elle faisait partie du décor. Elle ne sert à rien. Comme si c'était un enfant qui écoutait. Comme si elle venait apprendre quelque chose. Comme un téléspectateur. Comme un élève. Elle pose des questions à notre place, en réalité, là. (B-)

[Le journaliste scientifique] On a l'impression qu'il s'adresse à Dorothee. Mais qu'il démontre quand même aux téléspectateurs. (B-)

Il ne nous parle pas à nous. C'est moins bien [que Bonaldi]. (B+)

Elle dit toujours “hum” mais elle pourrait poser des questions, ça ferait approfondir la question. Il faut lui poser des questions même si elle le sait déjà. On dirait qu’on l’a tirée du lit pour qu’elle vienne. (B+)

[Le rôle de Dorothée] poser des questions pour que le présentateur parle, pour ne pas qu’il parle tout seul. Pour que les enfants aient envie de regarder, parce qu’il y a Dorothée. En même temps, ceux qui n’aiment pas Dorothée... Peut-être qu’on l’aimera plus parce qu’elle s’intéresse à la science. (B+)

[Le journaliste scientifique] On a l’impression qu’il ne s’adresse pas à nous, il s’adresse à quelqu’un, alors nous on est rien. (B+)

Il s’est agi d’un excellent test de l’importance du contact télévisuel (Veron ****)

Proto-types de lectures

Les entretiens individuels nous ont permis d’approfondir la logique qui sous-tend le propos de chaque enfant. C’est dans ce cadre que nous avons retrouvé des thèmes qui rappelaient, d’une façon ou d’une autre, des composantes faisant partie des types que nous avons identifiés au sein du «grand public» adulte (Cheveigné et Veron, 1996, Cheveigné 2009, Veron 2013). On pourrait employer cette notion de *thème* dans le sens musical du terme :

à un moment donné on reconnaît un thème, même s'il apparaît dans un autre contexte, même lorsqu'il ne fait pas partie de la même configuration.

Chez les adultes, nous avons affaire à des «partitions», où les différents thèmes s'organisent dans une configuration qui a sa cohérence propre. A quelques exceptions près, chez les enfants les représentations et sur la science et sur les médias ne semblent pas encore cristallisées ni stabilisées. Il n'y a donc pas chez eux encore des «partitions», mais un certain nombre de thèmes sont déjà présents. C'est pourquoi nous parlons de «proto-types».

La lecture proto-intellectuelle

La lecture « intellectuelle » des adultes se caractérisait par un discours négatif sur la télévision et un rapport non-problématique au savoir. Elle était le fait de personnes munies d'un bagage culturel important, confiantes en leur capacité personnelle à aborder des thèmes qui leur sont éloignés. Pour elles, la télévision - opposée en cela au livre - n'est pas une source légitime de savoir.

Seule la forme documentaire peut présenter un certain intérêt pour elles, comme fenêtre sur l'activité scientifique. Nous avons trouvé des traces de ce type de lecture chez deux garçons dont les propos représentent les configurations les plus cohérentes parmi les enfants : on n'est pas loin de la «partition» typique de la lecture adulte que nous avons appelé intellectuelle.

L'attitude critique est déjà fortement installée. Ces enfants n'aiment pas la mise en avant des techniques audiovisuelles, ils préfèrent le documentaire et la voix-off :

[A propos du fragment de E=M6] J'aime pas trop quand il se met sur les images, quand on le voit sur les images en train de bouger. Ce serait mieux qu'on entende la voix et puis voilà.

Il y a plusieurs reportages et à chaque reportage il y a quelqu'un qui explique comment ça se fait. C'est ça que j'aime bien.

Ce sont les seuls enfants qui n'aiment pas Jérôme Bonaldi :

Quand il disait ma grand-mère, ma grand-mère, c'est un peu...il est nul. [De parler de sa grand-mère ?] Pas que ça. Sa façon de présenter. Ce serait mieux de passer un film. [La grand-mère] n'a rien à voir avec des animaux préhistoriques, rien à voir du tout.

Ces enfants portent leurs propres jugements et ils veulent voir d'eux-mêmes (il s'agit là de traits particulièrement caractéristiques de la lecture intellectuelle). D'où leur préférence pour le reportage :

Je pense que c'est un grand scientifique parce qu'il peut répondre aux questions qu'on lui demande, et il a l'air de s'y connaître, surtout.

[A propos du journaliste de Club Sciences] Je pense qu'il y en a qui sont un peu plus savants que lui.

Les gens aiment mieux, je pense, au lieu de l'expliquer, regarder.

[A propos du présentateur d'Envoyé Spécial] Il est très bien. Parce que je trouve qu'il ne reste pas longtemps. Il nous explique juste l'émission et en plus, quand il dit quelque chose, c'est pour nous informer.

Comme l'intellectuel adulte, ces enfants se distinguent du téléspectateur moyen :

(...) Ceux qui regardent beaucoup la télé (...)
Nous, ce n'est pas le cas...

De même que l'intellectuel adulte, ces enfants peuvent s'abstraire des formes qu'ils n'apprécient pas, afin de porter un jugement «objectif» sur le contenu :

[Dorothee] Elle accompagne le monsieur. Même si elle est là, ça ne dérange pas parce que là, elle présente quelque chose de bien. (...)
Elle ne sert à rien.

Pour une fois, Dorothee a fait quelque chose de bien.

Et la démarche pédagogique ne se confond pas avec le jeu ou les loisirs :

Si on va en forêt, ce n'est pas notre but de se promener dans la forêt, c'est aussi d'apprendre les feuilles, les champignons et le reste. Quand on est avec des amis, on peut leur expliquer.

La lecture proto-intimiste

Dans les propos de certains enfants, on reconnaît des thèmes proches de la lecture que nous avons appelée intimiste chez les adultes. Elle était positive envers la télévision mais exprimait une difficulté, voire une souffrance, rencontrée à l'école, lors de l'acquisition du savoir. Le problème de la compréhension est central pour ces enfants. De nombreuses remarques, qu'ils sont les seuls à faire, concernent la question des conditions sous lesquelles on comprend ou on ne comprend pas (sans être forcément d'accord sur la désignation du discours le plus compréhensible) :

Il y a des choses, des fois, qu'on ne saisit pas très bien. En voyant les exemples, on comprend mieux.

Bonaldi, ce n'est pas qu'il explique mieux, mais il le dit d'une manière qu'on comprend mieux [que le scientifique dans Fractales].

C'est dit avec des mots qui sont la définition des mots scientifiques.

[Bonaldi] C'est pas trop difficile à comprendre. C'est bien expliqué. Tout le monde peut comprendre facilement.

[A propos du scientifique dans *Fractales*] C'était un scientifique comme tous les autres. Il réfléchit, il fait des hypothèses. Il parle bien, c'est pas trop compliqué à comprendre. Quand il y a un mot, il explique après.

Ces enfants sont conscients de la nécessité de l'effort à faire pour comprendre, et souvent ils l'acceptent, lorsqu'on est en face d'un scientifique – dans les quatre citations qui suivent, il s'agit du scientifique interviewé dans *Fractales* :

Il voit les choses autrement que nous, qu'on est des enfants (...) Parfois, c'est vrai que c'est un peu compliqué, neurones... Mais en faisant l'effort, on peut comprendre (...) par rapport à la phrase.

Quand on apprend la science, il faut apprendre des mots spéciaux. Il faut bien faire quelques efforts pour arriver à faire ce qu'on veut.

C'est toujours la même chose, on croit que c'est tout le temps compliqué, mais en fin de comp-

te, si l'on plonge dedans, si on s'intéresse bien, on voit que c'est pas si compliqué que ça.

Dans ce cas, ce sera le destinataire qui pose, éventuellement, problème. Il est normal qu'un scientifique parle comme un scientifique, et c'est peut-être qu'on est trop jeune pour comprendre :

Comme c'est un scientifique, il ne parlera qu'avec des mots scientifiques, alors... c'est pas tout à fait pour... les jeunes, ils ne peuvent pas tout comprendre. Par exemple, moi, à mon âge, je ne crois pas que je comprendrais ce que c'est que des neurones.

En revanche, lorsque l'enjeu est purement télévisuel, comme c'est le cas du fragment du *Club Science* de Dorothée, où le destinataire enfant est totalement explicite, les critiques apparaissent : on évalue alors la prestation du journaliste, et la non-compréhension peut être projetée sur lui :

La science essaie d'expliquer ce qu'on voit, nous, et ce qu'on peut comprendre. C'est toujours bien d'expliquer mais il faudrait mieux (...) approfondir l'explication ou alors la montrer mieux.

C'est pas parce qu'il explique mal, c'est la façon dont il le fait.

J'ai eu du mal à comprendre. Il avait tout mélangé, la géométrie, les dates. J'avais déjà appris ça en 5ème, mais alors là...

Il envoyait plein de termes techniques à la figure.

Il veut faire trop drôle, à mon avis... Par exemple, il rapporte tout à lui, quand il dit 'là, c'est le Club Science'

Il explique bien, on comprend ce qu'il dit. Il parle peut-être un peu trop vite, donc on n'arrive pas vraiment à savoir bien les mots qu'il dit quand il explique. Quand il parle trop vite, des fois, on a l'impression de ne pas comprendre. Il faudrait peut-être qu'il prenne plus le temps de bien expliquer et de dire tout lentement, que tout le monde puisse comprendre ce qu'il dit.

Il semble bien que ces enfants construisent, ou cherchent à construire, deux liens différents, vis-à-vis du médiateur, d'un côté, et vis-à-vis du scientifique, de l'autre. Cette perception plus claire de la différence entre ces deux rôles a probablement un rapport avec le problème que leur pose le passage du non savoir au savoir. Car ces enfants, comme les adultes à la lecture intimiste, privilégient déjà le rapport direct à l'homme de science :

C'est bien de faire venir vraiment des vrais scientifiques parler à la télévision. On ne voit pas assez. C'est bien de faire venir sur un plateau de télévision quelqu'un qui connaît, qui travaille dans la science, pour expliquer aux autres. Parce que lui, on peut croire mieux

quelqu'un qu'on sait qu'il vient de faire des recherches, parce qu'il connaît mieux qu'un présentateur qui apprend un texte. Moi, j'arrive mieux à croire quelqu'un qui vient, qui connaît, que quelqu'un qui parle comme ça.

On dirait que l'amusement est compatible avec la figure du médiateur-journaliste, alors que le scientifique, par définition, est quelqu'un de sérieux :

[A propos des présentateurs de Fractales] C'est amusant de les voir se balader dans les portes.

[A propos des présentateurs de Fractales] Les animateurs sont vivants, mais ça ne se marie pas très bien avec le scientifique.

[A propos du présentateur de $E=Mc^2$] Il montre ce qui se passe. On s'amuse en regardant l'émission.

[Bonaldi] Il s'amuse avec quelque chose de compliqué qu'il essaie de rendre le plus simple possible en assemblant les continents comme ça. Il ne veut pas que ça s'embrouille dans notre tête.

[A propos de Fractales] On a l'impression qu'ils vont pas du tout parler de science, de vraiment la science. Et au bout d'un moment,

quand ce monsieur arrive, et qu'ils disent qu'il est scientifique, bon, et quand on voit l'émission, maintenant on se dit c'est vraiment les sciences, mais au début on croirait pas.

C'est donc sous prétexte d'amusement que l'on accepte la « grand-mère » de Jérôme Bonaldi, même si on est bien conscient de l'artifice :

Il parle de sa grand-mère pour intéresser les gens et pour rendre son émission drôle.

C'est elle qui s'intéresse à tout. Elle lui a dit à lui. Enfin, soi-disant sa grand-mère.

C'est pour faire plus drôle, mais ça n'a rien à voir avec le thème. C'est pour trouver un sujet plus drôle, à mon avis.

Mais le médiateur doit vraiment jouer son rôle, c'est cela qui justifie sa présence. L'interface entre le médiateur et le scientifique, est-elle pour ces enfants une figure implicite du passage entre le non savoir et le savoir ? En tout cas, il s'agit d'une interface sensible, et lorsque le rôle du médiateur n'est pas clair, il y a rejet. C'est le cas de Dorothée :

Des fois, elle peut poser des questions, si elle ne comprend pas. Mais là, elle ne posait pas de questions, elle n'a pas servi à grand-chose.

Ça rend plus enfantin, moins scientifique (...) Comme il y a beaucoup d'enfants qui aiment Dorothée (...) ils vont la regarder et ils vont peut-être apprendre des choses.

A mon avis, elle ne devrait pas être là (...) Elle devrait le laisser, lui, présenter ça, c'est son émission. Lui, c'est le chroniqueur de la science, et elle devrait le laisser tout seul (...) C'est pour attirer les jeunes pour l'audimat parce qu'il y a des jeunes qui aiment bien Dorothée, alors ça va faire de la pub. Mais, à mon avis, elle n'a pas à être là.

Arrivés à l'âge adulte, ces enfants ont-ils gardé une lecture intimiste des émissions scientifiques ? Nous ne pouvons pas l'affirmer. Elle n'est probablement pas devenue intellectuelle, car il faudrait que leur grande sensibilité à l'acquisition du savoir ait disparu, ni bénéficiaire pour des raisons sociologiques. Le passage d'une lecture intimiste à une lecture exclue, qui exprime un rapport à l'ignorance très douloureux mais qui n'attend rien de la télévision, semble moins impossible. Il relève de facteurs qui marqueront l'évolution du rapport de ces enfants à leur ignorance, rapport qui est déjà problématique.

Une lecture proto-bénéficiaire

Dans les propos de l'un des enfants, nous avons pu reconnaître certains thèmes caractéristiques de ce que nous avons identifié comme une lecture «bénéficiaire». Celle-ci était positive envers la télévision (contrairement à la lecture intellectuelle) et abor-

daît avec insouciance les limites entre savoir et ignorance (contrairement à la lecture intimiste).

Les médiateurs sous différentes formes - Bonaldi, Dorothée, le présentateur de E=M6 - sont acceptés par cet enfant sans réticence :

[La grand-mère] Ça certifie, ça rassure les enfants...«Ah, c'est grand-mère qui le dit, c'est que c'est vrai».

[Dorothée] Elle montre qu'elle comprend comme nous.

Si Dorothée comprend, pourquoi pas nous ? S'il [le journaliste scientifique] serait tout seul, ça s'adressait déjà aux plus grands.

En revanche, la prestation du journaliste scientifique a provoqué quelques réserves. Elles s'expliquent pour les mêmes raisons que nous avons indiquées auparavant à propos de ce fragment : le journaliste s'adresse prioritairement à l'animatrice Dorothée en respectant peu le contact du rapport de regard avec le téléspectateur, et par ailleurs il commet des erreurs de caméra lorsqu'il cherche, précisément, ce contact. C'est donc ici un dysfonctionnement du contact, et non pas le rôle du médiateur en tant que tel, qui perturbe cet enfant :

[A propos du journaliste scientifique du Club Sciences] On a l'impression qu'on est un peu abandonnés, là, qu'on ne fait pas partie de l'émission. « On est là, hou! hou!». Mais c'est

aussi pour que Dorothée puisse dire quelque chose. Sinon, on se demande ce qu'elle fait là.

Un autre thème caractéristique des bénéficiaires : l'optimisme quant à la possibilité d'apprendre est associé au sentiment de l'effort qu'il faut fournir :

En fait, tous les sujets, si l'on veut, peuvent devenir simples.

[A propos de Fractales] C'est une émission...il faut la regarder entière, sinon c'est pas la peine (...) il faut rentrer dedans.

[Fractales] C'est une émission qui s'adresse aux gens qui ont envie de comprendre et de savoir

La science permet de compléter l'existence. Il faut vraiment être curieux pour aimer la science. La science, elle vient de la curiosité.

Mais, de façon ambivalente, le fragment de *Fractales* a été ressenti comme trop compliqué. Et de ce point de vue, c'est à l'émission elle-même que l'on attribue les difficultés, ce qui est un autre trait caractéristique des bénéficiaires : un effort est à fournir, mais au-delà d'un certain seuil, c'est la faute aux communicateurs, si c'est incompréhensible :

[A propos de Fractales] Il faut prendre le temps d'expliquer (...) Ce n'est pas cette émission qui va me persuader d'être scientifique plus tard.

Un autre motif, enfin, associé à la configuration des bénéficiaires : le contact direct avec le scientifique n'est pas la modalité la plus souhaitée. A cet égard, le scientifique de *Fractales* active une résistance :

Il explique l'évolution de l'intelligence, mais il ne dit pas pourquoi, comment surtout (...) Il se compare à Einstein, c'est un peu...Il était un peu farfelu, un peu à côté de la plaque, on lui demande comment ça marche, il nous explique l'évolution (...) Il ne nous dit pas ce qu'on a envie de savoir (...) Il ajoute des chiffres avec, c'est pour faire joli.

Conclusions

On le voit, la dynamique qui déterminera les différentes lectures des adultes face à des émissions scientifiques est donc déjà en mouvement chez des enfants, dès 11-13 ans. La relation à l'école et à l'acquisition du savoir et la relation à la télévision sont les deux facteurs prédominants. L'importance du contact est particulièrement claire, même si les enfants à capital culturel familial plus élevé ont une perception davantage différenciée du contact avec le présentateur et avec le scientifique. A moindre capital culturel familial, la forme audiovisuelle fonde la légitimité du reportage, et à capital culturel familial plus élevé, l'authenticité attribuée au contenu joue davantage.

Une question qui se pose est celle de la spécificité de ce cas français. Elle est sans doute grande en raison de la rigueur du système scolaire, souvent pointé pour son incapacité à rassurer les enfants et à leur instiller une confiance suffisante en eux. Les enfants avec un capital culturel important s’y meuvent facilement mais c’est beaucoup plus dur pour les autres. Une enquête similaire dans un pays avec un système scolaire plus largement accueillant serait intéressante à mener.

L’enquête qui a été présentée a été conduite il y a près de 30 ans et on peut légitimement la question de l’évolution des enfants et de leur environnement et plus encore des médias (les deux étant évidemment liées). La télévision reste une pratique médiatique importante et le confinement en raison du Covid-19 l’a démontré, au moins en France avec + 65% de temps passé par les 15-24 ans devant la télévision contre + 41% pour Internet. Selon le Directeur exécutif Télévision et Internet de la principale agence de mesure d’audience, Médiamétrie, « *cette période a montré que les liens entre les jeunes et la télévision sont extrêmement forts* »⁵.

Mais la question de la transposition des résultats de l’enquête présentée ici aux pratiques des enfants sur Internet reste posée. Mon hypothèse, que j’ai déjà avancé lors d’un précédent Pentalog, est que les éléments constitutifs du contrat de lecteur restent essentiels. Comment me parlent-ils ? Comment se légitiment-ils ? Quelle image me renvoient-ils de moi ? Quel contact ai-je avec

5 <https://www.mediametrie.fr/fr/le-public-et-les-medias-un-lien-renforce-pendant-le-confinement> (consulté le 7 juin 2020). La même personne, à propos d’un pic d’écoute avancé dans la soirée « *Cela s’explique par l’importance des JT, un moment où les Français se retrouvent massivement devant la TV pour s’informer et être connectés à un collectif qui fait forcément défaut pendant cette période de confinement* ».

l'énonciateur ? Je crois que ce sont des questions qui relèvent d'invariants anthropologiques de la communication. Encore faudrait-il le démontrer en développant des enquêtes empiriques sur la réception de discours sur Internet (Jehel et Proulx, 2019).

Bibliographie

CHEVEIGNE, Suzanne de. La science médiatisée. II. Les contradictions des scientifiques. *Hermès* 21, «Science et médias» p 121-134, 1997, <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00171975/fr/>

CHEVEIGNE, Suzanne de. « La Science, c'est pas pour nous » : Réception des discours sur la science à la télévision. In GESLIN, Philippe ; ALBALADEJO, Christophe ; SALEMBIER, Pascal ; MAGDA, Danièle (dir.). *La mise à l'épreuve. La circulation des connaissances scientifiques en questions*. Paris, Editions Quae, p. 55-68, 2009

CHEVEIGNE, Suzanne de. Nouvelles circulations discursives à propos de science. In CASTRO, Paulo César (dir). *Circulação discursiva e transformação da sociedade*, Maceio, Edufal 2018, en ligne : <http://www.ciseco.org.br/index.php/noticias/373-livro-circulacao-discursiva-e-transformacao-da-sociedade>)

CHEVEIGNE, Suzanne de ; VERON, Eliséo. Science on TV : Forms and Reception of Science Programmes on French Television. *Public Understanding of Science*, 5, p. 231-253, 1996. <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00171768/fr/>

JEHEL, Sophie ; PROULX, Serge. Le travail émotionnel des adolescents face au web affectif. L'exemple de la réception d'images

violentes, sexuelles et haineuses. *Communiquer* 28, p. 121-139, 2020. <https://journals.openedition.org/communiquer/4854>

LAHIRE, Bernard (dir.). *Enfances de classe. De l'inégalité parmi les enfants*. Paris, Seuil, 2019, 1229 p., ISBN : 978-2-02-141960-3.

Metz, Christian, «*L'énonciation impersonnelle ou le site du film*», Meridiens Klincksieck, 1991

VERON, Eliséo. Quand lire c'est faire : l'énonciation dans le discours de la presse écrite. *Sémiotique II*, Paris, IREP, 1984, pp. 33-56.

VERON, Eliséo. L'analyse du contrat de lecture : une nouvelle méthode pour les études de positionnements de supports presse. *Les Médias. Expériences, recherches actuelles, applications*, Paris, IREP, 1985, pp. 203-230.

VERON, Eliséo. Il est là, je le vois, il me parle. *Réseaux* 21, 1986, p. 71-95

VERON, Eliséo. Presse écrite et théorie des discours sociaux : production, réception, régulation. In P. Charaudeau (Ed.). *La presse : Produit, production, réception*, Paris, Didier, 1988.

VERON, Eliséo. *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires, Paidós 2013

ZOLTIAN Elsa. *Grandir à Belsunce : les catégories ordinaires de l'expérience enfantine dans un quartier de Marseille*. Thèse EHESS, 2009

Na retórica de uns, o conflito de informação de muitos: o desvelamento de protocolos institucionais e os processos de circulação midiática

Ana Lúcia Medeiros¹

Luciano do Nascimento Silva²

Considerações prévias

Este texto se constrói em duas faces: a primeira, a estética de um discurso, uma produção da linguagem à luz de uma observação sociológica e do mundo da política. Seja por uma linguagem da discursividade da sociologia, seja pela ordem do discurso política, duas expressões conquistam a centralidade discursiva: a democracia e o funcionamento de suas instituições de Poder. A segunda, a produção linguística de observações jornalísticas

¹ Pesquisadora na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), analumbr@yahoo.com.br

² Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), lucianonascimento@hotmail.com

sobre a produção da linguagem do universo político nos últimos anos da realidade brasileira.

No que se refere à primeira face, a ideia esboçada relaciona-se com o pensamento da lógica que observa na democracia uma fórmula de construir consenso por meio da participação direta, não desconsiderando toda a complexidade e a diversidade sociológica e política de uma teoria da sociedade moderna. A observação de maior preocupação é direcionada para a ideia do funcionamento das instituições da democracia representativa (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Algumas questões lançam-se como ponto de partida para esta observação. É realmente provável a construção de consenso à luz do modelo de democracia ocidental? E, no caso brasileiro, o consenso é provável? O aumento ou a multiplicação da participação direta constrói o consenso? A participação direta é provável? E, se provável, ela expande o espaço das decisões na democracia? Por outras expressões, a multiplicação da participação implica numa democratização da representatividade e da mutação do Poder?

Pode-se observar que as indagações são inúmeras, os desafios são interessantes e provocantes sob a ótica do processo civilizatório. Mais ainda, quando se observa a perspectiva de um paradigma imaterial da produção da linguagem e da construção do modelo de participação à luz da possibilidade dessa produção linguística e comunicativa se desenvolver (como acontece) pelas nominadas redes sociais como tradução de espaços sem fronteiras. O que provoca o retorno das indagações: o que sabemos sobre esse modelo de sociedade? Quais as observações da sociologia a respeito de um modelo imaterial de produção de linguagem e relações sociais? Não há outra direção. O saber e o conhecimento sobre essa linguagem, essa sociedade e o mundo

moderno são identificados na produção dos meios de comunicação social.

E aqui o aparecimento do paradoxo: meios de comunicação social? Em um modelo de monopólio dos meios privados de comunicação e não públicos. Por estas expressões, o leitor pode observar a primeira face do texto ora apresentado para leitura e críticas, como determina a tradição de uma escola construtivista das observações sobre linguagem e sistemas.

Quanto à segunda face do texto, discurso de uma linguagem jornalística observadora da produção dos discursos da política no Brasil nos últimos anos, pode-se identificar a existência de um espaço tradicional da informação para uma circulação de conteúdos que se traduz pela estratégia da produção linguística da desinformação como produto do convencimento e da persuasão. E um ponto de inequívoca estratégia de utilização metodológica de modelo importado daquilo que se denomina *fake news*. Somada a elas, a estratégia do uso da retórica para construir efeitos de sentido, pelos membros do atual governo brasileiro.

Inclui-se nesse conjunto de táticas que segue um modelo importado a ideia da banalização dos modos de funcionamento do Estado como estratégia de aproximação de grupos e núcleos a serem conquistados pela desinformação. E assim aparecem as estratégias de comunicação da mídia como forma de contra-ataque.

Afinal, a estratégia de produção da comunicação do governo e seus membros é a espontaneidade na produção da linguagem como metodologia de transparência na relação comunicativa com grupos e núcleos e de (des)informação sobre a composição de membros em cargos públicos, isso por um lado. Enquanto a tradução dessa linguagem dá-se pelo processo construtor da

boa-fé, honestidade e não-culpabilidade desses membros, por outro lado.

Um método que não fica de fora é a iniciativa de aproximação de núcleos religiosos que podem funcionar como estrutura de sustentação do modelo de governo e exercício do Poder. E a conquista se realiza por uma linguagem humorística que faz a conexão entre os usuários das redes sociais e estes como propagadores de linguagem e (des)informação. E, finalmente, a *práxis* da ruptura com as formas do exercício da função e Poder com o propósito de implementar um modo difuso de funcionamento e operacionalidade das estruturas governamentais.

Parte I – A democracia e o funcionamento das instituições

A democracia é uma fórmula de construir consenso através da participação, o que implica uma participação total da pessoa.

A participação é o recurso do consenso na sua multiplicação para construir cada vez mais consenso, por uma parte.

Para tomar decisões políticas, por outra.

Os sistemas políticos não estão imunizados frente aos riscos dessas perspectivas, o que pode ocasionar uma derrota do sistema político

ou permitir que sobreviva quando já é morto.

As instituições são mecanismos de produção de confiança.

Quando elas não funcionam aparecem os substitutivos funcionais da confiança: os homens.

O que acontece é que os homens são perigosos, pois não têm estabilidade, não garantem nada.

Ai surge o cabaré da política.

A palavra Democracia é originária do grego antigo δημοκρατία (*dēmokratía* ou “governo do povo”), que tem sua aparição a partir de uma outra expressão que é δῆμος (*demos* ou “povo”) juntada a uma segunda que é κράτος (*kratos* ou “poder”)³, que são expressões surgidas para construir significados, sentidos, memória, mais especificamente, para construir o sentido dos sistemas políticos que eram realidades nas denominadas cidades-Estados, como p. ex., Atenas.

O termo Democracia traduz a ocultação do paradoxo da linguagem. “A comunicação que comunica não comunica para comunicar o incomunicável” (LUHMANN, 1987). A realidade linguístico-política, a ocultação do paradoxo é identificada no artigo 1º, Parágrafo único da Constituição do Estado brasileiro, quando diz que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (CF, 1988). E assim se oculta o paradoxo, pois ele que faz com que ocorra a operacionalização do sistema. A expressão paradoxo não pode ser interpretada como contradição, oposição, mas sim como condição de operacionalidade, sem a qual o sistema é bloqueado.

A expressão o poder emana do povo não tem sentido literal, mas sim fenomenológico, o “povo tem poder porque é privado do poder” (DE GIORGI, 2006). Mas esta expressão constrói o sentido do não-sentido traduzida como Estado de direito, Estado social de direito, sociedade democrática. E, ainda, expressões bem

3 DICIONÁRIOS EDITORA. **Dicionário de Grego-Português**. 1. ed. Acordo Ortográfico. Porto, Portugal: Porto, 2010.

mais ilusionistas, como p. ex., Estado constitucional de direito. Povo, Poder, Democracia, Política, Instituições, Sociedade, Civilização, só são possíveis à luz da construção do consenso. Os ensinamentos do pensamento político de Habermas (1997) e Luhmann (1979) são construções teóricas conflitantes. Os processos eleitorais, em sua forma, mostram que a produção do consenso pela participação total da pessoa não significa preceito imperativo para a construção da democracia, a estética transparece várias imagens.

Quando as instituições do Estado e da Política não produzem confiança surgem, então, os substitutivos da produção de confiança. Emerge, então, o que De Giorgi (2008) chama de o cabaré da Política. Para Habermas (1997), a democracia representa uma expressão mágica no sistema filosófico. Para além de tantos outros adjetivos que lhe são atribuídos, o pensador alemão também carrega aquele de “defensor da democracia”. A sua ideia de democracia expressa o sentido de esfera pública, a ética do seu discurso é a de que a democracia não existe sem o sentido da esfera pública.

Pode-se dizer, portanto, que democracia ou esfera pública não é possível sem a participação total das pessoas. À luz do sistema político brasileiro, como resiste a ética do discurso comunicativo de Habermas? A letra ética do discurso informa que, para além da ideia de globalização e aproximações culturais, existem princípios e verdades que se impõem universalmente na forma de validade, que podem ser alcançados por todos os cidadãos através do discurso e consenso (HABERMAS, 1989, 2003), ambos de natureza pública.

Já, por outras observações (LUHMANN, 1987), a preocupação reside no conceito de sistema, a partir da formulação do que é sistema informa a ruptura da ideia da teoria da ação para uma teoria da comunicação, concepção teórica desconectada da ontologia, teleologia e iluminismo. O sociólogo alemão Niklas Luhmann constrói a definição de fenômenos sociais

como sistemas e subsistemas (interação, organização, sociedade), seu gene são as diferenças.

Suas construções teóricas sobre os fenômenos sociais atingiram a ideia de introdução de uma sociologia política de questionamento dos elementos fundantes e estruturantes da sociedade moderna, portanto, com implicações para a democracia política representativa. A partir de suas formulações de sistemas e subsistemas adentrou ao universo da Política para afirmar que esta é apenas a representação de um Subsistema do sistema social denominado Sociedade. E assim radicalizou nos seus pensamentos sociológicos e políticos, ao redesenhar os dilemas da ação política por meio do processo comunicativo, provocando uma releitura da ideia de ação política coletiva e da organização dos processos de repartição do poder político constituído no modelo das sociedades complexas.

A lição de ruptura de Luhmann com conceitos clássicos da filosofia política pode ser identificada na afirmação de que os conceitos políticos de esquerda e direita são formulações ultrapassadas, o que foi interpretado como uma provocação à Escola de Frankfurt (*Institut für Sozialforschung an der Universität Frankfurt*), pois ainda esboçou o pensamento de que a Escola já não conseguia distinguir a afirmação do Estado burguês e a crítica que sempre fizera a ele.

Repita-se o *script*: à luz do nosso sistema político como se apresenta a teoria comunicativa de Luhmann? Segundo suas construções sócio-políticas não mais existem: esquerda e direita. Existe sim: uma situação que não quer ser oposição, e uma oposição que seu sonho é ser situação. Segundo sua teoria, a comunicação produzida no sistema social (a sociedade) não constrói consenso, aquela outra formulada no subsistema social (a política) inflaciona o consenso, construindo o cabaré da política.

O paradigma imaterial: redes sociais e espaços sem fronteiras

Lo que sabemos sobre la sociedad y aun lo que sabemos sobre el mundo, lo advertimos a través de los medios de comunicación para la masas.

Esto no sólo es válido respecto al conocimiento sobre la sociedad y sobre la historia, sino también respecto del entendimiento de la naturaliza.

Niklas LUMHMANN⁴

Um conhecido teórico dos sistemas sociais, certa vez, em um discurso escrito, afirmou que “a comunicação social é um evento improvável” (LUHMANN, 1987). Mesmo no caso de a comunicação social atingir algum sucesso ela provocará espanto. Quando se fala (o emissor) não há garantia de que o destinatário (receptor) da mensagem tenha entendido, compreendido, pelo contrário, o cenário é o da não-garantia, mesmo que ele (o receptor) informe que entendeu, compreendeu, a sua sinceridade pode não ser uma comunicação.

A resignificação da teoria da Sociedade e do Estado inicia-se pelo reconhecimento de um paradigma imaterial da linguagem ou comunicação, a ideia de exigência e necessidade

4 LUMHMANN, Niklas. **La realidad de los medios de masas**. Tradución de Javier Torres Nafarrate. (Universidad Iberoamericana). México: Anthropos, 2007.

de uma sociologia da comunicação. O advento da *Internet* e as ininterruptas invenções surgidas a partir dela assim determinam. As denominadas Redes Sociais são a tradução do espaço imaterial improvável de ser submetido às políticas de controle que não ultrapasse o estágio de ilusões funcionais reguladoras necessárias. A observação da *Internet* como jurisdição dos meios de comunicação social submetida a uma governança é iluminismo comunicativo, a cegueira linguística, a cegueira de uma sociologia do imaginário.

A política e o direito não têm estrutura para estabelecer fronteiras e observações reguladoras do espaço imaterial traduzido pela *Internet* e Redes Sociais, as regulações são simbólicas. As regulações relacionadas ao funcionamento das Redes Sociais, as diversas ideias de construção do marco civil da *Internet*, proteção geral de dados, a produção de instrumentos normativos, como p. ex., a Lei nº 12.965/14 e Lei nº 13.709/18, com argumentações fundantes em princípios, ideias de garantia, deveres e direitos dos internautas são ilusões jurídicas funcionais necessárias para uma política de fiscalização e monitoramento, mas não que se traduzirão em ferramentas jurídicas eficazes para construir políticas de responsabilização e punibilidade individuais ou coletivas.

Tratam-se, inequivocamente, de iniciativas estatais em que o direito é convocado para exercer sua função simbólica de impacto da estética jurídica. As construções normativas reguladoras tratam de preceitos relacionados à neutralidade de rede, organização do direito da privacidade dos nominados cidadãos internautas, dos direitos autorais à luz da denominada propriedade intelectual e tantas outras matérias a serem apropriadas ou disciplinadas pelo sistema do direito.

Outra face desse universo imaterial são as denominadas *fake news* que se identificam com o mundo digital, o espaço imaterial sem fronteiras para construir realidades sociais através da produção da falsa informação. O sistema de (des)informação e as chamadas *fake news* passaram a representar uma indústria da comunicação forjada a serviço de grupos ideológicos e econômicos, com o objetivo de chegar ou se manter no *Poder*, estabelecendo o controle do Estado mediante a condução e organização do imaginário social e, portanto, uma forma de política da jurisdição do sufrágio popular, da sociedade.

A sociologia não tem ofertado respostas ou alternativas para as construções políticas necessárias que possam garantir a ideia de legalidade material da produção de comunicação e informação como direito supraindividual. A produção comunicativa e a informação encontram nas tecnologias os meios de sua expansão. Os veículos, os meios de comunicação social tornaram-se uma espécie própria de sistema social de estética complexa a ser submetida às formas de regulação, a lição de um “processo universal de diferenciação da sociedade” (LUHMANN, 1999), a sociedade se expande com a expansão dos meios de comunicação social. Essa expansão se desenvolve a partir da incerteza se há verdade ou não na informação produzida pelos meios de comunicação social. A conclusão não é outra: “a comunicação é uma forma que se autodesenvolve” (LUHMANN, 2007, p. XV).

Por um lado, há sempre uma desconfiança e uma necessidade de certificação da informação; por outro, o desejo e a necessidade incontáveis de consumo dessa informação. As observações se distanciam, portanto, de políticas reguladoras de equação matemática, as complexidades são desconhecidas, os *modus operandi* são renováveis e velozes, pois a produção da falsa informação acontece em um tempo presente, propagada,

difundida e consumida velozmente nesse tempo presente sem reconhecer fronteiras.

Parte II – Do espaço tradicional à circulação de informações e (des)informações

O que precisa ser questionado, em particular, é o desprezo dado a setores públicos da saúde e da educação. Mas a imbecilidade não será vencida num virar da folha. A maioria dos que escolheram lideranças imbecis muito provavelmente continuará apoiando no futuro essas lideranças populistas e demagógicas. O medo não ajuda a vencer a mentira. Pelo contrário, o medo fundamenta a escolha de soluções messiânicas. É por isso que os “salvadores do mundo” adoram o medo. E fazem da gestão eterna de crises o alimento da sua longevidade. O Brasil tem uma experiência dolorosa nesta produção de um poder que vive da eternização da crise e da permanente polarização que mantém o país numa espécie de estado de guerra.

Mia

Couto (Estado de Minas, 20 de abril de 2020)

Os processos de circulação de informações tornam-se, cada vez mais, surpreendentes. São movimentos que envolvem mídia e sociedade nos quais cada um tem a capacidade de inventar modos possíveis de gerar dinâmicas próprias de funcionamento. Cada vez mais, cidadãos assumem o papel de produtores de conteúdo nas redes sociais. Por outro lado, a mídia tradicional conta com a participação dos usuários de internet, telespectadores, ouvintes e leitores como coprodutores das informações difundidas nesses ambientes tradicionais.

Se, para Luhmann (2005), o século XX foi marcado pela mediação, condicionada pela ação humana, ao que ele chama de autonomia, o que vemos neste século XXI são transformações nas dinâmicas de produção e disseminação de informações. Os processos colaborativos, a interferência dos algoritmos, a produção e disseminação de conteúdos enganosos e a reinvenção do jornalismo são algumas características desses movimentos na circulação de informações, especialmente, pela presença das redes sociais, intensificando dinâmicas próprias da comunicação e seus processos que sofrem mutações.

Nesse cenário da comunicação global, o Brasil destaca-se como um dos países que mais utilizam as redes sociais para difusão de informações institucionais. A adoção de ferramentas como Twitter, Facebook e Whatsapp na propagação de mensagens institucionais tem apresentado um quadro inédito no modo de levar à população a estrutura de funcionamento das instituições governamentais.

A banalização do funcionamento da máquina estatal na difusão de mensagens institucionais na retórica do presidente, seus ministros e secretários é algo recorrente, contínuo e, cada vez mais, ganha contornos surpreendentes. A retórica dessas autoridades do Poder Executivo desvela os modos de funcionamento da estrutura do Estado. E, em muitas situações, em vez de informar, desinforma. Nesse sentido, adotamos neste texto o termo (des)informação.

Na retórica da banalização, a adoção de estratégias de controle

Neste artigo, trazemos reflexões sobre a prática de produção e disseminação de conteúdos falsos nas redes sociais (adotada em um cenário político mundial no período de 2016 a 2018) e suas “consequências reais”, citando aqui Tandoc Jr. et al. (2017, p. 13 *apud* CARVALHO, 2019) para analisar a continuidade desses movimentos em dados que revelam o desvelamento das instituições brasileiras, a partir da retórica de membros do governo Bolsonaro, em seu primeiro ano na administração do país.

Atenta a esses movimentos que podem ser gerados na *Internet* com a proliferação de conteúdos enganosos, Cecília Almeida explica que:

há uma onda de desinformação, cada vez mais sofisticada e com finalidades políticas. Há uma grande vulnerabilidade da sociedade à circulação de conteúdos falsos. Eles circulam especialmente por Whatsapp, aplicativo gratuito que funciona como uma das principais fontes de informações de inúmeras pessoas. Os usuários não se certificam se a informação que receberam é verdadeira, antes de compartilhá-las (ALMEIDA, 2020).

Já a pesquisadora Helena Martins (2020) ressalta a intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e/ou políticos.

A proliferação de informações inverídicas pode provocar importantes transformações na sociedade. Convém lembrar que a propagação de sinais distorcidos da verdade (Allcott e Gentzkow, 2017 *apud* CARVALHO, 2019), adotada nas eleições norte-americanas de 2016, contribuiu para levar Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. Modelo que moveu a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, elegendo o político de extrema direita ao cargo público mais importante do país. Apesar das diferenças entre Trump e Bolsonaro, os dois são políticos de direita com alinhamento populista semelhante.

Um modelo importado, adotado em cenário político conturbado, que se espelha na propaganda de guerra, cuja meta é desmoralizar o inimigo. Um modo de circulação de informações que tem continuidade no primeiro ano do governo eleito em 2018 no Brasil e que evidencia a existência de um conflito entre a produção de conteúdos inverídicos e o jornalismo, pondo em xeque o capital do campo jornalístico, a credibilidade (BERGER, 1996).

Enquanto a produção de conteúdos falsos relaciona o vocábulo *fake news* à propaganda ou a outras práticas comunicacionais (entre as quais a imitação do jornalismo), a produção jornalística se pauta na realidade e tem como base o compromisso com a verdade. Nessa perspectiva, reforçando os princípios deontológicos do jornalismo, Sandra Borden e Chad Tew, da Universidade de Western Virginia e da Universidade de Southern Indiana, entendem que a distinção entre jornalistas e seus imitadores é “[...] moralmente significativa, uma vez que implica diferenças nos tipos de excelência que esses agentes morais seguem no seu trabalho” (Borden e Tew, 2007, p. 1 *apud* CARVALHO, 2019).

Um modelo importado na versão verde e amarela

Se a (des)informação que circula em redes sociais torna confusos os processos de compreensão da realidade, evidenciam-se, paralelamente, razões para preocupações com os modos de desvelamento das estruturas institucionais desenvolvidos por membros do governo brasileiro. Essas declarações de autoridades sobre o funcionamento do Estado geram efeitos de sentido (Luhmann) que suscitam um olhar mais atento de pesquisadores sobre uma cultura que vem sendo adotada por esses representantes do governo federal. Um modo de agir que parece desconsiderar a relevância do Poder Executivo (em suas várias instâncias).

Interessa, neste artigo, analisar como ocorre a banalização do funcionamento das instituições pela retórica de membros da equipe do governo Bolsonaro, as estratégias adotadas para garantir o apoio popular e como o que é dito por essas autoridades direciona para a desinformação os conteúdos disseminados a respeito das instituições que estão sob sua responsabilidade. São declarações feitas em ambientes virtuais e também durante entrevistas ou reuniões de trabalho.

Identificando os efeitos de sentido gerados nas estratégias da retórica dos membros do governo

Para analisar as dinâmicas de circulação de (des)informações que envolvem a retórica de membros do governo brasileiro, de um vasto leque de dados disponíveis, selecionamos materiais da mídia tradicional e nas redes sociais pelo período de um ano.

Na retórica dessas autoridades, podem ser identificadas estratégias que vão desde o uso do humor à adoção de uma lingua-

gem coloquial, que encontra em uma espécie de “espontaneidade” o canal de aproximação com pessoas comuns da sociedade. No contexto analisado, observa-se que esses indivíduos da sociedade – que se unem em grupos com ideias conservadoras e núcleos religiosos – assumem o papel de “apoiadores” do governo ou ativistas bolsonaristas.

A retórica dessas autoridades manifesta-se como uma cultura que se estabelece no modo de fazer pronunciamentos desses membros do governo. E, por mais que se apresente como uma retórica própria, sempre surpreende.

a. A vitimização como estratégia de aproximação da população

O meu presidente tem tentado um diálogo com jornalistas como nunca se viu na história do Brasil, mas é insultado, criticado, humilhado. É muita violência da parte do jornalista. E, às vezes, o meu presidente brinca. Então, não perdoam uma brincadeira, não perdoam uma fala dele, incitam, e na confusão, o levam a falar o que ele não quer falar (Damares Silva, em entrevista concedida à RFI em Genebra, na Suíça apud Notícias UOL, em 26 de fevereiro de 2020).

Em sua retórica, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, **vitimiza** Jair Bolsonaro na relação com a mídia e faz defesa das falas do presidente. A ministra, em seu discurso político, assume uma postura de fã do presidente, dando um tom de naturalidade às “brincadeiras” do “seu” presidente. Ao mesmo tempo, assume uma postura agres-

siva e acusatória contra os jornalistas. Pastora evangélica, a ministra adota um discurso persuasivo para o grupo de fiéis que a seguem nas posturas e nas ações que se propagam nas redes sociais.

b. Estratégias de comunicação da mídia no contra-ataque

O Jornal Nacional cobrou do ex-ministro Sergio Moro a prova do que disse em seu discurso (William Bonner, na exibição do Jornal Nacional, em 24 de abril de 2020).

A fala do apresentador do Jornal Nacional, na cobertura sobre o pedido de demissão do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, traz elementos da **accountability da mídia**, que trata do papel dos meios de comunicação (profissionais e o próprio veículo) nos processos de democratização da sociedade, gerando espaços de discussão sobre questões sociais.

O apresentador destaca em sua fala o papel social da mídia diante da fragilidade das instituições governamentais em assumir funções que dizem respeito às necessidades básicas das pessoas na vida em sociedade, em um grave momento político no contexto de uma pandemia. Nesse sentido, o texto lido no telejornal de horário nobre de maior audiência no país aponta para o compromisso da mídia em transmitir informações que prestem o devido esclarecimento à população sobre a crise pela qual passa o governo federal.

O verbo “cobrar” usado na fala do âncora do telejornal respalda a “responsabilidade social do jornalista” (MEDINA, 1982) no processo de apuração na produção da notícia, com o com-

promisso de transmitir a informação com a maior pluralidade de dados possíveis “[...] se sua legítima especialização é a de produzir sentidos” (MEDINA, 2006).

Para além do rigoroso processo de apuração da informação, compete ao jornalista a função de “uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público”, como defende Fábio Pereira (2004b).

Para Romais (2001, p. 52), “[...] num quadro de fragilização das estruturas públicas, o grande conjunto de reivindicações populares fica órfão, sem a defesa das entidades historicamente representativas. E quem assume esse papel, então, é a mídia”.

c. A espontaneidade como estratégia

Cala a boca!

Cala a boca, eu não perguntei nada.

Parem de fazer politicalha contra o Brasil...

Eu vou falar sobre essa patifaria da Folha de S. Paulo, daqui a pouco, aqui.

(Frases proferidas aos gritos pelo presidente Jair Bolsonaro contra repórteres, do lado de fora do Palácio da Alvorada, em Brasília, na manhã de 5 de maio de 2020. A fala foi recuperada em vídeo em circulação no Youtube apud MADERAL, Mateus, *Jornal Midiamax*).

O episódio mostra um presidente da República exaltado, cercado de apoiadores. Nas mãos, o exemplar do jornal Folha de S. Paulo, recém-chegado. Ao fundo, os jornalistas de distintas localidades do Brasil com suas pautas e equipamentos, prontos para produção da notícia do dia.

Aos gritos, Jair Bolsonaro manda repórteres se calarem, ao ser questionado sobre mudanças na Polícia Federal, em meio a uma crise política motivada pela saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça, e suspeitas levantadas pelo ex-ministro e pelo jornal Folha de S. Paulo sobre as intenções do presidente quanto à escolha de pessoas próximas de seus familiares para cargos de chefia da Polícia Federal.

Observam-se na retórica do presidente duas estratégias: a da **espontaneidade** (dizer o que sente, o que pensa – uma continuidade da prática adotada nas quase três décadas em que atuou como deputado) e a de ser agressivo para colocar-se em defesa do Brasil, mesmo em situações que tratam de questões que dizem respeito especificamente a ele, seus familiares e amigos.

d. Estratégia de empoderamento dos apoiadores

É ele que vai falar, não é vocês não.

(Jair Bolsonaro, dirigindo-se a jornalistas na saída do Palácio da Alvorada, em 31 de março 2020, vídeo em circulação no Youtube).

“Ele”, a quem o presidente se referia, era um apoiador que gritava que a imprensa “colocava o povo contra o presidente”. A hostilidade e o xingamento do apoiador, sob o aval do presidente, levaram os repórteres a abandonar o local sem a resposta do

presidente à pergunta feita sobre a postura do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que vinha dando orientações contrárias às de Bolsonaro diante da crise da pandemia pelo coronavírus. Postura autoritária e gritos do presidente na relação com repórteres e incentivo à violência verbal dos apoiadores dão o tom do encontro com jornalistas e apoiadores.

e. Estratégia da “transparência” na indicação para cargos públicos

Fiz um compromisso com ele [Moro], porque ele abriu mão de 22 anos de magistratura. Eu falei: a primeira vaga que tiver lá está à sua disposição. Obviamente, ele teria de passar por uma sabatina no Senado. Eu sei que não lhe falta competência para ser aprovado lá. Mas uma sabatina técnico-política. Eu vou honrar esse compromisso com ele. Caso ele queira ir para lá, será um grande aliado, não do governo, mas dos interesses do nosso Brasil dentro do Supremo. A primeira vaga que tiver, eu tenho esse compromisso com Moro, e, se Deus quiser, cumprimos esse compromisso. Acho que a nação toda do Brasil vai aplaudir um homem desse perfil no Supremo.

(Jair Bolsonaro, em entrevista a Milton Neves, na rádio Bandeirantes, em 12 de maio de 2020).

Na retórica do presidente ocorre o desvelamento de como funcionam as indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF). Percebe-se, no discurso do chefe da Nação, uma tentativa de revelar **transparência**, em detrimento de troca de favoritismos.

mo político. Aparecem, ainda, elementos que dizem respeito a um pacto moral e meritório. Também faz parte do conjunto de estratégias do discurso o compromisso com a Nação, com os cidadãos.

f. Estratégia de proximidade e cumplicidade com apoiadores, atribuindo a eles a ilusão do poder de decisão

[...] Se puder dar um filé ao meu filho, eu dou. Mas não tem nada a ver com filé mignon essa história aí. Nada a ver. É, realmente, nós aproximarmos nossa relação com um país que é a maior potência.

[...] Pretendo beneficiar filho meu, sim.

[...] Pretendo encaminhá-lo, sim.

(Jair Bolsonaro, sobre a indicação do filho, Eduardo Bolsonaro, para o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Band, em 19 de julho de 2019).

A íntegra do pronunciamento do presidente foi divulgada originalmente em transmissão ao vivo, pelo Facebook, em 18 de julho de 2019. O vídeo passa, posteriormente, por processos de edição para análise dos trechos mais impactantes da fala e divulgação por veículos de comunicação tradicionais e alternativos, alcançando alto índice de audiência. Na Band, de onde

foram extraídos esses recortes da fala do presidente aqui observados, foram feitas 3.556 visualizações, em 19 de julho de 2019.

Na retórica do presidente sobre a indicação do filho para assumir a Embaixada dos Estados Unidos, verifica-se o desvelamento de como funcionam as indicações para embaixadas. Aparecem, nessa retórica, indícios de nepotismo e a construção de ilusão funcional. Uma tentativa de levar o apoiador a acreditar que, na **cumplicidade** com o presidente, ele assume, junto, a função de decisão, quando, na verdade, não tem esse poder.

g. Estratégia de dar naturalidade à valorização dos amigos e da família nas tomadas de decisão

E daí?

Devo escolher alguém amigo de quem?

(Jair Bolsonaro, Redação de A Tarde, 26 de abril de 2020)

À questão feita em uma rede social sobre a proximidade dos prováveis chefes da polícia com os filhos investigados, o presidente Bolsonaro responde com outra pergunta: “E daí?”. Uma pergunta em tom de resposta. Agressiva, como costumam ser as respostas dadas às questões que a ele não agradam.

Um modo de agir “espontâneo” que busca a cumplicidade dos apoiadores. Tem apelo populista ao revelar fidelidade aos amigos, à família e ao país. Há, por trás dessa valorização da “espontaneidade” e da agressividade na resposta do presidente, um modo de aparentar honestidade. Não reagir com espontaneidade poderia dar um sentido de hipocrisia, de representação. Uma

estratégia de fidelidade aos sentimentos, quando alguém toca no que há de mais sagrado: os amigos, a família, o país.

A repostagem/questão “Devo escolher alguém amigo de quem?” vem seguida da explicação de que conheceu Ramagem antes de conhecer os próprios filhos. A retórica do presidente banaliza critérios para indicação de cargos de chefias da Polícia Federal e revela a estratégia de sensibilizar os apoiadores para a defesa da família, dos amigos e do país, acima de qualquer coisa.

h. Estratégia da não-culpabilidade

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?

Eu sou Messias, mas não faço milagre

(Jair Bolsonaro, apud Folha de S. Paulo, 28 de abril de 2020)

Em forma de perguntas, Jair Bolsonaro responde aos repórteres que queriam um posicionamento do governo sobre o novo recorde de mortes registradas em 24 horas, com 474 óbitos. Em sua retórica, o presidente não assume papel de dirigente da Nação em medidas de contenção da covid-19, revelando descaso e apatia durante a pandemia, eximindo-se de culpabilidade, sempre com o respaldo dos apoiadores, aglomerados no chamado cercadinho na saída do Palácio da Alvorada.

i. Estratégia de aproximação de núcleos religiosos

É o momento de a igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar.

(Damares Alves – ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Metro 1, em 7 de dezembro de 2018)

Ao defender o domínio de núcleos religiosos sobre o Estado, a ministra põe em xeque a **laicidade do Estado**. De acordo com a ministra Damares Alves, o protagonismo na política seria um desígnio de Deus. A retórica da ministra, pastora evangélica, alimenta doutrinas religiosas capazes de tornar núcleos religiosos mais coesos e supostamente empoderados.

j. O humor como estratégia de aproximação dos usuários nas redes sociais

Geopoliticamente, quem pode Lá sair folgado, em tempos relativos, dessa crise mundial? Pode Lá ser o Cebolinha? Quem são os aliados no Brasil do plano infalível do Cebolinha para dominar o mundo? Será o Cascão ou há mais amiguinhos?.

(trechos da postagem do ministro Abraham Weintraub em suas redes sociais em 4 de abril de 2020)

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, **usa o humor e personagens populares para atrair seguidores**, ao publicar no Twitter mensagem em que se apropria da imagem de um personagem da Turma da Mônica para provocar a China, criando entraves diplomáticos, no contexto de uma pandemia, que teve origem no país asiático. A postagem de Weintraub teve grande repercussão nas redes sociais, dividindo opiniões. Memes em defesa e a favor da postagem do ministro circularam em aplicativos diversos, especialmente, entre o de maior abrangência, o Whatsapp. Nas mídias tradicionais, especialistas analisaram a postura do ministro.

Em uma das memes de maior circulação, a personagem Mônica, que tradicionalmente usa força física para bater em quem faz alguma bobagem, bate no ministro, quebrando-lhe alguns dentes e o deixa caído no chão, enquanto sai esbravejando: “E nunca mais use a nossa turminha para ser xenófobo e nem debochar de uma pandemia séria”.

No mesmo dia, a empresa do criador da Turma da Mônica emitiu a nota “A Mauricio de Sousa Produções tem uma relação de muitos anos de amizade e admiração com o povo da China”. Em seguida, já não foi mais possível encontrar a mensagem publicada por Weintraub no Twitter. Um indício de que o ministro apagou a mensagem.

k. Sobreposição do senso comum em relação ao saber científico como estratégia de aproximação de grupos organizados

Estou convencido de que os dados de desmamentamento são mentira (Declaração de Jair Bolsonaro em café da manhã no Palácio do Pla-

nalto apud Marcos Correa. Hora do Povo. 19 de julho de 2019).

A linguagem coloquial que caracteriza a fala do presidente Jair Bolsonaro aponta para uma busca de aproximação dos grupos de interesse. No contexto de um longo processo de desgaste em torno de informações sobre o desmatamento das florestas brasileiras, Jair Bolsonaro **desqualifica a ciência**, abrindo um grave capítulo da crise no governo, ao classificar como sendo mentirosos os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que indicavam o aumento da destruição da Amazônia sob sua gestão. E demite o então diretor do Inpe, Ricardo Magnus Osório Galvão.

Notas conclusivas

Estratégias de comunicação adotadas pelo governo brasileiro seguem um modelo já experimentado nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016, quando foi descoberta toda uma lógica de uso de dados pessoais para segmentação de informações, muitas delas inverídicas ou descontextualizadas, demonstrando não se tratar apenas da existência das chamadas *fake news*, mas de um processo complexo e orientado de manipulação. As eleições brasileiras de 2018 também foram palco fértil para a disseminação de desinformação em massa. O modelo importado surtiu no Brasil o mesmo efeito: vence as eleições o político brasileiro de extrema direita, com o mesmo alinhamento populista do candidato eleito nos Estados Unidos.

A campanha política de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018 no Brasil, segue a mesma tática adotada por Trump em 2016: a propaganda de guerra, cuja meta é desmoralizar o inimigo.

332 Na retórica de uns, o conflito de informação de muitos: o desvelamento de protocolos institucionais e os processos de circulação midiática

Uma tática que se traveste de informação noticiosa, distante da prática moral exercida por profissionais do jornalismo, pautada no princípio deontológico de verdade e que tem como capital a credibilidade (BERGER, 1996).

O modelo importado, adotado na campanha eleitoral de 2018 no Brasil, tem continuidade no primeiro ano do governo Bolsonaro. Na retórica do presidente, seus ministros e secretários são gerados efeitos de sentido (Luhmann) que buscam a cumplicidade das pessoas. São estratégias que, embora apareçam na mídia tradicional, têm nas redes sociais o seu principal reduto, características próprias da (des)informação e daquilo ao qual se chama *fake news*.

Neste artigo, observamos onze estratégias de persuasão adotadas na retórica dessas autoridades. São estratégias travestidas de espontaneidade; valores éticos e morais; cumplicidade; fidelidade; a ilusão de atribuição de poder popular; humor. Táticas que parecem desvelar o funcionamento das instituições, mas escondem jogos de poder centrados em grupos políticos e empresariais, núcleos religiosos e no controle da máquina estatal, em um claro interesse de perpetuação do poder.

Identificamos, também, estratégias adotadas pela mídia no contra-ataque a essas táticas de retórica adotadas pelo governo e seus membros. Verificamos que, nesse processo, veículos tradicionais de comunicação assumem o papel do Estado em defesa da população, reservando em seus espaços mais nobres elementos da **accountability da mídia** que trata do papel dos meios de comunicação nos processos de democratização da sociedade, gerando espaços de discussão sobre questões sociais.

Referências

ALMEIDA, Cecília. <https://open.spotify.com/episode/6El7A5dZW-c89JIFwSuYuNU> 20 a 24 de abril de 2020. Acesso em 30 abril 2020

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO (Org.). O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BONNER, William. Jornal Nacional, 24 de abril de 2020.

BRASIL, *Constituição Federal de 1988* – Comentada por Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery. 7ª edição. São Paulo: 2019.

CARVALHO, Rafiza Luziani Varão Ribeiro. Notícias falsas ou propaganda?: Uma análise do estado da arte do conceito fake news. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação* Vol. 7, nº 13, janeiro-junho/2019

COUTO, Mia. Estado de Minas, Belo Horizonte, 24/04/2020. https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/04/24/interna_pensar,1141289/a-imbecilidade-nao-sera-vencida-num-virar-de-folha-diz-mia-couto.shtml?fbclid=IwAR39L-Sa9Y2Za1Ksssu0cz0aqJJ34q_6Yhug7jWfsgIKWBdBsEfulkNNIrMw Acesso em: 28 abril 2020

DE GIORGI, Raffaele. *Temi di Filosofia del Diritto*. (Collana Scienza del Diritto, nº 5). Lecce : Edizioni Pensa MultiMedia, 2006.

_____. MAGNOLO, Stefano. *Mondi della Società del Mondo*. (Collana Teoria della Società). Lecce : Edizioni Pensa MultiMedia, 2008.

DICIONÁRIOS EDITORA. *Dicionário de Grego-Português*. 1ª edição. Acordo Ortográfico. Porto/Portugal: Porto Editora, 2010.

HABERMAS, Jünger. *Direito e Democracia – entre facticidade e validade*. Tradução portuguesa por Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Teoría de la acción comunicativa – complementos y estudios previos*. Cátedra: Madrid, 1989.

_____. *Acción comunicativa y razón sin transcendencia*. Paidós: Barcelona, 2003.

LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.

_____. *La realidad de los medios de masas*. Traducción de Javier Torres Nafarrate. (Universidad Iberoamericana). México: Anthropos Editorial, 2007.

_____. *Potere e Complessità Sociale*. Saggio introduttivo e cura di DANILO ZOLO. Traduzione di Reinhard Schmidt e Danilo Zolo. Milano : il Saggiatore, 1979.

_____. DE GIORGI, Raffaele. *Teoria della Società*. Milano : Franco Angeli, 1999.

_____. *A Improbabilidade da Comunicação*. 3.ª edição. Lisboa: Vega, 2001.

_____. *A Realidade dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

MARTINS, Helena. Fake news: livro traz propostas para o enfrentamento real do problema. Comunicainter, 8 de junho de 2020.

<https://intervozes.org.br/fake-news-livro-traz-propostas-para-o-enfrentamento-real-do-problema/> Acesso em: 10 junho 2020.

MEDINA, Cremilda. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. O Signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

ROMAIS, Astomiro. Mídia, democracia e esfera pública. In: JACKS, Nilda. Tendências na Comunicação. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Material de mídia

ALVES, Damares. <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/65395,e-o-momento-de-a-igreja-governar-declara-futura-ministra-de-bolsonaro> Metro1, 7 dezembro 2018. Acesso em: 20 abril 2020.

A Tarde-Uol. <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2126063-e-dai-devo-escolher-amigo-de-quem-diz-bolsonaro-sobre-amigo-de-filho-para-assumir-a-pf>. 26 de abril de 202. Acesso em: 2 maio 2020

CORREA, Marcos. Hora do Povo. 19 de julho de 2019. (<https://horadopovo.com.br/nao-ha-fome-no-brasil-essa-e-uma-mentira-dos-populistas-diz-bolsonaro/>Acesso em: 15 abril 2020.

Notícias UOL. Sobre entrevista exclusiva concedida à RFI em Genebra, na Suíça, em: 26 de fevereiro de 2020.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/02/26/damare-alves-se-o-povo-vai-para-a-rua-agora-contr-o-congresso-e-direito-do-povo.htm> Acesso em: 1º maio 2020

Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioe-saude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml> . 28 de abril de 2020. Acesso em: 1º maio 2020

NEVES, Milton. <https://www.youtube.com/watch?v=fNWEZu7s-BbI> em 12 de maio de 2019. Acesso em 15 abril 2020. Fala transcrita e publicada no jornal O globo, em 12 de maio de 2019 (Apud ALMEIDA, Amanda. <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-sergio-moro-para-supremo-tribunal-federal-23660124> . 12 de maio de 2020 Acesso em 24 maio 2020

PARAGUASSU, Lisandra. Jornalistas deixam entrevista após Bolsonaro estimular apoiadores a hostilizarem repórteres. <https://br.reuters.com/article/idBRKBN2IIT2-OB RTP> . 31 de março de 2020. Acesso em: 20 abril 2020

Youtube, apud MADERAL, Mateus. Jornal Midiamax. 5 de maio de 2020.

<https://www.midiamax.com.br/brasil/2020/video-cala-a-boca-grita-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-jornalista-sobre-mudanca-na-pf> Acesso em: 5 maio 2020

Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=AX5sk_rKNCU. 19 de julho de 2019. Acesso em: 10 maio 2019.

WEINTRAUB, Abraham <pic.twitter.com/qnTnoYT7JP> — Abraham Weintraub (@AbrahamWeint) April 4, 2020 . Acesso em: 20 abril 2020

_____. <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/weintraub-china-mauricio-de-sousa/> 5 de abril de 2020. Acesso em: 10 maio 2020

Fronteiras e periferias dos saberes-fazeres religiosos em midiatização: o caso “Diversidade Católica”

Moisés Sbardelotto¹

Introdução

No ambiente digital, as práticas sociais, a partir de lógicas midiáticas, complexificam o fenômeno religioso hoje, em um processo de midiatização da religião. Tais ações são operadas por inúmeros interagentes conectados, indo além do âmbito estritamente eclesial-institucional ou midiático-corporativo. Essas modalidades complexificadas de interação desencadeiam processos inovadores de inteligibilidade e ressignificação do “sagrado” e das crenças e práticas religiosas em rede.

¹ Jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com estágio de pesquisa doutoral na Università di Roma “La Sapienza”, na Itália. É membro do Grupo de Reflexão sobre Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). E-mail: m.sbar@yahoo.com.br..

Com isso, diversificam-se os meios para a “aprendizagem da fé” hoje. Por um lado, os processos comunicacionais em rede publicizam e visibilizam as mais diversas religiosidades socialmente. Por outro, também tornam um universo religioso específico, como o catolicismo – caso aqui em questão – potencialmente, acessível e ressignificável para qualquer pessoa, seja ela católica ou não, religiosa ou não. Graças à ação social em redes digitais, os saberes-fazer específicos desse campo religioso – ritos religiosos, textos sagrados, práticas litúrgicas, doutrinas canônicas etc. – antes restritos aos iniciados, passam a ser disponibilizados como informação pública, passam a ser “secularizados” por e para qualquer pessoa, com tensões e desdobramentos significativos.

Um caso significativo disso é o “Diversidade Católica” (DC) que se apresenta como “[...] um grupo de leigos católicos que procura conciliar a fé cristã e a diversidade sexual e de gênero, promovendo o diálogo e a reflexão, a oração e a partilha”². Nascido em 2007, a partir de contatos online e hoje com presenças digitais próprias em site, blog e Facebook, o grupo fornece subsídios teológicos e pastorais em rede acerca da interface entre “ser cristão católico” e “ser LGBT”.

Trata-se de um grupo leigo – ou seja, sem vinculação oficial com a instituição eclesial e às margens de sua hierarquia – que emerge socialmente graças a um processo de midiatização de suas práticas. Em suas ações comunicacionais, tais sujeitos promovem novas condições de construção e circulação de conhecimento religioso, por meio da promoção de práticas de “diálogo e reflexão” sobre realidades, praticamente, silenciadas

2 Disponível em: <<https://www.diversidadecatolica.com.br/>>.

no catolicismo, como a diversidade sexual e de gênero, lida à luz da fé cristã. Tais processos explicitam a apropriação e o compartilhamento de ressignificações do “sagrado” cristão em complexos circuitos interacionais.

Neste artigo, analisamos as ações e interações comunicacionais do DC em sua página no Facebook³, principalmente, em torno da organização e da repercussão do 1º Encontro Nacional de Católicos LGBT, evento promovido pelo grupo em 2014, no Rio de Janeiro, reunindo católicos LGBT de todo o Brasil⁴. Trata-se de um caso que explicita de modo mais denso e intenso os complexos processos de ressignificação das crenças e práticas religiosas, por meio de gestos pedagógico-catequéticos alternativos em torno de questões candentes do catolicismo.

Para isso, primeiramente, reflete-se sobre o contexto da mídiatização digital da religião e o fenômeno da emergência do chamado “leigo-amador”, a fim de compreender melhor as ações comunicacionais do DC. Também resgata-se um breve histórico da relação entre o DC e o ambiente digital, a partir de uma entrevista em profundidade, realizada com Cris Serra, psicóloga e membro do grupo, desde 2008.

Por fim, conclui-se que, em redes comunicacionais, o fluxo de sentidos sobre o que é “ser católico” encontra brechas e escapes no processo de circulação social. Nas interações em rede, vão sendo construídos saberes-fazer específicos sobre o catolicis-

3 Disponível em: <<https://www.facebook.com/diversidadecatolica/>>.

4 Para isso, analisamos as postagens publicadas entre os dias 07/07/2014, quando foi feito o primeiro convite para o evento, até o dia 04/08/2014, quando foi postada a última repercussão do encontro na página. Além desse período, foi tomada uma postagem avulsa: a do dia 14/07/2015, quando o grupo comemorou seus oito anos de existência, dada a relevância da data e o debate nascido a partir daí.

mo, em circuitos de construção e compartilhamento de conhecimento religioso não mais centralizados na instituição eclesial, mas articulados a partir das ações comunicacionais de interagentes diversos, mediante experimentação e invenção religiosas.

Dessa forma, vai-se muito além (ou fica-se muito aquém) dos interesses eclesiais institucionais, expandindo as fronteiras dos saberes-fazer considerados “canônicos” pela Igreja-instituição e exponenciando a ação e a mobilização comunicacional das periferias eclesiais, como as pessoas LGBT. Na polissemia religiosa que daí emerge, entre contradições e complementariedades, o interagente tem a possibilidade de alimentar e construir comunicacionalmente um universo religioso próprio, a partir de suas aprendizagens e bricolagens.

O “leigo-amador” no contexto da midiatização digital da religião

Modalidades mais complexas de comunicação podem gerar e mediar modalidades mais complexas de religião e religiosidade. Com o avanço da digitalização e da conectividade, as religiões e Igrejas vão sendo impelidas a modificar suas próprias estruturas comunicacionais e sistemas internos e externos de significação do “sagrado”, mediante não apenas processos de adoção (*adopt*) ou de adaptação (*adapt*) aos processos midiáticos (LUNDBY, 2009), mas também de apropriação, negociação, reconstrução. Nesses novos contextos de interação social:

[...] as mídias podem ser, ao mesmo tempo, fonte de religião e espiritualidade, um indicador da

mudança religiosa e espiritual e podem estar articuladas com as tendências religiosas e espirituais – mudando a religião mediante essas interações e sendo mudadas por essa relação (HOOVER, 2008, p. 4, trad. nossa).

Ocorre, assim, um processo de midiaticização da religião, marcado pelo “[...] deslocamento da religião para o céu aberto do mercado simbólico de natureza midiática” (FAUSTO NETO, 2004, p. 3). Com isso, “[...] as relações entre o ‘mundo da vida’ e o sagrado se estruturam e se articulam em torno de processos de experimentação tecno-simbólicos, aos quais se submetem rituais e liturgias, enquanto requisitos fundamentais para a produção da crença, hoje” (FAUSTO NETO, 2010, p. 10).

O processo de midiaticização catalisa a publicização da religião que não pode mais ser entendida apenas como instituição ou doutrina fixada; ela também tem a ver com práticas e experiências religiosas “encarnadas” midiaticamente por indivíduos, coletivos e instituições, em ambientes tecnossociais públicos. Hoje quase todos os âmbitos da vida religiosa – historicamente marcada por rituais iniciatórios, reservados a poucos escolhidos – estão expostos a qualquer indivíduo no ambiente digital.

Acompanhando o processo histórico da religião como *medium*, Pace (2013) nos ajuda a compreender que uma religião nasce a partir de uma “palavra viva”, manifestada como uma revelação, uma epifania, uma *comunicação* a um interlocutor original, a uma autoridade. Essa palavra viva se transforma em uma “palavra dada”, mediante a “*comunicação da comunicação*” desse intérprete autorizado ou de um texto sagrado. Por sua vez, essa palavra dada é conservada na memória e na comunicação de uma “comunidade da palavra”, que realiza uma *comunicação*

de terceira ordem e cuja unidade é mantida na comunicação de suas teologias e liturgias, em sua ritualidade.

Hoje, segundo o autor, teríamos uma *comunicação de quarta ordem*, pois, com a internet e as mídias digitais, é como se esse terceiro nível de comunicação reflexiva produzisse um quarto nível no ambiente digital que reconstrói, publicamente, a matriz original da mensagem religiosa. Ou seja, a religião digitalmente midiaticizada não apenas assume novas formas de percepção do mundo em que habita e novas formas de expressão de sua tradição e doutrina – em novas temporalidades, espacialidades, materialidades, discursividades e ritualidades (SBARDELOTTO, 2012) – mas também “[...] se expõe à interação com um ambiente muito mais vasto, complexo e diferenciado daqueles com que habitualmente entra em contato” (PACE, 2013, p. 93, trad. nossa).

Na midiaticização digital da religião, exponencia-se o *alcance* e a *velocidade* dos processos de comunicação religiosa, em uma ruptura de escala espaço-temporal (VERÓN, 2012). Desse modo, “[...] a fácil coexistência de tantas visões diferentes e abertamente heterodoxas no ciberespaço expõe o internauta a um ambiente doutrinal mais fluido, que tem o potencial de encorajar os indivíduos à *experimentação religiosa e espiritual*” (DAWSON; COWAN, 2004, p. 3, trad. e grifo nossos). Isso porque, em rede:

[...] os significados que os diversos componentes atribuem ao que os reúne [como as crenças e práticas religiosas] são discutidos, submetidos a uma contínua negociação, aceitos e redefinidos, acolhidos com entusiasmo ou com críticas. [...] A participação de mais pessoas em tal processo de definição e redefinição dos significados dilata o sentido a ser atribuído a palavras-chave (por exemplo: as

palavras “Deus” ou “espírito”) ou a objetos que pretendem incorporar uma mensagem simbólica (PACE, 2013, p. 22, trad. e grifos nossos).

Também em rede é possível realizar “bricolagens da fé”, em que “[...] o próprio indivíduo produz, de maneira autônoma, o dispositivo de sentido que lhe permite orientar sua vida e responder às questões últimas de sua existência” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 156), estabelecendo, assim, um vínculo mais livre entre sua posição pessoal e a tradição religiosa instituída. Portanto, é relevante observar o que acontece quando a experiência e a comunicação religiosas se manifestam nos ambientes digitais, que concedem um grau de autonomia e liberdade muito maiores à construção de sentido, “[...] liberando uma subjetividade que pode pôr em crise o princípio de autoridade sobre o qual se baseia a força comunicativa das religiões históricas” (PACE, 2013, p. 191, trad. nossa).

Os meios tecnológicos de produção, circulação e recepção de sentido hoje (às vezes, em um único artefato) estão ao alcance da imensa maioria da população. A midiatização digital “[...] permite acima de tudo pôr-se imediatamente em uma situação de criação” (FLICHY, 2010, p. 21, trad. nossa). A internet, pela sua facilidade de acesso e de uso, bem como pela expansão do alcance e da abrangência das interações sociais, possibilita que as pessoas assumam um poder de pronunciar uma “palavra pública”, mediante “[...] comportamentos de autonomia individual e de ‘conectivização’” (FLICHY, p. 15, trad. nossa).

Surge, assim, um novo posicionamento dos fiéis comuns, dos “leigos”, não apenas como meros “ouvintes da Palavra”, mas também como possíveis “produtores de uma palavra” sobre a fé, mediante a descontextualização e a recombinação de sentidos.

Comunicada em rede, tal palavra deixa de ser “palavra pessoal” para ser “palavra social”, ao entrar no fluxo da circulação midiática.

A midiatização digital da religião traz à tona as ações “microbianas” desses agentes que não são historicamente novos, mas emergem social e eclesialmente graças à internet. As mídias digitais tornam-se espaços de autonomia, para além do controle de empresas e instituições que, historicamente, monopolizaram o processo de produção da informação e detinham o seu poder, como a própria Igreja.

Por um lado, trata-se da autonomia de tomar a palavra em público e potencialmente em relação com a Igreja e sociedade inteiras, sem a necessidade dos mediadores tradicionais, como os clérigos. Por outro, da autonomia de incorporar no espaço público os próprios conhecimentos religiosos, sem a necessidade da aprovação e de “filtros” externos, como, por exemplo, os da própria autoridade religiosa.

Esse processo de autonomização aponta, justamente, para a “[...] mutação nas condições de acesso dos atores individuais à discursividade midiática, produzindo transformações inéditas nas condições de circulação” (VERÓN, 2012, p. 14, trad. nossa), especialmente, a partir da midiatização digital. As especificidades das redes digitais permitem que, pela primeira vez na história, o usuário tenha “[...] o controle do ‘switch’ entre o privado e o público” (VERÓN, 2010, p. 15, trad. nossa), podendo decidir autonomamente os conteúdos e os interagentes com os quais quer se comunicar.

Emergem, assim, *leigos-amadores* que exponenciam seus vínculos e suas competências sociorreligiosas no ambiente digital, no qual basta “[...] dominar basicamente as interfaces e

os protocolos [das redes digitais], e o usuário já dispõe de tudo o que é necessário para ‘teologizar’ publicamente” (SBARDELOTTO, 2016, p. 238). Por um lado, o amador é alguém que “[...] se mantém a meio caminho entre o homem ordinário e o profissional, entre o profano e o virtuoso, entre o ignorante e o sábio, entre o cidadão e o homem político” (FLICHY, 2010, p. 11, trad. nossa). Por sua relevância no cenário da midiatização digital, os amadores encontram-se hoje “[...] no coração do dispositivo de comunicação” (FLICHY, 2010, p. 7, trad. nossa).

Por outro lado, trata-se também de um “leigo” – isto é, “[...] todos os cristãos que *não são membros* da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja [...] É própria e peculiar dos leigos a *característica secular*” (CONSTITUIÇÃO, 1964, n. 31, grifo nosso). Portanto, trata-se, principalmente, de um “não clérigo”, de uma pessoa marcada pela ausência de institucionalidade reconhecida e por uma secularidade em relação a sua participação na missão da Igreja.

Na autonomização possibilitada pela midiatização digital, tal sujeito comunicacional desponta como uma figura midiática e religiosamente autonomizada, uma hibridação entre o “leigo no assunto” e a “autoridade especialista” que passa a compartilhar saberes-fazer sobre a religião em suas práticas digitais, desencadeando circuitos inovadores de aprendizagem da fé junto aos demais interagentes.

O leigo-amador se manifesta como um interagente comunicacional não revestido pela oficialidade religiosa nem pela institucionalidade midiático-corporativa – ou, se investido de tais competências, é alguém que age em rede propositalmente desprovido de tais qualificações, sem a necessidade de ostentar publicamente o seu saber-fazer reconhecido pela instituição/ autoridade.

Isso não significa ausência de competência teológica ou comunicacional, mas sim outra forma de engajamento nas práticas midiático-religiosas. O leigo-amador erige-se socialmente como especialista religioso no seu âmbito local e específico de interação, já que, no processo de circulação em rede, o aparato da instituição católica se mostra, cada vez menos, capaz de regular e controlar as práticas dos fiéis que passam a validar e confrontar, mutuamente, seus saberes-fazer religiosos.

O que se percebe nas redes comunicacionais, justamente, é o apagamento das fronteiras entre as autoridades e peritos religiosos e os leigos-amadores, isto é, formas de participação das pessoas na aprendizagem e na construção de seus próprios conhecimentos religiosos no universo digital. Manifesta-se, assim, um “[...] processo de *democratização das competências* que está no coração da atividade amadora” (FLICHY, 2010, p. 79, trad. nossa), em que especialistas e não especialistas cooperam ou disputam a construção e o compartilhamento dos diversos saberes-fazer, incluindo religiosos.

Vejamos, a partir disso, como o DC explicita tais processos.

Diversidade Católica, um “sinal dos tempos” comunicacional digital

No contexto católico, vem emergindo com força, no mundo inteiro, um novo “sujeito eclesial” que demanda seu espaço e reconhecimento na Igreja: a pessoa homossexual. No contexto eclesial brasileiro, especificamente, tal realidade se torna cada vez mais forte, embora entre tensões e desconfianças:

Importante sinal dos tempos atuais é a visibilização da população homossexual. No passado, gays, lésbicas e bissexuais viviam no anonimato ou à margem da sociedade. [...] Hoje, fazem imensas paradas, estão presentes nas telenovelas, buscam reconhecimento, exigem respeito e reivindicam direitos. Essa população está em toda parte. [...] Os gays fazem parte da sociedade e, ao se visibilizarem, almejam cidadania plena, com os mesmos direitos e deveres dos demais. [...] Há muitos gays na Igreja. [...] Não há dúvida de que essa realidade faz parte das periferias existenciais apontadas pelo papa. [...] Em vez de julgá-las ou marginalizá-las, deve-se fomentar na Igreja um ambiente acolhedor” (LIMA, 2014, p. 29-36, grifo nosso).

Ficam evidentes, nessa reflexão, os limites, as necessidades e as possibilidades de se trabalhar essa questão no âmbito católico. Trata-se de um “importante sinal dos tempos atuais”, isto é, de uma realidade sociocultural emergente e numerosa que provoca e convoca a Igreja a ver tal fato a partir de uma perspectiva transcendente. Esse sinal precisa ser “visibilizado” na cultura, encontrando um “ambiente acolhedor” na própria Igreja. Em suma, trata-se de um sinal que precisa ser *comunicado* – com tudo o que isso implica. É nesse contexto de afirmação e busca de reconhecimento por parte das pessoas *gays* católicas que se insere a ação comunicacional do grupo *DC*.

O *DC* nasceu entre 2006 e 2007, no Rio de Janeiro. Uma apresentação disponível em seu site o define como “[...] um grupo de *leig@s crist@ católic@s* que acredita na possibilidade de viver

identidades aparentemente antagônicas: ser crist@ católic@ e ser LGBT”.⁵ Apesar de trabalhar em uma interface delicada e complexa no interior do catolicismo, o grupo reitera a sua fidelidade à Igreja tanto em seu site (“O lugar para viver e crescer nesse amor universal é a Igreja”)⁶ quanto em sua página do Facebook (“Somos membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana”).⁷

Trata-se, portanto, de um caso de autonomização e publicização de um sujeito socioeclesial específico (o “*gay* assumidamente católico”) que manifesta suas competências comunicacionais em torno dos saberes-fazer católicos ressignificados à luz das questões de gênero. Cris Serra oferece mais detalhes sobre a origem do DC:

O Diversidade nasceu na internet. Em 2006, um grupo de pessoas, algumas gays, outras não [...], todas muito ligadas ao catolicismo, começaram a conversar sobre como conciliar essas duas identidades [gay e católica]. E decidiram organizar um material e assim foi criado um site. [...] E é engraçado porque, a partir do site [...] começou a surgir a demanda, porque as pessoas começaram a buscar na internet, a parar no site, a entrar em contato [...]. E as pessoas começaram a pedir ajuda, tirar dúvidas e pedir orientação. Então, a demanda por encontros presenciais surgiu a partir do surgimento do site [...] En-

5 Disponível em: <<http://www.diversidadecatolica.com.br/quem-somos/>>.

6 Idem.

7 Disponível em: <https://www.facebook.com/diversidadecatolica/info/?tab=page_info>.

tão, foi surgindo uma pequena “redezinha” ali [...] começou a surgir uma demanda e começaram a haver reuniões presenciais uma vez por mês (informação pessoal, São Leopoldo, 16 out. 2015, grifo nosso).

As conversas e os debates sobre a conciliação das duas identidades, católica e *gay*, por parte do grupo, ao serem permeadas pelas possibilidades da cultura sociodigital, levaram à criação de um site que favoreceu uma “demanda” em termos de “busca” de mais conhecimentos, formação e orientação. A “redezinha” *offline* gerou a rede *online*, com maior alcance que, depois, retorna ao ambiente *offline* nas reuniões presenciais. Aquilo que subsistia de modo latente no interior da Igreja Católica encontrou um “ponto de escape” comunicacional, uma “fresta digital” no “armário eclesial”.

Com o passar do tempo, a abrangência e o alcance comunicacionais do grupo foram aumentando, ganhando catalisação e exponenciação importantes a partir da criação da página no Facebook, segundo Cris Serra:

O Facebook com certeza se tornou um enorme canal de contato. *Muito grande, muito grande. São muitas mensagens por dia. [...] Muita gente, muita gente chegou ao grupo pelo Facebook. [...] As pessoas chegam ali e entram em contato. De fato, eu me arriscaria a dizer que o Facebook hoje é o nosso principal canal de comunicação disparado* (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015, grifo nosso).

Temos, assim, uma rede tríplice que perpassa as redes comunicacionais e é articulada pelo DC: a homoafetividade, o catolicismo e as conexões digitais. Emerge aí uma nova forma de participação sociocomunicacional na construção do campo religioso, marcada pelo empoderamento e pelo compartilhamento de saberes-fazeres entre “católicos leigos comuns” que agora de-têm um maior poder midiático.

No site do DC, isso se explicita na seção intitulada “Perguntas frequentes”⁸, que revela um processo de compartilhamento de conhecimentos e de aprendizagens em circulação entre o grupo e seus seguidores. No Facebook, as postagens da página e os comentários recebidos transformam-se, também, em um espaço de debate entre os diversos interagentes, ao se trabalhar nessa complexa interface entre homoafetividade e religiosidade católica. Nesse sentido, segundo Cris Serra, desde o começo do grupo houve:

[...] uma preocupação em manter o diálogo, não entrar no confronto, de não reforçar o lado, o aspecto de conflito e de já começar a trabalhar, desde o começo, o aspecto da convergência, o aspecto do diálogo, o aspecto do encontro e das possibilidades de isso acontecer. [...] *Existem pessoas gays que são católicas, e existem pessoas católicas que são gays. Com todos os seus conflitos, com todas as suas dificuldades ou não. Existir, nós existimos. Estar dentro, já estamos. [...] Então, eu acho que a escolha desse nome [“Diversidade Católica”] passa pela fundação, pela concentração, já no nome e na logomarca, dessa atitude*

8 Disponível em: <<https://www.diversidadecatolica.com.br/categoria/perguntas-frequentes/>>.

tanto dentro como fora de fazer esse canal de diálogo. De se colocar nessa posição de intermediação, inclusive, também, de ser um nó, um ponto nodal, de poder se comunicar tanto com os *gays* que estão fora, quanto com os religiosos que estão dentro (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015, grifo nosso).

A partir do seu próprio nome, o coletivo busca promover o diálogo e a convergência de uma “diversidade” que existe no catolicismo, mas que demanda reconhecimento. Trata-se da explicitação pública de algo que já existe no ambiente católico e que é ressignificado como diverso. Por isso, o grupo busca promover uma “intermediação fronteira” entre os *gays* e os religiosos, entre um “fora” e um “dentro” no contexto católico, em um entrelaçamento de práticas de sentido religiosas e de construção de conhecimentos religiosos.

Como nos explicou Cris Serra, a ação comunicacional do grupo também surgiu a partir de outros sites católicos, nos quais ela se informava sobre “[...] essa multiplicidade de discursos dentro do universo católico, cristão [...] [A partir disso], comecei a querer trazer essa reflexão mais ampla para poder fazer essa conexão com a questão LGBT dentro da Igreja Católica Romana” (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015).

A ideia, em suma, era buscar “[...] uma reflexão sobre uma catolicidade mais autônoma, menos heterônoma, buscando um pluralismo, não só falar da questão *gay*, mas uma reflexão católica mais ampla [...] buscar discursos contra-hegemônicos, uma moral não tão conservadora” (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015). O objetivo, dessa forma, é possibilitar o acesso, por parte das pessoas, a discursos católicos sobre a homoafetividade

não encontrados publicamente ou invisibilizados, oferecendo espaços de aprendizagem alternativa sobre a fé católica.

Um caso que explicita isso foi a postagem do dia 14 de julho de 2015, referente aos oito anos de existência do DC.⁹ Na publicação, a vinculação catolicismo-homoafetividade é construída desta forma:

Hoje, para nós, é dia de comemoração e de agradecimento! Há exatos 8 anos, o *Diversidade Católica* lançava o seu site, dando o primeiro passo de um *rico e bonito apostolado*. Neste dia, *queremos agradecer a Deus* pelos anos de caminhada, pela *doação bonita* dos nossos membros e parceiros, e principalmente por *aqueles e aquelas a quem a nossa mensagem tem alcançado e transformado*. Rezamos para que o nosso trabalho continue firme na *construção do Reino*, e que continue dando frutos! *Rogamos pela intercessão de São Camilo de Léllis*, fundador da Ordem dos Ministros dos Enfermos, que tem seu dia celebrado hoje. Assim como ele tanto contribuiu para curar as feridas dos corpos, *que nós também possamos seguir curando feridas em corpos e almas machucados pela LGBTfobia*. Vida longa ao *Diversidade Católica!* (grifo nosso).¹⁰

O texto é marcado por uma ressignificação de elementos religiosos na interface com a diversidade de gênero, incluindo expressões de proximidade afetiva em relação ao seu “apostolado”,

9 Disponível em: <<https://goo.gl/bT9l29>>.

10 Disponível em: <<https://goo.gl/bT9l29>>.

ou seja, um reconhecimento da sua própria missão no marco da missão eclesial. Isso envolve também um aspecto comunicacional de fazer com que a “mensagem” do grupo “alcance e transforme” mais pessoas.

Nos comentários que se reportaram à postagem, houve diversas manifestações de apoio e de parabenização pela atuação comunicacional do grupo:

Caíque - Obrigado por este trabalho, *Diversidade católica!* Essencialmente aos membros que construíram o site, que foi canal de graça e salvação para mim, quando pensei em desistir de tudo. Que Deus os abençoe sempre nesta missão de evangelizar sem preconceitos, em busca de novos céus e novas terras aos diletos de Deus [*emoticon* sorriso] [14 jul. 2015, às 19:14].

Diversidade Católica – Caíque, querido... sua mensagem muito nos encanta e emociona, e somos muito gratos a Deus por conseguir tocar pessoas com histórias como a sua [...] [14 jul. 2015, às 23:54] (grifo nosso).¹¹

Percebe-se, em tais comentários, como os processos comunicacionais do grupo são reconhecidos pelos usuários como ambientes de experiência e aprendizagem religiosas, reconstruídos na perspectiva de uma “evangelização sem preconceitos”, como afirma “Caíque”. A atuação do DC revela aos usuários mediações sociorreligiosas inovadoras em comparação com outros espaços

¹¹ Disponível em: <<https://goo.gl/syIMws>>.

eclesiais que permite a construção social de um universo simbólico sobre o catolicismo capaz de ressignificar a identidade *gay*. Diante disso, a presença do DC em rede aponta para processos de transformação do catolicismo no caldo cultural contemporâneo, a partir de ações comunicacionais alternativas, periféricas, minoritárias que deslocam o ponto de vista central da instituição a respeito da questão homossexual.

Os próprios interagentes, também, vão reconhecendo a competência e a experiência dos administradores dessa página no Facebook como “especialistas” (ou até mesmo, como “autoridades”) na sua proposta, não apenas ao visitá-la, bem como ao “curti-la” e, principalmente, ao entrar em diálogo com seus responsáveis mediante os comentários de cada postagem. No debate público sobre o “católico” entre os diversos agentes em rede, os responsáveis pela página assumem um papel de “mediação” entre o “canonicamente certo” e o “canonicamente errado”, como novos *gatekeepers*.

Mas já não basta apenas o saber teológico: o diferencial está, também, no saber-fazer comunicacional midiaticizado. Isso se explicita, de modo mais denso, no processo de organização do 1º Encontro Nacional de Católicos LGBT.

A repercussão em rede do 1o Encontro Nacional de Católicos LGBT

O 1º Encontro Nacional de Católicos LGBT ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 26 de julho de 2014.¹² O encontro foi organizado pelo

12 Tratava-se de um desdobramento de outros dois eventos, realizados em 2013, levantando o debate e reunindo católicos *gays* de todo o Brasil e do exterior. O pri-

DC, junto com diversos grupos irmãos de vários Estados do Brasil, para ser um momento de partilha e de troca de experiências entre católicos LGBTs brasileiros.¹³ Sua divulgação e repercussão foram significativas¹⁴ e ocorreram, principalmente, via Facebook. Segundo Cris Serra, “[...] muita gente chegou no encontro [nacional] pela internet, *pela página do evento no Facebook*. [...] Como fenômeno, é muito interessante, muito rico e ganha um corpo. *O Encontro Nacional, sem o Facebook [...], não teria acontecido*” (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015, grifo nosso).

No dia 7 de julho de 2014, a página fez suas primeiras postagens sobre o Encontro Nacional. A primeira delas foi para divulgar a atividade e informar o link do evento criado na própria plataforma do Facebook. A linguagem é afirmativa e afetiva: “*Queridos amigos, é com grande alegria que convidamos a todos [...] Compareça! Será um prazer passar esse dia com você. Confirme sua presença na página do evento no Facebook [link] e fique ligado nas novidades!*”¹⁵. Com uma linguagem acolhedora e convidativa, o coletivo busca levar o usuário a agir comunicacionalmente, mediante a sua confirmação de presença via plataforma e acompanhamento das “novidades”.

Contudo, já aí, apareceram tensões entre a página e os integrantes, chegando até a extremos de agressividade. Por lida-

meiro foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2013, intitulado “O Jovem Homossexual na Igreja: 1º Encontro de Relatos e Experiências”. Em outubro do mesmo ano, foi realizado o 2º Encontro de Relatos e Experiências, também no Rio de Janeiro, dedicado ao tema “Gays e suas famílias”.

13 Disponível em: <<https://goo.gl/gLB3Nf>>.

14 O evento repercutiu midiaticamente, por exemplo, nos jornais *O Estado de S. Paulo* (<<http://goo.gl/eZq4jW>>) e *O Globo* (<<http://goo.gl/dJUInM>>).

15 Disponível em: <<https://goo.gl/gF2alP>>.

rem publicamente com uma temática delicada no âmbito católico, como a homoafetividade, é comum a presença no Facebook de diversos comentários agressivos ao tema e, até mesmo, às pessoas envolvidas.

A página, assim, precisou ir construindo protocolos¹⁶ para lidar com esse tipo de manifestação, para organizar as interações entre as pessoas. Cris Serra analisa a evolução de tais protocolos:

[...] demoramos um pouco para colocar moderação nos comentários do blog, por exemplo. Nós “superachávamos” que: “Não, vamos deixar tudo aberto para não nos acusarem de que estamos tirando os comentários agressivos. Nós vamos manter o canal de diálogo aberto”. Chegou uma hora que nós falamos: “Não, temos que ter um critério para esse diálogo, porque não é com tudo que você dialoga”, mas isso foi um processo para amadurecer essa decisão, esses critérios. [...] Teve toda uma negociação para chegarmos a esses critérios de como é que faz isso. [...] O Diversidade Católica tem que ter uma coisa mais... pelo menos, é o que vem sendo feito... tem uma atitude um pouquiiiiinho mais moderada [...] muito no sentido de buscar linhas de convergência. [...] Buscar outra maneira de colocar, porque, ainda mais na polarização, na lógica da guerra, que está instalada porque o que está instalado aí é uma lógica de guerra, não vamos longe. [...]

16 Entendidos aqui como os “acordos”, estratégias de contato, padrões de relações, modos de interagir no ambiente digital. Envolvem inter-relações entre processos sociais e tecnológicos de conexão em rede, ou seja, ações e práticas dos próprios interagentes ao longo do tempo.

Eu acho que tem um lugar para a militância agressiva. Mas não pode ser só isso, *porque a militância agressiva não consegue entrar em diálogo* (informação verbal, São Leopoldo, 16 out. 2015, grifo nosso).

Essa “lógica de guerra” por parte de uma “militância agressiva” evidenciou-se nos comentários publicados naquela postagem sobre o Encontro Nacional. Uma usuária levantou o debate, sendo reconhecida positivamente por outros usuários via “curtidas”:

Thamires – Vcs sabem que a Igreja acolhe cada um de vocês e os ama e ao mesmo tempo oferece um caminho de santidade fora do pecado, né? *A prática homossexual é pecado. Não existe católico LGBT. Católico respeita e ama o irmão, mas não aceita o pecado!*” (sic, grifo nosso).

Diante de tais afirmações sobre a relação catolicismo-homofetividade, a página respondeu à interagente, desencadeando o seguinte diálogo:

Diversidade Católica – Cara, Thamires [nome lincado], agradecemos seu contato e *temos a certeza* de que você veio compartilhar conosco o seu ponto de vista *na melhor das boas intenções*. Porém, estamos aqui para dar testemunho de que *é possível, sim*, conciliar a plena vivência da fé católica com as identidades LGBT. *Caso você se interesse por conhecer nosso ponto de vista e experiência e queira se engaja-*

jar em um diálogo construtivo, um bom lugar para começar é lendo as perguntas frequentes do nosso site, aqui: [link] [3 ago. 2014, às 14:42].

Hugo – Vocês sabem o que é verticalidade do catolicismo? Não existe “ponto de vista” na Igreja Católica. Existe a interpretação da Bíblia ensinada por Roma e seguida por nós. Mas, de qualquer forma, seria interessante saber o “ponto de vista” de Levítico 18:22, Levítico 20:13 e Carta de São Paulo aos Romanos 1:18-32 [3 ago. 2014, às 15:06].

Diversidade Católica – Hugo [nome lincado], você sabe que Levítico 19,27 proíbe os homens de ter o cabelo curto e a barba aparada como você, né? *Você parece mal informado a respeito da doutrina da Igreja Católica, meu irmão.* Te convidamos a ler o Catecismo e outros documentos da Igreja, como o decreto *Unitatis Redintegratio* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes. Paz e bem!* [emoticon sorriso] [3 ago. 2014, às 15:13].

Diversidade Católica – Com relação à doutrina da Igreja a respeito da exegese bíblica, Hugo [nome lincado], recomendamos uma visita às nossas perguntas frequentes, no link que indicamos à Thamires [nome lincado], ali em cima, ok? Abs! [3 ago. 2014, às 15:17].¹⁷

Chama a atenção que tais interagentes buscam não apenas manifestar sua crítica ou discordância com o evento, mas sim desqualificar e desconstruir o próprio grupo e seus integrantes.

17 Disponível em: <<https://goo.gl/oIIsu5>>.

Há um esforço para “inexistir” simbolicamente o DC e a sua catolicidade: “Não existe católico LGBT”; “não existe ‘ponto de vista’ na Igreja Católica”.

Vemos, assim, por parte dos seguidores da página, gestos de *excomunicação*, entendida como “[...] a comunicação de que uma comunicação deve cessar, ou não deveria nem existir, ou de que outra comunicação é necessária” (SBARDELOTTO, 2020, p. 159). Com isso, “[...] realiza-se também um gesto de ‘excomunhão’ simbólica (do latim, *excommunicatio*) do outro, do diferente, das diferenças — a intolerância intrarreligiosa” (SBARDELOTTO, 2020, p. 176).

Ao mesmo tempo, percebe-se todo o esforço comunicacional assumido pela página diante dos questionamentos e até das agressões feitas pelos interagentes. A página agradece as manifestações, reafirma a sua proximidade afetiva (“meu irmão”), confia nas “boas intenções” dos interagentes, reitera o seu ponto de vista no sentido da “conciliação” entre a “plena vivência da fé católica com as identidades LGBT”. E também convida a ampliar o circuito comunicacional, remetendo a outros espaços de aprendizagem religiosa, como o site do próprio grupo e os documentos da Igreja, apostando na possibilidade de um “diálogo construtivo”.

Em suma, a página busca desconstruir, simbólico-discursivamente, as diversas tensões em torno da questão, não evitando o conflito, mas o assumindo e confiando “na melhor das boas intenções” do interagente, na tentativa de construção de um diálogo que, para o DC, não é novo, a tal ponto de haver uma seção de “Perguntas frequentes” em seu site,¹⁸ justamente, em torno de tais críticas e agressões.

18 Disponível em: <http://diversidadecatolica.com.br/perguntas_frequentes.php>.

Está em jogo, nesses casos, um processo muito mais complexo que não se restringe a uma “repetição” nem mesmo a uma mera “repercussão” do que foi ofertado. Em redes comunicacionais, um conteúdo simbólico é construído publicamente por um interagente (1), recebido e reconhecido por outro interagente em conexão (2) e, potencialmente, reconstruído para outros interagentes mediante novas conexões, via compartilhamento (3). A página do DC no Facebook, por exemplo, ao postar algo, desencadeia ações outras por parte dos demais interagentes – “curtidas”, comentários, compartilhamentos, novas postagens etc. – que, por sua vez, poderão catalisar potenciais novas ações de outros interagentes e assim indeterminadamente.

Neste sentido, todo gesto de “curtir”, comentar, compartilhar ou postar, potencialmente, é uma forma de introduzir a divergência, a dimensão polêmica, o debate crítico, a turbulência, a instabilidade, o desvio. No contexto católico, tais processos produtivos de sentidos não podem ser controlados pela instituição eclesiástica, por serem organizados e perpassados por lógicas midiáticas, em um contexto mais amplo de transformação do fenômeno religioso.

Dessa forma, o próprio catolicismo vai sendo ressignificado, a partir dos mais diversos pontos de vista da sociedade que, agora, publicizam-se e se visibilizam midiaticamente. Mediante as diversas reconexões, múltiplos interagentes encontram formas de reconstruir o catolicismo, sua doutrina e suas práticas, em ambientes alternativos e periféricos de “aprendizagem da fé” e de experimentação religiosa, gerando tensões e desdobramentos.

Um fruto do Encontro Nacional foi a publicação do “Manifesto de Grupos Católicos LGBT do Brasil”. A postagem ocorreu nos

dias 28¹⁹ e 31²⁰ de julho de 2014. O manifesto reitera a autoafirmação das pessoas LGBT como “periferias existenciais” da própria Igreja. Também afirma que “[...] é preciso, mais do que nunca, levar em conta a nova compreensão da humanidade a respeito da homossexualidade”. Por isso, os grupos que assinam o manifesto também se disponibilizam a “dar nossa contribuição” ao debate intracatólico, “a partir de nossa vivência cristã”, dizendo-se “abert@s ao diálogo construtivo”.

A postagem da página que acompanhava o manifesto afirmava ainda: “Convidamos tod@s a ler, refletir, compartilhar, divulgar e debater por aí” (grifo nosso). Com isso, visava-se a fazer o interagente fazer outras ações comunicacionais de compartilhamento e debate, fazendo circular em rede essa reconstrução teológico-política (dado o seu caráter de “manifesto”) dos conhecimentos religiosos tradicionais da Igreja.

Isso fica mais evidente no campo de comentários da postagem do dia 31, em que o usuário “Carlos”, por exemplo, escreve: “*Vou compartilhar me emocionei lendo*” (sic, grifo nosso). Já o usuário “Ariel” afirma: “Acho que estamos voltando para a igreja! ou melhor isso é *prova de que nunca a abandonamos... ela sempre esteve em nossos corações [emoticon coração]*” (sic, grifo nosso). Assim, as ações comunicacionais da página despertam nos interagentes reflexões sobre o reconhecimento de que a identidade sexual não é um empecilho para a fé católica, pois a Igreja “sempre esteve em nossos corações”, possibilitando ressignificações do catolicismo na interface com as questões de gênero.

19 Disponível em: <<https://goo.gl/FO6kO4>>.

20 Disponível em: <<https://goo.gl/sXEh8j>>.

A postagem, também, inseriu-se em outros circuitos, mediante o seu compartilhamento por parte dos usuários em outras redes comunicacionais. O *post* do dia 28, por exemplo, foi compartilhado por “Fabiane”, que escreveu: “DEMOCRACIA NA IGREJA CATÓLICA - EVOLUÇÃO!” (sic). E “Paulo” reforçou a ação, dizendo: “ESSE GRUPO DE CORAJOSOS ESTÃO FAZENDO HISTÓRIA E TEM MEU TOTAL APOIO!” (sic).

A postagem do dia 31 foi, também, compartilhada por “Adaílton” que, junto com o reenvio da postagem às suas redes, escreveu: “Somos muitos, somos milhões!”, reiterando a importância do encontro e as vinculações sociais possibilitadas. Desse modo, a postagem sobre o manifesto, posta em circulação, foi gerando desdobramentos de sentido sobre o catolicismo em sua interface com as questões de gênero, em cada novo contexto em que era compartilhada.

Na postagem sobre o manifesto, a página também afirmava que, “[...] ao longo das próximas semanas, vamos compartilhar aqui algumas das reflexões nascidas desse diálogo”. Nessas postagens, a página publicou diversas imagens de tela capturadas dos perfis pessoais de vários participantes no Facebook, antes, durante e depois do evento, como forma de fazer circular testemunhos, depoimentos e agradecimentos que poderiam ficar restritos às redes comunicacionais desses usuários, reconectando-os com outros circuitos, como os da própria página.

Um desses casos dizia: “Foi lindo o encontro. [...] obrigado pela carta, chorei muito. Anotei tudo e passo para todos estando em Recife, vocês merecem saber de tudo em detalhes... gravei até um vídeo para eles em nome de todos os LGBTs

de Pernambuco [...]”.²¹ O interagente relata a sua experiência do encontro e explicita outras modalidades circulatórias acionadas por ele em sua construção simbólico-discursiva: o agradecimento pela “carta” recebida, suas anotações que serão “passadas para todos” que não estiveram no encontro, um vídeo gravado “em nome de todos os LGBTs de Pernambuco” – todo um processo de aprendizagem e de construção de conhecimentos religiosos, na articulação de diversos circuitos. O ambiente digital, assim, converte-se em um complexo locus de ações comunicacionais diversas que são, efetivamente, realizadas em tal ambiente ou que “circulam” nele reconstruídas, discursiva e simbolicamente.

Outro fruto do Encontro Nacional, também, foi a articulação da *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT*, composta pelos grupos católicos LGBTs presentes no encontro, provenientes de diversas cidades do país. Logo na sua criação, a rede assumiu como “sede” uma página oficial no Facebook.²² Em 2020, a rede lançou seu site próprio²³, no qual reafirma que os grupos de católicos LGBT brasileiros são:

[...] *coletivos leigos* que se organizam a partir da necessidade de criar, para aquelas e aqueles que buscam conciliar sua pertença religiosa católica romana com suas identidades como pessoas LGBTI+, espaços seguros de *acolhimento respeitoso, partilha de experiências e vivência da fé cristã em comunidade.*

21 Disponível em: <<https://goo.gl/GVWLqQ>>.

22 Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt>>.

23 Disponível em: <<http://www.redecatolicoslgbt.com.br/>>.

São espaços de encontro e de troca, de reflexão e escuta, de aprofundamento de nossa fé e espiritualidade (grifos nossos).²⁴

Em suma, a plataforma Facebook e o ambiente digital em geral, apropriados e ressignificados por tais coletivos de leigos-amadores, tornam-se um espaço público alternativo de comunicação, construção e circulação de conhecimentos sobre o catolicismo. Emergem em rede ambientes reconhecidos socialmente “de encontro e de troca, de reflexão e escuta, de aprofundamento”, nas fronteiras e periferias eclesiais. Articula-se, assim, um eixo de aprendizagens alternativas da fé e de resistência às delimitações doutrinárias da instituição religiosa, no fluxo da circulação midiática em rede.

Conclusões

O contexto comunicacional contemporâneo desencadeia processos ressignificados de construção, compartilhamento e circulação de conhecimentos religiosos que se tecem em uma nova ambiência sociodigital. O caso “Diversidade Católica” (DC) permite perceber que, em um processo de midiaticização digital da religião, vão sendo construídos saberes-fazeres próprios e específicos sobre as crenças e práticas religiosas, em circuitos de interação não mais centralizados na instituição eclesiástica, mas articulados a partir das suas periferias, ou seja, as ações comunicacionais de coletivos de leigos-amadores, mediante experimentação e invenção religiosas. Com isso, a Igreja-institui-

24 Disponível em: <<http://www.redecaticoslgbt.com.br/sobre>>.

ção, entendida como uma estrutura mediadora tradicional da experiência católica, defronta-se com o esmaecimento de suas pedagogias “canônicas” e a dilatação sociocomunicacional de suas fronteiras doutrinárias, a partir de suas periferias.

Esse compartilhamento de conhecimentos sobre a fé cristã na interface com a diversidade sexual e de gênero ocorre a partir de ações comunicacionais autônomas e alternativas, mediante a apropriação das potencialidades do ambiente digital. Com isso, o DC oferece novas possibilidades de aprendizagem da fé a seus seguidores, para além daquelas consideradas “tradicionais” pela Igreja-instituição, promovendo modalidades complexificadas de significação e inteligibilidade do “sagrado” em rede.

Geram-se modalidades inovadoras de interpretação da doutrina católica, a partir da construção colaborativa de sentidos sobre o catolicismo. Tais práticas midiáticas apontam para uma transformação, dentro de seus limites, do próprio catolicismo brasileiro, a partir da promoção de um processo de reflexão e diálogo públicos sobre realidades antes silenciadas eclesialmente pela própria instituição.

No ambiente digital, por sua vez, as pessoas podem agora (*re*) dizer e (*re*)fazer os discursos, os símbolos, as crenças e as práticas católicas, mediante imagens, textos, áudios, vídeos, graças às interfaces e aos protocolos das plataformas sociodigitais. Trata-se de um processo de *reconexão* (SBARDELOTTO, 2017), isto é, de uma ação comunicacional de construção de sentido que (*re*)alimenta a circulação comunicacional em rede, mediante uma “conexão de conexões”.

No fenômeno da midiática digital da religião, portanto, para além da “oferta” midiática eclesial, a “oferta” ubíqua dos leigos-amadores se faz notar não apenas pelas suas maneiras de em-

pregar o que já está “produzido” midiaticamente sobre a religião por parte da instituição Igreja, como também pelas suas produções próprias, postas em circulação em rede, vinculando de modo mais livre e autônomo a posição pessoal e a tradição católica.

Indo além da especificidade do catolicismo, é possível afirmar que surge, assim, um processo de articulação e tensionamento entre o “já compartilhado”, principalmente, por parte de uma instituição religiosa (sua tradição, sua doutrina) e o trabalho de coconstrução/reconstrução social do “ainda não compartilhado” sobre o “religioso”, a partir das ações comunicacionais dos diversos interagentes.

Nessas ressignificações sociodigitais, manifesta-se a emergência de uma nova gramática, em que, a partir de “fragmentos” das religiões e religiosidades, constrói-se e reconstrói-se um “mosaico” midiático-religioso que faz explodir em todo o *socius* uma multiplicidade de saberes-fazeres locais e específicos sobre o *sacrus*. Nessa polissemia religiosa, entre contradições e complementaridades, o interagente tem a possibilidade de alimentar e construir comunicacionalmente um conjunto de experiências e conhecimentos religiosos próprios, a partir de suas aprendizagens e bricolagens.

Tudo isso reforça, ainda mais, a *seleção socioindividual* – esmaecendo a exclusividade doutrinal da instituição ou da autoridade religiosa – dos elementos que compõem as religiosidades contemporâneas, em uma autonomização midiaticamente reforçada das práticas de aprendizagem da fé. Nasce, assim, uma ação político-eclesial das pessoas comuns, dos leigos-amadores, que desenvolvem circuitos de observação crítica das religiões e de constituição de “outros pontos”, a partir de onde podem expor e comunicar sua própria voz e sua própria teologia, as quais, sem tais circuitos, poderiam permanecer silenciadas e invisibilizadas.

Referências

CONSTITUIÇÃO Dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja. **Vatican.va**, Cidade do Vaticano, 21 nov. 1964. Disponível em: <<https://bit.ly/3cCLbgM>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

DAWSON, L. L.; COWAN, D. E. **Religion Online: Finding Faith on the Internet**. New York: Routledge, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. A Igreja doméstica: estratégias televisivas de construção de novas religiosidades. **Cadernos IHU**, São Leopoldo, ano 2, n. 7, 2004.

_____. Uma palavra a mais... In: GOMES, P. G. **Da Igreja eletrônica à sociedade em midiatização**. São Paulo: Paulinas, 2010a, p. 9-14.

FLICHY, Patrice. **Le sacre de l'amateur** : Sociologie des passions ordinaires à l'ère numérique. Paris. Éditions du Seuil, 2010.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOOVER, Stewart M. **Media and Religion: White Paper from The Center for Media, Religion, and Culture**. Boulder: University of Colorado, 2008. Disponível em: <<https://www.colorado.edu/cmrc/2009/10/01/media-and-religion>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LIMA, Luís Corrêa. Homoafetividade e evangelização: abrir caminhos. **Vida Pastoral**, São Paulo, ano 55, nº. 297, p. 29-36, jul.-ago. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/zLV7ro>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LUNDBY, Knut. Introduction: “Mediatization” as Key. In: LUNDBY, K. (org.). **Mediatization: Concept, Changes, Consequences**. New York: Peter Lang Publishing, 2009, p. 1-18.

PACE, Enzo. **La comunicazione invisibile: le religioni in internet**. Milano: San Paolo, 2013.

SBARDELOTTO, Moisés. **E o Verbo se fez bit: a comunicação e a experiência religiosas na internet**. Aparecida: Santuário, 2012.

_____. O “leigo-amador” no contexto da midiatização digital e a circulação do “religioso” na internet. In: FLICHY, P.; FERREIRA, J.; AMARAL, A. (orgs.). **Redes digitais: um mundo para os amadores**. Novas relações entre mediadores, mediações e midiatizações. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016, p. 231-256.

_____. **E o Verbo se fez rede: religiosidades em reconstrução no ambiente digital**. São Paulo: Paulinas, 2017.

_____. Excomunicação: novos modos de intolerância intrarreligiosa em tempos de midiatização digital. In: CUNHA, M. do N.; STORTO, L. J. (orgs.). **Comunicação, linguagens e religiões: tendências e perspectivas na pesquisa**. Londrina: Syntagma Editores, 2020, p. 151-179.

VERÓN, Eliseo. Prólogo: La mediatización, ayer y hoy. CARLÓN, M.; FAUSTO NETO, A. (orgs.). **Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

Da Lava Jato ao Impeachment: efeitos de sentido e estratégias visuais nas revistas Veja, IstoÉ e Carta Capital

Helder Prior¹

Nota Introdutória: a cronologia da crise política

Em outubro de 2014, Dilma Rousseff vence as eleições presidenciais, após derrotar, no segundo turno, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves. Depois de uma eleição muitíssimo polarizada, marcada, paralelamente, pela ampla midiaticização da Operação Lava Jato, o segundo-mandato de Dilma Rousseff se inicia num ambiente político e social de forte rejeição, rejeição intensificada pela adoção de medidas de

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Campo Grande, Brasil. Universidade Autónoma de Lisboa-UAL, Departamento de Ciências da Comunicação, Lisboa, Portugal. LabCom – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. helder.prior@gmail.com

austeridade e reformas econômicas contrárias ao prometido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), durante a campanha eleitoral.

O início do mandato foi, ainda, pautado por um acontecimento que viria a se revelar determinante na barganha política entre o Planalto e o Congresso e, conseqüentemente, no processo de impedimento. Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ocupa a cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados, derrotando o candidato apoiado pelo Governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Em março de 2015, Eduardo Cunha passou a figurar como um dos principais investigados na Lava Jato, acabando por ser denunciado no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. As tensões entre o Governo e o Presidente da Câmara subiram de tom à medida que mais denúncias do escândalo de corrupção foram sendo reveladas, sobretudo, as denúncias relacionadas com o financiamento eleitoral das campanhas do PT, em 2010 e 2014.

Paralelamente à crise de governabilidade e ao avanço das investigações da Lava Jato, a mobilização popular contra o governo alastrou-se por todo o país, sendo de sublinhar os emblemáticos protestos pró-*impeachment* registrados nos meses de março, abril, agosto e dezembro de 2015, quando a crise política atingiu o seu clímax. O PT anunciou que votaria a favor da cassação do mandato de Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara. No mesmo dia, o presidente do Congresso aceita o pedido de *impeachment* contra a presidente formulado em setembro por Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. Dilma Rousseff passa a ser formalmente denunciada por crimes de responsabilidade.

A 11 de abril de 2016, a Comissão Especial do *Impeachment* da Câmara dos Deputados autoriza o Senado Federal a julgar a Presidente da República por crimes de responsabilidade, com 367 votos favoráveis, 137 votos contrários e 7 abstenções. No dia 31 de agosto, Dilma Rousseff tem o mandato cassado em votação no plenário do Senado mantendo, todavia, o direito de exercer funções públicas.

Acreditamos que a crise política que acabou por resultar no processo de *impeachment* é, com efeito, resultado da dinâmica de quatro fatores: instabilidade no Congresso Nacional; crise econômica; denúncias de corrupção; manifestações populares. Conjugados num entorno político e social de acentuadas clivagens ideológicas, estes fatores ajudaram a criar um clima favorável à destituição de Dilma Rousseff:

O processo de impeachment teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal acolheu, em setembro de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as “pedaladas fiscais”) associadas discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do País, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato (WEBER *et al.*, 2016, p. 99).

1. O fundamento jurídico do *Impeachment*

Em termos jurídicos e fiscais, a que se refere, exatamente, a acusação que recaiu sobre o governo de Dilma Rousseff? O que significa o termo “pedaladas fiscais”? Ora, na linguagem orçamentária brasileira, o termo é usado para definir um atraso de pagamento de uma despesa pública com o objetivo de reduzir temporariamente os gastos públicos, fabricando, junto do Banco Central, um efeito de *superávit*. Com o desígnio de melhorar artificialmente as contas, o governo federal recorreu aos bancos públicos para pagar benefícios de vários programas sociais.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2014, foram realizados pagamentos em volume sem precedentes e, durante um período de tempo inédito, por parte da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, sem a imediata e devida cobertura do Tesouro. Apesar do governo defender a tese de que tal prática foi, igualmente, cometida por governos anteriores, o relatório do TCU concluiu que, no ano de 2014, o governo ultrapassou largamente, tanto no tempo quanto nos valores, tais empréstimos ou adiantamentos provenientes das próprias entidades financeiras que controla².

A questão é que a Lei da Responsabilidade Fiscal proíbe o governo de pedir empréstimos às entidades bancárias que controla. De acordo com o disposto jurídico na Lei do *Impeachment* de 1950, “[...] são crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: infringir, patentemente, ou de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária (Art. 1, n.º 4); “abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais” (Art. 11, n.º 2); e “contrair

2 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-rejeita-contas-de-dilma-por-pedaladas-fiscais,1776349>

empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal” (Art. 11, n.º 3)³.

Importante referir que a nomenclatura “crimes de responsabilidade”, instituto jurídico que abarca as *impeachable offenses*, não tem natureza criminal. Não obstante, a lei constitucional de 1827 adotou a designação “crime de responsabilidade” como forma de responsabilização funcional dos membros do poder executivo, por abusos e desvios no exercício de suas funções políticas. Na lei de 1827, as consequências jurídicas das condenações tinham, justamente, natureza penal, como pena de prisão ou restrições administrativas para os funcionários públicos condenados. Apesar da natureza penal dos crimes ter-se rompido na doutrina jurídica brasileira, preservou-se, na tradição legislativa, o termo “crimes de responsabilidade” (QUEIROZ, 2017).

Desse modo, de acordo com a acusação que recaiu sobre Dilma Rousseff, o governo atrasou, entre janeiro e novembro de 2015, o pagamento para o Banco do Brasil de subsídios relativos a vários programas, o que configurou “operação de crédito”, algo proibido pela Lei da Responsabilidade Fiscal. O TCU considerou que tal prática seria irregular, sublinhando que, ao não pagar as parcelas, o governo se financiou junto aos bancos que controla.

Todavia, a discussão em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff desenvolveu-se em paralelo com a forte crise política e com o embate entre o Governo e o Presidente da Câmara, com a crise econômica e com o avanço das denúncias de corrupção na Petrobras, fatores que aumentaram, consideravelmente, a rejeição ao Governo e ajudaram a criar uma convulsão social favorável à destituição da presidente.

3 Lei 1079/50/ Lei n.º. 1.079, 10 de abril de 1950.

2. A tradição do *Impeachment* na América Latina

No Parlamentarismo, a aprovação de uma moção de censura é um instrumento que permite derrubar o governo. No Presidencialismo, o *impeachment* derruba o presidente, mas não o governo. Na experiência latino-americana, o *impeachment* presidencial pode ser interpretado como um mecanismo de controle político-institucional ou como forma de questionamento do governo, impedindo, eventualmente, a continuidade das suas políticas.

Se, no Parlamentarismo, a figura da moção de censura assume esse questionamento da legitimidade do governo, no Presidencialismo a figura do *impeachment* funciona, muitas vezes, como juízo político sobre a sua atuação. Porém, enquanto no Parlamentarismo o voto ou a moção de censura é um instrumento comum da luta político-partidária, no Presidencialismo o processo de *impeachment* reveste-se de uma natureza excepcional, uma espécie de salvaguarda da própria democracia (FALCÃO; et al. 2017).

No livro *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*, Pérez-Líñán (2007) aponta quatro condições para o desencadeamento de um processo de impedimento: crise econômica; escândalo político; indignação popular; e falta de apoio ou suporte legislativo. O cientista político argentino analisou os casos de *impeachment* de Fernando Collor (Brasil, 1992), Carlos Pérez (Venezuela, 1993), Ernesto Samper (Colômbia, 1996) Abdalá Bucaram (Equador, 1997), Raúl Cubas Grau (Paraguai, 1999) e Luis González Macchi (Paraguai, 2002) e verificou similaridades na ocorrência de certas variáveis, sem prejuízo das especificidades políticas, sociais e constitucionais de cada país.

Interessante constatar que, no caso do processo que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, todos esses fatores se verificaram e relacionaram. A adoção de medidas de austeridade esmaeceu o apoio popular e fez com que o escândalo Lava Jato aumentasse a rejeição ao governo, debilitando, ainda mais, a coalizão no Congresso.

De acordo com empreendimento analítico de Pérez-Liñán, a América Latina passou a enfrentar um novo padrão de instabilidade política não necessariamente relacionado com os golpes de Estado e com intervenções militares, como sucedeu nas décadas anteriores. As crises políticas passaram a ser enfrentadas mediante mecanismos constitucionais, sobretudo, a partir do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992 (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 60).

Um aspecto importante sublinhado por Pérez-Liñán tem que ver com o destaque atribuído à imprensa e aos movimentos populares enquanto atores cruciais na dinâmica política do *impeachment*. Para o autor, a imprensa passou a ter a capacidade de investigar e mediatizar os desvios do poder que podem resultar na configuração de escândalos político-midiáticos. Efetivamente, a democratização na América Latina resultou na emergência de um jornalismo *watchdog* fortalecido pelo desenvolvimento da televisão, profissionalização do campo e surgimento de grandes grupos de *media*. Com efeito, a imprensa passou a assumir um papel preponderante nas dinâmicas do *impeachment*, atuando como *player* decisivo na configuração das crises políticas.

O autor não deixa de sublinhar, todavia, os vícios institucionais e os interesses particulares dos grupos de *media* e dos próprios jornalistas, realçando que a imprensa latino-americana está, justamente, muito longe de ser transparente e isenta nas lutas político-partidárias. Num trabalho sobre o posicionamen-

to editorial dos jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, Guazina, Prior e Araújo (2019) concluíram que o processo de tematização do afastamento de Rousseff começou muito antes da crise política, ao mesmo tempo que se tornou visível o posicionamento favorável dos veículos de imprensa ao afastamento da presidente, sobretudo, pela necessidade de provocar uma alteração no rumo da política brasileira, mediante determinadas reformas econômicas sublinhadas pelos jornais.

3. O *Impeachment* Midiático: hipótese preliminar

O *Impeachment* é resultado de operações discursivas de diversos campos sociais, como o judiciário, a política ou a economia. No entanto, o campo dos media, com a sua competência na produção e circulação de sentidos, oferece inteligibilidade ao acontecimento, construindo, ao longo do tempo, um relato sistemático que intervém no sistema social de interpretação dos receptores. Não obstante, sabemos que a imprensa promove uma cobertura jornalística que tende a enfatizar argumentos e frames que induzam à aceitação de opiniões e de pontos de vista partilhados pelo próprio órgão de imprensa (BRETON, 1999). Ou seja, os discursos são construídos e organizados mediante estratégias comunicativas e modos linguísticos que reforçam determinadas intenções do campo.

Efetivamente, a organização narrativa do discurso não é aleatória. Realiza-se sempre em contextos pragmáticos e políticos e visa produzir certos efeitos (Motta, 2013). Isto é válido, naturalmente, para o discurso do campo dos media, independentemente da sua espontaneidade e objetividade aparentes. Por conseguinte, o *impeachment* de Dilma Rousseff, configurado

pelos dispositivos de mediação simbólica durante vários meses, é submetido à lógica da noticiabilidade, isto é, a operações, hierarquizações, recortes e enquadramentos de acordo com princípios, escolhas, regras e aspectos ideológicos do campo.

Motta (2013), na esteira de autores como Todorov (1970) ou Barthes (1971), considera que as narrativas jornalísticas, enquanto objeto e processo, podem ser, metodologicamente, estudadas em três instâncias expressivas: 1) *plano da expressão* (linguagem ou discurso); 2) *plano da estória* (ou conteúdo); 3) *plano da metanarrativa* (tema de fundo ético). O estudo da comunicação narrativa está, inexoravelmente, dependente da articulação dos três planos, embora seja possível fazer uma divisão metodológica em instâncias analíticas, sem esgotar os procedimentos operativos.

No empreendimento empírico que pretendemos erigir, incidimos a análise no plano da estória, especificamente, no encaideamento das sequências de ações que articulam a narrativa da Operação Lava Jato com a narrativa do *impeachment*, bem como nos “arranjos linguísticos” onde se projetam intenções comunicativas e efeitos de sentido visíveis na enunciação jornalística. A observação das instâncias de discurso é fundamental para descortinar, na retórica escrita e nos estratégias visuais das revistas, as intenções comunicativas, as ênfases e tonalidades da comunicação narrativa, bem como a construção social do fenômeno inerente à midiaticização do acontecimento.

Selecionamos edições das revistas sobre o *impeachment* ou com clara referência à crise política do governo de Dilma Rousseff na primeira página das revistas. Análises recentes acerca dos posicionamentos dos meios de comunicação sobre o processo de impedimento, dos *media* tradicionais aos cibermeios, indicam um agente interessado no processo de destituição e um

agendamento do *impeachment*, logo após a reeleição de Dilma Rousseff para o segundo mandato presidencial (GUAZINA, PRIOR, ARAÚJO, 2019).

Desse modo, neste artigo analisam-se as operações narrativas dos discursos jornalísticos sobre o *impeachment* nas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, observando, ainda, os aspectos técnico-imagéticos presentes nas capas e manchetes. Observam-se os sentidos sobre o *impeachment* segundo operações e estratégias produzidas pelo universo jornalístico, com a intenção comunicativa de reforçar crenças e perspectivas sobre o fenômeno, convertido em acontecimento midiático.

A observação da cobertura informativa ao longo de dois anos gera a hipótese preliminar segundo a qual a crise do *impeachment* foi amplamente influenciada pelas dinâmicas de desenvolvimento do escândalo Lava Jato e da sua conseqüente narrativa midiática. Dito por outras palavras, o investimento enunciativo das revistas sobre o *impeachment* associa, frequentemente, o processo político de cassação do mandato presidencial à temática da corrupção e, mais especificamente, ao escândalo da Petrobras, deixando de explorar a questão das “pedaladas fiscais” na dinâmica midiática do acontecimento.

4. A Operação Lava Jato e o Impeachment:

um trabalho enunciativo de correlação

Na nossa perspectiva, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, votado em maio de 2016, não pode ser dissociado dos desdobramentos da Operação Lava Jato, particularmente, daqueles episódios verificados nos primeiros meses do ano. Efetivamente, as denúncias sobre o financiamento ilícito da campanha do PT em 2014, a detenção do assessor político João Santana, a

espetacularidade da cobertura jornalística criada em torno da condução coercitiva de Lula da Silva, bem como a delação do ex-senador Delcídio Amaral, foram acontecimentos que ajudaram a criar um clima de opinião publicada e de convulsão social favoráveis ao processo que resultou na destituição de Dilma Rousseff.

O escândalo Lava Jato eclodiu em março de 2014, quando se tornou público um esquema de lavagem de dinheiro que utilizava postos de abastecimento de combustível e lava a jato. Com o avanço das investigações, o caso, que ficou celebrizado com o nome da operação inicial, converteu-se no maior escândalo político da vida pública brasileira, ao revelar esquemas de financiamento ilícito de campanhas eleitorais; crimes de “caixa-dois”; concursos públicos viciados que envolviam a empresa Petrobrás; e as maiores empreiteiras do Brasil; branqueamento de capitais e fuga ao fisco⁴; mas, também, alguns atropelos ao Estado de direito por parte dos procuradores do Ministério Público e do juiz Sérgio Moro, conforme revelou a investigação do *The Intercept Brasil* conhecida por Vaza Jato.⁵

A análise do quadro comunicacional da época, particularmente, da cobertura de *Veja* e de *IstoÉ*, permite constatar que as duas narrativas, a da corrupção e a do *impeachment*, desenvolvem-se em paralelo. Não obstante, é importante referir que a tematização do processo de *impeachment* começou na imprensa e não no Supremo Tribunal e logo após o início do segundo mandato de Dilma Rousseff. A edição de 18 de março de 2015 de

4 Sobre o desdobramento da Operação Lava Jato e sua complexidade narrativa inerente à conversão do fenômeno em acontecimento midiático vide Prior (2018).

5 <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>

Veja, publicada apenas dois meses depois do início do segundo mandato do governo, coloca o tema do *impeachment* na agenda pública com a matéria intitulada “Até ela fala naquilo” (p. 46-47).

Com duas fotografias de Collor de Mello no momento em que este abandonou a presidência em 1992, *Veja* refere que “[...] a naturalidade com que se discute o *impeachment*, o que a própria Dilma fez ao refutar sua destituição, esconde que ele é a derradeira e não a primeira saída para a crise” (p. 46). A própria manchete denuncia uma certa perplexidade de *Veja* com o fato de Dilma estar indiferente às denúncias de corrupção da Lava Jato, sublinhando, no editorial, que os brasileiros também estão perplexos face à corrupção institucionalizada provocada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (p. 12).

Na mesma edição, a matéria “Corrupção institucional” (p. 64-65) responsabiliza o Partido dos Trabalhadores, particularmente Lula da Silva, Dilma Rousseff e os tesoureiros João Vaccari Neto e Delúbio Soares, pela corrupção que assolou o Brasil. Em julho de 2015, dez meses antes da votação pelo Congresso do afastamento de Dilma Rousseff, *Veja* sublinha que o avanço das investigações pode resultar na destituição da presidente, reeleita em 2014.

Para *Veja*, a delação de Ricardo Pessoa, que apontou doações ilegais para a campanha do PT em 2010, e o fato do esquema de corrupção ter-se mantido durante o governo, são motivos suficientes para a imputação de crime de responsabilidade (Ed. 2434, 15/07/2015, p. 47). Na edição de 17/07/2015, *Veja* recorre ao opúsculo “A insustentável leveza do ser” para operar uma semelhança entre a conjuntura política de Dilma Rousseff e o romance publicado em 1984 por Milan Kundera, sublinhando que “[...] sem apoio popular e do congresso o governo Dilma flutua em um ambiente de incertezas, enquanto suspeitas de corrupção chegam, perigosamente, perto do Planalto”. Tal como no ro-

mance de Kundera, as metáforas do peso e da leveza são efeitos de sentido que permitem antever o destino político de Dilma Rousseff.



Veja, 18/03/2015



Veja, 15/07/2015

O *impeachment* volta à agenda no final de 2015. Na edição publicada a 07/10/2015, *Veja* antevê o afastamento de Dilma da presidência sob a manchete “Ela passou a faixa”. O corpo da ainda presidente transfere o poder presidencial ao “pixuleco”, o boneco que simboliza a “culpabilização” do ex-presidente Lula da Silva no escândalo de corrupção. Sob a legenda “Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes ministérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais”, a revista alude à renúncia de Dilma Rousseff da presidência e aponta a sua, cada vez maior, erosão política. De certa forma, podemos dizer que a enunciação jornalística já antecipa o processo de *impeachment*, ao mesmo tempo que percebe uma futura importância do PMDB no governo brasileiro.



Veja, 07/10/2015

No final de 2015, *Veja* parece celebrar a destituição da então presidente, dedicando 24 páginas ao processo de *impeachment*. Acompanhada de uma imagem onde sobressaem as rugas e o aspecto angustiado de Dilma Rousseff, a revista narra o “passo-a-passo do processo que visa à derrubada da presidente” e associa o escândalo Lava Jato ao engendramento da destituição, sublinhando: “como a Lava Jato dará munição aos defensores do impedimento”. Fica claro que, de acordo com *formações discursivas* que vão sendo reforçadas por *Veja* ao longo de várias edições, o escândalo da Petrobras é uma das causas do forjar do ritual de destituição, algo reforçado na edição de 27 de abril de 2016:

[...] além das pedaladas fiscais, Dilma está ficando cada vez mais encalacrada no próprio petrolão e suas conexões com o caixa dois da campanha que a reelegeu. Pode-se alegar que

essas acusações não constam da base jurídica do *impeachment*, mas é evidente que constam da base política – e o *impeachment* é um instrumento da política (Ed. 2475, 27/04/2016, p. 55).

Confirmada a votação favorável ao *impeachment* por parte do Congresso Nacional, *Veja* acabou por publicar uma edição extra, dedicada ao fim do mandato de Dilma Rousseff, numa edição que traz na manchete uma jovem com o rosto pintado com as cores da bandeira, onde celebra efusivamente o afastamento da ex-presidente. Trata-se de uma edição onde o veículo jornalístico não se distancia de posições valorativas sobre o fenômeno, celebrando o desfecho jurídico e político do processo.



Veja, 09/12/2015



Veja, 18/04/16

Praticamente, na mesma janela temporal, a revista *IstoÉ* adota um posicionamento semelhante acerca do desdobramento das investigações e eventuais consequências para o governo. A revista aponta as “condições para o *impeachment*” e identifica o financiamento ilícito da campanha, além do abuso de poder político e econômico, como motivos suficientes para a cassação do mandato.

Na edição de 8 de julho de 2015, *IstoÉ* sublinha que “[...] contribuições ilegais para a campanha e pressões ao judiciário podem levar ao *impeachment*”, ressaltando “[...] o pior índice de popularidade da redemocratização do governo de Dilma Rousseff.” *IstoÉ* prevê que Dilma corre o risco de “[...] ser abandonada pelo próprio vice-presidente” e que se “[...] começam a desenhar as condições para o *impeachment*” (p. 30-31). Posteriormente, a revista aponta os motivos que podem “tirar Dilma do comando do país”, enfatizando os crimes de “caixa-dois”, “extorsão”, “improbidade administrativa”, “abuso de poder político e econômico” e “falsidade ideológica”, como suficientes para o afastamento da presidente, realçando, sobretudo, problemas suscitados pelas revelações da Operação Lava Jato. Poucos meses após o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, *IstoÉ* coloca o tema na agenda pública, assumindo uma posição didática (Charaudeau, 2013) para falar das causas do *impeachment*:



IstoÉ, 08/07/2015

Na edição de 22 de julho de 2015, *IstoÉ* faz manchete com o “rastros do dinheiro do Petrolão na Campanha de Dilma”, mostrando a face enrugada de presidente sob um fundo preto e enunciando um ponto de vista que a incrimina. A revista é peremptória ao apontar as irregularidades nas contas da campanha, reforçando a sua credibilidade enquanto instituição mediadora de sentidos: “Levantamento realizado por *IstoÉ* nas contas eleitorais da presidente em 2014 mostra a relação das propinas pagas pelos delatores da Lava Jato e as remessas de dinheiro feitas pelo PT a empresas de fachada” (p. 36-37). A revista expõe várias notas fiscais que comprovam a relação entre pagamentos de propina e remessas de dinheiro enviadas pelo PT para empresas de fachada, suscitando *efeitos de real* e atestando a credibilidade da manchete (p. 38-39).



Isto É, 22/07/2015

Na edição seguinte, Michel Temer adquire centralidade na manchete de *Isto É* e é identificado como a “solução” para a crise política do país em caso de *Impeachment*. O então vice-presidente é qualificado através de cadeias de correferência como “conciliador afeito à liturgia do poder” e alguém capaz de garantir a governabilidade e de contribuir para a missão de pacificar o Brasil (Ed. 2382, 29/07/2015).

Michel Temer assume uma posição de destaque na narrativa do *impeachment*, mediante considerações valorativas veiculadas pelo dispositivo jornalístico, sendo enfático acerca da posição futura que irá ocupar na condução do destino político do país, bem como sobre a forma como o dispositivo jornalístico pretende que o leitor forme a imagem de Temer. Como vemos, o cenário do afastamento de Dilma Rousseff começa a se de-

senhar cerca de um ano antes da destituição e apenas alguns meses depois das Eleições Presidenciais de 2014.



IstoÉ, 27/07/2015

A narrativa do *impeachment* ocupa parte da agenda da revista, no segundo semestre de 2015. Em setembro, *IstoÉ* publica uma edição onde Gilmar Mendes, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é identificado como “caçador de crimes eleitorais” e o “ministro que tira o sono a Dilma”. É referido que Mendes encontrou indícios de fraude eleitoral na campanha petista à reeleição, o que pode resultar na “cassação do mandato da presidente” (Ed. 2387, 02/09/2015, p. 32-33). Na manchete, assistimos a uma certa “heroificação” da figura do ministro, qualificado de “caçador de crimes”, cuja imagem é colocada diante de um Palácio do Planalto ensombrado por nuvens negras.



IstoÉ, 02/09/2015

Em dezembro, *IstoÉ* marca o início do *impeachment* de Dilma Rousseff e descreve o afastamento da então presidente como “uma luz no fim do túnel da crise” e uma “espécie de recomeço” para os brasileiros (Ed. 2401, 09/12/2015, pp. 32-34), insistindo na chamada Solução Temer. É, novamente, frisado que o vice-presidente pode pacificar o Brasil e que a maioria da população, líderes políticos e empresários “anseiam” por um “pacto nacional” que “resgate a credibilidade do país”.

IstoÉ recupera, ainda, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, mediante a estratégia da *interdiscursividade*, sublinhando que, 23 anos volvidos, “a história se repete” (p. 42). O afastamento é novamente relacionado com o Petrolão: “No tocante às denúncias, pesava sobre Collor o envolvimento no esquema PC Farias [...] Hoje Dilma alardeia que não é ladra, mas há suspeitas de que sua campanha foi irrigada com dinheiro desviado do Petrolão” (p. 42).

Na manchete, uma interrogação marca o início do rito do impedimento e o corpo sombreado da presidente afasta-se da faixa presidencial. Dilma Rousseff é, apenas, um vulto no Governo brasileiro, um mero corpo sombrio, cada vez mais, afastado da faixa presidencial. O *impeachment* é, com efeito, um processo midiático em desenvolvimento.



Isto É, 09/12/2015

Durante o mês de março de 2016, o *impeachment* se afigura como um cenário, cada vez mais, provável na agenda dos *media* brasileiros. *Isto É* refere que a delação de Delcídio Amaral, apresentada em exclusividade pela revista, “acelerou” a destituição da presidente e acrescenta que governistas e oposição já contam os votos no Congresso com vista ao afastamento de Dilma Rousseff (Ed. 2414, 16/03/2016, p. 40-41).

Isto É relaciona as denúncias da Operação Lava Jato com a cassação do mandato de Dilma, acentuando que a prisão de

João Santana e a descoberta de provas que vinculam a campanha eleitoral de 2014 e a corrupção na Petrobras podem levar o PMDB e o PSDB a uma articulação no Congresso Nacional com vista ao afastamento da presidente. A revista descreve o “rito do impeachment” e os passos a serem cumpridos pelo Congresso para a destituição de Dilma Rousseff e reafirma a aproximação do PMDB, que “[...] estuda a apresentação de um novo pedido de *impeachment* após a prisão de João Santana”, ao PSDB.

Sublinha a revista a criação de um comitê “pró-impeachment” nas principais cidades brasileiras, envolvendo partidos políticos, movimentos sociais e celebridades favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff. De acordo com o enquadramento das matérias veiculadas, é a corrupção na Petrobras e as denúncias relacionadas com o financiamento da campanha eleitoral de 2014 que instigam as movimentações políticas e sociais favoráveis ao processo de destituição.

Entre março e abril, o tema do *impeachment* ocupa grande parte das manchetes da revista *IstoÉ* que aponta os vários motivos que podem conduzir à destituição da então presidente. Os diálogos interceptados entre Lula da Silva e Dilma Rousseff, a propósito da nomeação do ex-presidente para a Casa Civil, provam, de acordo com o as estratégias enunciativas mobilizadas, que Dilma tentou obstruir as investigações e proteger o ex-presidente. Através do recurso ao *flashback*, a revista reconstrói “o roteiro do crime” (Ed. 2415, 23/03/2016, p. 24-25) e reafirma que Dilma “[...] perdeu as condições de permanecer na cadeira de Presidente da República”, já que o Planalto abriga “uma mandatária indigna” do cargo para a qual fora eleita pelos brasileiros por duas ocasiões (p. 22-23).

Na edição seguinte, *IstoÉ* aponta os “Crimes de Dilma” que podem levar à interrupção do mandato e sublinha que as enti-

dades judiciais e policiais já reúnem elementos para “[...] enquadrar a presidente em pelo menos 7 crimes” (Ed. 2416, 30/03/2016, p. 26). A revista reforça a responsabilidade “direta” de Dilma nos crimes apontados, sustentando tal posição com a opinião de um jurista. A polêmica nomeação de Lula para a Casa Civil é identificada como uma “clara tentativa de barrar a Lava Jato”, crime de obstrução à justiça “passível de perda de mandato”, segundo a análise jurídica apresentada que visa confirmar e reforçar o próprio posicionamento editorial de *IstoÉ*.

A iminência do afastamento é um assunto retomado na edição de 6 de abril, intitulada “As explosões nervosas da presidente”. *IstoÉ* fala em “surto de descontrole” e refere que a presidente brasileira “[...] se entope de calmantes desde a eclosão da crise” (Ed. 2717, p. 32-33). Para *IstoÉ*, Dilma perdeu as condições emocionais para governar o país e esse enquadramento é visível na fotografia colocada na primeira página da revista. No *frame* visual, Dilma Rousseff surge aparentemente descontrolada, como se estivesse aos gritos no momento em que a imagem foi captada.

A matéria “Uma presidente fora de si”, que surge após vários anúncios publicitários favoráveis ao *impeachment*, algo que demonstra o interesse do campo econômico no processo político, dá a entender que Dilma se encontra desequilibrada emocionalmente e que o seu comportamento tem provocado várias vítimas, como o juiz Sérgio Moro que terá sido alvo do “destempero” da presidente. *IstoÉ* desqualifica as capacidades políticas de Dilma Rousseff e recorre a vários *frames* visuais, onde a ex-presidente surge, aparentemente, descontrolada, isolada e associada à loucura e ao descontrole emocionais.

Com efeito, a legitimidade do mandato é posta em causa, mediante ataque à identidade do sujeito político, apoiado em enquadramentos visuais descontextualizados ou manipulados.

Imagens de Dilma Rousseff, capturadas noutros momentos sem relação com o processo de impedimento, nomeadamente num jogo de futebol da Copa do Mundo de 2014, são deslocadas para um outro contexto, ganhando, conseqüentemente, um novo sentido - o sentido de que a então presidente se encontra fora de si e que perdeu as condições emocionais para governar:

O que na manifestação original era um gesto espontâneo de uma torcedora, no contexto atualizado pela montagem, ele era transformado em manifestação da tensão vivenciada pela presidente nos dias que antecediam a votação do impeachment. Nada melhor do que uma prova de expressão do rosto da presidente, que deslocado de uma inserção anterior, trazia toda uma 'sintomalogia' apontando indícios de sofrimento mental (FAUSTO NETO, 2019, p. 39-39).



IstoÉ, 06/04/2016

Em vésperas da votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados, *IstoÉ* publica uma edição intitulada “Não vai ser golpe” (Ed. 2419, 20/04/2016), onde defende a constitucionalidade do ritual judiciário. A revista assegura que o processo cumpriu “todas as etapas constitucionais”, resultando num “[...] justo desfecho de uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história deste País e que privilegiou amigos e aliados (muitos deles presos)”. *IstoÉ* procura dissociar o processo de cassação da idéia de golpe, tese defendida pela defesa de Dilma Rousseff.

A capa é, praticamente, um editorial escrito sobre o rosto de Dilma Rousseff, em tom preto e reduzido à condição de uma silhueta sombria, onde se explica que o impedimento cumprirá todos os pressupostos jurídicos. O editorial, intitulado “A mudança necessária”, é acompanhado por uma fotografia onde a sombra de Dilma Rousseff se afasta da faixa presidencial já pendurada num cabide. A revista reforça o ritual judiciário do processo de cassação, asseverando que o *impeachment* é “[...] fruto de uma árvore de horrores adubada com muita corrupção, crimes, gestões temerárias e fraudes” que afundaram o Brasil “na mais grave crise moral, política e econômica da história”.

Na matéria intitulada “O ensaio do Adeus”, Dilma é descrita como uma presidente isolada, inclusivamente pelo “seu criador”, Lula da Silva. É referido que o *impeachment* nunca esteve tão próximo e que a solidão de Dilma faz parte do ritual político que marca o fim tradicional dos mandatos presidenciais, de Getúlio Vargas a Collor de Mello. O texto termina em tom exclamativo, onde a revista não esconde um certo estado de ânimo. Uma vez que Dilma Rousseff não teve a grandeza dos estadistas e optou por não se demitir, “Assim sendo, ao Impeachment!”, sublinha convictamente.

O posicionamento das revistas *Veja* e *IstoÉ* acerca da valoração do processo de *impeachment* contrasta com o enquadramento narrativo de *Carta Capital*. De acordo com *Carta*, a construção na opinião pública de um discurso favorável ao afastamento da presidente é um ato de irresponsabilidade que promoveu o caos político e social, gerando uma “[...] espiral de violência, intolerância e irresponsabilidade” (Ed. 893, 23/03/2016, p. 14). *Carta Capital* refere-se a uma escalada policial, judicial e midiática contra o governo e contra o PT, sublinhando a “fúria antipetista” por parte da classe média e dos “endinheirados” que colocou o mandato legítimo de Dilma Rousseff em perigo. Na matéria “A Força do Caos”, a revista identifica o juiz Sergio Moro como um “dedicado regente” do processo de *impeachment*, responsável por “incendiar” o Brasil após a divulgação das escutas envolvendo Dilma e Lula da Silva. *Carta Capital* enfatiza, ainda, que o juiz agiu por “cima da lei”, ao quebrar o sigilo das conversas telefônicas da presidente.

No editorial intitulado “Brasil, Capital Curitiba”, a revista aponta a origem judicial do “complô” para destituir Dilma Rousseff e as “motivações da operação golpista”, utilizando a metáfora do Brasil colônia: “[...] a ameaça do golpe vibra sempre no ar em um país onde casa-grande e senzala permanecem de pé e aquela sempre aspira a uma democracia sem povo” (p. 20). De acordo com o quadro enunciativo da revista, o *impeachment* é o resultado dos desdobramentos do escândalo Lava Jato e, sobretudo, de uma certa instrumentalização política do processo por parte do próprio juiz responsável pela operação, apontando evidentes indícios de um processo de politização da justiça brasileira.

Na edição publicada a 30 de março de 2016 (Ed. 894), *Carta Capital* sublinha que o processo é um gênero inédito no Brasil, “ju-

dicial-policial-midiático”, com origem no “establishment medieval”, a “casa-grande ainda de pé”, procurando reeditar o golpe de 1964. *Carta Capital* identifica Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Sérgio Moro, Eduardo Cunha e Gilmar Mendes, bem como os “jornalões” e “revistões”, como “mandantes das ideologias tradicionais”, de “direita”, “conservadores” e “reacionários” por detrás do processo de impedimento de Dilma Rousseff. Se *IstoÉ* e *Veja* procuram legitimar o processo de *impeachment*, *Carta Capital* é bastante enfática ao apelidar a destituição de golpe “judicial”, “policial” e “midiático” que acabará por instaurar o “caos”, a “balbúrdia” e a “confusão” na democracia brasileira.

Carta Capital procura mostrar a fragilidade dos argumentos do *impeachment* e as estratégias discursivas e imagéticas são construídas em função desse propósito (pp. 14-20). O mesmo sucede na edição de *IstoÉ* de 20 de abril de 2016, eminentemente permeada por um processo de persuasão que visa legitimar o rito judiciário, mediante um discurso partidário e parcial.

Verifica-se uma batalha discursiva pela imposição de narrativas explicativas acerca do processo de destituição, narrativas contrárias e que permitem aferir ou confirmar o posicionamento editorial de cada uma das publicações. Deste modo, o discurso sobre o *impeachment* afasta-se do relato fatural sobre os acontecimentos e é permeado pela intrusão da opinião subjetiva do repórter ou da instituição jornalística, assistindo-se a uma espécie de conflito discursivo e social, onde os embates políticos pela instituição de sentidos se manifestam através dos dialogismos das revistas.



IstoÉ, 20/04/2016



Carta Capital, 30/03/2016

Carta Capital qualifica o impeachment de Dilma Rousseff como “golpe ilegítimo”, “espetáculo trágico e ridículo”, sublinhando que estes processos se converteram em algo “corriqueiro” na América Latina (Ed. 899, 04/05/2016). Na matéria *Impeachment como golpe*, *Carta Capital* recorre a investigações de vários pesquisadores que estudaram o fenômeno do impeachment na América Latina para concluir que, ao contrário dos processos de impedimento que surgiram nos anos 1990, onde os movimentos de rua tiveram um papel preponderante enquanto “poder moderador”, o movimento que está em curso no Brasil é um *impeachment* “antipopular”, próximo dos golpes militares e cujo objetivo passa por reinstalar as “velhas oligarquias”, “subtrair direitos”, implementar uma agenda política “regressiva” e conduzir a retrocessos nas políticas públicas.

À semelhança de *IstoÉ*, também a revista *Veja* desqualifica a tese do golpe apresentada pela defesa de Dilma Rousseff, re-

correndo, entre outras estratégias argumentativas, à *autoridade* das fontes judiciais para legitimar a legalidade do processo de impedimento: “[...] os ministros Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia já tinham desqualificado publicamente a tese de golpe”, sublinhando que “[...] há um gravíssimo equívoco em falar na existência de um golpe (Ed. 2475, 27/04/2016, pp. 55-56).

O poder de voz da revista é, de certa forma, reforçado por personalidades qualificadas da instituição jurídica, como se estas fossem detentoras de um poder discursivo legitimador do rito judiciário. A refutação da tese de golpe advém, com efeito, da *autoridade* discursiva das personalidades investidas do poder de voz e do capital simbólico acerca dos acontecimentos, aquilo que um autor como Pierre Bourdieu (1998) apelida de *skeptron*, estratégia visível em várias matérias das revistas analisadas.

Considerações Finais

Ao expor o seguinte empreendimento analítico, procuramos analisar alguns processos de produção de sentidos inerentes à mediação de dois acontecimentos recentes que marcaram a vida pública brasileira: o escândalo Lava Jato e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Levando em consideração a hipótese segundo a qual o investimento enunciativo das revistas, particularmente de *Veja* e de *IstoÉ*, relaciona o processo de *impeachment* com a temática da corrupção, sobretudo, com os desdobramentos do escândalo Lava Jato, observamos alguns procedimentos retóricos utilizados pelas instâncias mediadores de sentido, bem como

alguns mecanismos inerentes à dramatização do acontecimento midiático.

Com efeito, verificamos que o processo de fabricação midiática do impedimento obedece a uma lógica de operações de sentido de natureza jornalística, operações que, como mostram algumas capas selecionadas, recorrem a animações, silhuetas, metáforas e jogos de linguagem que evidenciam modalidades de discurso e estratégias de produção de efeitos estético-poéticos. Esses diversos materiais, iconográficos, textuais, próprios da maquinaria do *medium*, formam um conjunto de redes de significantes que permitem configurar unidades de sentido.

A produção de sentidos sobre o *impeachment* é, em várias edições das revistas *Veja* e *IstoÉ*, engendrada pelas denúncias de corrupção referentes ao escândalo Lava Jato, enquanto que *Carta Capital* identifica como principais razões do engendramento do *impeachment* uma certa revolta das elites e das oligarquias contra o projeto político do Partido dos Trabalhadores. *Carta Capital* ressignifica o *impeachment* como um “golpe”, um “crime” ou uma “farsa”, dramatizando o acontecimento mediante estratégias argumentativas que visam desconstruir as verdadeiras razões para o afastamento de Dilma Rousseff, enquanto *Veja* e *IstoÉ* enfatizam a legitimidade do ritual judiciário. Neste ponto, verificamos batalhas discursivas entre os dispositivos de informação para o estabelecimento de narrativas explicativas acerca do fenômeno.

No processo de engendramento do acontecimento, notamos que o *impeachment* de Dilma Rousseff é tematizado por *Veja* e *IstoÉ* logo após a início do segundo mandato da então presidente, desenrolando-se, posteriormente, ao longo de uma extensa temporalidade. No decorrer dessa temporalidade, torna-se evi-

dente que o acontecimento é tecido em função dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

Sobressaem, assim, procedimentos operatórios de fabricação de modalidades de discurso que responsabilizam o Partido dos Trabalhadores e, nomeadamente, Dilma Rousseff pelo escândalo de corrupção na Petrobras. Ao se referirem a Dilma Rousseff, *IstoÉ* e *Veja* mobilizam uma adjetivação de cariz negativo, aquilo que Charaudeau (2013), ao discorrer sobre as estratégias do discurso midiático, apelida de *psicologização*, enfatizando a sua culpa e o seu envolvimento no escândalo de corrupção desvelado pela Operação Lava Jato.

Referências

BECKER, C.; C. Camila; GALLAS, D.; WEBER, M. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, nº 24, 2018. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/736>

BORDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

FALCÃO, J. A. D. Pereira, T. **Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

FAUSTO NETO. Impeachment segundo as lógicas de fabricação do acontecimento. in Liziane Guazina, Hélder Prior, Bruno Araújo (Org), **(Des)Construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**, Florianópolis: Insular, 2019.

GUAZINA, L; PRIOR, H; ARAÚJO, B; **(Des)Construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**, Florianópolis: Insular, 2019.

MOTTA, Luiz G. **Análise Crítica da Narrativa**, Brasília, Editora UnB, 2013.

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Prior, H. “Escândalo Político e Narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato”. **Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**, V. 25. n°. 1, Porto Alegre 2018.

QUEIROZ, R. A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito brasileiro: lições a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff. **E-Pública-** Revista Eletronica de Direito Público, V. 4, N° 2, Lisboa, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/epub/v4n2/v4n2a11.pdf>

PELD Costa dos Corais: avaliação e monitoramento dos impactos do óleo nos sistemas ecológicos e sócio-culturais¹

Ricardo J. Miranda

Eu vim falar sobre o PELD², mais especificamente, sobre o óleo. O projeto PELD não é um projeto de comunicação, mas a comunicação é uma ferramenta importante para projetos ecológicos, sociais... Enfim, é o jeito que nos comunicamos com a sociedade, com a mídia, esse é o grande desafio que temos dentro da universidade, trazer as informações acadêmicas, científicas, para o mundo real, para fora da universidade. Então, entendemos que esse é um momento importante, também, por conta do derramamento de óleo que aconteceu aqui (Japaratinga/Alagoas).

1 Transcrição da palestra de encerramento do Pentágono X, ministrada por Ricardo J. Miranda, biólogo, pesquisador, professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisador no PELD Costa dos Corais Alagoas.

2 Projeto Ecológico de Longa Duração Costa dos Corais Alagoas (PELD CCAL).

Hoje eu vou falar um pouco do que é o programa de monitoramento do qual fazemos parte. É, basicamente, sobre as evidências que foram geradas antes do acidente e o que estamos planejando fazer, a partir de agora, com todas essas informações que já foram divulgadas na mídia, bem como locais que foram afetados e causas que não foram elucidadas. Provavelmente também vamos levantar algumas das questões que vocês têm, e nós também temos, como respostas, por exemplo, de causas do acidente.

Enfim, nós somos pesquisadores dentro da universidade, então provavelmente não vamos ter todas as respostas sobre óleo, por isso eu gostaria de frisar isso antes. A ideia é falarmos sobre o que é o PELD e qual é a relação que ele tem aqui com a região, como estávamos trabalhando antes do acidente e o que estamos planejando para fazer a partir de agora.

Faço parte do laboratório da Universidade Federal de Alagoas, mas estou aqui representando o PELD que é uma equipe bastante diversa. Somos quatro coordenadores gerais – Dr. Ricardo Miranda, Dr. Richard Ladle, Dra. Ana Machado e João Campos, mas esse grupo é um grupo bastante diversificado. Ao todo, contando os que entraram e saíram, são noventa e seis participantes: pesquisadores, estudantes, gestores ambientais, muitos alunos do Instituto Federal, excursões, representantes de comunidades... É um grupo multidisciplinar que envolve vários laboratórios, dez somente dentro da UFAL, no Instituto de Biologia de Maceió, bem como na unidade de Penedo também.

Cada professor tem sua expertise com peixes, comunidades sociais, corais, pesca, tartarugas, vegetações costeiras, aves, microbiologia, reprodução de peixes, fisiologia de árvores. É um grupo variado para lidar com essa temática ecológica que já é naturalmente diversa e, um diferencial desse PELD, é que nós

conseguimos conversar bastante com os gestores, com os representantes dos órgãos que são os que fazem acontecer, na prática, as ações de gestão ambiental.

Como eu já mencionei, o PELD sem esses parceiros não conseguiria fazer nem metade das ações realizadas neste projeto, assim como outros servidores do ICMBio também. Diversas ONGs que atuam aqui na região têm um papel bastante importante, como a ONG Biota que faz o monitoramento das tartarugas que chegam encalhadas nas praias; o Instituto Yandê que trabalha com comunidades de pescadores da região; o Projeto de Conservação Recifal e outras instituições do Brasil, com as quais temos algumas parcerias em relação aos trabalhos científicos que são publicados.

Falarei um pouco do PELD antes de entrar na temática do óleo. A sigla do projeto significa Pesquisa Ecológica de Longa Duração. É um projeto de pesquisa que tem como objetivo monitorar grandes áreas geográficas, por longos períodos de tempo. Esse programa foi baseado em outras iniciativas fora do Brasil, começou com o *Long Term Ecological Research Network*, um programa que foi idealizado nos Estados Unidos com o intuito de monitorar grandes áreas geográficas, o que não é uma atividade fácil de fazer. É preciso envolver bastante gente, uma rede de parceiros. Monitorar isso por um longo período também se torna mais complicado, sobretudo, pela aplicação de recursos. O projeto surgiu com essa iniciativa e objetivo, já faz algum tempo.

É um programa do CNPQ, com apoio da CAPES e o prédio em que trabalhamos em Alagoas tem o apoio financeiro da FAPAL. O nosso PELD está entre os trinta e quatro que já existem no Brasil. Provavelmente, o nosso da Costa dos Corais é um dos mais recentes e foi aprovado somente em 2017, nós estamos no

terceiro ano de projeto. Vários outros PELDs têm um tempo de execução bem mais avançado, alguns deles foram renovados.

Normalmente os projetos são renovados a cada quatro anos, sendo o nosso PELD o primeiro de Alagoas e já foi bastante conceituado, por ocasião do edital de 2017. Como disse, no Brasil também existem outras iniciativas importantes, como se fossem um braço interno do governo para fazer as ações de pesquisa, de monitoramento, de grandes áreas geográficas, por um período de tempo um pouco maior.

A nossa área de atuação é na APA Costa dos Corais³, estamos localizados em uma região que é uma unidade de conservação federal, ou seja, tem regras de uso. A APA Costa dos Corais vai desde o norte de Maceió até o sul de Pernambuco, Japaratinga fica mais ou menos no centro. É a maior unidade de conservação marinha do Brasil, uma área gigantesca, com mais de quatrocentos hectares de extensão. Boa parte fica para fora do mar, englobando a parte marinha. Então, quem não está no mar, provavelmente, não tem contato com essa área que é, basicamente, marinha e pega uma parte da costa também, onde nós desenvolvemos nossas atividades.

Essa área foi criada em 1997, principalmente, por conta dos sistemas naturais que aqui ocorrem. Quem mora na região, aqui em Japaratinga, tem contato com esses recifes de corais desde pequeno. Na porta do gabinete de estado tem um desses recifes costeiros, se chamam “recifes em franja” e crescem paralelos à costa, se estendendo por quilômetros.

Outros sistemas importantes como bancos de gramas marinhas que são essas plantas que vivem no fundo do mar, im-

3 Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

portantes para a alimentação de alguns organismos como tartarugas, peixe-boi, também, exercem uma função ecológica bastante importante de filtro. Então, todos os sedimentos que vêm através dos rios estuados são impedidos de chegar aos recifes através da filtragem dessas.

Normalmente esses sistemas ficam entre os estuários e a foz dos rios, sendo que esses recifes são ambientes importantes ecologicamente, além de vários outros estuários e manguezais que ocorrem aqui dentro da APA, alguns deles considerados sagrados por conta da presença do peixe-boi, por exemplo. É uma das poucas regiões no Brasil onde essa espécie extremamente ameaçada de extinção ainda existe, cerca de mil, na costa brasileira. Há vários outros sistemas importantes não só para a economia local, mas também para diversão e qualidade de vida das pessoas, com os mais de cento e vinte quilômetros de praias que ocorrem aqui, além de vegetações costeiras, como as restingas.

Enfim, toda diversidade de sistemas naturais que justifica a criação da unidade de conservação estabelecida em 1997, um modelo de gestão de território costeiro marinho no Brasil a cargo de trabalhos realizados em interação com a comunidade, gestores do projeto e a universidade. Pode-se dizer que é uma unidade de conservação considerada de sucesso no Brasil, criada justamente para tentar integrar a diversidade biológica e ecológica com a social.

A região em que está Japaratinga é uma das mais procuradas por turistas do Brasil e do mundo, em razão dos sistemas naturais que mencionei, por isso tem grande importância para o turismo. Portanto, não podemos deixar de mencionar as questões culturais e tradicionais do lugar, muitos dos seus parentes, pais, tios, avós, dos alunos das escolas que estão aqui, vivem direta-

mente da pesca e dependem da qualidade desses recursos para vender, para sobreviver.

Essa área é um mix de toda diversidade biológica e cultural que acontece na região. Sendo assim, o PELD foi criado nesse contexto, junto com a unidade de conservação, tendo como objetivo geral criar as bases para monitorar a área e não somente os aspectos biológicos e ecológicos, mas os aspectos sociais e culturais também. Deste modo, o objetivo geral do PELD é monitorar, a longo prazo, o sistema ecológico e social dentro dessa unidade de conservação. Também temos vários objetivos específicos que serão mencionados ao longo da apresentação, no entanto, já destaquei alguns deles como avaliar os padrões culturais biológicos de diversidade dentro dessa unidade.

Isto posto, perguntamos: como essas pessoas convivem com o turismo que vem crescendo cada vez mais e com a pesca, a partir de problemas como a redução do pescado ao longo dos anos e, agora, com essa preocupação sobre o vazamento de óleo? Usamos esses parâmetros para avaliar se a unidade está realmente funcionando para proteger e para preservar essa cultura, as questões biológicas que acontecem aqui, dentro da área.

Separamos um esquema em quatro grandes grupos para dar uma ideia de como o projeto atua dentro da diversidade mencionada na área. Estrutura do ecossistema que está mais associado às questões de mensurações de “parágrafos” físicos e químicos como: água, sedimentos e questões de padrão de diversidade, como mergulhos para contar peixes e corais. Usamos fotografias para identificar as aves. E “rastros” de pesca para identificar os peixes que vivem nesses estuários dos rios.

Além das citadas, muitas outras ferramentas para entender como que essas espécies se relacionam com o ambiente,

no caso, as funções que exercem dentro do sistema. Análises laboratoriais, voos de drones, câmeras subaquáticas, tudo isso é feito para identificarmos quais são as principais ameaças ao sistema. Este trabalho vinha sendo desenvolvido antes do vazamento do óleo, assim é possível ter uma ideia da dimensão de como que já era complexo trabalhar e lidar com esse ambiente, bem como as ferramentas que temos para lidar com ele. As ameaças que já existiam antes da chegada do óleo, como o turismo e a pesca que são uma fonte de renda, mas também podem ser ameaças quando praticadas de forma descomedida.

Da mesma forma ocorre quando os períodos de defesa de espécies não são respeitados nas áreas preservadas. Embora seja uma atividade muito importante, quando praticada excessivamente, a pesca pode causar grande impacto dentro do sistema. Também temos as mudanças climáticas, impacto global que causa o branqueamento dos corais, trarei detalhes mais adiante.

Como conseguimos lidar com tudo isso em relação à “relatividade” das pessoas, como as pessoas percebem o que está acontecendo? Nós tentamos acessar a resposta através de conversas com pescadores, visitantes e turistas para tentar avaliar a qualidade de vida dos mesmos a partir de algumas ferramentas mais modernas, uma vez que o objetivo final do projeto é reunir toda a informação coletada e compartilhar com os órgãos ambientais para que medidas sejam colocadas em prática pelas pessoas que tomam conta desse território de nível federal, que são os órgãos ambientais junto com a comunidade.

Esse é o cenário com o qual estávamos trabalhando antes do derramamento do óleo. Não somos as únicas instituições que se preocupam com isso, além de nós outras iniciativas em Alagoas, Pernambuco dentro e fora da APA, também estão se debruçando sobre tais problemas dessas questões.

Muitos pesquisadores do PELD, instituição que atua na área já faz cinco anos, trabalham com questões que são específicas desses ambientes e se depararam com cenários como esse. Nós vimos óleo em diferentes sistemas não só nas praias, mas nos recifes de corais, nos estuários, nos manguezais. Infelizmente, não conseguimos conter o óleo, talvez, por uma atitude pouco proativa por parte do governo. Talvez, se colocado em prática a tempo um plano de contingência, teria sido evitado que o óleo chegasse em ambientes tão importantes e sensíveis como esses, mas chegou.

O que fizemos foi ajudar em algumas ações de remoção e monitoramento aéreo, utilizando drones, além de outros instrumentos. O drone é uma ferramenta que o PELD vem usando junto com o pessoal da Engenharia da Computação para tentar criar mecanismos que ajudem a identificar a quantidade de óleo nas praias, mesmo pequenos fragmentos que tornam o trabalho mais complicado. São ferramentas como essa que nos permitem uma resolução melhor para ver manchas numa distância um pouco menor do que as vistas por um satélite, por exemplo.

Espero que não tenhamos que lidar com a identificação de novas manchas, ninguém sabe o que pode acontecer. Algumas pessoas perguntam quais lições podemos retirar desse evento, eu diria que é nos preparar para que, pelo menos, saibamos o que fazer para evitar.

Identificamos o óleo em algumas praias, nos recifes de corais, também em parceria com ONGs, por exemplo. A Conservação Recifal identificou óleo, também, nos recifes de corais da mesma região, o qual fica um pouco concentrado em algumas locas. O óleo é um material cru, denso, o que facilita a remoção, mas ele também se acumula com recife de coral que é um ambiente que possui muitos buracos, muitas locas.

Todo óleo que chegou, certamente, iria afetar os animais e nós temos alguns registros. Foram encontrados tartarugas, aves, golfinhos, águas vivas, lagostas, siris mortos. Alguns, provavelmente, por causa do óleo e outros porque entraram em contato com ele e podem ter morrido por outros fatores. Encontramos corais soterrados ou sufocados pelo contato direto com o óleo, o que chamamos de impacto agudo.

Temos, também, aquilo que chamamos de “impactos crônicos” que ocorre quando o óleo é dissolvido, podendo durar alguns anos. Procuramos deixar claro que o impacto que conseguimos ver é o “impacto agudo”, onde o óleo chega e, a partir do momento que é removido, passa a ser o impacto agudo amenizado. Possivelmente é a situação que estamos vivendo agora, quando boa parte do óleo já foi removida e o impacto agudo remediado, deixando alguns fragmentos, o óleo já está dissolvido na água. Passa, então, ao que chamamos de “impacto crônico”, uma vez que não conseguimos ver a olho nu, mas ele está acontecendo.

O PELD vai procurar se debruçar sobre duas questões, uma delas é o impacto agudo, que são os problemas a curto prazo, aquilo que podemos avaliar de impacto logo após o evento. O que está na proposta que organizamos e encaminhamos aos órgãos financiadores. As áreas que ficam aqui em frente [onde acontece o Pentálogo] já vinham sendo monitoradas por nós. Uma dessas áreas, que é reservada para preservação, é chamada de Zona de Preservação Marinha e outra que se chama Zona de Visitação. São duas áreas estabelecidas pelos órgãos ambientais para estas atividades.

Felizmente, fizemos mergulhos nas regiões que já monitorávamos e não encontramos óleo. Sendo assim, nossa função agora é acompanhar, durante os próximos anos, se a condição dos corais e dos peixes, por exemplo, continuará

saudável ou se vai piorar ao longo do tempo, essa é uma das questões.

Mas nem só de notícia ruim vivemos. Nós conseguimos participar de algumas ações de contenção desse óleo na foz do rio Tatuamunha que é o santuário do peixe-boi, na APA Costa dos Corais. É onde há um recinto de reabilitação desses peixes-boi que foram capturados ou que estão em estado de doença ou reabilitação. Existe um cativeiro onde eles são tratados para serem reintroduzidos na natureza.

O trabalho é feito em parcerias com alguns órgãos, como a Marinha, Petrobras e voluntários. Não identificamos manchas de óleo dentro do estuário. Boias de contenção foram colocadas, provavelmente, a tempo e não observamos manchas na superfície nesse período. As boias, provavelmente, ajudaram, esse foi o ponto positivo desse período que foi posto para nós como um “pesadelo”. Isso é o que já vínhamos fazendo antes de acontecer o desastre. A partir de agora nosso projeto quer avaliar o impacto.

A primeira ação é avaliar o índice de contaminação do sedimento na água de alguns lugares na APA dos recifes, praias e estuários. Nós dividimos os aspectos biológicos e ecológicos para estudar como essas espécies estão a um nível de concentração de HPAs, que chamamos de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos. É o nome que usamos dentro da academia para falar do óleo. Como segunda ação, vamos escolher algumas espécies para entender se estão com altos ou baixos índices de contaminação, se continuam saudáveis ou se aumentou a mortalidade, a partir do evento.

A terceira linha de atuação vai ser avaliar o impacto sobre os aspectos socioeconômicos e culturais da região. Já fazíamos trabalhos com a comunidade para entender como que é

percepção, comportamento, atitudes dessas pessoas que vivem da pesca, ou seja, principalmente pescadores. Temos os dados anteriores e agora vamos buscar os dados do depois do vazamento do óleo.

A quarta linha, que se enquadra melhor na oportunidade deste evento, é mostrar ações de comunicação e educação ambiental. Ações educacionais para divulgarmos, falar dessa problemática na mídia, nos órgãos, nas escolas que estão aqui hoje. É importante que estejam aqui hoje, pois vocês representam a casa de vocês, a escola de vocês é fonte de informação. Vocês pegam essas informações aqui e levam para outros lugares⁴.

Indo um pouco mais a fundo na proposta, nós monitorávamos a água do sedimento através de parâmetros físicos e químicos, como a temperatura, salinidade, pH de algumas dessas regiões e agora vamos colocar a questão da concentração desses HPAs que é o óleo nessas mesmas regiões. É importante mencionar que não temos somente o óleo atuando, mas vários impactos que já agiam, como a temperatura por exemplo. A água do mar é mais quente, as cores mais frias, como os azuis, as águas são mais frias, o branqueamento é um evento.

O coral é um animal que vive dentro da sua pele e em associação com microalgas que ajudam ele a conseguir o alimento através da fotossíntese da luz, como as plantas. Então, na medida que a temperatura da água esquentar e, normalmente, isso acontece no verão – alguns verões esquentam mais que o normal – esse pequeno aumento de um grau já é suficiente para o coral mudar de aparência. Um coral normal, saudável, é colorido, por exemplo azulado, diferente de um coral branquea-

4 Referência aos alunos e professores das escolas locais que assistiam a palestra.

do que pode morrer ou retornar à vitalidade, de acordo com o período que o aumento da temperatura permanece.

O evento de branqueamento em 2019 foi o pior da história no mundo inteiro. Foi o período em que os corais mais branquearam numa escala espacial maior, em vários países ao redor do mundo, incluindo, aqui no Brasil, a região de Alagoas. Recife, aqui em frente [ao local do congresso], podem ser observados, que algumas colônias se mostraram branqueadas no mês de maio e isso aconteceu no Brasil inteiro. Em meses mais recentes, algumas colônias já estavam se recuperando.

Um dos pontos relacionados ao óleo, no que diz respeito aos corais, está em avaliarmos como a vitalidade deles é baseada na saúde, branqueamento, mortalidade, doenças. Isso pode ser codificado nas colônias e, agora com a chegada do óleo, nos perguntamos: será que esse branqueamento aumentou?

O vazamento do óleo atingiu quase todas as espécies, resultando no branqueamento, sendo que algumas delas são mais sensíveis que outras, o que, também, deverá ser avaliado em relação ao acontecimento. Além disso, utilizamos diferentes abordagens para identificar outras espécies além dos corais e, assim, podemos dizer se o recife está saudável ou não. Como exemplo, podemos destacar o estudo sobre o número de filhotes que chamamos de recrutas, pois, se os corais adultos se reproduzem, é porque estão saudáveis.

No que concerne aos peixes, o monitoramento já vinha sendo feito através de contagem e qualificação de espécies, bem como a observação do que se alimentam nestas mesmas áreas. Por exemplo, o budião, que é uma espécie azul, a qual se alimenta de algas que ficam no substrato. Precisamos saber então, caso o óleo tenha se depositado no fundo do mar e esses peixes se

alimentam do substrato, se eles estão ingerindo óleo e acumulando-o no estômago ou esse óleo está causando algum mal nas brânquias, por exemplo, músculo, fígado do animal.

Assim sendo, faremos a coleta de alguns desses peixes para sabermos se existe alguma concentração de óleo nesses tecidos, bem como se a alimentação, que chamamos de função, foi alterada. Todo trabalho a ser realizado será comparado com o que foi feito antes com os dados que temos depois do aparecimento do óleo.

Outra abordagem ecológica que utilizaremos se configura através das tartarugas como espécie indicadora. Algumas delas já foram observadas com óleo e, a partir de agora, em parceria com o BIOTA⁵, vamos pegar alguns desses animais encontrados com óleo para analisar o conteúdo estomacal. Para contar o número de tartarugas utilizamos drones ao longo da APA inteira e, assim, identificamos as áreas que possuem maior concentração desses animais.

Espécies de peixes dos estuários dos rios também serão coletadas, além de mariscos, buscando identificar a concentração de óleo em seus tecidos. O levantamento realizado mostra exatamente o ambiente de praia, bancos de gramas marinhas e situações que podem influenciar a movimentação da área em época de chuva. Então, com a chegada do óleo, será que a vida dessas espécies, nesses ambientes, irá mudar? Essa é outra questão ecológica que está associada aos peixes de estuários.

Alguns mangues na parte sul de Pernambuco foram bastante afetados pelo óleo. Felizmente, aqui em Alagoas só registramos óleo próximo dos mangues, pelo menos eu não tive acesso a ne-

5 Instituto de Conservação.

nhum registro dele nas raízes. Neste sentido, outra questão a ser avaliada são os diferentes órgãos da planta, fisiologia e características do solo onde vive o mangue para sabermos se existem concentrações de óleo na região que é, também, bastante importante.

Outro ponto importante da PELD Alagoas é a questão socio-cultural, vamos avaliar o impacto do óleo sobre a pesca. Existem várias abordagens como questionários, entrevistas com pescadores, algo que já vinha sendo feito antes do derramamento de óleo e continuam sendo realizadas para saber como o óleo impactou a comunidade. Talvez, essas sejam as principais pessoas afetadas pelo acidente, aquelas que vivem em contato direto – como os marisqueiros, catando “massulim”, os pescadores, estão todos os dias em contato com o sedimento e com a água da região que foi atingida.

Da mesma forma, será avaliada a socioeconomia, como buscar saber se o preço do peixe variou para venda. O mesmo em relação à segurança alimentar, se as pessoas deixaram de comer alimentos do mar, tanto da parte dos pescadores como dos turistas que visitam a região. Também pretendemos analisar a situação dos serviços culturais, aqueles que o ecossistema oferece e não conseguimos codificar em dinheiro, mas eles existem.

Ou seja, os turistas chegam aqui e adoram ir para as piscinas, já existem dados mostrando que pessoas que vivem perto do mar são mais felizes e isso é um serviço cultural oferecido pelo ambiente saudável. Trata-se de outra abordagem utilizada pelo grupo e já pode ser encontrada em fóruns e redes sociais, por exemplo.

Mapas mostram, por exemplo, a concentração de fotos, de serviços culturais que foram associados a essa região dentro

da APA Costa dos Corais. Apreciação da natureza, da paisagem e recreação são categorias de serviços que nós conseguimos estimar através de fotos publicadas em redes sociais. Muitas dessas fotos marcam a coordenada geográfica e são postadas no Instagram, Facebook e outras mídias. Assim, nós conseguimos, através desses pontos, mapear onde as pessoas estão indo mais, quais as regiões que são mais visitadas, quais podem estar gerando mais renda para a comunidade.

Por exemplo, um mapa mostra que São Miguel dos Milagres e Maragogi são as regiões da APA que tem a maior concentração de fotos postadas. Deste modo, conseguimos estimar noções de qualidade de vida através das fotos e isso já foi feito antes em trabalho que publicamos. Agora, após o derramamento do óleo, vamos saber se, por exemplo – principalmente agora que o verão está chegando – houve impacto, para os pescadores e para o turismo.

Nesta mesma linha social e cultural, são destacadas questões teóricas de percepções, atitudes, comportamentos, saúde mental e tudo que envolve a problemática em torno dos pescadores: como estão lidando, o que pensa sobre a evasão de turistas, sobre o medo de pegar o peixe que está contaminado com óleo. Para tais indagações existem ferramentas metodológicas, como questionários desenvolvidos e que já estão sendo utilizados em diversos trabalhos ao longo do mundo inteiro, bem como estão sendo aplicados aqui na APA.

A ideia é tentar captar um pouco, de forma simples, o que acontece na prática em relação a essa comunidade. Então, legitimidade, transparência, responsabilidade, inclusão, justiça, coletividade, todas essas são situações trabalhadas nas perguntas dos questionários. A adaptabilidade também está associada a

essa área, o que nos faz perguntar: como a comunidade consegue se adaptar após o desastre que estamos vivenciando?

Um dos objetivos do projeto é que todas essas informações sejam disponibilizadas num banco de dados gratuito; além de fazer com que as informações cheguem aos órgãos competentes e retornem, na prática, para a comunidade. É e será um desafio.

Como última frente, e não menos importante, talvez caiba algumas discussões aqui no evento da comunicação, é o grande desafio, como mencionei, que é a ciência trabalhar com a comunicação científica. Fazer com que informação científica, que é mais complexa, cheia de termos complicados, chegue de forma compreensível para a comunidade. Para que nós possamos entender e possamos assimilar as informações.

Já vínhamos fazendo isso com o trabalho da PELD, reuniões técnicas, eventos, participação em ações de educação ambiental, rede de mulheres, com reuniões periódicas com os pescadores da APA Santo Antônio, Japaratinga. Palestras, entrevistas de rádio, TV... estamos sempre veiculando. Agora, com a questão do óleo, temos como objetivo vincular, cada vez mais, essas informações.

Não estamos querendo espantar turistas. Algumas pessoas ficam receosas em divulgar as informações, pois muitas dependem do turismo para sobreviver. Nossa intenção não é fazer com que as pessoas não visitem mais a APA, pelo contrário. Mas precisamos vincular informação, precisamos saber o que está acontecendo para poder saber a melhor forma com que vamos lidar.

Na verdade, tentamos manter uma relação boa com todo mundo, não só com o pessoal da comunidade, com a universidade, mas também com o pessoal do turismo, das secretarias e dos

órgãos. A nossa ideia é constituir uma rede e fazer com que a informação da universidade chegue a todos para que possamos trocar experiências e fazer com que todo mundo viva bem dentro dessa unidade.

Dilemas da comunicação e educação em saúde: uma leitura a partir da tríplice epidemia (dengue, chikungunya e Zika) no semiárido nordestino

Alan David dos Santos Souza¹

Antonio Roberto Faustino da Costa²

Cidoval Morais de Sousa³

Introdução

O estudo ora apresentado resulta de dois projetos de pesquisa interrelacionados. O primeiro diz respeito ao projeto “Mídia e educação na formação de professores e agentes de saúde e controle de arboviroses no Semiárido paraibano”, realizado junto ao

1 Aluno do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba e Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (UEPB/CNPq). alandaa-vids@gmail.com

2 Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (UEPB). robertofaustino@gmail.com

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEPB). cidoval@gmail.com

Programa Institucional de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2018-2019. O segundo (uma espécie de guarda-chuva ao qual o primeiro está vinculado) refere-se ao projeto “Tecnologias sociais e educação ambiental para o controle vetorial de arboviroses: promovendo a saúde e a qualidade de vida no Semiárido paraibano”, desenvolvido colaborativamente por pesquisadores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Fundação Oswaldo Cruz Pernambuco (FIOCRUZ-PE) e rede Waterlat-Gobacit, com financiamento da Chamada MCTIC/FN-DCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-Decit/Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika.

Realizado junto a onze municípios integrantes do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável São Saruê, no Cariri da Paraíba (Assunção, Boqueirão, Juazeirinho, Junco do Seridó, Livramento, Oivedos, Pocinhos, Santo André, Soledade, Taperoá e Tenório), o segundo projeto supracitado busca promover “[...] ações inovadoras de formação (educação para a cidadania ambiental), capazes de favorecer a interrelação educação-saúde e o desenvolvimento de processos, técnicas e tecnologias que possam ser apropriadas socialmente e contribuam para a experimentação do bem viver na região.” (SOUSA, 2016, p. 8)

A problemática que motivou, particularmente, o presente estudo manifestou-se nos seguintes termos: qual o papel da comunicação e da educação na formação de professores e agentes de saúde no contexto do Consórcio São Saruê? Qual a contribuição da comunicação e da educação à reprodução da política de combate ao mosquito *Aedes aegypti*? Qual o potencial impacto da comunicação e da educação na consolidação de uma política de controle das arboviroses?

O objetivo geral do estudo, em decorrência, residia em analisar o papel da comunicação e da educação na formação de professores e agentes de saúde face o controle de arboviroses no Semiárido paraibano. Conforme se observa mais adiante, os dados coletados e os resultados alcançados a partir da pesquisa ajudam a compreender significativamente esse papel, ainda que reclamem maior amplitude e aprofundamento do ponto de vista de suas causas e consequências.

Além do objetivo geral, pretendia-se lograr dois objetivos específicos: (a) categorizar as campanhas, o discurso das redes sociais e a cobertura da mídia acerca das arboviroses que alcançam o Consórcio São Saruê; e (b) avaliar a proposta pedagógica e o potencial impacto dos cursos de formação continuada de professores e agentes de saúde desenvolvidos junto aos municípios integrantes do Consórcio. Esses objetivos, em razão de algumas dificuldades, não foram atingidos plenamente, restando aprofundá-los em pesquisa ulterior, o que implica prevenir as lacunas e limitações do trabalho ora apresentado.

O estudo inicialmente proposto tinha como foco uma pesquisa qualitativa, baseada em três procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. A primeira foi efetuada a partir do levantamento e revisão da literatura respeitantes às temáticas centrais em questão, com destaque para a problemática da promoção da saúde no Brasil e, em particular, as políticas de prevenção e controle de endemias e epidemias, com ênfase sobre as arboviroses. Secundariamente foi dispensada atenção à problemática da formação inicial e continuada, sobretudo, envolvendo profissionais de educação e de saúde, dentre os quais professores e agentes de saúde, comumente negligenciados ou capacitados de forma precária.

A pesquisa de campo, por sua vez, buscou categorizar a cobertura da mídia, as campanhas publicitárias governamentais e o discurso dos perfis oficiais nas redes sociais acerca das arboviroses que alcançam o Consórcio São Saruê. Neste caso, a pretensão era examinar desde matérias publicadas na mídia local, campanhas patrocinadas pelos governos federal e estadual, páginas oficiais dos municípios, até perfis de grupos de professores de educação ambiental e de agentes de saúde.

Na prática, devido às dificuldades operacionais enfrentadas, privilegiou-se as seguintes fontes de informação, publicadas nos anos de 2018 e 2019: (a) notícias veiculadas em portais jornalísticos a respeito da incidência de arboviroses; (b) peças publicitárias divulgadas nos veículos de comunicação; e (c) campanhas de combate ao mosquito *Aedes aegypti* compartilhadas em redes sociais pelo Ministério da Saúde e replicadas pelas secretarias estadual e municipais de saúde.

Complementando a metodologia, professores e agentes de saúde foram convidados a responder a um questionário eletrônico a respeito das campanhas de combate à dengue, chikungunya e Zika veiculadas na mídia e em redes sociais, sobretudo, no que tange à influência destas na formação continuada e nas práticas desses profissionais junto ao controle das arboviroses. O formulário foi disponibilizado entre os dias 22 de maio e 30 de junho de 2019 e participaram efetivamente da sondagem 29 profissionais atuantes em municípios do Semiárido paraibano. Destes 15 respondentes constituíam professores das redes municipal e estadual de ensino e 14 deles representavam os agentes de saúde, com idades que variavam de 21 a 63 anos e um tempo de atuação na profissão entre três meses e 19 anos.

O mal-estar *Aedes aegypti*

Os dados oficiais revelam que aumentaram, substancialmente, os casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes aegypti* (dengue, chikungunya e Zika) no Brasil. Conforme o monitoramento da Semana Epidemiológica (SE) 28 de 2019, realizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), correspondente ao período de 30 de dezembro de 2018 a 14 de julho de 2019, enquanto no mesmo período de 2018 foram registrados pouco mais de 190 mil casos prováveis de dengue, em 2019 esses números chegaram a 1.345.994: “Observa-se um incremento de 606,8% no número de casos prováveis em 2019, quando comparado ao mesmo período do ano anterior” (BRASIL, 2019b, p. 2).

No caso da chikungunya, essa relação foi de quase 71 mil casos (2018) e 88.178 (2019). A incidência da Zika, por sua vez, alcançou 5.865 casos (2018) e 8.287 (2019). Entre as unidades da Federação, a Paraíba acusa em 2019 um dos percentuais de variação mais baixos em relação à dengue (23,2%), chikungunya (12,1%) e Zika (-19,5%), destacando-se em contrapartida como quinto estado com maior taxa de Zika em gestantes, de um total de 1.674 casos registrados e 368 confirmados no país: “[...] Ressalta-se que 48,3% (178) dos casos confirmados foram registrados no Rio de Janeiro, seguido do Espírito Santo 19,5% (72), Minas Gerais com 7,6% (28), Alagoas com 4,3% (16), Paraíba com 3,3% (12), Mato Grosso do Sul com 2,7% (10).” (BRASIL, 2019b, p. 11)

Convém salientar, antes de tudo, que a reincidência das arboviroses no Brasil está visceralmente associada a uma política de promoção da saúde distorcida e consolidada, sobretudo, nos últimos governos. Há pouco mais de um ano atrás, já registrava-se, os dados oficiais revelavam uma queda considerável nos

casos de dengue, febre de chikungunya e doença aguda pelo vírus Zika no Brasil.

Conforme o monitoramento da Semana Epidemiológica (SE) 14, correspondente ao período de 31 de dezembro de 2017 a 7 de abril de 2018 (BRASIL, 2018), enquanto em 2016 havia sido registrado quase 1,5 milhão de casos prováveis de dengue, em 2017 esses números teriam caído para 252 mil, chegando nos primeiros meses de 2018 a 81 mil. No caso da chikungunya, essa relação foi de 278 mil casos (2016), 186 mil (2017) e 23 mil (2018). A incidência da Zika, por sua vez, alcançou 216 mil casos (2016), 18 mil (2017) e dois mil (2018).

Dois anos atrás, com base na Semana Epidemiológica (SE) 15, correspondente ao período de 1º de janeiro a 15 de abril de 2017 (BRASIL, 2017b), o Ministério da Saúde já proclamava a redução de 95,3% dos casos de Zika, 90,3% de dengue e 68,1% de chikungunya, comparativamente à mesma época de 2016. Um conjunto de fatores teria contribuído nessa direção, destacando-se a mobilização nacional para controle das arboviroses, “[...] a maior proteção pessoal da população, a escassez de chuvas em determinadas regiões do país, o que desfavorece a proliferação do mosquito, e a proteção natural que as pessoas adquirem ao ter alguma das doenças em anos anteriores.” (CASOS, 2017)

Essa redução comprovaria o êxito do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes* e à Microcefalia que, a propósito, teria sido elogiado por parte do relatório “Uma avaliação do impacto socioeconômico do vírus Zika na América Latina e Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso”, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): “Na publicação fica clara a enorme contribuição que o governo brasileiro deu em sua atuação frente ao problema, até então novo para todo o mundo, servindo, assim, como um modelo na res-

posta, vigilância e atenção à saúde para outros países.” (PNUD, 2017)

Publicado em parceria com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), Instituto de Saúde Global de Barcelona (ISGlobal) e Universidade Johns Hopkins (JHU), o relatório reitera não obstante o apelo da Organização Mundial de Saúde (OMS) a respeito de o Zika também se tornar vírus endêmico, exigindo um planejamento de longo prazo e dispêndios públicos elevados: “[...] concentrar-se somente nas estratégias de curto prazo, no contexto de restrições orçamentárias, é um risco tangível para a maioria dos países.” (ORGANIZAÇÃO, 2017, p. 48)

Os resultados parciais do projeto de pesquisa “Tecnologias sociais e educação ambiental para o controle vetorial de arbovírus” acentuam, ademais, uma séria contradição na política brasileira. O preço pago pelos agentes comunitários de saúde (ACSS) e agentes de combate a endemias (ACEs), que atuam precisamente no *front* daquela que o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) denomina de “[...] guerra contra o *Aedes aegypti*” (CHAGAS *et al.*, 2017, p. 112), pode estar sendo desprezado, não apenas do ponto de vista das estatísticas⁴, como também da própria atenção à saúde do profissional de saúde.

4 O próprio relatório do PNUD supracitado, com uma centena de páginas incluindo tabelas e infográficos, restringe-se à seguinte referência aos inseticidas, por ocasião do capítulo que trata das recomendações do documento, no caso, daquela de número seis: “(R6) Envolver as comunidades no combate ao Zika. A estreita associação do mosquito *Aedes aegypti* com os seres humanos – reproduzindo-se e vivendo em ou em torno das casas das pessoas – implica que as comunidades têm um papel crucial a desempenhar no controle do Zika. A menos que as comunidades reduzam ativamente o número de mosquitos, protejam-se contra picadas e busquem o diagnóstico precoce, o controle geral do vetor, como campanhas de pulverização de inseticidas,

O que implica desde o afastamento temporário do trabalho até o risco de invalidez, ou mesmo, morte causada pela considerável exposição e manuseio de inseticidas e larvicidas⁵ “[...] Sentem dores de cabeça e alergia, e laboram sem equipamentos de proteção individual [...] Não são realizados exames de saúde periódicos nos agentes, como o exame da acetilcolinesterase que só foi realizado uma vez em oito anos.” (SOUSA, 2017, p. 12)

A constatação não se limita a este último estudo, acostando-se a instituições de referência no país e exterior, como é o caso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que, em 2016, já emitia nota técnica com o seguinte alerta: “O lado invisível dos danos ao ambiente e à saúde humana, decorrentes do uso de produtos químicos no controle vetorial, ainda não foi devidamente estudado ou revelado às populações vulneráveis, incluindo os trabalhadores de Saúde Pública.” (ASSOCIAÇÃO, 2016)⁶

terá efeito limitado sobre o Zika e outras doenças transmitidas por mosquitos.” (ORGANIZAÇÃO, 2017, p. 51)

5 No final de 2015, o Ministério da Saúde destacava ter enviado ao Nordeste e Sudeste um montante de larvicida capaz de tratar algo equivalente a mais de 3.500 piscinas olímpicas: “O objetivo é manter as secretarias estaduais de Saúde abastecidas com um dos principais instrumentos para eliminar as larvas do mosquito *Aedes aegypti*. Neste ano, foram enviadas 114.4 toneladas de larvicida para todo o país. Esse quantitativo garantiu o tratamento de 57,2 bilhões de litros de água [...] Todos os insumos utilizados pelo Ministério da Saúde são de uso preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) podendo, inclusive ser utilizado em água para consumo humano.” (SAÚDE, 2015) No final de 2017, o Ministério da Saúde voltava a enfatizar a distribuição de larvicida como forma de garantir a todos os estados da federação “intensificar suas ações”, contando com um estoque suficiente para abastecê-los, até 2018, na ordem de 1,2 milhão de litros de malathion e 217 mil quilos de pyriproxyfen (BRASIL, 2017a).

6 Retomava a nota, por sinal, fortes críticas e advertências do “Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, publicado em 2015. O documento representa a culminância de uma série de estudos e ações desenvolvidos

No final de 2016, também, a rede Waterlat-Gobacit publicava caderno temático em que se destaca o enfoque ecossistêmico como modelo alternativo e sustentável de controle das arboviroses, assentado em métodos mecânicos e biológicos que evitam a crescente exposição de trabalhadores, sociedade e meio ambiente aos produtos tóxicos (CADERNOS, 2016).

Mesmo considerando como boato, sem qualquer comprovação científica (HENRIQUES, 2017; VASCONCELOS, 2017), a suspeita de correlação entre o uso de larvicidas no combate ao *Aedes* e o surgimento de casos de microcefalia, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) publicou, em 2017, dossiê acerca da resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) ao vírus Zika (BRASIL, 2017c). No dossiê, a Secretaria admite que um dos grandes legados dos esforços envidados para o controle da epidemia diz respeito à necessidade de repensar o modelo vigente⁷: “Oportunidade de revisão das tecnologias de combate ao mosquito, como a utilização da bactéria *Wolbachia* e a consequente esterilização de

pela ABRASCO, em parceria com diversas outras organizações governamentais e não governamentais, como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e o Fórum Nacional de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos na Saúde e no Meio Ambiente, criados a partir da evidência de que o Brasil passara a se destacar como maior consumidor de agrotóxicos de todo o mundo, adotados inclusive no controle vetorial da dengue por mais de quarenta mil agentes de saúde: “[...] Como vemos, o mesmo modelo químico-dependente observado na lavoura aqui é aplicado à saúde pública. O que é grave, pois se espera das ações sanitárias proteção da saúde, e não submissão a situações de potenciais danos à saúde.” (CARNEIRO et al., 2015, p. 166)

7 “No controle vetorial, a Fiocruz tem trabalhado no desenvolvimento de processos de controle por Unidade Dispersora de Larvicida Pyriproxyfen, pesquisa realizada pelo Instituto Leônidas e Maria Deane, Fiocruz Amazonas. O trabalho realizado foi recomendado como prática de controle por meio da publicação do método nas recomendações do boletim epidemiológico da SVS/MS (BRASIL, 2016a) tornando-se prática de controle oficial recomendada pelo Departamento de Controle e Vigilância de Vetores da SVS/MS.” (GADELHA; FERNANDES; STABELI, 2017, p. 77)

mosquitos, a utilização de biolarvicidas e o grande envolvimento intersetorial.” (NARDI, 2017, p. 12)

O “combate” na mídia e nas redes sociais

Na Paraíba, como poderia se estender ao Semiárido nordestino, a mídia tradicional e os portais de notícias mais ainda constituem uma fonte de informação destacada acerca da tríplice epidemia. O conteúdo aí veiculado vai desde o número de casos notificados a formas de prevenção e atendimento. No início de maio de 2019, conforme demonstra a Figura 1, o portal de notícias G1 PB da Rede Paraíba de Comunicação, afiliada ao Grupo Globo, publicou matéria que alertava a população sobre a possibilidade de um surto de dengue, chikungunya e Zika no Estado.

Contendo dados do último Levantamento de Índice Rápido para o *Aedes aegypti* (LIRAA), divulgados pelo Ministério da Saúde, a matéria listava os municípios com maior incidência, entre os quais cidades do Consórcio São Saruê, como Assunção, Livramento e Taperoá. Na ocasião, a matéria reiterava que o risco era motivado pela falta de apoio por parte da população às campanhas de combate ao mosquito, negligência da gestão pública e insuficiência de saneamento básico. Não por acaso, com taxas mais elevadas de abastecimento de água e rede de esgotos, “João Pessoa é uma das cinco capitais brasileiras que não estão na lista.”

Figura 1 – Matéria sobre risco de surto das arboviroses na Paraíba



FONTE: G1 PB (01/05/2019)

Dois meses depois, no início de julho de 2019, matéria divulgada no mesmo G1 PB destacava o aumento de casos de chikungunya e dengue no Estado, quando comparado com os dados notificados no mesmo período de 2018. Conforme se percebe na Figura 2, o próprio título da publicação confirmava as previsões anteriores: “Casos suspeitos de Chikungunya cresceram 16% no primeiro semestre de 2019 na Paraíba”. Mais uma vez, o portal voltava a listar os municípios com maior incidência das doenças, incluindo cidades do Consórcio São Saruê, como Taperoá e Junco do Seridó.

Figura 2 – Matéria sobre aumento das arboviroses na Paraíba



FONTE: G1 PB (02/07/2019)

Além de matérias publicadas nos portais de notícias, conforme se observa na Figura 3 campanhas e postagens informativas sobre o combate ao *Aedes aegypti* são divulgadas através dos canais e perfis nas redes sociais das secretarias e do Ministério da Saúde. Esses dispositivos são utilizados, cada vez mais, como importante ferramenta para atingir segmentos diversos da população, antes somente alcançados por veículos tradicionais, como rádio e televisão. Com a difusão da tecnologia digital a municípios do interior brasileiro, incluindo regiões com características ainda consideravelmente rurais, como o Consórcio São Saruê e o Semiárido nordestino, camadas mais amplas da população fazem uso crescente das redes sociais Twitter, Whatsapp, Facebook, Instagram e Youtube.

Figura 3 – Campanha de prevenção/combate à dengue



#TodosContraOMosquito
Prevenção é a medida mais eficaz para combater a dengue

4.052 visualizações

58 0 COMPARTILHAR SALVAR ...

Ministério da Saúde
Publicado em 11 de dez de 2018

INSCREVER-SE 79 MIL

Ninguém está livre de ser infectado pela dengue. Por isso, a melhor forma de combater a dengue é eliminar o mosquito *Aedes aegypti*. Confira as dicas da TV Saúde.
Saiba mais no Blog da Saúde <http://www.blog.saude.gov.br/e31f2x>

MOstrar MAIS

FONTE: Ministério da Saúde (2018)

Somadas aos vídeos publicados no Youtube, tirinhas postadas no Instagram e o uso de *hashtags* em cada *post* são empregados para garantir maior engajamento às publicações. Campanhas divulgadas, também em 2018, trazem relatos de pessoas que foram vítimas de doenças provocadas pelo *Aedes aegypti*, ou mesmo, que a enfermidade afetou a vida delas e de seus familiares. Conforme se observa na Figura 4, os relatos vão desde

informações sobre os sintomas, como dor no corpo, até a morte de parentes causada por essas doenças.

Figura 4 – Campanha de combate ao *Aedes aegypti* “#MOSQUITONÃO”



FONTE: Ministério da Saúde (2018)

Monitorando o perfil do Ministério da Saúde no Instagram, no início de 2019, chamou atenção a divulgação de campanhas educativas centradas no combate ao *Aedes aegypti*, publicadas todas as sextas-feiras. As postagens possuíam um discurso preocupado em informar as pessoas sobre possíveis focos que podiam se tornar criadouros para o mosquito, doenças transmitidas por ele (dengue, chikungunya e Zika) e o que a população devia fazer ao perceber sintomas relacionados às enfermidades.

Embora os seguidores do perfil manifestassem dúvidas acerca das doenças, conforme se observa na Figura 5 a maioria dos comentários corroborava o discurso contido na publicação, ex-

pressando uma espécie de acatamento por parte da população acerca das informações divulgadas pelo Ministério da Saúde.

Figura 5 – Campanha de prevenção com interação de seguidores



FONTE: Ministério da Saúde (2018)

Publicadas nas redes sociais do Ministério, as postagens foram divulgadas também pelas secretarias de saúde dos estados e municípios. Na esfera estadual, as publicações com foco no combate às arboviroses aparentemente não obedeciam a nenhum critério, como dias da semana e mensagem específica, passando a ideia de falta de planejamento e de gestão de redes sociais por parte da Secretaria de Saúde da Paraíba. No âmbito dos municípios não foram encontradas informações a

respeito das publicações, mas apenas reproduções das campanhas oriundas do próprio Ministério da Saúde.

A percepção de professores e agentes de saúde

Os dados apresentados a seguir resultam do questionário eletrônico aplicado para avaliar a percepção de professores e agentes de saúde no que se refere às notícias e campanhas veiculadas na mídia e nas redes sociais acerca da tríplice epidemia. À primeira questão “Você considera que sua profissão pode ser útil para o controle ao mosquito da dengue?”, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente, enquanto apenas um deles declarou que “não”.

Para eles, a atuação como profissionais colaborava de forma efetiva para o controle das doenças, destacando-se a resposta de uma docente da rede estadual de ensino:

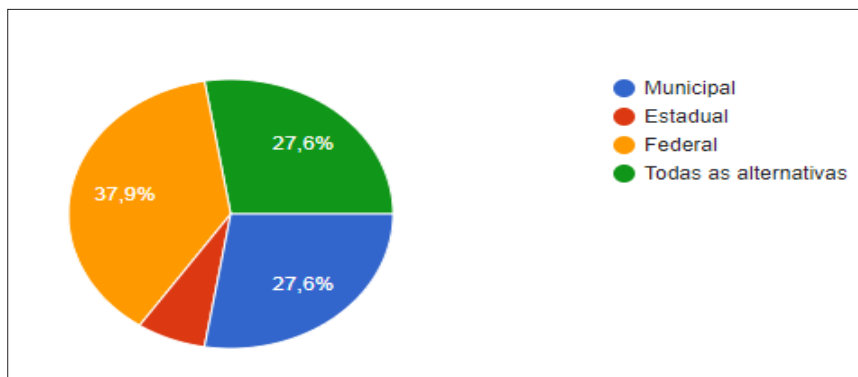
“Sim, uma vez que o professor é visto como uma figura que passa informações verídicas e relevantes para a vida do aluno. Orientações acerca do combate ao mosquito da dengue passadas por um professor, principalmente se for um que o aluno já tenha uma relação de confiança e respeito, têm mais chances de serem levadas a sério.”

Quando questionados a respeito do acesso às campanhas do Ministério e secretarias estadual e municipais de saúde, todas as respostas foram afirmativas, com destaque para as campanhas do Governo Federal. Segundo os entrevistados, essas campanhas possuíam divulgação mais ampla e as peças se

mostravam bem elaboradas quando comparadas com aquelas divulgadas pelo Estado. Os professores destacaram, também, que as escolas costumavam elaborar campanhas próprias voltadas à conscientização de alunos e servidores. Já os agentes de saúde experimentavam um maior contato com as campanhas impressas, tendo em vista que esse tipo de material era direcionado, principalmente, às secretarias de saúde.

Conforme se observa no Gráfico 1, pouco mais de um terço dos profissionais entrevistados declararam se informar através das peças publicitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde (37,9%). Já as campanhas promovidas pela Secretaria Estadual obtiveram um desempenho baixo quando comparadas às demais esferas do Executivo (6,9%), inclusive, às campanhas municipais (27,6%). Mais de um quinto dos respondentes, também, declarou recorrer a todas as alternativas elencadas (27,6%), ou seja, às campanhas federais, estaduais e municipais.

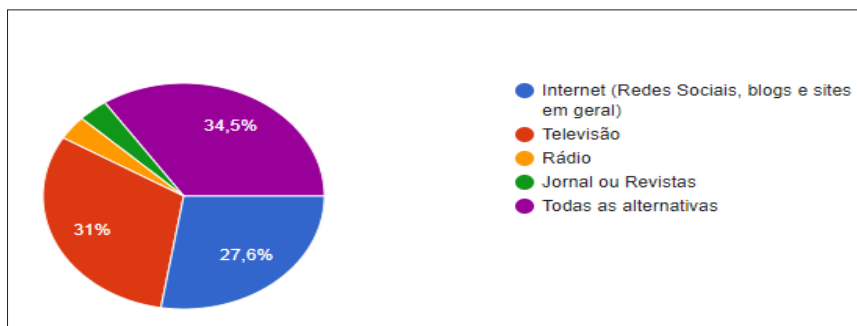
Gráfico 1 – Origem das campanhas acessadas pelos profissionais



FONTE: Questionário aplicado pelos autores (2019).

Os professores e agentes de saúde, conforme se percebe no Gráfico 2, responderam que acessavam as informações e campanhas sobre as arboviroses mediante preferencialmente alguns meios, ainda que o maior percentual tenha se referido a todas as alternativas elencadas (34,5%). A televisão se mantinha como principal fonte de informação, chegando a quase um terço das respostas dos entrevistados (31%). Na sequência observa-se um percentual considerável de profissionais que acessavam informações e campanhas através da internet, desde as redes sociais aos sites em geral (27,6%). Poucos responderam se informar através da mídia impressa, incluindo jornais e revistas (3,4%).

Gráfico 2 – Meios utilizados pelos profissionais para acessar as campanhas



FONTE: Questionário aplicado pelos autores (2019).

Para a maioria dos professores e agentes de saúde entrevistados, as campanhas sobre a tríplice epidemia mostravam-se de extrema importância para o desenvolvimento das suas atividades de trabalho e conscientização da sociedade como um todo. Todos eles responderam, inclusive, que a principal fonte de informação a respeito dos casos de dengue, chikungunya e Zika

eram as notícias divulgadas na internet, televisão e rádio, 86,2% considerando como muito importante a divulgação das campanhas através da mídia e redes sociais. Convém salientar, por último, que mais de dois terços dos profissionais responderam acreditar que as campanhas influenciavam muito a percepção das pessoas sobre as arboviroses (69%).

Os “paradoxos” da política e das campanhas

Os resultados acima descritos, ainda que careçam de maior dimensionamento, corroboram o pressuposto de que a centralidade da política de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, reiterada nos governos Michel Temer e Jair Bossonaro (BRASIL, 2019a), desconsidera as desigualdades estruturais como fator decisivo ao impacto desproporcionalmente assimétrico das crises sanitárias sobre os setores mais pobres da população. Parte-se da compreensão, inclusive em conformidade com Castro (2016), que a degradação das condições de vida nas cidades, saneamento básico inadequado, particularmente, no que se refere à dificuldade de acesso contínuo a água, coleta de lixo precária, esgotamento sanitário, descuido com higiene de espaços públicos e particulares – constituem os principais responsáveis pela tríplice epidemia e suas inestimáveis sequelas, incluindo os casos de microcefalia e morte.

Conforme demonstrado na Figura 6, cuja postagem faz referência a duas regiões metropolitanas importantes ao Semiárido nordestino (Campina Grande e Caruaru), as campanhas de mobilização, simbolizadas em *hashtags* como “#CombateAedes”, “#MOSQUITONÃO” e “#TODOSCONTRAOMOSQUITO”, bem como

no Dia⁸ e na Semana Nacional de Combate ao *Aedes aegypti*⁹, enquanto concentram a atenção no mosquito, negligenciam determinantes sociais complexos e sistêmicos responsáveis pela proliferação das arboviroses que precarizam a qualidade de vida nos municípios (ASSOCIAÇÃO, 2016) e que, sem a sua devida e efetiva superação, não se tem como alcançar o controle das epidemias (CHAGAS *et al.*, 2017).

No caso do Consórcio São Saruê, por sinal, não se encontram praticamente diferenças em termos de indicadores de qualidade entre os municípios: “[...] baixo IDH, intermitência no fornecimento de água, ausência de redes de coleta e tratamento de esgotos e, como agravante, alta incidência de Zika, Dengue e Chikungunya.” (SOUSA, 2016, p. 9)

8 “As sextas-feiras têm sido escolhidas como Dia Nacional de Combate ao *Aedes aegypti*. ‘O enfrentamento ao mosquito é prioridade do Governo Federal’, explicou o ministro da Saúde, Ricardo Barros. ‘A definição da sexta-feira como um dia nacional para uma grande mobilização, demonstra o nosso empenho e preocupação no combate ao *Aedes* para que possamos evitar todas as doenças causadas por ele’, explica o ministro.” (COELHO, 2018)

9 “Todos os municípios do país promovem, a partir deste domingo (25), diversas ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, como visitas domiciliares, mutirões de limpeza e distribuição de materiais informativos. A Semana Nacional de Combate ao *Aedes* será realizada até a próxima sexta-feira (30), sendo a sexta o dia D de combate ao mosquito [...] ‘A mobilização pretende mostrar que a união de todos, governo e população, é a melhor forma de derrotar o mosquito, principalmente de novembro a maio, considerado o período epidêmico para as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Nesse período, o calor e as chuvas são condições ideais para a sua proliferação’, acrescenta o ministério [da Saúde].” (COMEÇA, 2018)

Figura 6 – Campanha de combate ao *Aedes aegypti*: “#TODOSCONTRAO-MOSQUITO”



FONTE: Ministério da Saúde

Como agravante, a política de combate ao mosquito encontra-se estruturada a partir de um conjunto de características adversas que se reproduzem em larga escala na maioria dos municípios brasileiros e, particularmente, do Semiárido nordestino:

- Prevalência da cultura da doença em detrimento da cultura da saúde;
- Subnotificação dos casos e ausência de registros atualizados e confiáveis;
- Ações focadas em indicadores e não em resultados qualitativos;
- Ausência de planejamento (políticas do imediato) e prevalência do campanhismo (ações pontuais, restritas aos chamados dias “D”);
- Rotatividade nas gestões e descontinuidade das políticas;

- Estratégias de promoção da saúde fragmentadas;
- Dificuldades de interação entre as políticas de comunicação, educação e saúde (gestão setorializada, não integrada);
- Transferência de responsabilidades para a comunidade (inclusive, em relação aos índices de infestação).

Em decorrência, depara-se com uma série de contradições e desafios que afetam, em uma primeira instância, o campo da comunicação:

- A comunicação é para a promoção da saúde, mas o foco é a doença;
- É para “produzir” segurança, mas amplia os medos (inclusive, da morte);
- Tem viés higienista e fecha os olhos para os determinantes sociais;
- Mitifica o *Aedes aegypti* e invisibiliza saberes;
- Propaga o modelo químico, biomédico;
- Aceita, assume, propaga as novidades do “centro” (países desenvolvidos);
- O foco se desloca da ação coletiva para a individualização dos culpados.
-

Não bastassem tantas contingências, depara-se ainda com uma série de contradições e desafios que afetam, em uma segunda instância, o campo da educação:

- Educação ambiental marcada pela dimensão autoritária da comunicação;

- Pretende-se dialógica, mas, na prática, é autoritária, hierarquizada, unidirecional;
- Propõe-se dinâmica, integradora, motivadora, atualizada mas, na prática, é engessada, mecânica, desatualizada;
- Está, quase sempre, desvinculada de políticas efetivas, planejadas, orgânicas;
- Saúde nas escolas desvinculada de um projeto integrado, transversal;
- Prevalência do paradigma químico em detrimento da educação socioambiental;
- Dificuldade de trabalhar com perspectivas multi e interdisciplinares;
- Sobrecarga de trabalho dos professores e demais profissionais da educação;
- Ausência de formação continuada, ou na melhor das hipóteses, formação “mecanizada” que prepara “robôs”.

No fundo, tende-se a deduzir que a centralidade da política de combate ao mosquito manifesta a reprodução do paradigma da modernização, surgido em meados do século XX e fortemente baseado na difusão de inovações tecnológicas¹⁰. Constitui a modernização, conforme já acentuava Melo (1976, p. 6), o fenôme-

¹⁰ “El paradigma de la modernización, predominante en los círculos académicos entre alrededor de 1945 y 1965, apoyó la transferencia de tecnología y de la cultura sociopolítica desde las sociedades desarrolladas hacia las sociedades tradicionales. El desarrollo fue definido como crecimiento económico. La idea central es una perspectiva de evolución, que implica al desarrollo concebido primero como direccional y acumulativo, segundo, como predeterminado e irreversible, tercero, progresivo y, cuarto, como inmanente con referencia al estado nación. Las sociedades occidentales desarrolladas o modernas eran

no de introdução das relações capitalistas de produção no setor rural e de ampliação da urbanização consumista, impondo às sociedades tradicionais da América Latina, África e Ásia seguir os padrões ocidentais de desenvolvimento: “[...] Em tal contexto, atribui-se papel destacado aos meios de comunicação, como instrumentos que poderiam desencadear aquelas mudanças, pela ação sutil exercida junto ao comportamento das populações nacionais, nos países subdesenvolvidos.”¹¹

consideradas las metas últimas que se esforzaban por alcanzar las sociedades menos desarrolladas.” (SERVAES, 2000, p. 9)

11 Poder-se-ia agregar, aqui, a midiatização como mais um fenômeno, ou mesmo, o fenômeno-síntese da modernização, porém Verón (2014, p. 14) já chamou atenção apropriadamente para uma perspectiva semioantropológica que, inclusive, previne precipitações em matéria de determinismos tecnológicos: “O (relativamente) velho problema das relações entre a mídia e as sociedades, nas quais a expansão das redes de comunicação se ambienta, tomou um enorme impulso no período das últimas duas décadas, e, conseqüentemente, ganhou nova forma. Nos anos recentes, muitos projetos de pesquisa e perspectivas teóricas ao redor desse problema têm sido vagamente identificados como pertencendo ao estudo da midiatização. Como a midiatização é, linguisticamente falando, um substantivo que dá nome a um processo, as entidades consideradas como sujeitas a tal processo são, na maioria dos casos, as sociedades em si ou subsistemas particulares delas. Também, na maioria dos casos, o período histórico sob escrutínio é aquele da modernidade, e em alguns casos, da modernidade tardia [...] Argumentarei aqui uma visão quase oposta, a favor da perspectiva histórica de longo prazo da midiatização. Quão longa deveria ser essa perspectiva? Como veremos, quanto mais longa, melhor, e isso justifica a qualificação de tal perspectiva como antropológica. A midiatização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose. Essa capacidade foi progressivamente ativada, por diversas razões, em uma variedade de contextos históricos e tem, portanto, tomado diferentes formas. Entretanto, algumas das conseqüências estiveram presentes em nossa história evolucionária desde o início e afetaram profundamente a organização das sociedades ocidentais muito antes da modernidade.”

O paradigma da modernização, ademais, vem acompanhado de uma determinada e específica concepção ideológica que contribui para fortalecer e legitimar seus pressupostos:

[...] A ideologia da modernização entende promover valores e atitudes positivas associadas à mudança, tecnologia, ciência, racionalidade, cosmopolitismo e empatia. Esta ideologia foi elaborada originariamente nos EUA a partir dos anos 50. Com ela pretende-se mudar a mentalidade tradicional das populações rurais do Terceiro Mundo através da combinação de efeitos dos meios de comunicação de massa e da influência interpessoal de agentes de desenvolvimento [...]

Alguns dos equívocos da concepção dominante em matéria de modernização rural têm sido analisados, no contexto brasileiro, por Graziano Neto (1982). O autor mostrou que, em troca de maior lucratividade imediata, muitas “inovações” mecânicas e bioquímicas trazem uma série de efeitos desastrosos no plano ecológico (erosão, desertificação, envenenamentos etc.) e no plano social (empobrecimento, êxodo etc.). A difusão de técnicas modernas é comercialmente pressionada pelos interesses de grandes empresas industriais e exercida por intermédio dos meios de comunicação e de diversas formas de assistência técnica (THIOLLENT, 1984, p. 47).

Em suma, parafraseando e atualizando Melo (1976), considera-se que a centralidade da política de combate ao *Aedes aegypti* representa todo um esforço que gira em torno do modelo difusionista, cuja ênfase reside em implementar estratégias de co-

municação e educação capazes de convencer as comunidades a adotarem inovações tecnológicas, incluindo ainda hoje inseticidas e larvicidas. No caso do presente estudo, entende-se que tais estratégias envolvem não apenas procedimentos de persuasão, como também de formação, sejam mediante instituições de formação inicial e continuada sejam através da mídia e das redes sociais, a começar por dois grupos de fundamental importância nesse contexto – professores e agentes de saúde.

Os professores pelo fato de serem responsáveis pela própria formação das novas gerações que, a depender da educação que recebam, podem transformar ou meramente reproduzir o paradigma de desenvolvimento dominante. Os agentes de saúde pelo fato de serem corresponsáveis pela promoção da saúde das comunidades que, a depender da atenção que recebam, podem meramente reproduzir a política de combate ao mosquito ou redirecioná-la para o controle das arboviroses, a partir da problematização e enfrentamento dos seus próprios determinantes sociais.

Priorizar a superação dos determinantes sociais da tríplice epidemia implica, contrariamente à política vigente, primeiro problematizar e enfrentar as estruturas de reprodução do subdesenvolvimento (FURTADO, 2009) e da própria dependência (SANTOS, 2011) do Semiárido nordestino e, segundo, perseguir a um só tempo um outro paradigma de desenvolvimento e um outro modelo de comunicação, educação, em suma, promoção da saúde e da qualidade de vida. Modelo este, como bem sintetizou Servaes (2000), por excelência participativo que incorpora os conceitos de referência daquilo que viria a se denominar paradigma da sustentabilidade, ou mesmo, desenvolvimento sus-

tentável¹², afirmando a importância da identidade cultural e da democratização e participação em todos os níveis e apontando para uma estratégia amplamente originada nas próprias comunidades locais/regionais como sujeitos dos processos e políticas de comunicação e educação.

Centrado em uma comunicação e pedagogia dialógicas, cujo princípio se assenta na capacidade de todo ser humano exercer o direito pleno de expressar sua palavra individual e coletivamente (FREIRE, 1987):

Este modelo sostiene la colaboración recíproca a través de todos los niveles de participación. Es necesario escuchar lo que otros dicen, respetar la actitud de la contraparte y tener confianza mutua. Los promotores de la participación no subestiman la habilidad de las masas para autodesarrollarse ni tampoco su medio ambiente. 'Los esfuerzos del desarrollo deben basarse en la capacidad de la gente para

12 "Dicho desarrollo podría basarse en los siguientes principios: (a) necesidades básicas: generado para satisfacer necesidades humanas, materiales y no materiales. (b) endógeno: definido desde el núcleo de cada sociedad, que define con soberanía sus valores y la visión de su futuro. (c) autoconfiable: implica que cada sociedad confía básicamente en sus propias fortalezas y recursos, en términos de las capacidades de sus miembros y de su ambiente natural y cultural. (d) ecología: utilizando racionalmente los recursos de la biosfera con plena conciencia del potencial de los ecosistemas locales como de los límites globales y externos impuestos a las generaciones actuales y futuras. (e) democracia participativa: como la verdadera forma de la democracia, y no sólo un gobierno del pueblo y por el pueblo, sino, y más fundamentalmente, "para la gente" en todos los niveles de la sociedad. (f) cambios estructurales: son requeridos a menudo en las relaciones sociales, en las actividades económicas y en su distribución espacial, como también en la estructura de poder, para alcanzar las condiciones de autogeneramiento y participación en el proceso de decisión por todos aquellos afectados, desde la comunidad rural o urbana hasta el mundo como un todo." (SERVAES, 2000, p. 14)

discernir qué es lo mejor que se puede hacer cuando buscan su propia liberación y cómo participar activamente en la tarea de transformar la sociedad. Las personas son inteligentes y tienen siglos de experiencia. Pongamos en juego su fortaleza. Escuchémoslas.’ (Xavier Institute, 1980:11). (SERVAES, 2000, p. 20)

Por isso mesmo, o projeto “Tecnologias sociais e educação ambiental para o controle vetorial de arboviroses: promovendo a saúde e a qualidade de vida no Semiárido paraibano”, que dá origem ao estudo aqui apresentado, elegeu como eixo metodológico central as Escutatórias – formas dialógicas em que o agente pesquisador privilegia as falas dos sujeitos e das próprias comunidades. Apenas expõe as linhas temáticas de interesse, explica a dinâmica de funcionamento do processo e organiza para que todos falem, mas também se escutem: “[...] Estas redes muestran un comportamiento altamente participativo, altos índices de credibilidad y una fuerte integración orgánica con otras instituciones consolidadas de una determinada sociedad.” (SERVAES, 2000, p. 27)

Busca-se, nessas escutatórias e rodas dialógicas, interações, resgate de memórias, troca de saberes, boas práticas, inovações em processos, leituras de mundo. Questões que precisam ser aprofundadas são sempre recolocadas e submetidas ao diálogo de saberes. Entrevistas abertas, visitas, observações, gravações em vídeo e registros fotográficos são estratégias complementares. Assim como o emprego apropriado das redes sociais que têm demonstrado potencial importante do ponto de vista da ação participativa e dialógica.

Considerações Finais

O presente estudo, sem dúvida, descreve resultados importantes a respeito do papel da mídia e das redes sociais na formação dos profissionais de educação e saúde face o controle da tríplice epidemia (dengue, chikungunya e Zika), alertando para a centralidade da política de combate ao *Aedes aegypti*. O que se apresenta demonstrado não apenas mediante as matérias publicadas em portais de notícias locais e as campanhas divulgadas nos perfis das secretarias e do Ministério da Saúde nas redes sociais. Mas também se reproduz quando se considera a própria percepção dos professores e agentes de saúde, uma vez que a maioria dos entrevistados se informa através das emissoras de televisão e redes sociais, reconhecendo tais canais como de fundamental importância a sua formação continuada e prática profissional.

Não sendo ainda conclusivos, os dados precisam ser aprofundados através de novas pesquisas capazes de apontar causas e consequências dessa centralidade, em particular, junto ao contexto do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável São Saruê, no Cariri da Paraíba, Semiárido nordestino. Dentre outros procedimentos, do ponto de vista da comunicação, convém aprofundar a análise acerca do impacto efetivo da circulação de mensagens (notícias, campanhas, postagens etc.) sobre a consolidação, ou notadamente, reconfiguração de tal centralidade, partindo-se do pressuposto de que as novas “zonas de contato” aí constituídas entre emissores (portais de notícias, órgãos governamentais) e receptores (professores e agentes de saúde)

tornam-se, por sua vez, novas produtoras de sentidos e discursividades sociais sobre a tríplice epidemia¹³.

Do ponto de vista da educação, urge ampliar e aprofundar a pesquisa documental, objetivando avaliar a proposta pedagógica e o potencial impacto dos cursos de formação continuada de professores e agentes de saúde desenvolvidos junto aos municípios do Consórcio São Saruê. Como não se trata de isolar mas de contextualizar o fenômeno, cumprirá enxergar as origens e cenários macros em que se dão a concepção, implementação e avaliação das políticas de formação de profissionais no Brasil.

Neste sentido, convém consultar a legislação, planos, programas, ações, propostas pedagógicas e relatórios de avaliação emitidos pelos próprios órgãos, programas, instituições de ensino e agências de fomento, a exemplo dos ministérios e secretarias estaduais e municipais de educação e de saúde. Além da documentação nacional, importante prospectar documentos formulados pelas agências que atuam no campo da educação e da saúde no mundo, influenciando políticas de formação continuada de professores e agentes de saúde em países em desenvolvimento, como é o caso da Organização das Nações Unidas

13 “[...] Da perspectiva desta proposta, a circulação é concebida como ‘região’ na qual os sentidos não apenas transitam, mas também são tecidos. Os efeitos da midiatização permitem que o modo de observá-la passam a reconhecê-la e a conceituá-la como um fenômeno complexo. Entendido como uma região que não é passiva, mas dotada de um status engendrante, pelo menos, por duas razões. A primeira, porque sentidos produzidos em produção e recepção sofrem também as injunções da circulação, na medida em que ela se constitui em ‘zona’ que os prepara, uma vez situada na articulação das instâncias de produção e de recepção. E, em segundo lugar, porque sentidos não podem ali trafegar sem interferências ou imunes às diferenças e lógicas dos seus nichos produtivos, bem como da sua dinâmica da circulação.” (FAUSTO NETO, 2018, p. 30)

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Mesmo partindo da hipótese de que o Consórcio São Saruê reflete um contexto inserido em um paradigma de desenvolvimento dominante (modernização), urge não apenas evidenciar como se dá a formação de base reprodutivista de professores e agentes de saúde naquela região, como também investigar as possibilidades de resistência e superação dessa hegemonia, constituídas a partir de uma educação humanizadora. Notadamente, à base de um processo de desalheamento educacional à objetividade capaz de prevenir e prover as pessoas a enxergar e distinguir a saúde com ético-cientificidade e sentido verdadeiro do que é coletivo (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016).

Com isso, pretende-se criar as condições necessárias para atingir as metas inicialmente propostas pelos projetos de pesquisa que deram origem ao presente estudo: (a) produzir um mapeamento acerca da cobertura da mídia local e das redes sociais às arboviroses; (b) construir um perfil da formação de professores e agentes de saúde do Consórcio São Saruê; e (c) desenvolver e implementar junto ao Consórcio uma proposta pedagógica de formação continuada de professores e agentes de saúde voltada, orgânica e qualitativamente, para o enfrentamento dos determinantes sociais e controle das arboviroses.

Considerando a própria amplitude do contexto de ação, a proposta pedagógica em tela implicará lançar mão também da modalidade da Educação a Distância (EAD), sobretudo, tentando romper com uma lógica da produção que tem prevalecido e se pautado pela difusão de inovações e transferência de conhecimento. Dessa forma, a EAD constituiria um outro sintoma do paradigma da modernização, ou mais precisamente, a culminância do processo de industrialização do ensino, marcado

pela aplicação intensiva do princípio da produção e consumo em massa à educação, ensejando típica e exemplarmente características industriais: racionalização, divisão de trabalho, mecanização, linha de montagem, trabalho preparatório, planejamento, organização, mudança e especialização de funções, métodos de controle científicos, formalização, padronização, objetivação, concentração e centralização (PETERS, 1967, 2001).

Em estudo antecedente, concluía-se que a industrialização do ensino governava a política nacional de educação a distância, incidindo destacadamente sobre o campo da formação continuada de professores (COSTA, 2019). O mesmo tema da capacitação volta à agenda, desta feita, em nova direção: há algo acontecendo ou capaz de acontecer na formação continuada de professores e agentes de saúde em EAD que suplantaria a difusão/transferência de conhecimento? Donde decorre a importância de prospectar conceitos e experiências diversas e, às vezes, contraditórias que têm contribuído para romper a hegemonia da “pragmática difusionista” sobre essa formação, como resultado inclusive de novos e bem mais complexos processos de circulação de conhecimentos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Nota técnica sobre microcefalia e doenças vetoriais relacionadas ao Aedes aegypti: os perigos das abordagens com larvicidas e nebulizações químicas – fumacê.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-tecnica-sobre-microcefalia-e-doencas-vetoriais-relacionadas-ao-aedes-aegypti>>

des-aegypti-os-perigos-das-abordagens-com-larvicidas-e-nebulizacoes-quimicas-fumace/15929/#>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ações de mobilização por parte do governo federal e de toda população têm contribuído para queda das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti***. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/28/LIRAA-e-nova-campanha.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Combate ao *Aedes aegypti*: prevenção e controle da dengue, chikungunya e Zika**. Brasília, 2019a. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/informes-de-arboviroses>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes* (dengue, chikungunya e Zika) até a Semana Epidemiológica 28 de 2019. **Informe**, Brasília, 23 jul. 2019b. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/Informe-Arboviroses-SE-28.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e doença aguda pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 14 de 2018. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 49, n. 18, abr. 2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/maio/02/2018-017-Publicacao.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 15, 2017. **Bo-**

letim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 14, 2017b. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/maio/05/Monitoramento-dos-casos-de-dengue-febre-de-chikungunya-e-febre-pelo-virus-Zika-ate-a-Semana-Epidemiologica.pdf>>. Acesso em: 19 junho 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil**: a resposta do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2017c. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CADERNOS de Trabalho da Rede Waterlat-Gobacit, Newcastle, Reino Unido, v. 3, n. 9, Série Áreas Temáticas: AT5 Água e Saúde: Desigualdade estrutural e microcefalia: a determinação social de uma epidemia, dez. 2016. Disponível em: <<http://waterlat.org/WPapers/WPSATGSA39.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Orgs.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CASOS de dengue no Brasil caem 90% em 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://combateades.saude.gov.br/pt/noticias/908-casos-de-dengue-no-brasil-caem-90-em-2017>>. Acesso em: 9 maio 2017.

CASTRO, José Esteban. Desigualdad estructural y determinación social. **Cadernos de Trabalho da Rede Waterlat-Gobacit**, New-

castle, Reino Unido, v. 3, n. 9, Série Áreas Temáticas: AT5 Água e Saúde: Desigualdade estrutural e microcefalia: a determinação social de uma epidemia, p. 8-29, dez. 2016. Disponível em: <<http://waterlat.org/WPapers/WPSATGSA39.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

CHAGAS, Alessandro Aldrin Pinheiro; PINHEIRO, Marcia Cristina Marques; JUNQUEIRA, Mauro Guimaraes; CARVALHO, Mônica Sampaio de; CARVALHO, Talita Melo de. Os municípios na linha de frente. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 111-117. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

COELHO, Nivaldo. **Ministério da Saúde mobiliza população para o combate ao *Aedes aegypti***. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42656-ministerio-da-saude-mobiliza-populacao-para-o-combate-ao-aedes-aegypti>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

COMEÇA hoje Semana Nacional de Combate ao *Aedes aegypti*. Brasília, 25 nov. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-11/comeca-hoje-semana-nacional-de-combate-ao-aedes-aegypti>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

COSTA, Antonio Roberto Faustino da; BERGAMO, Pedro; LUCENA, Roberto Marden. A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade. In: SOUSA, Cidival Morais de (Org.). **Um convite à utopia**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2016. 398 p. p. 235-290. (Coleção Um Convite à Utopia, v. 1).

COSTA, Antonio Roberto Faustino da. **Industrialização do ensino e política de educação a distância**. Campina Grande, PB: EDUEPB; João Pessoa: Ed. IFPB; São Paulo: Livraria da Física, 2019. (Coleção Ensino & Aprendizagem, v. 4). Disponível em: <<http://eduepb.uepb.edu.br/e-books/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajetos conceituais. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 6, n. 2, p. 8-40, dez. 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004/7731#>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GADELHA, Paulo; FERNANDES, Valcler Rangel; STABELI, Rodrigo. O papel da Fiocruz no enfrentamento. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 73-80. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch. A surpresa e o grito. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 15-25. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MELO, José Marques de. Estudos norte-americanos sobre comunicação no Brasil: bibliografia anotada. In: MELO, José Marques de (Org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

NARDI, Antônio. Preâmbulo: a missão da SVS à frente da epidemia. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 11-12. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Uma avaliação do impacto socioeconômico do vírus Zika na América Latina e Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso**. Nova York, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/a-socio-economic-impact-assessment-of-the-zika-virus-in-latin-am.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PETERS, Otto. **Distance education and industrial production: a comparative interpretation in outline**. 1967. Disponível em: <<http://www.c3l.uni-oldenburg.de/cde/found/peters67.htm>>. Acesso em: 4 abril. 2019.

PETERS, Otto. **Duas mudanças estruturais na educação a distância: industrialização e digitalização**. São Leopoldo-RS, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/21015592/Artigo-2001-AulaMagistral-unisinos-Duas-Mudancas-Estruturais-na-Educacao-a-Distancia-Otto-PETERS>>. Acesso em: 5 abril. 2019.

PNUD lança relatório sobre impacto social do Zika e atuação do Brasil é elogiada. Brasília, 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/noticias/svs/29267-pnud-lanca-relatorio-sobre-impacto-social-do-zika-e-atuacao-do-brasil-e-elogiada>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011.

SAÚDE envia larvicida para tratar 9 bilhões de litros de água. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/21217-saude-envia-larvicida-para-tratar-9-bilhoes-de-litros-de-agua>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Temas y Problemas de Comunicación**, Río Cuarto, Argentina, v. 8, n. 10, 2000. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/gpost/material/servaes.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SOUSA, Cidoval Morais de (Coord.). **Relatórios visitas: marco zero**. Campina Grande, PB, 2017. Relatório Parcial do Projeto de Pesquisa Tecnologias sociais e educação ambiental para o controle vetorial de arboviroses: promovendo a saúde e a qualidade de vida no Semiárido paraibano, aprovado junto à Chamada MC-TIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-Decit/Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika. Linha Temática V – Desenvolvimento de tecnologias sociais e inovação em educação ambiental e sanitária (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba.

SOUSA, Cidoval Morais de (Coord.). **Tecnologias sociais e educação ambiental para o controle vetorial de arboviroses**: promovendo a saúde e a qualidade de vida no Semiárido paraibano. Campina Grande, PB, 2016. Projeto de Pesquisa submetido à Chamada MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-Decit/Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika. Linha Temática V – Desenvolvimento de tecnologias sociais e inovação em educação ambiental e sanitária (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba.

THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 1, n. 1, p. 43-51, jan./abr. 1984. <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9286>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa. A contribuição do Instituto Evandro Chagas. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil**: a resposta do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 81-88. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/março/28/af_zika_28mar17_isbn_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

VERON, Eliseo. Teoria da mediatização: uma perspectiva semi-antropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 13-19, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82928/85961>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Reliance, déliance, liance : émergence de trois notions sociologiques¹⁴

Marcel Bolle De Bal¹⁵

14 Artigo publicado, originalmente, na revista: *Sociétés*, Paris, n. 80, p. 99-131, 2003/2. Também foi publicado no livro: *Fragments pour une sociologie existentielle*. Paris: Détrad, 2013.

15 Sociologue belge, Marcel Bolle De Bal a consacré depuis 1975 plus de 40 ans de sa vie à élaborer une théorie de la reliance . D'abord « sociale » (réponse aux aspirations des citoyens souffrant de solitude et d'isolement dans la société techno-bureaucratique), cette notion de reliance s'est progressivement enrichie de dimensions psychologique, anthropologiques , écologiques et politiques. Sont entre autres apparues progressivement les notions de « déliance » et de « liance » qui en constituent le substrat épistémologique et sociologique. De façon succincte, le sens de ces trois notions peut être résumé comme suit :

- *Reliance* besoin de remédier à la crise du lien social (solitude, isolement), aux phénomènes de déliance ;

- *Déliance* : rupture des liens sociaux et psychologiques fondamentaux dans la société contemporaine,

- *Liance* ce qu'il y a avant la dé-liance, des rapports humains non médiatisés (ex. Fœtus et mère, chaos primitif).

Michel Maffesoli, grand adepte, utilisateur et diffuseur de la notion de « reliance » m'a demandé en tant que parrain de celle-ci, de rédiger un article de référence concernant la genèse et le contenu de ce concept à l'audience croissante. Ce faisant, il songeait non seulement à ses collègues sociologues, mais surtout à ses étudiants et disciples amenés à recourir à l'usage de ce terme relativement neuf au sein de la panoplie de la langue sociologique.

C'est bien volontiers que je réponds à son amicale et pressante invitation. Compte tenu des multiples échanges que j'ai eus à ce propos au fil des ans, j'estime indispensable de lier l'analyse du concept de « reliance » à celle de deux autres qui lui sont ontologiquement liées : « déliance » et « liance ». En fait – cela peut se constater à la lecture chronologique de mes écrits sur le sujet – la « reliance » suppose l'existence préalable d'une « dé-liance » et celle-ci un état de « pré-déliance » que nous définirons alors comme le phénomène de « liance », séquence que je vais tenter d'explicitier dans quelques instants.

A noter que, représentées ici dans l'ordre chronologique de leur intégration dans la théorie, ces trois notions, dans la réalité sociale se succèdent en ordre inverse : liance, dé-liance, re-liance.

Cet article évoque la genèse de ces trois notions, ainsi que leur valeur interprétative (comprendre et décrire le système socio-scientifique contemporain) et politique (agir pour sa mutation vers un système psycho-social reliant humanisé). Leur valeur a été appréciée et soutenue par deux éminents sociologues bien connus au Brésil, Edgar Morin et Michel Maffesoli.

La théorie de la reliance constitue la base d'un ouvrage de synthèse récemment publié par l'auteur : « *Fragments pour une sociologie existentielle* » (Paris, Detrad, 2013, 3 tomes).

De la reliance

Pour étudier et comprendre la problématique du lien social dans la société contemporaine, le concept de « reliance », en particulier celui de « reliance sociale », me paraît de nature à éclairer, approfondir et synthétiser un grand nombre d'études particulières sur le sujet.

Notons au préalable l'existence d'une controverse scientifique sur la nature même de cette notion de « reliance » : s'agit-il d'une simple notion ou mérite-telle le titre de concept ? Michel Maffesoli, allergique à tout risque de rigidité herméneutique, accorde sa préférence à la première de ces qualifications. Par ailleurs, dans le cadre d'une *disputatio* académique locale, un éminent collègue n'a pas hésité à aller plus loin, à refuser catégoriquement (et oralement) de reconnaître à la « reliance » la qualité de concept. Personnellement, m'appuyant sur la définition du dictionnaire philosophique de Lalande, je persiste à considérer qu'en l'occurrence, il ne s'agit certes pas d'un concept *a priori*, mais bien d'un concept *a posteriori*, de nature empirique, en l'occurrence « une représentation mentale générale et abstraite d'un objet » (Robert).

La reliance : émergence du concept

Pour cerner ce concept émergent, je vais tenter d'en situer l'origine, la définition, le contenu, avant d'en souligner la dimension sociologique et la spécificité.

Origine de la notion

Parrain de cette notion, dans la mesure où je ne l'ai point inventée, mais seulement enrichie, entretenue et développée, je me dois de lui reconnaître deux pères philologiques : Roger Clausse et Maurice Lambilliotte. Car si cette notion apparaît relativement nouvelle, elle peut cependant se targuer d'une existence de plus d'un demi-siècle et d'une présence active de plus d'un quart de siècle.

À ma connaissance, le premier sociologue à avoir utilisé, et probablement créé le terme de « *reliance* » en français est Roger Clausse, dans son ouvrage *Les Nouvelles*¹⁶. Analysant le besoin social d'information, il en inventorie les diverses dimensions, et notamment la dimension psychosociale : « Il est *besoin psychosocial* : de *reliance en réponse à l'isolement*¹⁷. » Le développement de l'information et de son support, le journal, tend à répondre à ce besoin. Aussi, Roger Clausse distingue-t-il, au sein du complexe des fonctions sociales remplies par le journal, une fonction de « *reliance sociale* » qu'il définit comme suit : « rupture de l'isolement ; recherche de liens fonctionnels, substitut des liens primaires, communion humaine¹⁸. »

Information prise auprès de cet auteur, ce terme de « *reliance* » a été utilisé par lui comme synonyme de celui d'« *appartenance* » : le besoin de *reliance* était dans son esprit une facette du besoin d'appartenance sociale (« d'appartenir à une communauté dont on partage ou refuse le sort heureux ou mal-

16 Roger CLAUSSE, *Les Nouvelles*, Bruxelles, Éditions de l'Institut de Sociologie, 1963.

17 Id., p. 9.

18 Id., p. 22.

heureux ») ; la fonction de reliance sociale ne serait qu'une formulation originale, plus précise, de ce que Jean Stoetzel avait auparavant défini comme la fonction d'appartenance sociale ou, plus profondément peut-être, une synthèse de la fonction d'appartenance sociale et de la fonction psychothérapeutique de la presse (la reconstitution d'un équivalent des relations primaires détruites par la société de masse) mise en évidence par ce même Stoetzel¹⁹. Depuis lors, l'analyse de cette fonction de reliance a été étendue aux autres médias : radio, T.V., etc²⁰.

Les sociologues des médias ne sont toutefois pas les seuls à avoir eu recours à ce néologisme. Voici quelques décennies, un autre auteur belge a utilisé le même terme, mais dans un sens légèrement différent : Maurice Lambilliotte, dans son ouvrage, *L'homme relié*²¹. Il lui donne une signification transcendantale, quasi religieuse : pour lui, la reliance est à la fois un *état* et un *acte*, « l'état de se sentir relié²² », « un acte de vie (...) acte de transcendance par rapport aux niveaux habituels où se situe notre prise de conscience²³ ». « Mode intérieur d'être : (...) elle permet à tout individu de dépasser, en conscience, sa solitude »²⁴. La reliance à ses yeux est donc essentiellement du domaine de l'expérience intérieure, une quête de l'Unité de la vie.

19 Jean STOETZEL, *Études de presse*, 1951, pp. 35-41.

20 Cf. notamment Gabriel THOVERON, *Radio et télévision dans la vie quotidienne*, Bruxelles, Éd. de l'Institut de Sociologie, 1971, et Colette CALVANUS, *Les massmedia au niveau de la région bordelaise*, Bordeaux, Thèse de doctorat, 1975.

21 Maurice LAMBILLIOTTE, *L'homme relié. L'aventure de la conscience*, Bruxelles, Société Générale d'Édition, 1968.

22 Id., p. 108.

23 Id., p. 109.

24 Ibid.

Cette double émergence de la notion de « reliance », avant ma propre intervention, n'est pas le fruit du hasard, même si les deux « créateurs » du terme ne paraissent pas avoir agi de façon concertée. En fait, ils sont « reliés » par leur commune insertion forcée dans un système socioscientifique à base de division et de « déliance » (la société de la foule solitaire) et aussi par une caractéristique convergente de leur conception de la reliance : *la relier à l'homme, placer celui-ci au centre ou au départ du procès de reliance.*

Premier élément de définition

Une telle conception, malgré les apparences, n'a rien d'une évidence. Elle pourrait même être considérée comme réductionniste : les hommes ne sont pas les seuls à pouvoir être reliés, les idées et les choses – si elles avaient la parole – pourraient revendiquer un droit similaire²⁵.

Des idées peuvent être reliées : en son principe, la science vise à réaliser une telle reliance, à découvrir les relations cachées entre les faits, les choses et les phénomènes. Certes la science occidentale dominante, issue des oeuvres de Descartes, isole, sépare, divise pour connaître et comprendre. Mais ce premier moment de la démarche scientifique – dont se contentent trop de chercheurs – n'a de sens que s'il est complété par une seconde démarche, celle qui vise à relier ce qui est isolé, séparé, disjoint, dé-lié... Après l'étape de la science en miettes, doit venir

25 Dans le langage courant, elles sont même les seules à se voir reconnaître ce droit : les dictionnaires, au verbe « relier », n'envisagent que l'assemblage de choses ou la mise en rapport d'idées.

celle de la science élargie, enrichie, recomposée... ce qu'Edgar Morin a théorisé dans son projet de revalorisation de la « pensée complexe²⁶ ». Depuis quelques années, de nombreux efforts en ce sens ont vu le jour : la théorie des systèmes constitue un des lieux de leur cristallisation. Edgar Morin, lui, essaie de la dépasser, de l'élargir encore, en élaborant une théorie de l'auto-organisation avec l'ambition de relier les trois éléments de la trilogie individu-société-espèce²⁷.

Des choses peuvent être reliées : deux villes par une route ou un chemin de fer, deux rives par une passerelle ou un pont, deux maisons par une ligne téléphonique, deux fleuves ou deux mers par un canal. Reliance entre des choses, destinée à être utilisée par des hommes : il est frappant de constater que tous les exemples qui viennent spontanément à l'esprit relèvent du monde des transports et des communications²⁸.

Toutefois, afin d'éviter toute dilution du concept, nous avons, dans un premier temps, proposé de ne point en étendre l'application aux liaisons entre idées et entre choses, de le réserver aux relations dont l'un des pôles au moins est constitué par une personne humaine. En cela, notre définition rejoignait et reliait celle de nos deux prédécesseurs.

26 Edgar MORIN, *Introduction à la pensée complexe*, Paris, ESF, 1990.

27 Edgar MORIN, *La Méthode. I. La Nature de la Nature*, Paris, Seuil, 1977, pp. 55 et 105 ; voir aussi, plus récemment, Id., *IV, Les Idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation*, Seuil, 1994.

28 En fait, des choses peuvent être reliées sans qu'il s'agisse, au sens strict, d'un moyen de transport ou de communication pour les hommes : les pages d'un livre (mais l'on parle alors de reliure et non de reliance), les douves d'un tonneau, les points d'une figure géométrique. Relier, alors, est pris dans un sens légèrement différent.

Définition de la *reliance*

La « *reliance* » n'a jusqu'à présent droit de cité dans aucun lexique ou dictionnaire francophone²⁹, fût-il psychologique, sociologique ou philosophique³⁰.

À nous donc, faute de référence sémantique, de proposer une définition de ce terme.

Pour moi, en une première approche très générale, la *reliance* possède une double signification conceptuelle :

1. *l'acte de relier ou de se relier* : la *reliance* agit, réalisée, c'est-à-dire *l'acte de reliance* ;
2. *le résultat de cet acte* : la *reliance* vécue, c'est-à-dire *l'état de reliance*.

Afin d'éviter le piège de la tautologie, il importe de préciser le sens du verbe « *relier* », tel qu'il sera utilisé dans le cadre de cette définition.

En effet, les dictionnaires classiques ne le définissent que par rapport à des choses ou à des idées. Or, j'ai déjà précisé que dans la perspective adoptée par notre équipe, il s'agit a priori d'un acte ou d'un état où au moins une personne humaine est directement concernée. Ce qui nous a amené à entendre par *relier* : «

29 Le terme existe en anglais, où il signifie « confiance, soutien, appui ». Rien à voir donc, avec le sens que j'entends lui donner. Au moins directement. Car cet usage anglo-saxon contribue à mettre l'accent sur ce qui peut constituer un facteur important de *reliance* : la confiance, le soutien. Attention, néanmoins, à toute assimilation hâtive, abusive, abusée par les apparences de ce faux frère.

30 Les équipes responsables de la rédaction de deux dictionnaires en gestation, l'un sur le vocabulaire sociologique, l'autre sur le vocabulaire psychosociologique ont exprimé l'intention d'y faire référence (été 2001).

créer ou recréer des liens, établir ou rétablir une liaison entre une personne et soit un système dont elle fait partie, soit l'un de ses sous-systèmes. »

Reliance et reliances

Dans le cadre de cette définition très globale, plusieurs hypothèses peuvent être envisagées, chacune correspondant à un type particulier de reliance :

- *la reliance entre une personne et des éléments naturels* : je peux vivre ma reliance au Ciel (par la religion notamment), à la Terre (retrouver mes « racines »), aux divers composants de notre Univers, et y puiser une dimension importante de mon identité ; dans ce cas, l'on peut parler de *reliance cosmique* ;
- *a reliance entre une personne et l'espèce humaine* : elle peut se réaliser notamment par les rites, les mythes, la prise de conscience de son insertion dans la longue évolution des systèmes vivants ; dans ce cas, l'on parlera de *reliance ontologique ou anthropo-mythique* ;
- *la reliance entre une personne et les différentes instances de sa personnalité* : la quantité et la qualité des relations entre les pulsions du Ca, les exigences du Surmoi, et le Moi en construction, entre le corps et l'esprit, entre le conscient, le subconscient et l'inconscient ; ici, il s'agira de *reliance psychologique* ;
- *la reliance entre une personne et un autre acteur social, individuel (une personne) ou collectif (groupe, organisation, institution, mouvement social...)* : c'est la *reliance socia-*

le proprement dite, dont la *reliance psychosociale* (entre deux personnes) constitue à la fois un cas particulier et un élément de base.

Reste alors le cas des relations entre deux acteurs sociaux collectifs : elles pourraient aussi être définies, analysées, interprétées en termes de *reliance sociale*. La définition retenue jusqu'à présent conduit à les exclure du champ recouvert – momentanément – par ce concept : les y inclure reviendrait à affaiblir le sens et l'intérêt de celui-ci, alors que la sociologie abonde en concepts et théories pour l'analyse de telles relations.

La *reliance sociale*

Dans le cadre de l'étude du lien social, la notion qui doit intéresser le sociologue au premier chef est évidemment celle de *reliance sociale*, c'est-à-dire de la *reliance entre deux acteurs sociaux dont l'un au moins est une personne*.

Les autres dimensions de la *reliance* sont toujours présentes, ne fût-ce que de façon sous-jacente, lorsqu'on traite de *reliance sociale* : tel est d'ailleurs un des intérêts de ce concept qui enrichit l'analyse des liens sociaux par l'évocation de leurs dimensions psychologiques, philosophiques et culturelles.

Par application des divers éléments précédemment réunis, je propose de définir comme suit la *reliance sociale* : « *la création de liens entre des acteurs sociaux séparés, dont l'un au moins est une personne* ».

Cette définition générale n'est pas dictée uniquement par la prise en considération des spécificités du contexte sociologique contemporain (un système social au sein duquel les liens tra-

ditionnels ont été détendus, brisés, éclatés, une société de « déliance »), mais peut s'appliquer à tout acte ou état de reliance.

La reliance : dimension sociologique du concept

Une première approche superficielle de l'idée de reliance pourrait donner à penser qu'il s'agit d'un concept d'essence psychologique renvoyant aux besoins et désirs – qu'éprouveraient les individus perdus au sein de la foule solitaire – de nouer ou renouer des relations affectives (des liens sociaux) avec autrui : dans ces conditions, les sociologues n'auraient qu'en faire.

Telle n'est pas ma conviction. La dimension sociologique du concept saute aux yeux dès que l'on désire prendre en considération le fait que l'acte de relier implique toujours une *médiation*, un *système médiateur*.

Reliance sociale et système médiateur

Les acteurs sociaux sont à la fois *liés* (ils ont des liens directs entre eux), et *re-liés* par un ou des systèmes médiateurs (qu'il s'agisse d'une institution sociale ou d'un système culturel de signes ou de représentations collectives). Dans la relation intervient un troisième terme. Naissent ainsi ce que Eugène Dupréel³¹ a appelé des « rapports sociaux *complémentaires* ».

31 Eugène DUPRÉEL, *Traité de Morale*, Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1967, vol.1, p. 300.

La définition de la *reliance sociale* peut donc être affinée et être formulée dans les termes suivants : « *La production de rapports sociaux médiatisés, c'est-à-dire de rapports sociaux complémentaires* ou, en d'autres termes, *la médiatisation de liens sociaux* ».

Les systèmes médiateurs, mis en jeu par cette médiation, peuvent être :

– soit des *systèmes de signes* (la langue, la possession d'objets de consommation...) ou de *représentations collectives* (les croyances, la culture...) permettant la communication, l'échange, la reliance ;

– soit des *instances sociales* (groupes, organisations, institutions...), déterminant et modelant les rapports de reliance.

La reliance sociale, concept tridimensionnel

À partir du fait que la reliance n'existe pas indépendamment d'instances médiatrices, trois sens du concept « *reliance sociale* » peuvent être distingués d'un point de vue sociologique, selon que cette reliance est envisagée :

- en tant que *médiatisation*, c'est-à-dire comme le processus par lequel des médiations sont instituées, qui relient les acteurs sociaux entre eux : c'est le *procès de reliance* (reliance-procès);
- en tant que *médiation*, c'est-à-dire comme le système plus ou moins institutionnalisé, reliant les acteurs sociaux entre eux : c'est la *structure de reliance* (reliance-structure) ;

- en tant que *produit*, c'est-à-dire comme le lien entre les acteurs sociaux résultant du ou des systèmes médiateurs dont font partie ces acteurs : c'est le *lien de reliance* (reliance-lien).

Lien social et reliance sociale

La complexité ainsi dévoilée du concept de reliance sociale nous incite à la prudence sociologique lorsque nous est suggérée l'analyse du lien social : par-delà celui-ci se profilent la dynamique de sa genèse (sa médiatisation) et le résultat de celle-ci (les médiations qui le déterminent), le procès et la structure de reliance qui produisent le lien social en sa spécificité momentanée. La tâche prioritaire du sociologue est de comprendre à la fois la dynamique du tissage et la statique du tissu social, pour reprendre une métaphore de Michel Maffesoli³². Et dans l'ordre des préoccupations heuristiques du sociologue, la reliance, selon moi, est prioritaire par rapport au lien.

Les modèles de reliance sociale

À chacune des trois dimensions qui viennent d'être dégagées, correspondent différents *modèles de reliance* :

- la reliance-procès peut être formelle ou informelle, institutionnelle ou contreinstitutionnelle, etc. ;

32 Michel MAFFESOLI, *Le temps des tribus*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988, p. 104.

- la reliance-structure peut être bureaucratique ou effervescente, atomisante ou globalisante, marchande ou écologique, etc. ;
- la reliance-lien peut être atomisée (la foule solitaire), moléculaire (les communautés), globale (les manifestations collectives).
- Un des objectifs prioritaires de recherche devrait consister à dresser une typologie concrète de ces différents modèles de reliance.

La reliance sociale, concept psychosociologique

Une théorie sociologique digne de ce nom ne peut faire l'impasse sur la dimension psychosociologique des phénomènes humains. Or, l'intérêt du concept de « reliance », et plus particulièrement celui de « reliance sociale », me paraît précisément résider dans la « reliance » qu'il permet entre deux approches des phénomènes psychosociaux trop souvent séparées, l'approche sociologique et l'approche psychologique.

Sous l'angle *sociologique*, nous avons noté deux raisons de recourir à l'emploi du terme « reliance », et donc du verbe « relier » en lieu et place du verbe *lier*, pour décrire les liens entre personnes et groupes de personnes ; de tels liens existant ou ayant existé, les acteurs sociaux étant ou ayant été ainsi « liés » peuvent être *RE-liés*

– soit par l'établissement de liens « complémentaires »³³,

33 Au sens que Dupréel accorde à ce terme.

- soit par le rétablissement de liens disjoints,
- soit, évidemment, par les deux à la fois.

D'autre part, le recours au concept de reliance permet, grâce à l'introduction de ces dimensions sociologiques d'élargir, d'enrichir une étude qui, sans cela, risquerait de se confiner à l'analyse *psychologique* des liens affectifs, des liaisons sentimentales, des relations amoureuses – sujet intéressant certes, relié à la reliance à bien des égards, mais dont l'exploration et l'exploitation, déjà entreprises avec talent par une multitude de savants, de poètes et de romanciers, sortent des limites d'une (trop) stricte définition sociologique du lien social. Il s'agit donc bien d'un concept à vocation et d'orientation *psychosociologique*.

La reliance : dimension anthropologique du concept

Parti avec mon équipe de chercheurs³⁴ d'une étude et d'une définition de la reliance sociale (à la reliance aux autres), j'ai été

34 Dans le cadre d'un vaste programme interuniversitaire de recherches sur les aspirations de la population belge, notre équipe a mené, de 1975 à 1981, une étude pluridimensionnelle et pluridisciplinaire sur *les aspirations de reliance sociale*. Cette étude, la première du genre sur un tel sujet, constitue l'acte de naissance de l'existence socialement et scientifiquement reconnue du concept de « reliance ». Le premier rapport général de recherche, publié sous la responsabilité scientifique de Marcel Bolle De Bal et Nicole Delruelle et intitulé *Les aspirations de reliance sociale* (Bruxelles, Ministère de la Politique Scientifique, 1978) comprend six volumes :

- vol. 1 : Reliance sociale, recherche sociale, action sociale (Marcel Bolle De Bal)
- vol. 2 : Reliance sociale et grandes organisations (Nicole Delruelle et Robert Georges)
- vol. 3 : Reliance sociale et chômage (Anny Poncin)

progressivement amené à élargir cette notion et, dans un premier temps, à y intégrer deux autres dimensions essentielles des *enjeux de reliance* : la reliance à soi (reliance psychologique), la reliance au monde (reliance culturelle, écologique ou cosmique). À chacun de ces enjeux correspond en effet un travail social et psychosocial sur trois notions clés pour le devenir humain :

- *l'identité*, au coeur du travail de reliance à soi (reliance psychologique),
- la *solidarité* (ou *la fraternité*), au coeur du travail de reliance aux autres (reliance sociale),
- la *citoyenneté*, au coeur du travail de reliance au monde (reliance culturelle, écologique ou cosmique).

Dans une démarche ultérieure, j'ai, suite à divers échanges avec Edgar Morin, complété les définitions initiales en y ajoutant ce que nous pourrions appeler la *reliance cognitive*, reliance des idées et des disciplines scientifiques, démarche indispensable pour prendre en compte la *complexité* des réalités humaines et sociales, pour contribuer au développement de la « *pensée complexe*³⁵ ».

Ce faisant, la « reliance » par delà sa dimension de concept sociologique, acquiert une réelle dimension « *anthropologique* », ce qui nous conduit à nous interroger sur son substrat anthro-

– vol. 4 : Reliance sociale et enseignement (Anne Van Haecht)

– vol. 5 : Reliance sociale et médecine (Madeleine Moulin)

– vol. 6 : Reliance sociale, reliance psychologique et reliance psychosociale (Armelle Karnas et Martine Van Andruel).

35 Cf. Edgar MORIN, *Introduction à la pensée complexe*, Paris, ESF, 1990.

pologique, sur les finalités politicoscientifiques auxquelles son usage peut donner corps.

La reliance, substrat anthropologique

Certains, en effet, ne se font pas faute d'exprimer leur inquiétude face au risque de dérive psychologique d'un concept que l'on tient à ancrer fermement dans le champ sociologique. Une telle inquiétude a sous-tendu, par exemple, les critiques que m'ont initialement adressées des sociologues aussi avertis que Raymond Ledrut et Renaud Sainsaulieu. La qualité de leurs auteurs m'a paru mériter une sérieuse prise en compte de leurs arguments et une réponse circonstanciée.

Une anthropologie judéo-chrétienne ?

Derrière la mise en valeur de l'idée de reliance, Raymond Ledrut a cru pouvoir déceler une vision anthropologique contestable : celle, judéo-chrétienne, de la « bergerie fraternelle », de « la communauté pacifique et bienheureuse », de « l'homme sujet et cœur³⁶ ». Renaud Sainsaulieu l'a rejoint dans une certaine mesure lorsqu'il a interprété le désir de reliance comme une sorte d'« aspiration fusionnelle », lorsqu'il voit dans la reliance un type particulier de relation où le désir d'être entendu et accepté sans lutte ni stratégie serait central. Bref, je me

36 Raymond LEDRUT, in *Bulletin de l'AISLF*, n° 4, 1987, p. 135.

serais fait l'avocat d'« une sociologie de faibles en quête d'attention que seul l'amour peut justifier³⁷ ».

Je tiens à l'affirmer avec force : je ne reconnais nullement mon projet dans ces critiques qui lui ont été adressées. Celles-ci ont probablement été inspirées par l'application que j'avais faite du concept à l'interprétation d'une expérience communautaire en Belgique dans les années 70, et sur laquelle je reviendrai un peu plus loin.

Afin de clarifier le débat et d'en bien situer les enjeux, je me dois de tenter d'apporter deux précisions : l'une d'ordre conceptuel, l'autre d'ordre philosophique (ou idéologique).

Le double sens de la reliance sociale

Bien des confusions à propos de l'idée du concept et des politiques de reliance sociale sont liées au fait qu'une distinction élémentaire n'est pas faite entre deux sens de ce terme :

- *la reliance sociale lato sensu* (au sens large) telle que je l'ai définie jusqu'à présent, à savoir la création de liens entre des acteurs sociaux ;
- *la reliance sociale stricto sensu* (au sens étroit), c'est-à-dire l'action visant à créer ou recréer des liens entre des acteurs sociaux que la société tend à séparer ou à isoler, les structures permettant de réaliser cet objectif, les liens ainsi créés ou recréés.

37 Renaud SAINSAULIEU, in *Bulletin de l'AISLF*, n° 4, 1987, p. 138.

La première définition est générale et englobante : elle ne comporte point de jugement de valeur et tend à recouvrir toutes les situations existantes. La seconde, en revanche, est plus contingente et plus normative : elle se réfère à des aspirations spécifiques des acteurs sociaux dans le cadre de la société de la foule solitaire et aux stratégies spécifiques d'action développées afin de répondre à la fois à leurs aspirations *en matière de* reliance sociale (procès et structures) et à leurs aspirations *à la* reliance sociale (c'est-à-dire à leur désir de liens chaleureux, fraternels, proches, conviviaux). Bref à leur quête d'un renouveau de communications, de contacts, d'échanges, de partage, de rencontres, d'affection, d'amour, d'identité. La première fonde une grille d'analyse sociologique, la seconde éclaire des objectifs d'action sociale.

Le second sens est certainement à l'origine de l'intérêt pour le concept de reliance. Et c'est à lui que s'adressent non moins évidemment les critiques à cet égard partiellement fondées de Raymond Ledrut et Renaud Sainsaulieu. Partiellement, car l'aspiration à la reliance sociale peut être de divers types : elle n'implique pas nécessairement un désir fusionnel, elle peut être désir d'échange de solitudes acceptées comme irréductibles. L'interprétation de mes contradicteurs est limitée, elle ne concerne qu'une des conceptions de la reliance sociale : c'est

précisément elle que j'ai voulu dépasser en proposant ce concept qui permet, me semble-t-il, d'échapper à l'anthropologie juéo-chrétienne originelle pour se rapprocher de ce que je serais tenté de situer, à la suite des réflexions de Raymond Ledrut³⁸, dans la perspective d'une anthropologie laïco-nietzschéenne.

38 Raymond LEDRUT, « L'analyse, critique du lien social : Nietzsche et la situation actuelle de l'anthropologie », in *Bulletin de l'AISLF*, n° 4, pp. 35-45.

Une anthropologie laïco-nietzchéenne ?

En tant que citoyen, j'avouerais sans nulle honte trouver sympathiques les valeurs judéo-chrétiennes décrites (dénoncées ?) par mes interlocuteurs. À condition d'em affirmer les limites, d'éviter de tomber dans le piège de l'illusion groupale, de l'idyllisme communautaire, de la fraternité irénique.

En tant que sociologue, je pourrais me contenter de procéder à l'analyse critique de ces illusions et de ces leurres, des contradictions et impasses de pratiques contestées visant à répondre à des aspirations certes légitimes. Mais j'ai estimé devoir aller plus loin, ne pas limiter l'analyse à ce sens étroit de la reliance sociale, élargir l'outil conceptuel en lui donnant toute son ampleur sociologique : de là est née la définition de la reliance sociale au sens large.

L'anthropologie qui fonde celle-ci est *laïque* : en quelque sorte, la reliance sociale peut apparaître comme la forme profane de la religion. Les deux actions sont en effet construites sur le même radical sémantique (religare : relier). N'est-ce pas Freud qui considérait que l'une des fonctions de la religion consistait à unir les individus au groupe en fusionnant les charges affectives contenues et en les libérant grâce à des rites empruntant à leur dimension collective une ferveur émotionnelle intense ? Liens sociaux avec transcendance d'une part, liens sociaux sans transcendance, ou avec une transcendance immanente d'autre part. Dans une première approche, l'idée de reliance sociale, cas particulier de *religio*, paraît donc fondée sur une anthropologie laïque. Mais elle l'est tout autant si l'on préfère voir dans la religion un cas particulier de reliance (méta-sociale ?) impliquant une référence transcendantale... conception que je suis enclin à adopter aujourd'hui.

Une anthropologie que l'on pourrait dire *nietzschéenne* aussi : car loin de faire sien l'idéal de la bergerie fraternelle, de l'affectivité fusionnelle ou de l'empathie consensuelle, elle tient au contraire à se nourrir de lucidité critique, d'analyse dialectique et d'interprétations paradoxales. Et s'il fallait, pour être clair, préciser mon système de valeurs par rapport à ce concept de reliance, je dirais que pour moi, la reliance renverrait à une image qui m'est chère : celle de l'échange des solitudes acceptées (image qui répond, sur le plan du lien social, à celle de la route qui relie deux villes dans le désert sur le plan physique...). Écoutons Nietzsche, tel que l'évoque Raymond Ledrut : le lien social n'existe pas en dehors des rapports sociaux définis (*une structure de reliance à analyser en priorité. MBDB.*) ; la pensée critique doit s'exercer à plein sur une sociologie utopiste ou essentialiste (*le concept de reliance au sens large doit y aider, s'il est correctement utilisé*) ; il y a interdépendance et réciprocité de l'individuel et du social ; l'individu n'est jamais qu'un imaginaire ; dans la société contemporaine, l'illusion de la personnalité et de la liberté est fort répandue (*l'individu est un être déliérelié*) ; l'interrogation critique est indispensable pour comprendre les nouvelles formes du lien social et l'apparition de nouveaux types de solidarité (*je tenterai de le montrer dans quelques instants*) ; l'individualisme (*reliance à soi*) et l'atomisation (*déliance sociale*) ne doivent pas être confondus ; l'individu est à la fois a-social et social (*délié et relié, de façon contradictoire et/ou complémentaire*). Comment ne pas partager ce projet d'anthropologie critique que nous propose Nietzsche ? Personnellement, je m'y reconnais entièrement. J'y retrouve les principes directeurs qui inspirent ma vision de la reliance et mes raisons de proposer cette grille de lecture. De la discussion entamée, je déduis qu'il me reste un important travail à accomplir pour corriger le tir, pour expliciter

l'implicite de mes postulats anthropologiques, la spécificité et l'utilité du concept proposé.

La reliance : spécificité du concept

D'aucuns, au premier rang desquels Renaud Sainsaulieu, ont émis quelques doutes sur l'utilité et la spécificité du concept : pourquoi créer un mot presque nouveau pour décrire une réalité déjà habillée d'une garde-robe conceptuelle bien fournie ; appartenance, intégration, aliénation, dépendance, dominance, adhésion, participation ne constituent-ils pas une panoplie surabondante de concepts psychosociologiques bien introduits en chaires ?

Ma conviction est que ce terme est utile, nécessaire, qu'il exprime une réalité émergente, dont l'émergence est liée à l'évolution du système social global et dont aucun des autres concepts ne rend compte de façon réellement satisfaisante, c'est-à-dire avec une précision suffisante.

Encore convient-il d'étayer cette opinion, de justifier ce jugement, de démontrer la spécificité du concept de reliance par rapport à ses concurrents ayant pignon sur rues académiques.

J'y ai consacré quelques analyses que, faute de place, je ne peux songer à reprendre ou développer³⁹.

39 Marcel BOLLE DE BAL, *Reliance sociale, recherche sociale, action sociale*, op. cit., pp. 48-56.

J'ai ainsi pu mettre en évidence que la reliance ne pouvait être confondue, entre autres ni avec l'appartenance, ni avec la dominance, ni avec l'affectivité.

Avec *l'appartenance*, tout d'abord. Reliance et appartenance constituent deux réalités – deux états, deux actions ou deux aspirations – qui, tout en possédant une partie commune (la reliance en tant qu'appartenance à un groupe social particulier, l'appartenance en tant qu'impliquant une certaine reliance) se dépassent manuellement, se différencient par des traits spécifiques : la reliance peut exister indépendamment de l'appartenance, l'appartenance exige d'autres ingrédients que la reliance.

Avec la *dominance* et *l'affectivité*, ensuite. Les relations sociales, les liens psychosociaux charrient la plupart du temps des éléments de dominance et d'affectivité, mais ces deux notions ne peuvent être confondues avec celle de reliance⁴⁰. Chronologiquement, dans un échange social, la reliance intervient en premier lieu au moment de la formation de la relation, alors que la dominance et l'affectivité se développent lorsque la relation est nouée. La reliance ne concerne que le fait de relier, d'être relié ou de se relier, non le désir de dominer ou les sentiments affectifs qui peuvent le teinter d'une coloration particulière. La démarcation entre ces deux concepts est indispensable si l'on souhaite conserver à celui de « reliance » son potentiel descriptif et analytique.

40 Michel Crozier souligne avec force que toute relation à l'autre implique des éléments de pouvoir et de dépendance. Cf. notamment Michel CROZIER et Erhard FRIEDBERG, *L'acteur et le système social*, Paris, Seuil, 1977, pp. 178 et ss.

Le terme *liens* pourrait, lui aussi, paraître adéquat pour décrire la création de liens sociaux. Toutefois, il lui manque, par rapport au concept de *reliance*, trois dimensions essentielles : sociologiques (la « complémentarité » définie par Eugène Duréel), philosophique (la *reliance* cosmique), psychologique (la *reliance* à soi). D'autres termes, tels « interaction », « alliance », « relation » ou « interpersonnel » (à propos desquels Renaud Sainsaulieu s'est demandé s'ils ne suffisaient pas à rendre compte de la réalité à décrire) ne me paraissent guère

exprimer, par eux-mêmes et de façon aussi synthétique, les trois dimensions sociologiques du concept de *reliance* : la médiatisation, la médiation et le produit. Au lecteur de juger et d'apporter, s'il le veut, sa critique constructive : elle sera très appréciée.

La *reliance* : utilité du concept

J'espère avoir laissé entrevoir, dans le peu de place dont je dispose, la spécificité du concept. Reste à prouver son utilité. Je considère que celle-ci se marque dans trois directions : épistémologique (il s'agit d'un concept-charnière), heuristique (il permet de comprendre et d'interpréter les avatars contemporains du lien social), prospective (il traduit une dynamique de créativité potentielle).

La reliance, concept-charnière : liens sociaux et liens scientifiques

L'intérêt épistémologique du concept de « reliance » et plus particulièrement de celui de « reliance sociale » me paraît résider dans le fait qu'il se situe à l'articulation d'au moins trois approches du lien social : une approche sociologique (la médiatisation du lien social et la création de rapports sociaux complémentaires), une approche psychologique (l'aspiration de nouveaux liens sociaux), une approche philosophique (les liens manifestes ou latents entre reliance et religion). Or, la sociologie existentielle qu'à la suite d'Édouard Tiryakian⁴¹ je souhaite voir s'élaborer progressivement⁴² suppose une ouverture vers des disciplines complémentaires trop souvent ignorées ou négligées : la philosophie et la psychologie notamment.

Ce que Jean Maisonneuve a écrit⁴³ à propos du concept « groupe de référence » me paraît applicable, *mutatis mutandis*, au concept de « reliance » : « Il s'agit d'un concept charnière indispensable en psychosociologie, il permet de relier les situations collectives où l'individu est sans cesse immergé (au sein de tel groupe, près de tel compagnon) et les processus psychologiques qui confèrent leur sens à ces situations en fonction d'une dynamique personnelle. »

41 Édouard TIRYAKIAN, « Vers une sociologie de l'existence », in *Perspectives de la sociologie contemporaine. Hommage à Georges Grevitch*, Paris, PUF, 1968, pp. 445-465.

42 Marcel BOLLE DE BAL, « De l'esthétique sociale à la sociologie existentielle, sous le signe de la reliance », *Sociétés*, n° 36, 1992, pp. 169-178.

43 Jean MAISONNEUVE, *Introduction à la psychosociologie*, Paris, PUF, 1973, p. 155.

La reliance, concept interprétatif : lien social et expérience communautaire

Ce concept-charnière n'a pas qu'un intérêt théorique abstrait. Il permet de rendre compte, et surtout d'éclairer d'un jour nouveau des procès de reliance visant à la création de liens sociaux nouveaux, en rupture avec les structures de reliance instituées. À titre d'illustration, j'évoquerai brièvement le cas d'une communauté contre-culturelle que j'ai pu étudier de façon privilégiée, en lui appliquant une grille d'analyse inspirée du concept de « reliance »⁴⁴.

En 1971, quelques jeunes bruxellois, marqués par leur expérience des événements de mai 1968, décident d'affirmer leur rejet de la famille traditionnelle, de fonder une communauté, de mettre en pratique les principes de la contreculture, bref d'instituer entre eux de nouveaux types de liens sociaux. Toutes leurs tentatives en ce sens débouchent sur des échecs durement ressentis. Les liens sociaux anciens opèrent un spectaculaire rétablissement : une quadruple restauration – des valeurs, de la famille, du pouvoir, des rôles – illustre ce retour de la culture dans la contre-culture, de la société dans la communauté. Retour de la société qui entraîne un retour à la société : après trois ans, les communards décident de mettre fin à leur expérience.

Comment pouvons-nous interpréter celle-ci en termes de « liens sociaux » et de « reliance » ?

Ma thèse est que cette communauté, comme la plupart des associations de ce type ayant fleuri dans l'après 68, constitue

44 Marcel BOLLE DE BAL, *La tentation communautaire. Les paradoxes de la reliance et la contre-culture*, Bruxelles, Éd. de l'Université de Bruxelles, 1985.

le symptôme d'une réaction contre l'un des traits essentiels de la société contemporaine, *société de « déliance »* marquée par la désagrégation des groupes sociaux de base, par des *carences de reliance* (dans la nature des liens sociaux). Au sein d'un tel système social naissent et se développent des *désirs de reliance* : les individus isolés souhaitent être reliés, c'est-à-dire liés à nouveau et liés autrement. Ils caressent un rêve communautaire et élaborent un *projet de reliance* (ou plus exactement un projet de contre-reliance) ; ils décident de créer une famille communautaire, concretisation de leur *aspiration à la reliance social* (*stricto sensu* : quête utopique d'un monde solitaire, idyllique, signifiant, convivial). La contre-culture, ici, peut être analysée comme une *structure de reliance* symbolique pour des contestataires en rupture de ban sociétaire. Les manifestations extérieures qu'elle inspire et qui l'expriment – les vêtements « hippies », les cheveux longs, la drogue, la musique, le voyage – témoignent des liens qui « relient » ses adeptes. Mais lorsque le projet prend corps, que l'expérimentation communautaire de nouveaux liens sociaux est lancée, ce *procès de reliance* met l'utopie à rude épreuve. Les communards découvrent la nature paradoxale du lien social communautaire voulant se relier entre eux, ils se délient du monde extérieur ; voulant se relier à soi, ils découvrent leur solitude existentielle, leur *déliance* fondamentale. L'utopie mise à l'épreuve devient épreuve initiatique pour ses adeptes, occasion de développer leurs *capacités de reliance* : de reliance à soi (un Moi renforcé car devenu capable d'affronter et de surmonter l'angoisse de séparation), de reliance *aux autres* (capacité de partager les solitudes, de négocier, de dialoguer, de s'affronter aux autres), de reliance *au système macro-social* (prise de conscience des réalités politiques et économiques) et *au système micro-social* (apprentissage de l'autogestion). Rien à voir donc, bien au contraire, avec d'éventuelles aspirations à

des liens fusionnels. Ces capacités aiguisées de la sorte, les communards se sentent mûrs pour dissoudre leur communauté, pour assumer la déliance que cela représente, pour partir, forts de leur maturité acquise, en quête de nouveaux liens sociaux, éventuellement communautaires.

Point d'échec donc, malgré les apparences et au grand dam d'esprits superficiels et/ou chagrins. Certes, l'utopie d'une reliance directe, immédiate, a reculé devant l'exigence d'une reliance instituée. Certes, cette dernière elle-même n'a pas survécu à ses contradictions internes. Mais la rupture de la *reliance communautaire* n'a pas entraîné la fin de la tentation communautaire, les liens créés et expérimentés au cours de ce procès ont été tissés, de l'avis des intéressés, dans un fil plus solide que ceux qui forment la trame de la reliance commune ; l'aspiration à la reliance communautaire, à un mode communautaire de reliance est sortie renforcée de l'épreuve : elle est cette fois libérée de l'infantile désir de liens sociaux fusionnels. Le concept de reliance, avec ses multiples facettes, permet de comprendre et de relativiser les divers *désirs de reliance* ainsi que leur dynamique.

La reliance, concept prospectif : notion-source et dialectique transitionnelle

Atelier initiatique, pour individus en miettes, la communauté – Gemeinschaft – dont il vient d'être question apparaît, d'un point de vue sociologique, comme un îlot de transition, un microcosme, reflet de la société – Gesellschaft – où s'expérimentent des liens sociaux nouveaux marqués – dans un premier temps du moins – par ce caractère éphémère typique de l'air du temps, de l'ère

du vide diront certains. Le concept de reliance avec ses trois dimensions permet de saisir la dialectique sociale à l'oeuvre, ses tendances à la réification, ses effets pervers et/ ou paradoxaux : il fait saisir le lien social comme réalité essentielle de toute démarche de transition, de créativité interpersonnelle et institutionnelle. En ce sens, il n'est peut-être pas vain de formuler le voeu que la « reliance » devienne un jour ce que Jean Maisonneuve appelle une « *notion-source transpécifique* » : notion échappant à un seul champ disciplinaire, notion médiatrice élaborée notamment par des psychosociologues et se situant à la jonction du mental et du social, de l'individuel et du collectif, « action-source » en ce qu'elle pourrait être, comme

d'autres du même type, à la fois matrice d'une série de notions qui s'y rattachent en la spécifiant et l'axe d'un ensemble d'investigations empiriques et de constructions théoriques à moyenne portée⁴⁵.

De la déliance

Si le *besoin de re-liance* se fait aussi sentir dans la société contemporaine, si des *aspirations de re-liance* se font jour un peu partout, c'est qu'auparavant ont été vécues, sous différentes formes, des situations de « *dé-liance* ». En fait, le système social de la modernité peut être caractérisé comme un *système socioscientifique de division et de déliance*. Constatation qui mérite que nous lui consacrons quelques instants de réflexion.

45 Jean MAISONNEUVE, *op. cit.*, p. 45.

La société « raisonnante » : une société de déliances

Les qualificatifs utilisés pour caractériser la société contemporaine sont légion : société de consommation, société d'organisation, société bureaucratique, technocratique, répressive, développée, industrielle, technicienne, informatisée, programmée, etc. Tous renvoient d'une façon ou d'une autre à un trait qui me paraît fondamental : il s'agit d'une *société de raison*, qui fonde son développement sur le recours à la raison, à ce qu'elle croit être rationnel et/ou raisonnable. En ce sens, elle peut, me semble-t-il, être qualifiée de *société raisonnante*, de même que l'on baptise « folie raisonnante » un « délire appuyé de raisonnements » (Robert).

Parmi ces « raisonnements » fondamentaux, il en est un qui nous est inculqué depuis notre plus jeune âge, sous forme de norme culturelle prégnante : diviser pour gagner. Qu'il s'agisse d'Horace contre les Curiaces (diviser pour vaincre), de Machiavel contre les féaux de son Prince (diviser pour régner), de Descartes contre les secrets de la Vie (diviser pour comprendre), de Taylor contre les freinages ouvriers (diviser pour produire), toujours est mise en avant par le biais parfois déformant de mythes, de représentations simplifiées, de recettes compartimentales, l'utilité de *diviser pour dominer*.

Cette société « raisonnante », fondée sur le principe de division, d'émiettement, de « déliance » peut être analysée par référence à la théorie des systèmes, plus particulièrement à la théorie des systèmes sociotechniques ouverts⁴⁶.

46 Cf. notamment F.E. EMERY et E.L. TRIST, « Socio-technical systems », in *Systems thinking* (Edited by F.E. Emery), London, Penguin Books, 1969.

Sous cet angle, elle apparaît comme un *système socioscientifique*, compose de deux sous-systèmes avec leurs dynamiques propres mais étroitement interconnectés : un sous-système scientifique et un sous-système social.

Le sous-système scientifique : la raison simplifiante

Le paradigme de la science occidentale classique, construction rationaliste issue des oeuvres de Descartes, implique l'élimination de la subjectivité, l'exclusion du sujet. Il est fondé sur un mythe, qui domine la plupart des sciences sociales : *le mythe de l'homme rationnel et réaliste*, sans préjugés, aux conduites appropriées grâce à l'« information objective »⁴⁷. La séparation entre le théoricien et le praticien, entre le chercheur et l'homme d'action, trouve sa source dans cette distinction qui inspire le rationalisme et le libéralisme : l'opposition entre les mythes et préjugés d'une part, la représentation réaliste du monde d'autre part. Le sociologue, dans cette perspective, est le produit de la production d'une société où triomphe *l'esprit raisonnant*.

Mais ce cloisonnement n'est pas le seul en cause. Le modèle rationaliste des rapports entre recherche et action, inspiré de la pratique des sciences dites exactes, se traduit dans le domaine des sciences humaines en général, de la sociologie en particulier, par quatre clivages cruciaux⁴⁸.

47 Jacques BUDE, *L'obscurantisme libéral et l'investigation sociologique*, Paris, E. Anthropos, 1973, 221 p.

48 Sur ce point, cf. Max PAGES, *La vie affective des groupes*, Paris, Dunod, 1968, pp. 446-459.

D'abord *un clivage entre la recherche fondamentale* (dite aussi – ce qui n'est pas un hasard – recherche « pure ») et la *recherche appliquée*. La première est vouée exclusivement à l'acquisition du savoir ; elle se désintéresse des conséquences pratiques, sociales, de ses investigations : si le « savant » s'en préoccupe, c'est en tant qu'homme privé, en tant que citoyen, non en tant que chercheur. La recherche appliquée, elle, vise des fins pratiques, non directement scientifiques, qui lui sont définies par la société globale ou tel groupe social en particulier : sa tâche scientifique consiste, le plus souvent, à déterminer les moyens adéquats pour atteindre ces fins. Cette distinction, dérivée des sciences exactes, repose sur deux postulats implicites : une conception statique, fixiste de la société, et une perception de celle-ci comme dangereuse pour le chercheur (les finalités sociales menacent la « pureté » des procédures et résultats de recherche). L'illusoire « indépendance » du chercheur fondamental (illusoire car elle s'acquiert en renonçant à étudier une part importante de la réalité sociale) et la soumission non illusoire de l'« applicateur » à ses clients sont deux attitudes qui se nourrissent réciproquement : l'une et l'autre camouflent souvent une commune pratique de conservatisme social, dans la mesure où elles évitent d'aborder les difficiles problèmes du changement social, dans ses contradictions concrètes, quotidiennes, humaines.

Ensuite, *un clivage entre le chercheur et les structures sociales* (groupes, organisations, institutions) *qu'il étudie*. Pour être et « faire » scientifique, il s'agit de « traiter les faits sociaux comme des choses ». Ici, rendons au passage justice à Durkheim : celui-ci n'a jamais prétendu qu'il convenait de transformer ou de réduire les faits à l'état de choses, de les « réifier » comme aiment à dire et faire ses épigones technocrates-en-sociologie.

Son intention était essentiellement épistémologique. Sur ce plan, néanmoins, elle est à la base du deuxième clivage

signalé. Les manifestations de celui-ci sont multiples et raffinées : vocabulaire ésotérique, langage abstrait, érudition élitiste, laboratoire sophistiqué ; sur le terrain, l'évitement de tout contact trop personnalisé avec le groupe, le recours à des méthodes « non gênantes » pour le groupe étudié (comme s'il pouvait en exister...). L'objectif avoué et valorisé est celui de la *distance*, garantie soi-disant indispensable de l'objectivité scientifique.

Puis un *clivage entre les concepteurs et les exécutants d'une recherche*, reflétant la division taylorienne du travail industriel. Ce clivage est illustré par les titres universitaires stigmatisant cette hiérarchie socioprofessionnelle : docteurs et maîtres de recherche d'une part, assistants et attachés de recherche d'autre part. Très souvent, trop souvent, les « chercheurs » – c'est-à-dire ceux qui procèdent au réel travail de recherche – sont très peu associés à la conception de la recherche, à la formulation des hypothèses, à la négociation des contrats. On a pu les qualifier d'« O.S. de la recherche ».

Enfin, *des clivages psychologiques internes à la personne du chercheur*, entre sa personne privée, sa personne professionnelle et sa personne civique, entre ses observations et ses sentiments, entre son esprit et son corps. Ces clivages sont renforcés par une prolifération d'interdits, normes intériorisées reflétant le credo de la vulgate sociologique enseignée dans les institutions dites scientifiques : ne pas se laisser troubler par ses sentiments, ne pas les exprimer,

ne pas influencer les sujets, ne pas s'identifier aux fins du groupe, bref ne pas entrer en relation, ni avec les autres, ni avec

soi-même... Loin de moi l'idée de prétendre que ces normes sont inutiles ou néfastes. Je souhaite seulement attirer l'attention sur le fait que, suivies au pied de la lettre, avec zèle et sans nuances, elles peuvent entraîner un considérable appauvrissement des hypothèses et des résultats.

Ce modèle rationaliste tend en effet à produire une connaissance atomisée, parcellaire, réductrice, « dé-liée » en quelque sorte. Ainsi paraît-il en être d'une certaine *sociologie de la raison positive et quantitative, analytique*, élaborée sur la base d'enquêtes par questionnaires ou interviews, de sondages d'opinions. À cela d'autres « rationalistes » tentent d'opposer une *sociologie de la raison négative et critique*, plus *qualitative et synthétique*, à qui ils fixent comme objectif le dévoilement des réalités – fonctionnement ou mouvement – latentes du système social. Mais ce second courant rejoint le premier dans une même définition de leur *rapport à l'action*. Pour eux, la connaissance sociologique, du seul fait de son existence, porte en elle une transformation potentielle, constitue une action qui se suffit à elle-même. Cette position minimaliste est de plus en plus contestée par nombre de sociologues qui estiment indispensable, sinon de développer ce potentiel d'action, du moins de s'interroger sur la réalité et le sens de cette action, sur les effets – éventuellement pervers – qu'elle peut avoir sur le sous-système social.

Le sous-système social : les rationalisations déliantes

Les diagnostics concernant notre système social vont tous dans le même sens : nous vivons à l'ère de la foule solitaire pour Reisman, de la fourmilière d'hommes seuls pour Camus, de la solitude collective pour Martin Buber.

Émietlée, éclatée, désagrégée, morcelée, sérialisée, telle apparaît notre société aux yeux des observateurs les plus avertis. Tous ces épithètes renvoient à un phénomène de base : celui de la *désintégration communautaire*, de la dislocation des « groupes sociaux primaires » – la famille, la paroisse, le village, l'atelier – au sein desquels se réalisait traditionnellement la socialisation des futurs adultes. À la base de ce mouvement apparemment irréversible : la raison et ses applications dans les domaines les plus divers, sous forme de « rationalisations » scientifiques, techniques, économiques et sociales (industrialisation, urbanisation, production et consommation de masse, organisation « scientifique » du travail, etc.).

Mais cette raison-là est déraisonnable : elle porte en elle le germe de ce qui peut être perçu comme une nouvelle maladie, la *déliance*, conséquence de la rupture des liens humains fondamentaux.

Cette rupture, dont souffrent les êtres de notre temps, est polymorphe.

Ils ne sont plus reliés aux *autres*, si ce n'est par des machines : la chaîne pour les producteurs, la télévision pour les consommateurs.

Ils ne sont plus reliés à *eux-mêmes* : les frénésies de la carrière, de la consommation, de l'information surabondante ne leur laissent plus le temps de s'interroger sur leur être profond, sur le sens de leur vie.

Ils ne sont plus reliés à *la terre* : les espaces verts sont dévorés par le bitume des villes bétonnantes.

Ils ne sont plus reliés au *ciel* : Dieu ne semble pas répondre aux appels angoissés qui lui sont adressés.

Déliés, déconnectés, disjoints, marqués par ces *carences de « reliance »*⁴⁹, ils apparaissent comme le fruit social de leur propre esprit, de leur propre science. La déliance sociale est l'enfant pervers de la raison scientifique.

Les *nouvelles technologies* accentuent dramatiquement ces phénomènes de déliance sociale, culturelle, humaine. Elles sont porteuses d'une *double réalité contradictoire*, paradoxale : elles développent la reliance technique mais dissolvent la reliance humaine ; elles multiplient les possibilités d'informations et de communications mais aggravent le problème de l'information et de la communication.

Cette maladie de déliance – antérieure à l'apparition de nouvelles technologies, mais rendue plus aiguë par leur croissance exponentielle – se développe dans cinq directions : socioéconomique (l'emploi), sociotechnique (le travail), sociopsychologique (les communications), socioorganisationnelle (le pouvoir), socioculturelle (les solidarités sociales).

49 Il s'agit de carences dans les médiations institutionnelles et structurelles devant assurer la création de liens entre l'individu et les systèmes dont il fait partie, liens donnant du sens à son existence. La recherche menée par notre équipe voici une vingtaine d'années a mis en évidence trois catégories de telles carences : des carences liées à la désorganisation des structures socioéconomiques (marché de l'emploi), des carences liées à la surorganisation des structures technobureaucratiques (développement des institutions-choses), des carences liées à l'organisation des structures psychosociologiques (crise de l'autorité).

Une déliance socioéconomique : l'emploi menacé

Le travail-emploi constitue, dans notre système socioéconomique, une structure de reliance fondamentale. Le travail, en effet, relie la personne des travailleurs :

- extérieurement, à l'ensemble du système de production (*reliance socioculturelle*),
- intérieurement, à son instinct de création (*reliance psychologique*).

Avoir un emploi, c'est avoir un sens socioéconomique, une existence socioculturelle, une identité socioculturelle. Perdre son emploi, c'est vivre la rupture d'une double reliance, souffrir une double déliance.

En ce domaine, les prévisions sont très incertaines. L'hypothèse la plus optimiste prévoit une croissance économique à emploi constant et chômage accru : les nouvelles technologies sont donc à l'origine d'un grave problème de déliance socioéconomique.

Une déliance sociotechnique : le travail « rationalisé »

À bien des égards, les nouvelles technologies ne constituent qu'une étape dans le profond mouvement de rationalisation du travail sur lequel s'est construit le développement des sociétés industrielles.

Mais ces nouvelles technologies présentent sous cet angle une dimension originale : la rationalisation qui leur est associée n'est plus seulement d'ordre technique, elle est aussi et surtout sociale, *sociotechnique*. Les nouvelles machines imposent à

l'homme non seulement leur temps, leur rythme, leur cadence, mais aussi leur logique, leur langage, leur code. Elles s'interposent entre lui et sa pensée, sa culture, sa liberté. Elles répandent un langage abstrait ; un langage de signes, un jargon ésotérique. Ainsi l'activité informatisée a-t-elle pu être qualifiée de « hiéroglyphique » ; sa transmission, son traitement, sa destination finale demeurent inconnus.

Rien d'étonnant, dès lors, à constater ce résultat paradoxal de la rationalisation : la rationalité absorbe et détruit la raison. L'irrésistible progression de la rationalisation peut être résumée dans une image : on est passé de la parcellisation du travail industriel à l'abstraction du travail informationnel. L'informatisation du tertiaire s'accompagne, dans certains cas, d'une « taylorisation » du travail administratif.

Dans ce contexte se produit une coupure des liens affectifs entre le travailleur et un travail abstrait : la déliance sociotechnique se double d'une déliance sociopsychologique.

Une déliance sociopsychologique : le travailleur isolé

Nous touchons ici une dimension essentielle du phénomène de déliance vécu par les travailleurs : la rupture des relations interpersonnelles, la déchirure du tissu social avec pour conséquence la naissance d'un sentiment d'isolement, de solitude.

Cet *isolement* est multiforme : isolement face aux consoles d'ordinateur, dans des cabines de contrôle, même pendant les pauses (il faut se relayer), isolement lié au travail posté (par équipes séparées) ou au travail à domicile (grâce à la téléinformatique).

Cet isolement de fait est source d'une *solitude* paradoxale : les hommes sont reliés par des techniques, non par le corps ; ils sont connectés mais n'ont plus de relations (face-à-face). Les techniques de communication tuent la communication. Au fur et à mesure que croissent les reliances techniques, la reliance humaine, elle, décroît (songeons à tous ces répondeurs automatiques qui envahissent notre vie professionnelle et privée, ou encore au développement fulgurant des échanges « virtuels » via le Minitel ou Internet...).

Les nouvelles technologies développent les possibilités de communications fonctionnelles (les notes et informations circulant dans le système de production), au moment même où elles freinent les communications existentielles (les plus significatives en matière de reliance). Le comment communiquer l'emporte sur le quoi communiquer.

La rationalisation, une fois de plus, se révèle irrationnelle : le succès des clubs et autres « groupes de rencontre », paradis plus ou moins artificiels d'échanges, de reliance et d'initiation, ne témoigne-t-il pas du refoulement socioculturel imposé par la logique aveugle des nouvelles technologies ?

Une déliance socioorganisationnelle : le pouvoir éclaté

Un trait commun aux trois phénomènes de déliance déjà évoqués : le sentiment d'une *perte de pouvoir* réelle ou potentielle, qu'éprouvent les usagers de nouvelles technologies.

Cette perte de pouvoir est réelle, dans la mesure où la rationalisation entraîne un *déclin de l'autonomie professionnelle* non seulement des ouvriers d'entretien, des employés de bureau,

des cadres en procès de prolétarianisation : tous perdent le pouvoir qu'ils possédaient ou croyaient posséder au sein des structures anciennes.

La source de toutes ces déliances entre les ouvriers et leurs oeuvres, entre les travailleurs, est à rechercher moins dans les innovations technologiques que dans un *système d'organisation* (système structurant les relations de pouvoir) fondé sur *une logique de division, de séparation, de déliance* (division du travail, séparation de la pensée et de l'exécution, éparpillement des groupes sociaux, éclatement des structures de pouvoir) : en ce sens, nous pouvons parler à juste titre d'une déliance socio-organisationnelle, réalité sous-tendant les phénomènes si souvent évoqués de la crise de l'autorité et de la crise des générations...

Une déliance socioculturelle : les solidarités disloquées

Ce type de déliance marque tout particulièrement la classe ouvrière et les organisations syndicales qui souhaitent en canaliser l'énergie.

Les nouvelles technologies isolent les travailleurs, déchirent le tissu social, diversifient les espaces et temps de travail, multiplient les catégories professionnelles : en cela, elles *réduisent les possibilités d'actions collectives*, de situations fusionnelles où par contagion se construit l'esprit de corps, de solidarité affective et effective, de prise de conscience des rapports de classe, bref *d'initiation aux luttes sociales*. La classe ouvrière, dans les représentations dominantes véhiculées par les nouveaux médias, cesse d'être une foule en lutte au coude à coude pour deve-

nir une somme de travailleurs individuellement interrogés par sondages.

Face à cette déliance polymorphe, naissent et croissent des *aspirations de re-liance*, en particulier ces *aspirations de reliance sociale* évoquées un peu plus haut : les individus déliés, isolés, séparés, aspirent à être reliés, et à être reliés autrement. Ces aspirations émergentes constituent, me semble-t-il, un enjeu social crucial pour notre société, pour nos politiques sociales... Enjeu actuellement pris en charge par le mouvement écologiste, dont les récents succès électoraux méritent à cet égard d'inciter à la réflexion.

En quête d'une société raisonnable : pour un système socioscientifique d'alliance et de reliance

Libérés de la nature par l'usage de la raison et de la science, les hommes de notre temps deviennent prisonniers de leur culture rationaliste et scientifique. De plus en plus reliés par leurs techniques – la voiture, la radio, la télévision, le téléphone, la chaîne, l'ordinateur –, ils le sont de moins en moins par les structures sociales. La spécialisation scientifique se prolonge dans le travail en miettes, la famille en lambeaux, le village en ruines. Désintégration atomique et désintégration communautaire ne sont que les deux faces d'un même phénomène. Surgit alors des profondeurs du corps social une aspiration profonde – dont la revendication écologique constitue une manifestation d'avant-garde – à un *renouveau de reliance*, à de *nouvelles alliances* entre l'homme et la nature, entre l'homme et les sciences, à une société (réellement) « raisonnable », c'est-à-dire, si nous ouvrons à la fois le dictionnaire et nos oreilles, « douée de (vraie) raison ».

Les mutations du sous-système scientifique : raison complexe et nouvelles alliances

La science, aujourd'hui, est à un tournant. Une mutation radicale germe en son sein. Cette mutation se prépare tant dans le champ des sciences dites « exactes » que dans celui des sciences dites « humaines ».

Dans le champ des sciences de la nature, cette « métamorphose de la science » est annoncée par Ilya Prigogine et Isabelle Stengers, qui ont fait de ce thème le sous-titre de l'ouvrage dans lequel ils plaident en faveur d'une *Nouvelle Alliance* entre l'homme et la nature, entre l'homme et le monde qu'il décrit, entre système observateur et système observé, entre culture scientifique et culture humaniste, voire entre les diverses cultures scientifiques⁵⁰. Dans le même sens se situe l'effort d'Edgar Morin pour échapper à la pensée mutilée et mutilante, pour réintégrer le sujet dans le paradigme de la science, à la fois par le haut (l'observateur- concepteur) et par le bas (l'observé-conçu), ou, en d'autres termes, pour substituer au paradigme de simplification un paradigme de complexité, pour nourrir celui-ci des ambiguïtés, des paradoxes, des contradictions, des incertitudes rejetés par celui-là⁵¹.

Dans le champ des sciences de l'homme également, une métamorphose du travail scientifique est en gestation. Pour nous limiter à la sociologie, nous pouvons constater que deux

50 Ilya PRIGOGINE et Isabelle STENGERS, *La Nouvelle Alliance. Métamorphose de la Science*, Paris, Gallimard, 1979.

51 Edgar MORIN, *La Méthode*, Paris, Seuil, t. 1 : *La Nature de la Nature*, 1977 ; t. 2 : *La Vie de la Vie*, 1980, notamment p. 373 ; t. 3 ; *La Connaissance de la Connaissance*, 1986 ; t.4. *Les Idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation*, 1991.

éminents sociologues français, Michel Crozier et Alain Touraine, tous deux élevés dans le sérail de la théorie théorisante, en arrivent dans des perspectives et par des chemins différents à des conclusions convergentes⁵².

Tous deux tentent de se définir par rapport à l'inévitable problématique de l'action dans, sur et avec les systèmes sociaux ; tous deux voient dans le développement des capacités relationnelles et institutionnelles des groupes, organisations et mouvement sociaux, un des objets du travail sociologique. À côté de la sociologie classique à orientation théorique, émerge ainsi peu à peu une *socianalyse* (même si référence sémantique n'y est point faite), c'est-à-dire une sociologie à orientation clinique, proliférant dans au moins neuf directions⁵³ : l'intervention sociotechnique préconisée par l'Institut Tavistock de Londres⁵⁴, l'intervention sociopsychanalytique imaginée par Gérard Mendel⁵⁵, l'intervention psychosociologique inspirée par Kurt Lewin et reprise par Max Pages⁵⁶, l'intervention socioanalytique inventée par Elliot Jaques⁵⁷, l'intervention sociopédagogique animée

52 Michel CROZIER et Erhard FRIEDBERG, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977 ; Alain TOURAINE, *La voix et le regard*, Paris, Seuil, 1978.

53 Cf. Marcel BOLLE DE BAL, *Les adieux d'un sociologue heureux. Traces d'un passage*, Paris, L'Harmattan, 1999, p. 137.

54 Cf. F.E. EMERY et E.L. TRIST, art. cité.

55 Voir notamment Gérard MENDEL, *Pour recoloniser l'enfant. Sociopsychanalyse de l'autorité*, Paris, Payot, 1971.

56 Max PAGES, *La vie affective des groupes*, Paris, Dunod, 1970, pp. 470-494.

57 Elliot JAQUES, *Intervention et changement dans l'entreprise*, Paris, Dunod, 1972. Cf. notamment la préface de Jean DUBOST : « Sur la méthode socioanalytique d'Elliot Jaques ».

par Alain Meignant et René Barbier⁵⁸, l'intervention socioclinique défendue par Eugène Enriquez et Vincent de Gaulejac⁵⁹, l'intervention socioorganisationnelle chère à Michel Crozier⁶⁰, l'intervention sociohistorique illustrée par Alain Touraine⁶¹, l'intervention socianalytique proprement dite lancée par les époux Van Bockstaele, à qui il convient de reconnaître la paternité de l'expression⁶².

La métamorphose de la science implique donc plusieurs *nouvelles alliances* : non seulement entre l'homme et la nature, entre sciences de l'homme et sciences de la nature, mais aussi entre les diverses sciences de l'homme (sociologie, psychologie, économie, histoire...), entre théorie et pratique, recherche et action⁶³, expérimentation et expérience.

58 Cf. Alain MEIGNANT, *L'intervention sociopédagogique dans les organisations industrielles*, Paris-La Haye, Moulin, 1972 ; René BARBIER, *La recherche-action dans l'institution éducative*, Paris, Gauthier-Villars, 1977.

59 Voir notamment Eugène ENRIQUEZ et al., *L'approche clinique dans les sciences humaines*, Montréal, Éd. Saint-Martin, 1993 ; Vincent de GAULEJAC et Shirley Roy, *Sociologies cliniques*, Paris, l'Épi, 1993.

60 Michel CROZIER et Erhard FRIEDBERG, op. cit.

61 Alain TOURAINE, op. cit.

62 Jacques et Marie VAN BOCKSTAELE, « Quelques conditions d'une intervention de type analytique en sociologie », *Année sociologique*, 1963, pp. 238-262 ; « Nouvelles observations sur la définition de la socianalyse », *Année sociologique*, 1968, pp. 279-295.

63 L'objet sociologique en gestation subit ainsi une mutation comparable à celle qui a marqué le passage de l'objet dynamique à l'objet thermodynamique : pour celui-ci, qui implique un point de vue nouveau sur les transformations physiques, « il ne s'agit plus d'observer une évolution, de la prévoir en calculant l'effet des interactions entre éléments du système. Il s'agit d'agir sur le système, de prévoir ses réactions à une modification *imposée* ». Cf. Ilya PRIGOGINE et Isabelle STENGERS, op. cit., p. 121.

La mutation du sous-système social : aspirations de reliance et aspirations de nouvelles structures de reliance

À ces besoins de « nouvelles alliances » dans le champ scientifique correspond le besoin de *nouvelles reliesances* dans le champ social.

Les producteurs écrasés par l'anonymat des grandes organisations bureaucratiques, les consommateurs affolés devant les tentatives de la société de l'hyperchoix, les citoyens perdus dans la foule solitaire partent en tâtonnant à la recherche de nouveaux liens sociaux, expérimentent de nouvelles structures de reliance : communautés familiales, comités de quartiers, boutiques de droit, écoles nouvelles, médecine de groupe, alcooliques anonymes, associations et sectes diverses. Les « révolutions minuscules », comme les a qualifiées un jour la revue *Autrement*.

Ainsi, à côté d'un vaste secteur où règne l'hétéronomie, tend à émerger un secteur où l'autonomie s'offre un espace pour prendre racine⁶⁴; en contrepoint de l'irrésistible processus de déliances, se tissent de nouvelles reliesances...

Résumons-nous.

Notre société comporte deux sous-systèmes avec leurs dynamiques propres, étroitement interconnectées : un sous-système scientifique et un sous-système social.

Le sous-système scientifique est marqué par le triomphe de la raison simplifiante ou du paradigme de simplification, pour reprendre l'expression d'Edgar Morin : il tend à produire une

64 André GORTZ, *Adieu au prolétariat. Au-delà du socialisme*, Paris, Galilée, 1980.

connaissance atomisée, parcellaire, réductrice, bref de la *déliance intellectuelle*.

Le sous-système social, lui, peut être décrit comme celui des rationalisations déliantes : caractérisé par la désintégration communautaire, par la dislocation des « groupes sociaux primaires – la famille, le village, la paroisse, l’atelier – et par des applications déraisonnables de la raison scientifique, technique, sociale et culturelle : il produit une *déliance existentielle* aux multiples dimensions (psychologique, sociale, économique, écologique, ontologique, cosmique).

Des aspirations de reliance

Face à ce double procès de déliance – intellectuelle et existentielle – naissent des aspirations à de nouvelles re-liances, à la fois scientifiques et humaines.

Des re-liances scientifiques : sont souhaités de divers côtés de nouveaux liens entre théorie et pratique, recherche et action, entre disciplines trop solvante cloisonnées.

Des re-liances humaines : sont révélateurs d’aspirations de ce type, l’attrait exercé par les sectes, les communautés, les luttes nationales, le mouvement écologiste, les groupes de rencontre, bref cette résurgence d’une sorte de néo-tribalisme mise en évidence par Michel Maffesoli⁶⁵.

65 Michel MAFFESOLI, *Le temps des tribus*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988.

La déliance, paradigme de la modernité

La modernité, fondée sur l'essor de la raison, s'est construite – nous l'avons vu – sur le principe de séparation, voire de division : diviser pour comprendre (Descartes), diviser pour produire (Taylor), diviser pour régner (Machiavel). Raison abstraite et déraisonnable, elle est devenue source de déliances multiples : culturelles, urbaines, familiales, religieuses, écologiques, etc., bref de cette solitude existentielle dénoncée de divers côtés (Riesman, Camus, Buber...), de cette « dé-solation » stigmatisée par Hannah Arendt. En quelque sorte, le paradigme de déliance gît au cœur de la modernité triomphante, à la fois facteur de son triomphe et générateur de la fragilité de ce dernier.

La reliance, paradigme de la post-modernité ?

Michel Maffesoli, lui, défend avec force la thèse suivante : si le paradigme de déliance structure la modernité, la post-modernité, en revanche, devrait être caractérisée par la revitalisation du paradigme de reliance.

Cette thèse, il l'a exposée, argumentée, plaidée dans ses nombreux ouvrages⁶⁶. N'est-ce pas lui qui définit la « reliance » comme l'« étonnante pulsion qui pousse à se rechercher, à s'assembler, à se rendre à l'autre⁶⁷ » et qui évoque « cette chose

66 En particulier dans le *Temps des Tribus* (T.T.), op. cit. Au *Creux des Apparences* (C.A.), Paris, Plon, 1990 ; *La Transfiguration du Politique* (T.P.), Paris, Grasset, 1992 ; *La Contemplation du Monde* (C.M.), Paris, Grasset, 1993.

67 T.P., p. 41.

“archaïque” qu’est le besoin de reliance⁶⁸ » ? Pour lui, les manifestations de cette logique de reliance à l’oeuvre dans la société post-moderne sont multiples, variées et signifiantes. Il range notamment parmi elles le retour des tribus, l’exacerbation des corps et des sens⁶⁹, l’idéal communautaire⁷⁰, l’essor de

l’écologie, la vitalité de la socialité, l’idée obsédante de l’être ensemble⁷¹, les identifications supplantant les identités, le présentisme, le carpe diem⁷², l’immoralisme éthique, le lococentré s’élevant face à l’égocentré, la baroquisation du monde, la prégnance des images⁷³, le rôle du look et de la mode, l’exacerbation de la mystique et de la religion⁷⁴, le règne de Dionysos le reliant succédant à celui d’Apollon le déliant. S’inscrivant dans la mouvance des idées développées par Gilbert Durand et Edgar Morin, il détecte dans la post-modernité et son effervescence la fin de la séparation entre nature et culture, l’émergence du « divin social »⁷⁵, l’épanouissement de la reliance comme forme profane de religion, d’une sorte de transcendance immanente⁷⁶.

68 C.M., p. 151.

69 C.A., p. 66.

70 C.M., p. 18.

71 C.A., p. 28.

72 C.A., p. 48 ; T.P., p. 18.

73 C.M., pp. 21, 131, 165.

74 C.A., pp. 27, 83, 84, 195, 215 ; T.P., p. 137.

75 C.M., p. 104.

76 C.A., p. 27.

Le couple conceptuel déliance/reliance, paradigme « duel » de l'hypermodernité

Pour l'essentiel, je partage cette analyse. D'accord pour reconnaître que la reliance se situe au coeur de cette dynamique « post-moderne » chère à Michel Maffesoli et quelques autres. Projets et pratiques de reliance comme réaction dialectique aux excès de la modernité déliante. Mais j'avoue ne guère apprécier cette théorie de la « post-modernité », laquelle semble suggérer – ne fût-ce que sémantiquement – qu'à une modernité déclinante succéderait une « post-modernité » reliante. En fait, la logique déliant même si elle génère maintes réactions dialectiques. Aussi suis-je plutôt enclin à parler de la société émergente comme d'un exemple d'« hyper-modernité », terme construit par le même modèle que ceux d'« hypercomplexité » développé par Edgar Morin⁷⁷ et d'« entreprise hypermoderne » avancé par Max Pages⁷⁸ pour décrire des réalités en gestation au sein même de la modernité, et de sa culture fondée sur une logique de déliance.

Au coeur de cette « hyper-modernité », je crois observer l'émergence d'un nouveau paradigme, celui du couple conceptuel indissociable *déliance/reliance*, synthèse dialectique (ou paradoxe dialogique) de la modernité déliante et de la post-modernité reliante. Déliance et reliance sont ontologiquement inséparables,

⁷⁷ Edgar MORIN, *La Méthode. III. La connaissance de la connaissance*, Paris, Seuil, 1986, pp. 98-99.

⁷⁸ Max PAGES, Michel BONETTI, Vincent de GAULEJAC, Daniel DESCENDRE, *L'emprise de l'organisation*, Paris, PUF, 1979.

elles forment un couple « duel »⁷⁹ comme le jour et la nuit, le yin et le yang, l'amour et la haine, le moteur et le frein, l'interdit et la transgression, le centre et la périphérie, etc.

Mes recherches et réflexions les plus récentes m'ont amené à considérer que plus que le seul concept de reliance, c'était le couple conceptuel *déliance/reliance* qui pouvait le mieux rendre compte des réalités humaines contemporaines : la reliance ne peut – théoriquement et pratiquement – être dissociée de la déliance, son double antagoniste et complice. La reliance est une réalité « duelle », dialogique⁸⁰ et paradoxale : avec la déliance, qui lui est toujours liée, elle forme un couple soumis à des logiques différentes et complémentaires, toutes deux nécessaires à l'existence de la vie psychique, sociale et culturelle.

Finalement, compte tenu de ce que je viens de dire à la fois sur la dualité du complexe conceptuel déliance/reliance et sur la notion d'hyper-modernité, j'ai envie de délier les deux parties de cette dernière et d'avancer – de façon un peu caricaturale, j'en conviens – l'idée que, en son sein, un double paradigme est à

79 Duel : nombre intermédiaire entre le singulier et le pluriel, tel qu'il existe en de nombreuses langues (grec, slovène, hébreu, etc.). Ce nombre désigne ce qui va par deux et forme néanmoins un ensemble, deux qui forment un tout, une entité en deux parties, les deux yeux, les deux mains, le bonheur et le malheur, l'ombre et la lumière,

la vie et la mort, l'ignorance et la connaissance, etc. La pensée « duelle », étrangère à notre culture, est pourtant essentielle pour tout travail d'interprétation et d'intervention sociologiques. Pour elle, ce qui oppose unit, ce qui unit oppose, ce qui lie délie, ce qui délie lie.

80 Dialogique : « association complexe (complémentaire, concurrente, antagoniste) d'instances nécessaires à l'existence d'un phénomène organisé » (Edgar MORIN, *op. cit.* 1986, p. 98) ; « unité symbiotique de deux logiques qui se nourrissent l'une l'autre, se concurrencent, se parasitent mutuellement, s'opposent et se combattent à mort » (Edgar MORIN, *op. cit.*, 1977, p. 80).

l'oeuvre : celui de la reliance pour l'« hyper », celui de la « déliance » pour la « modernité » toujours active. Le paradigme éthique de l'hyper-modernité serait donc celui de la *déliance/reliance*.

Ce paradigme reflèterait les problématiques particulières des sociétés hypermodernes marquées par l'éphémère, le mobile, le léger, la glisse, le surf, la dilatation de l'espace (chacun potentiellement relié à tous les points du monde) et le rétrécissement du temps (l'intensité de l'instant présent) : délier des contraintes dysfonctionnelles, relier ceux qui éprouvent le besoin lucide d'une telle « reliance ».

De la « liance »

Demeure alors la question du troisième terme, de la troisième notion sociologique venant compléter notre triangle conceptuel : la « liance ».

D'où sort-elle, et quelle peut bien être sa signification épistémologique ?

Le secret de la « liance »

C'est Jos Tontlinger qui a été le premier à noter⁸¹ l'étonnante absence, dans mes premiers écrits, de la notion de « liance », probable ancêtre commun des termes « dé-liance » et « re-liance ». Celui-là constitue logiquement la racine sémantique de ceux-ci. Tant la « dé-liance » que la « re-liance » suggèrent l'existence

81 Jos TONTLINGER, « Du côté de la psychanalyse : reliance, déliance, liance, ou la vie secrète d'un concept original et originaire », in Marcel BOLLE DE BAL (ed.), *Voyages au coeur des sciences humaines*, op. cit., t. 1, pp. 189-195.

d'un lien ancien (l'énigmatique « *liance* »), qui aurait été dé-fait et qu'il s'agirait de re-trouver afin de reconquérir la *liance* perdue (ou fantasmée), des actes de re-liance seraient posés, mus par un désir de re-liance, de surmonter les dé-liances subies...

Mais alors quel serait cet état antérieur, cette situation de pré-déliance, cette « *liance* » originaire ? À cette question, Francine Gillot-de Vries, psychologue spécialiste du développement de l'enfant, apporte un début de réponse et ouvre un champ de réflexion potentiellement fécond lorsqu'elle évoque⁸² la « *liance* » physique et psychique qui unit de façon « cet état de bien-être éprouvé dans le ventre maternel » qui va être interrompu au moment de la naissance, lors de cette première et brutale « dé-liance » physique et psychique, lors de cette sorte de « déception », dialectiquement et dialogiquement liée à l'événement de la conception. La « *liance* », état du fœtus fusionné et fusionnant avec la mère, croissance d'un être indistinct mais tendant à se distinguer, est donc bien à la fois physique et psychique : physique pour répondre aux lois de la biologie, psychique en ce qu'elle constitue un des traits spécifiques de la maternité. En avançant ainsi l'idée d'un état et d'un processus de « *liance* », la psychologie n'est-elle pas en mesure d'enrichir la théorie sociologique de la *reliance* ? Ne pourrions-nous considérer qu'à l'inverse de la *reliance* définie par la création ou la recréation de liens sociaux *médiatisés*, la « *liance* », elle, concernerait essentiellement des liens humains *immédiats*, non médiatisés (ou médiatisés par l'une des composantes du lien lui-même : le corps de la mère, le cordon ombilical) ? En d'autres termes, le corps maternel cons-

82 Francine GILLOT- de VRIES, « Du côté de la psychologie : *reliance* et *déliance* au coeur du processus d'individuation », in Marcel BOLLE DE BAL (ed.), op. cit., tome 1, pp. 181-188.

tituerait une structure de *(re)-liance* sans tiers médiateur. Sans doute d'aucuns seront-ils tentés de parler de *reliance fusionnelle*, expression non exempte des contradictions conceptuelles (dans la mesure où la *reliance*, dans une perspective normative, serait – telle est du moins ma conception – caractérisée par l'acceptation de la séparation, des différences de la solitude... bref d'inévitables déliances) : à cet égard, le terme « *liance* » paraît plus pertinente pour rendre compte de la réalité physique et psychique vécue durant la grossesse par la future mère et le futur enfant. Dans la foulée de cette expérience, la naissance ne peut manquer d'être éprouvée comme un double choc : la fin d'un monde et la création d'un nouveau monde, la sortie de l'existence intra-utérine et l'entrée dans la vie, l'adieu à la *liance* et l'expérience de la *déliance*. Double choc qui dès lors va nourrir la nostalgie des temps révolus, les permanentes *quêtes de reliance* enracinées dans ce *vécu de dé-liance* et le subséquent *besoin de re-liance* : toute la vie de l'individu n'est-elle pas marquée par le puissant désir de retrouver le paradis perdu de la *liance originelle*, par l'utopie de l'éternel retour à cette union symbiotique, par l'insatiable recherche de cette relation privilégiée à jamais enfuie (et enfouie) via une série de démarches conscientes et inconscientes, à travers le sexe, la religion, la nature, l'art, les drogues, la méditation, etc. ? L'union est rêvée comme béatitude, la séparation crainte comme menace. Et pourtant, nous ne cessons de nous éloigner de l'une (la *liance*) pour affronter l'autre (la *déliance*). Le besoin de devenir un être distinct (*dé-lié*), libéré des liens qui ligotent, est aussi prégnant que le désir de fusionner à jamais (*désir de liance...* et donc de *re-liance*).

L'apparition de cette nouvelle notion de « *liance* », en particulier sous l'impulsion de psychologues, suscite un fascinant écho lorsque nous écoutons les propos du sociologue et philosophe Edgar

Morin⁸³ Lui aussi fait spontanément appel à l'idée de « *liance* ». Mais, fidèle à ses options épistémologiques, il est tenté de lui octroyer un sens métaphysico-cosmogonique : pour lui, cette notion évoque le vide primitif, une entité primordiale caractérisée par un état d'indifférenciation. Évoquant la Kabbale, (« le retrait de Dieu amène la rupture des bases de perfection »), il nous rappelle qu'au début de celle-ci, il est écrit : « Au commencement, Elohim sépara la lumière des ténèbres. » Notre monde est donc bien marqué dès l'origine par la rupture et la séparation... atavisme qui génère notre obscure aspiration à la « *re-liance* », à retrouver quelque chose non point identique, mais similaire à la « *liance* » originaire car le problème, selon lui, c'est l'union du séparé et de l'inséparable : « Nous espérons retrouver quelque chose dont nous sommes maintenant séparés, mais qui nous rende inséparables... La *reliance* n'abolira pas la séparation, mais la transformera⁸⁴. »

En cela, les conceptions d'Edgar Morin rejoignent la définition normative de la *reliance sociale* telle que je l'ai formulée à plusieurs reprises : « le partage des solitudes acceptées, l'échange des différences respectées, la rencontre des valeurs assumées, la synergie des identités affirmées... ».

83 Edgar MORIN, « Vers une théorie de la *reliance* généralisée ? », in Marcel BOLLE DE BAL (ed.), op. cit., tome 1, pp. 315-326.

84 Id., pp. 324-325.

Repères bibliographiques

Ouvrages

Nombreux sont les ouvrages traitant de divers aspects de la reliance. Le lecteur intéressé trouvera une liste de ceux-ci à la fin du deuxième tome du livre le plus complet publié sur la question :

Marcel BOLLE DE BAL (ed.), *Voyages au coeur des sciences humaines. De la reliance*, Paris, L'Harmattan, 1996. Avec notamment des contributions de René Barbier, Geneviève Dahan-Seltzer, Eugène Enriquez, Alain Eraly, Franco Ferrarotti, Vincent de Gaulejac, Francine Gillot-de Vries, Salvador Giner, Véronique Guenne, Vincent Hanssens, Monique Hirschhorn, Françoise Leclercq, Michel Maffesoli, Carlo Mongardini, Edgar Morin, Max Pages, René Passet, Guy Rocher, Renaud Sainsaulieu, Marc-Henri Soulet, Évelyne Sullerot, György Szell,

Gabriel Thoveron, Liliane Voyé.

Le premier livre consacré à cette notion a été : Marcel BOLLE DE BAL, *La tentation communautaire. Les paradoxes de la reliance et de la contre-culture*, Bruxelles, Édit. de l'Université de Bruxelles, 1985.

Parmi ceux traitant spécifiquement des thèmes de la reliance, on retiendra plus particulièrement, en plus de ceux cités en cours d'article :

- Jean-Louis DARMS et Jean LALOUP, *Interstances, communiquer à contre-sens*, Louvain-la-Neuve, Cabay, 1983.
- Michel MAFFESOLI, *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*, Paris, Plon, 1990.

- Michel MAFFESOLI, *La transfiguration du politique. La tribalisation du monde*, Paris, Grasset, 1992.
- Michel MAFFESOLI, *La contemplation du monde. Figures du style communautaire*, Paris, Grasset, 1993.
- Edgar MORIN, *Terre-Patrie*, Paris, Seuil, 1993.
- Edgar MORIN, *Mes démons*, Paris, Stock, 1994.
- Edgar MORIN, *Reliances*, La Tour d'Aigues, Éd. de l'Aube, 2000.
- Renaud SAINSAULIEU, *Des sociétés en mouvement. La ressource des institutions intermédiaires*, Paris, Desclée de Brouwer, 2001.
- Évelyne SULLEROT, *Pour le meilleur et sans le pire*, Paris, Fayard, 1984.
- Gabriel THOVERON, *Radio et télévision dans la vie quotidienne*, Bruxelles, Éd. de l'Institut de Sociologie de l'ULB, 1970.

Articles de l'auteur

Ce thème a été développé en ses diverses dimensions dans une cinquantaine d'articles. Ne seront repris ici que les plus significatifs d'entre eux.

- Nouvelles alliances et reliance : deux enjeux stratégiques de la recherche-action », *Revue de l'Institut de Sociologie*, 1981/3, pp. 573-587.
- Reliance : Connexions et sens », *Connexions*, 1981, n° 33, pp. 9-36.

- Société éclatée et nouveau travail social », *Revue Française de Service Social* », 1984, n° 141-142, pp. 43-57.
- Dédramatiser l'informatique : formation et stratégie de reliance », *Bulletin de l'IDATE, Montpellier*, mai 1986, pp. 155-160.
- Aspirations au travail et expérience du chômage : crise, déliance et paradoxes », *Revue Suisse de Sociologie*, 1987/1, pp. 63-83.
- Au coeur du temple : une expérience de reliance ou la tribu retrouvée », *Sociétés*, 1989/ 9, pp. 11-13.
- La reliance ou la médiatisation du lien social : la dimension sociologique d'un conceptcharnière », in *Le lien social*, (Actes du XIIIe Congrès de l'AISLF), Genève, Université de Genève, 1989, pp. 598-611.
- Devoir-vieillir et vouloir-devenir », *Revue Internationale d'Action Communautaire*, Montréal, 1990, n° 23/63, pp. 47-55.
- De l'esthétique sociale à la sociologie existentielle : sous le signe de la reliance », *Sociétés*, 1992, n° 36, pp. 169-178.
- Maffesoli le réenchanteur : du creux des apparences au coeur des reliances » *Cahiers de l'Imaginaire*, 1992, n° 8, pp. 143-156.
- La reliance : enjeu crucial pour le travail social », in Marc-Henry Soulet (ed.), *Essai de définition théorique d'un problème social contemporain*, Fribourg (Suisse), 1994, pp. 41-57.
- Pour une psychosociologie du syndicalisme », *Revue Internationale de Psychosociologie*, 1996, n° 4, vol. III, pp. 151-162.

- La consultance sociologique et socianalytique », in Claude Beauchamp (ed.), *Démocratie, culture et développement en Afrique Noire*, Paris, l'Harmattan, 1997, pp. 299-308.
- Reliance, Médiance, Interstances : le R.M.I. de l'hypermodernité », *Les Cahiers de l'Imaginaire*, n° 14-15, (Martine Xiberras ed.), 1997, pp. 119-126.
- Transaction et reliance. La rencontre de deux concepts complémentaires », in M.F. Freynet, M.Blanc et G. Pineau (eds.), *Les transactions aux frontières du social*, Lyon, Chronique Sociale, 1998, pp. 43-55.
- Déliance, reliance, alternance : de la complexité initiatique ou de l'initiation à l'hypercomplexité », in Pierrette Lhez, Dominique Millet et Bernard Séguier (eds.), *Alternance et complexité en formation. Éducation, Santé, Travail social*, Paris, Éd. Seli
- Arslan, 2001, pp. 149-157.

Pour être partiellement complet, il convient de citer ceux des récents ouvrages de l'auteur dans lesquelles le lecteur intéressé pourra trouver maintes analyses articulées autour des notions de reliance et de déliance :

- *Wégimont ou le château des relations humaines. Une expérience de formation psychosociologique à la gestion* (un séminaire de sensibilisation aux reliances), Bruxelles, Presses Interuniversitaires Européennes (PIE), 1998.
- *La Franc-Maçonnerie, porte du devenir. Un laboratoires de reliances*, Paris, Detrad, 1998.

- *Les adieux d'un sociologue heureux. Traces d'un passage*, Paris, L'Harmattan, 1999.
- *Le sportif et le sociologue. Sport, individu et société*, Paris, L'Harmattan, 2000 (avec Dominique Vésir).

Thèses et mémoires ayant la reliance comme concept de base

- Bernard de BECKER, *Croyance et reliance. Le cas du New Age*, Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 1996.
- Marie-France FREYNET, *Exclusion et lien social. Éléments pour une approche des médiations du travail social*, Université de Tours, Sciences de l'Éducation, 1992.
- Marie-Pierre GAYERIE, *Dynamique de la reliance sociale. Approches sur quelques formes personnelles de la socialité chez les jeunes*, Paris, Université de Paris V, Sorbonne, 1992.
- Jean-Louis LE GRAND, *Étude d'une communauté à orientation thérapeutique. Histoire de vie de groupe, perspectives sociologiques*, Paris, Université de Paris VIII, 1987.
- Frédérique LERBET-SERENI, *De la relation paradoxale au paradoxe de la relation. Le travail du versus. Contribution à une éthique de l'accompagnement*, Université de Tours, 1997.
- Jacqueline ROFESSART, *De l'appropriation à la gestion des espaces de travail. Stratégies adaptatives au sein d'une organisation*, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles, Faculté des Sciences Psychologiques et Pédagogiques, 1984.
- Dominique VIOLET, *Analogie et complexité*, Université de Pau, 1999.

SOBRE O LIVRO

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Arão de Azevêdo Souza

CAPA

Rafael Hönig

TIPOLOGIAS UTILIZADAS

Notícia text 11 pt e Zila Slab 11 pt

